

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e  
Sociedade (CDPA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas  
com a agricultura**

**Período de Análise: 01 a 31 de Outubro de 2007**

**Área Temática: Biocombustíveis**

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico  
Jornal Folha de São Paulo  
Jornal O Globo  
Jornal Estado de São Paulo  
Sítio eletrônico do MDS  
Sítio eletrônico do MDA  
Sítio Eletrônico do MMA  
Sítio eletrônico do INCRA  
Sítio eletrônico da CONAB  
Sítio eletrônico do MAPA  
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior  
Sítio Eletrônico da Fetraf  
Sítio Eletrônico da MST  
Sítio Eletrônico da Contag  
Sítio Eletrônico da Abag  
Sítio Eletrônico da CNA  
Sítio Eletrônico da CPT

Assistente de Pesquisa: Karina Kato

Outubro de 2007

## Índice

AMBIENTE ESTRATÉGICO E EMPRESARIAL.....	9
<b>Biodiesel.....</b>	<b>9</b>
<b>Contag negocia com empresas interessadas na produção do biodiesel – Sítio Eletrônico da CONTAG - 02/10/2007 .....</b>	<b>9</b>
<b>Usinas clandestinas de biodiesel se proliferam e deixam governo, postos e distribuidoras em alerta – Juliana Rangel – Globo On Line – Sítio Eletrônico da Contag – 10/10/2007 .....</b>	<b>9</b>
<b>Williams vai usar biocombustível da BR – Flávia Oliveira – O Globo – Coluna Negócios e Cia – 02/10/2007 .....</b>	<b>11</b>
<b>Ministra lança biocombustível para Fórmula 1 - Luciana Casemiro – O Globo – Economia- 15/10/2007 .....</b>	<b>11</b>
<b>A voz das cooperativas – Valor Econômico – Agronegócios – Curtas – 04/10/2007</b>	<b>12</b>
<b>Shell usará biodiesel – Valor Econômico – Agronegócios – Curtas – 16/10/2007....</b>	<b>12</b>
<b>Etanol .....</b>	<b>12</b>
<b>Segunda rodada de negociações dos trabalhadores na cana – Sítio Eletrônico da CONTAG – 10/10/2007 .....</b>	<b>12</b>
<b>Bóia-fria da selva poda 6 mil Kg ao dia – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 07/10/2007.....</b>	<b>12</b>
<b>Preço do álcool segue em queda – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 13/10/2007.....</b>	<b>13</b>
<b>Anp vê Pequeno Recuo em Gasolina e Álcool em Setembro - Folha de São Paulo – Dinheiro – 02/10/2007.....</b>	<b>13</b>
<b>EMPRESA DE SOROS DEVE INVESTIR US\$ 400 MI NA ARGENTINA ....</b>	<b>14</b>
<b>Álcool supera gasolina em 2020, afirma Gabrielli – Folha de São Paulo – Dinheiro – 06/10/2007 .....</b>	<b>14</b>
<b>Álcool: orgulho de ser brasileiro – Antonio Cabrera – Folha de São Paulo – Opinião – 12/10/2007 .....</b>	<b>14</b>
<b>Colheita de cana-de-açúcar em fase final no centro-sul – Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios - 01/10/2007.....</b>	<b>16</b>
<b>Máquinas vão tirar emprego de 180 mil cortadores de cana de SP - Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios - 02/10/2007 .....</b>	<b>17</b>
<b>Revigorada, nova Santelisa prepara forte crescimento - Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios - 03/10/2007.....</b>	<b>18</b>
<b>IPO da Santelisa – Valor Econômico – Agronegócios – Curtas – 04/10/2007 .....</b>	<b>19</b>
<b>Brasil torna-se nova base para expansão da DuPont - Cibelle Bouças – Valor Econômico – Agronegócios - 08/10/2007.....</b>	<b>19</b>
<b>Maior consumo de etanol – Valor Econômico – Agronegócios – Curtas – 08/10/2007 .....</b>	<b>20</b>
<b>Preços do álcool fecham em queda em São Paulo - Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios - 08/10/2007.....</b>	<b>20</b>
<b>Branco Peres investe em café no Japão e mira cana no Brasil - Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios - 09/10/2007 .....</b>	<b>21</b>
<b>Álcool por hidrovias – Valor Econômico – Agronegócios – Curtas – 09/10/2007....</b>	<b>22</b>

<b>Basf entra na corrida em busca da cana transgênica</b> - Cibelle Bouças e Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios - 10/10/2007 .....	22
<b>Petrobras exporta etanol</b> – Valor Econômico – Agronegócios – Curtas – 11/10/2007 .....	23
<b>Petrobras confirma aporte em combustíveis</b> – Valor Econômico – Agronegócios - 15/10/2007 .....	24
<b>POLÍTICA DE BIOCOMBUSTÍVEL</b> .....	24
<b>Biodiesel</b> .....	24
<b>Leilões de biodiesel começam em novembro</b> – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 06/10/2007 .....	24
<b>Etanol eleva preço de grãos, diz FAO</b> - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 06/10/2007 .....	24
<b>Brasil fica sem biodiesel previsto para 2008</b> – Iuri Dantas e Fernando Nakagawa – Folha de São Paulo – Dinheiro – 07/10/2007 .....	25
<b>Preço desestimula produção de biodiesel</b> – Fernando Nakagawa e Iuri Dantas – Folha de São Paulo – Dinheiro – 07/10/2007 .....	27
<b>Montadoras resistem a aumento na mistura</b> – Fernando Nakagawa – Folha de São Paulo – Dinheiro – 07/10/2007 .....	29
<b>Com biodiesel, diesel pode ficar mais caro</b> – Fernando Nakagawa e Iuri Dantas – Folha de São Paulo – Dinheiro – 08/10/2007 .....	30
<b>Governo vê no preço maior solução para o biodiesel</b> – Fernando Nakagawa – Folha de São Paulo – Dinheiro – 10/10/2007 .....	32
<b>ANP pode punir atraso na entrega do biodiesel</b> – Fernando Nakagawa – Folha de São Paulo – Dinheiro – 14/10/2007 .....	33
<b>Biodiesel derramado</b> – Folha de São Paulo – Opinião – Editorial – 15/10/2007 .....	34
<b>Boa parceria</b> - Nelson Hubner – O Globo – Opinião – 04/10/2007 .....	35
<b>Ministro palestra sobre biocombustíveis para diplomatas</b> – Sítio Eletrônico do MDA - 02/10/2007 .....	36
<b>Leilão de biodiesel</b> – Valor Econômico – Agronegócios – Curtas – 09/10/2007 .....	38
<b>Etanol</b> .....	38
<b>Marina admite cana na Amazônia</b> - Evandro Fadel – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 03/10/2007 .....	38
<b>Mundo não acabou com a crise e agora vem o álcool</b> - Alberto Tamer* - Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 04/10/2007 .....	38
<b>Alcoolduto depende de nova legislação</b> – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 05/10/2007 .....	40
<b>Canaviais e queimadas já desafiam Amazônia</b> - Agnaldo Brito – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 07/10/2007 .....	40
<b>Embrapa analisa áreas para produção de álcool</b> – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 07/10/2007 .....	42
<b>A saga dos biocombustíveis</b> - Antônio Márcio Buainain e José Maria da Silveira* - Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 09/10/2007 .....	43
<b>'Etanol precisa ser de fonte sustentável'</b> - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 11/10/2007 .....	45

<b>'Produção de etanol precisa ser bem planejada'</b> – Estado de São Paulo – Internacional – 13/10/2007 .....	47
<b>Brasil rejeita cana na Amazônia, afirma Dilma</b> - João Domingos e Tânia Monteiro – Estado de São Paulo – Internacional – 13/10/2007 .....	48
<b>'Brasil não deve esperar resultado positivo de Doha'</b> - Jamil Chade – estado de São Paulo – Economia e Negócios – 15/10/2007.....	49
<b>Atrás das cortinas no teatro do etanol</b> – Maria Aparecida de Moraes Silva – Folha de São Paulo – Opinião – 02/10/2007 .....	51
<b>Área plantada com cana cresce 15% em São Paulo</b> – Thiago Reis e Fabio Amato – Folha de São Paulo – Dinheiro – 02/10/2007.....	53
<b>Malthusianismo</b> – Antonio Delfim Netto – Folha de São Paulo – Opinião – 03/10/2007 .....	54
<b>Após atritos com Marina, Stephanes recua sobre cana</b> - Iuri Dantas e Mari Tortato – Folha de São Paulo – Dinheiro – 03/10/2007.....	55
<b>A cana e a Amazônia</b> – Folha de São Paulo – Opinião – Editorial – 04/10/2007 .....	56
<b>A força da agricultura brasileira</b> – Reinhold Stephanes – Folha de São Paulo – Opinião – 07/10/2007 .....	57
<b>Governo quer conter cana em florestas</b> – Marta Salomon e Iuri Dantas – Folha de São Paulo – Dinheiro – 07/10/2007.....	59
<b>Estado proíbe queimada para corte de cana</b> – O Globo – Rio – 06/10/2007.....	61
<b>Sem-terra invadem usina de grande produção de álcool e açúcar em PE</b> – O Globo – O País – 09/10/2007 .....	61
<b>Invadida e sob risco de desapropriação</b> – Letícia Lins – O Globo – O País – 10/10/2007 .....	62
<b>Paraíba aposta no álcool sustentável</b> - Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios - 04/10/2007 .....	63
<b>RELAÇÕES INTERNACIONAIS</b> .....	65
<b>Biodiesel</b> .....	65
<b>Governo adia liberação do mercado de biodiesel</b> – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 09/10/2007 .....	65
<b>Apoio a biocombustíveis na UE soma 3,7 bilhões de euros</b> - Assis Moreira – Valor Econômico – Agronegócios - 09/10/2007 .....	66
<b>Etanol</b> .....	66
<b>Etanol Conferência</b> – Márcia Bizzotto - Sítio Eletrônico da ABAG – 05/10/2007 ...	66
<b>Na África, Lula firmará acordos no setor de biocombustíveis</b> – Agência Carta Maior – 15/10/2007 .....	68
<b>Rússia tem interesse na importação de álcool</b> - Ascom Famato e Secom/MT – Sítio Eletrônico da CNA – 11/10/2007 .....	69
<b>EUA vivem a ressaca do etanol</b> - Clifford Krauss – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 01/10/2007 .....	70
<b>Brasil quer convencer UE de que etanol não afeta florestas</b> - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 03/10/2007 .....	71
<b>Brasil pressiona a OMC pelo etanol</b> - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 04/10/2007 .....	72

<b>EUA podem manter tarifa sobre etanol</b> - Patrícia Campos Mello – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 05/10/2007.....	74
<b>'O Brasil incomoda, no bom sentido'</b> - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 07/10/2007.....	75
<b>Europa garante subsídios para 191 usinas de etanol</b> - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 08/10/2007.....	76
<b>Secretário americano vem atrás do etanol</b> – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 10/10/2007.....	77
<b>ONU reforça críticas ao avanço da cana na Amazônia</b> - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 12/10/2007.....	78
<b>Rússia interessada no álcool brasileiro</b> – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 12/10/2007.....	79
<b>Lula começa viagem à África em ato ao lado de ditador</b> - Leonêncio Nossa – Estado de São Paulo – Nacional – 15/10/2007.....	79
<b>Álcool eleva exportação de milho em 465%</b> - Fernando Nakagawa e Iuri Dantas – Folha de São Paulo – Dinheiro – 02/10/2007.....	81
<b>EUA aprovam prorrogação de tarifa para álcool</b> – Folha de São Paulo – Dinheiro – 06/10/2007.....	81
<b>Holanda diz que Brasil é Parceiro Ideal para Bioenergia</b> – Sítio Eletrônico do MAPA – 15/10/2007.....	82
<b>País quer etanol e orgânicos em lista ambiental</b> - Assis Moreira – Valor Econômico – Brasil - 03/10/2007.....	82
<b>Comissão do Senado americano aprova prorrogação de tarifa sobre o etanol</b> – RB – Valor Econômico – Brasil - 05/10/2007.....	83
<b>Vendas de etanol aos EUA surpreendem</b> - Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios - 05/10/2007.....	84
<b>Brasil acusa EUA de fazer 'propaganda'</b> - Assis Moreira – Valor Econômico-Brasil - 11/10/2007.....	85
<b>Comissária da UE diz que Rodada precisa de decisão política</b> – Valor Econômico – Brasil - 11/10/2007.....	87
<b>País deve exercer liderança para que Doha seja concluída, diz Gutierrez</b> – Raquel Landim – Valor Econômico – Brasil - 11/10/2007.....	88
<b>Lula faz reunião para identificar "gargalos" na América do Sul</b> - Sergio Leo – Valor Econômico – Brasil - 11/10/2007.....	89
<b>Comissária da UE defenderá fim de subsídio a biocombustível no bloco</b> - Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios - 16/10/2007.....	90

## Segunda Quinzena

<b>AMBIENTE ESTRATÉGICO E EMPRESARIAL</b> .....	91
<b>Biodiesel</b> .....	91
<b>Grupo espanhol planeja investir na produção de biodiesel em MG</b> - Ivana Moreira – Valor Econômico – Agronegócios - 17/10/2007.....	91

<b>Britânica investe em pinhão-manso em SP</b> - Cibelle Bouças – Valor Econômico – Agronegócios - 25/10/2007 .....	92
<b>Battistella cria gerador de energia 100% a biodiesel</b> - Cibelle Bouças – Valor Econômico – Empresas - 26/10/2007 .....	93
<b>Forageira pode ser usada para biodiesel</b> – Cibelle Bouças – Valor Econômico – Agronegócios - 29/10/2007 .....	94
<b>Etanol</b> .....	95
<b>Usinas aderem ao plano antiqumada</b> – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 23/10/2007 .....	95
<b>Prejuízo já reduz investimentos no álcool</b> – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – 23/10/2007 .....	95
<b>BNDES eleva desembolsos para etanol</b> – Valor Econômico – Agronegócios - 17/10/2007 .....	97
<b>Furlan no álcool</b> – Valor Econômico – Agronegócios – Colun Curtas – 18/10/2007	97
<b>Ônibus movido a etanol</b> – Valor Econômico – Agronegócios – Coluna Curtas – 18/10/2007 .....	97
<b>Soja encolhe, mas ainda é o carro-chefe</b> – Ana Paula Grabois – Valor Econômico – Agroengócio - 18/10/2007 .....	98
<b>Seca afeta produção de cana da safra 2008/09</b> - Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios - 18/10/2007 .....	98
<b>Etanol vai servir de exemplo ao combustível vegetal</b> - Maurício Capela – Valor Econômico – Empresas - 23/10/2007 .....	100
<b>Petróleo em alta e ecologia estimulam o bioquerosene</b> - Patrícia Nakamura – Valor Econômico – Empresas - 23/10/2007 .....	101
<b>Oferta elevada derruba preço da cana</b> – Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios - 23/10/2007 .....	102
<b>Toyota defende modelo híbrido e questiona etanol</b> - Marli Olmos – Valor Econômico – Empresas - 24/10/2007 .....	103
<b>Maior refinaria do mundo pode investir em açúcar no Brasil</b> - Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios - 24/10/2007 .....	104
<b>Odebrecht investe mais US\$ 1 bi em usinas</b> - Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios - 24/10/2007 .....	105
<b>Usina de bioetanol</b> – Valor Econômico – Agronegócios – Coluna Curtas – 25/10/2007 .....	106
<b>Família Biagi fortalece área de bens de capital</b> - Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios - 29/10/2007 .....	106
<b>Mandioca doce é nova opção para etanol</b> - Cibelle Bouças – Valor Econômico – Agronegócios - 29/10/2007 .....	107
<b>POLÍTICA DE BIOCMBUSTÍVEL</b> .....	108
<b>Biodiesel</b> .....	108
<b>Projeto incentiva produção de biodiesel em duas regiões de Minas</b> – Sítio Eletrônico da Contag – 31/10/2007 .....	108
<b>As incertezas do biodiesel</b> - Celso Ming – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 27/10/2007 .....	109

<b>Reunião discute no MS ações com foco no biodiesel</b> – Sítio Eletrônico do MDA - 16/10/2007 .....	110
<b>Usinas pedem à ANP que altere regras para distribuir biodiesel</b> - Cibelle Bouças – Valor Econômico – Agronegócios - 23/10/2007 .....	113
<b>Sob pressão, governo legaliza plantio do pinhão-manso</b> - Cibelle Bouças e Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios - 24/10/2007 .....	113
<b>Scania vai testar ônibus a etanol em SP</b> – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 18/10/2007 .....	114
<b>Na lavoura de cana, 27 pessoas em 2 cômodos</b> – Estado de São Paulo – Nacional – 21/10/2007 .....	114
<b>Agroenergia é tema da I Conferência Nacional que acontece em Curitiba</b> -.....	115
Luciane Bosenbecker – Sítio Eletrônico da Fetraf – 26/10/2007.....	115
<b>SP teve quase 60% da produção de cana em 2006</b> – Janaína Lage - Folha de São Paulo – Dinheiro – 18/10/2007.....	116
<b>Projeto de lei reduz proteção à Amazônia, afirmam ONGs</b> – Folha de São Paulo – Ciência – 20/10/2007.....	116
<b>O etanol: vale mais quem Deus ajuda?</b> – Rogério Cezar de Cerqueira Leite – Folha de São Paulo – Opinião – 21/10/2007 .....	117
<b>Verba para energia limpa precisa dobrar</b> – Eduardo Geraque – Folha de São Paulo – Ciência – 23/10/2007.....	119
<b>Biocombustível é aprovado com ressalvas</b> – Eduardo Geraque – Folha de São Paulo – Ciência – 23/10/2007.....	120
<b>Ônibus movido a etanol é testado em São Paulo</b> - Aduari Antunes Barbosa – O Globo – Ciência – 24/10/2007.....	121
<b>Bioetanol tem dois projetos paralelos</b> – O Globo – Economia – 27/10/2007.....	122
<b>Conferência Internacional Debate Biocombustíveis</b> – Sítio Eletrônico do MAPA – 09/10/2007 .....	122
<b>Agroenergia é tema de debate em Brasília</b> – Sítio Eletrônico do MDA – 17/10/2007 .....	123
<b>Agroenergia e Desenvolvimento de Comunidades Rurais Isoladas</b> – Sítio Eletrônico do MDA – 17/10/2007 .....	124
<b>Condição de trabalho na produção de etanol também é foco de polêmica</b> – Sítio Eletrônico do MST – 29/10/2007 .....	125
<b>Leonardo Boff abre a 1ª Conferência Nacional Popular sobre Agroenergia</b> – Solange Engelmann – Sítio Eletrônico do MST – 30/10/2007 .....	126
<b>Um velho tema: inflação e agricultura</b> – José Roberto Mendonça de Barros – Valor Econômico – Opinião - 18/10/2007 .....	128
<b>Minas terá investimentos de R\$ 1,3 bilhão em etanol</b> - Ivana Moreira – Valor Econômico – Agronegócios - 23/10/2007 .....	130
<b>Cenário ainda é de baixa para os preços do açúcar e do álcool, afirma a Kingsman</b> - Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios - 25/10/2007 .....	131
<b>UE negocia parceria para pesquisar biocombustível</b> - Sergio Leo – Valor Econômico – Brasil - 26/10/2007 .....	132
<b>Interesses especiais e subsídios</b> - Martin Wolf – Valor Econômico – Opinião - 31/10/2007 .....	132

RELAÇÕES INTERNACIONAIS.....	135
<b>Biodiesel</b> .....	135
<b>UE ameaça impor sobretaxa a biodiesel dos Estados Unidos</b> - Assis Moreira – Valor Econômico – Agronegócios - 26/10/2007.....	135
<b>Etanol</b> .....	135
<b>Fischer Boel admite 'descongelar' negociações para acordo Mercosul/UE</b> - Fabíola Salvador – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 16/10/2007.....	135
<b>UE faz redução modesta do subsídio ao etanol</b> - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 18/10/2007.....	136
<b>FMI quer liberalização do etanol</b> - Rolf Kuntz – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 18/10/2007.....	137
<b>O FMI e o etanol</b> – Estado de São Paulo – Notas e Informações- Editorial – 19/10/2007.....	138
<b>Bird alerta países para riscos da produção de biocombustíveis</b> - Rolf Kuntz – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 20/10/2007.....	139
<b>Brasil é único país sem subsídio para o etanol, diz OCDE</b> - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 24/10/2007.....	141
<b>Cana-de-açúcar lá</b> – Folha de São Paulo – Brasil – Toda a mídia – Nelso de Sá – 19/10/2007.....	142
<b>Só Brasil pode ter álcool sem subsídios, afirma OCDE</b> – Marcelo Ninio – Folha de São Paulo – Dinheiro – 24/10/2007.....	142
<b>A tartaruga de Doha</b> – Folha de São Paulo – Opinião – Editoriais – 25/11/2007 ...	144
<b>Membro da ONU pede moratória de biocombustível</b> – Folha de São Paulo – Dinheiro – 27/10/2007.....	145
<b>Comissão sinaliza que a área de cana pode dobrar nas Américas</b> – Mônica Scarmuzzo – Valor Econômico – Agroengócios - 19/10/2007.....	145
<b>Países da América Central de olho no álcool combustível</b> – Mônica Scaramuzzo - Valor Econômico – Agronegócios - 22/10/2007.....	146
<b>Brasil deixa de ser o mais competitivo na produção de açúcar</b> - Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios - 23/10/2007.....	147
<b>Para OCDE, quebra de safra explica alta de preço de grãos</b> – Assis Moreira – Valor Econômico – Especial - 24/10/2007.....	148
<b>Nos EUA, estímulo à produção de álcool custará US\$ 11 bi</b> - Ricardo Balthazar – Valor Econômico – Especial - 24/10/2007.....	148
<b>Sem apoio, Brasil é o único competitivo em etanol</b> – Assis Moreira - Valor Econômico – Especial - 24/10/2007.....	150



## AMBIENTE ESTRATÉGICO E EMPRESARIAL

### **Biodiesel**

#### **Contag negocia com empresas interessadas na produção do biodiesel – Sítio Eletrônico da CONTAG - 02/10/2007**

Até sexta-feira, 5 de outubro, trabalhadores rurais ligados a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) negociam com empresas de combustível a compra de matéria-prima para a produção do biodiesel. Participam das negociações representantes das Federações de Trabalhadores na Agricultura de 20 estados das regiões Centro-Oeste, Sul, Sudeste e Nordeste. Os encontros entre fornecedores-compradores são realizados na sede da Contag, em Brasília.

Hoje (2) os produtores se reúnem com as empresas Brasil Ecodiesel. Amanhã (3), com a Granol e Agrenco. Na quinta-feira (4), com as empresas Ponte de Ferro e BioVerde e, finalmente, na sexta-feira (5), com a Petrobrás. Segundo o diretor de política Agrícola da Contag, Antoninho Rovaris, nas negociações serão definidos os modelos de contratos para o plantio de acordo com as especificidades de cada região. "A idéia é que, até o final do ano, 150 mil famílias em todo o Brasil estejam produzindo oleaginosas para a produção do biodiesel, entre elas, mamona, amendoim, girassol", exemplifica Rovaris.

Agência Contag de Notícias

#### **Usinas clandestinas de biodiesel se proliferam e deixam governo, postos e distribuidoras em alerta – Juliana Rangel – Globo On Line – Sítio Eletrônico da Contag – 10/10/2007**

RIO - O incentivo à produção de biodiesel e à comercialização do óleo, que será obrigatoriamente misturado ao diesel na proporção de 2% a partir de janeiro, acende a luz amarela para o surgimento de usinas clandestinas, que já operam de olho no filão. Desde o ano passado, a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis vêm apertando o cerco na fiscalização já autuou mais de 22 produtores no país. De acordo com o presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Derivados de Petróleo do Estado de Mato Grosso (Sindipetróleo), Fernando Chaparro, 70% das usinas do estado são clandestinas. A estimativa é de que, juntas, elas produzam mais de 500 mil litros por dia, ou 15 milhões de litros por mês.

- Com o incentivo à atividade de produção, é comum que locais com disponibilidade de matéria prima, com plantação de soja, girassol ou com oferta de sebo bovino atraíam a instalação de empresas com produção destinada ao consumo próprio ou à comercialização irregular no mercado. As ações têm sido direcionadas a Mato Grosso, São Paulo e Paraná - admite o especialista em regulação da ANP Marcus Werner. O presidente da Federação Nacional do Comércio de Combustíveis e Lubrificantes (Fecombustíveis), Paulo Miranda Soares, explica que, nas usinas, o óleo de soja processado (sem glicerina) sai por R\$ 2,50 a R\$ 3 o litro, contra R\$ 1,50 cobrado pelo diesel nas

refinarias da Petrobras. Já o biodiesel irregular (que não paga impostos) custa entre R\$ 1,50 e R\$ 1,80 por litro.

Somente no Mato Grosso, já foram autuadas 14 usinas, que ofereciam sua produção diretamente para os postos, sem o pagamento de tributos.

- Aachamos que governo está forçando a implementação do programa, mas não sabemos se ele está preparado para fiscalizar. O programa é bom e a gente apóia, mas precisaremos ter um cuidado enorme porque, se esse desequilíbrio for proporcional à pluralidade de produtores, o governo pode perderá muito dinheiro, inclusive no diesel, que é um mercado bem estabelecido - diz.

O temor dos donos de postos é que se abra espaço para uma nova indústria de irregularidades e de liminares:

- Isso pode criar a concorrência desleal, como a que ocorreu depois do processo de liberação da distribuição da gasolina. Se hoje o governo já não consegue fiscalizar 300 usinas de álcool e pouco mais de 100 distribuidoras, o que vai acontecer quando as usinas se espalharem? - questiona Soares.

A Fecombustíveis também se preocupa com o fato de, até agora, não haver no mercado uma ferramenta que possa identificar, nos postos, qual o percentual de biodiesel que está sendo misturando ao diesel.

Marcus Werner, da ANP, explica que o foco da agência não é tributário, mas diz que os técnicos têm agido em parceria com secretarias estaduais de Fazenda, o que tem dado certo. Para uma usina deixar de ser clandestina, ela precisa da autorização do órgão regulador. A ANP faz exigências em relação a licenças ambientais, alvará e segurança. O biocombustível também pode ser comercializado em leilões promovidos pela agência. Um grupo formado por representantes de diversas áreas vem elaborando, juntamente à ANP, uma minuta de alteração nas regras para a regulamentação do setor de biodiesel, atualmente guiado pela Resolução 41, que institui o biodiesel como uma das matrizes energéticas do país.

- Por ser um mercado que ainda está amadurecendo e, tendo em vista a fase de mistura obrigatória do biodiesel no diesel que se inicia em janeiro, a tendência é de que a regulamentação evolua e passe por revisões - diz Werner.

Uma das definições publicadas recentemente é a determinação de que a Petrobras continuará sendo a principal compradora do biodiesel no Brasil.

- Com isso, não haverá venda direta do produtor para distribuidora enquanto são desenvolvidos e aprimorados mecanismos de controle e prevenção. Como medida de transição, esta norma pode trazer mais segurança. Mas não desejamos esta sistemática como definitiva - diz Alísio Vaz, vice-presidente executivo do Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Combustíveis e Lubrificantes (Sindicom).

Segundo ele, a situação é mais preocupante quando o preço do óleo de soja cai no mercado, favorecendo as adulterações.

- Felizmente o preço do óleo de soja no momento não está estimulando essas práticas, mas realmente não existe um mecanismo para identificar o teor de biodiesel no diesel dos postos. É preciso estabelecer uma punição dura para quem fraudar o biodiesel - defende. **Fonte:** Globo Online ? RJ

**Williams vai usar biocombustível da BR** – Flávia Oliveira – O Globo – Coluna Negócios e Cia – 02/10/2007

A Petrobras está testando gasolina nova na Fórmula1. O produto terá a adição de 5,75% de biocombustível e chegará às pistas no ano que vem. Os carros da equipe Williams, patrocinada pela estatal, serão os primeiros a rodar com a gasolina ecologicamente correta. A novidade reduzirá os danos do esporte ao meio ambiente, atendendo à determinação da Federação Internacional de Automobilismo (FIA) para 2008. A campanha publicitária que a Petrobras Distribuidora (BR) desenvolveu para a etapa brasileira de Fórmula-1, dia 21, em Interlagos (SP), apresentará a iniciativa. A agência Expomídia criou os anúncios, que trazem um circuito de provas em forma de jacaré (foto), entre outros animais da fauna brasileira.

**Ministra lança biocombustível para Fórmula 1** - Luciana Casemiro – O Globo – Economia- 15/10/2007

Dilma participa de evento de estréia da gasolina com mistura ecológica da Petrobras

A ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, abasteceu ontem o carro de Fórmula 1 da Williams, no Aterro do Flamengo, com o primeiro biocombustível aprovado pela Federação Internacional de Automobilismo (FIA). Produzida pela Petrobras, a gasolina especial se enquadra a nova regra da FIA, que vinha sendo discutida há dois anos e meio e exige, ao menos, 5,75% de componentes oxidantes e biodegradáveis nos combustíveis que abastecerão os carros da F-1 em 2008, como publicou a colunista Flávia Oliveira este mês. Qual é a mistura é segredo guardado a sete chaves pela estatal.

Além da ministra, participaram o presidente da Petrobras, José Sergio Gabrielli; Maria das Graças Foster, diretora de Gás e Energia; Paulo Roberto Costa, diretor de Abastecimento; o presidente da BR, José Eduardo Dutra; e o piloto da Williams Kazumi Nakajima.

— Vamos apresentar um combustível que mais que atende às condições da FIA e tem como base nossa experiência de mais de 30 anos de biocombustível — afirmou Gabrielli.

Dilma reforçou o fato de a migração de tecnologia, desta vez, fazer um caminho contrário ao usual: — Tradicionalmente é da Fórmula 1 para o seu carro e não do seu carro de passeio para a Fórmula 1.

Combustível de origem renovável é muito importante para o Brasil.

O novo combustível, que segue a legislação européia, será adotado por todas as escuderias na temporada que vem.

Após o lançamento, ocorreram, numa pista fechada no Aterro, demonstrações de todas as categorias automobilísticas patrocinadas pela Petrobras.

**DILMA ABASTECE o carro da Williams ao lado de Nakajima, com Gabrielli (ao fundo, à esquerda) e Dutra**

### **A voz das cooperativas** – Valor Econômico – Agronegócios – Curtas – 04/10/2007

A Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), por meio do gerente de mercados Evandro Sheid Ninaut, criticará, durante a 2ª Enerbio (evento que será realizado em Brasília entre os dias 9 e 11 de outubro), os entraves para que o cooperativismo tenha oportunidades de avançar na área de biocombustíveis. Um dos problemas é a atual obrigação que os produtores interessados em usar biodiesel têm de participar dos leilões da Petrobras.

### **Shell usará biodiesel** – Valor Econômico – Agronegócios – Curtas – 16/10/2007

A Shell vai abastecer com biodiesel os geradores de energia elétrica do Autódromo de Interlagos, de São Paulo, e os veículos movidos a diesel que serão usados no GP de Fórmula 1 deste ano. O volume de biodiesel que será consumido será de 70 mil litros.

## **Etanol**

### **Segunda rodada de negociações dos trabalhadores na cana** – Sítio Eletrônico da CONTAG – 10/10/2007

Na manhã dessa quarta-feira (10) acontece a segunda rodada de negociações entre patrões, representados pelo Sindicato dos Usineiros, e trabalhadores da palha da cana da Zona da Mata de Pernambuco. O mediador será um representante da Delegacia Regional do Trabalho (DRT). Os participantes discutirão as cláusulas pendentes, como salário, piso de garantia, tabela de tarefas, delegado sindical e horário de trabalho.

Mais de 100 mil canavieiros, representados por 50 sindicatos da Zona da Mata reivindicam um salário de R\$ 450, piso de garantia de 20% acima do mínimo, alojamento digno, terra e condições de trabalho, seguro desemprego na entressafra e tabela de tarefa com critério, normas de produção, garantia de transporte seguro e gratuito, água potável no local de trabalho, serviço completo de aplicação de herbicidas e agrotóxicos em geral, entre outros.

### **Bóia-fria da selva poda 6 mil Kg ao dia** – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 07/10/2007

poda 6 mil Kg ao dia Nordeste enfrenta com fé a dura rotina

'Aquele que habita no esconderijo do Altíssimo à sombra do onipotente descansará.' Francisco da Chagas Lima Costa é um homem de fé, e essas palavras, retiradas do Salmo 91, são como um alento. Brotam da garganta quando a lida insiste em dobrar esse sertanejo. Contra a dureza do trabalho, a força da palavra.

Francisco é cortador de cana, número 5.135 na Agropecuária Jayoro. Nunca imaginou haver cana na Amazônia. Um convite de trabalho o trouxe para o meio da

floresta. A esposa e os filhos ficaram no Piauí. Há duas safras, os golpes nos pés de cana tentam matar a saudade. Uma fotografia da família é sua única recordação. E, à noite, após derrubar 6 toneladas de cana, algumas lágrimas brotam de repente.

Mas o sonho da cana na Amazônia também lhe dá esperanças. 'Volto no fim do ano, para trazer todo mundo para junto de mim.' São seis dias de barco até Belém. Depois, a viagem de ônibus. Francisco vai morar em Presidente Figueiredo, cidade mais ao norte do Amazonas, que um dia quis homenagear o último presidente militar do Brasil.

Com 25,4 mil Km<sup>2</sup>, o município é tão extenso quanto alguns países europeus. Fora a produção de cana, só existe o serviço público. 'Quem não trabalha aqui só pode trabalhar na prefeitura. Sem isso, tem de viver de roça', diz Antonio Pinto Araújo, um dos funcionários da Jayoro nascidos no Amazonas. 'Sonhava em trabalhar aqui', diz o fermentador. Ele quer ser técnico em destilação de álcool, o passo seguinte. Hoje, a função está a cargo de Jean Carlos Rossini, paulista de Matão que fez carreira em usina de açúcar. Começou em São Paulo, onde aprendeu tudo sobre etanol, e é um dos responsáveis por fazer a usina da Amazônia produzir este ano 7 milhões de litros de álcool hidratado.

#### **Preço do álcool segue em queda – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 13/10/2007**

O preço médio do litro do álcool combustível nas usinas paulistas seguiu em queda esta semana, até ontem, segundo o indicador do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea) da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq). O litro do hidratado foi cotado, em média, a R\$ 0,55917, baixa de 0,19%. Já o álcool anidro foi negociado, em média, a R\$ 0,65816 o litro, recuo de 0,21%. Mesmo com as variações, os preços mantêm estabilidade há cinco meses e são os menores desde 2005.

#### **Anp vê Pequeno Recuo em Gasolina e Álcool em Setembro - Folha de São Paulo – Dinheiro – 02/10/2007**

Segundo pesquisa da ANP (Agência Nacional do Petróleo), em setembro o preço médio do álcool no país teve queda de 1,62%, passando de R\$ 1,359 para R\$ 1,337 por litro. Já a gasolina apresentou discreto recuo, de 0,28% -custava R\$ 2,486 o litro em agosto, em média, e R\$ 2,476 em setembro.

## **EMPRESA DE SOROS DEVE INVESTIR US\$ 400 MI NA ARGENTINA**

A Adecoagro, empresa que tem como principal acionista o megainvestidor George Soros, pretende fazer investimentos de até US\$ 400 milhões na produção de biocombustíveis e na geração de energia elétrica na Argentina. "Investiremos entre US\$ 300 milhões e US\$ 400 milhões no país no setor de biocombustíveis", disse ao jornal "El Cronista" Alejandro López Moriena, responsável técnico da Adecoagro. A maior parte do investimento deve ser realizada na Província de Santa Fé. O grupo de Soros já atua no Brasil, onde, em junho, anunciou a construção de três usinas de álcool.

**Álcool supera gasolina em 2020, afirma Gabrielli** – Folha de São Paulo – Dinheiro – 06/10/2007

DA REUTERS - A Petrobras acredita que o consumo de gasolina no Brasil passará a ser inferior ao de álcool combustível por volta de 2020, de acordo com estudo citado pelo presidente da companhia, José Sergio Gabrielli, ontem.

A estatal projeta crescimento continuado do combustível renovável no mercado doméstico, onde o acompanhamento do álcool por parte da indústria ligada ao petróleo será cada vez mais importante.

Segundo o estudo, a participação de veículos com motores bicombustíveis na frota nacional de automóveis deverá chegar a 71,3% no ano de 2020, contra pouco mais de 20% atualmente.

**Álcool: orgulho de ser brasileiro** – Antonio Cabrera – Folha de São Paulo – Opinião – 12/10/2007

### **ANTONIO CABRERA**

**O álcool traz de volta o devido valor ao homem do campo e força uma redução na distância entre países ricos e pobres**

*"Cante a cidade que é sua, que eu canto o sertão que é meu."*  
**(Patativa do Assaré)**

A SABEDORIA rural afirma que um raio não cai em pau deitado. Talvez essa assertiva seja o melhor retrato do "teatro do etanol" publicado nesta Folha ("Tendências/Debates", 2/10), pois é só um setor se destacar que infelizmente críticas mal colocadas tentam denegrir algo de que deveríamos nos orgulhar.

Para esses, a maior dificuldade não está nas inovações que o setor apresenta, mas em escapar das idéias antigas, pois ainda se imagina o setor sendo escravocrata, com

"feitores" das épocas passadas. Na realidade, o álcool está trazendo de volta o devido valor ao homem do campo e forçando uma redução na distância entre países ricos e pobres. Pode-se afirmar que o ignorante não é aquele que nada sabe, mas aquele que não sabe o que devia saber. Em primeiro lugar, tem-se o registro de uma redução das áreas plantadas com produtos agrícolas, mas, na verdade, o setor deve ser avaliado pela produção efetiva. Nos últimos 15 anos, o Brasil teve um aumento da sua safra agrícola de 125%, com um aumento de área de apenas 22%.

Resumindo, estamos produzindo a maior safra sucroalcooleira da história, com uma produção recorde da safra agrícola e um estoque formidável de terras para uso futuro, sem pensarmos na Amazônia ou no Pantanal.

Na questão do trabalho, o sertanejo sabe que o "emprego não cai do céu, mas pode brotar do chão", pois o setor da cana foi o principal promotor na geração de empregos neste ano.

É claro que podemos melhorar a qualidade desse emprego, bem como sabemos que é um emprego rude, mas longe de serem "obrigados" a esse tipo de trabalho forçado ou proibidos de fazer greves (que ocorreu no início de safra em São Paulo).

O ponto a ser abordado é que esses trabalhadores, pelo seu despreparo para outras tarefas, têm infelizmente nesse tipo de emprego ou na construção civil a principal porta de entrada no mercado de trabalho. E a nós, mais saudável e produtivo, caberia a missão de incentivar a realocação dessa mão-de-obra, pois, nos próximos cinco anos, a mecanização trará um aumento no desemprego. Assim, pode-se perder o bom por querer o melhor, pois, antes da terra prometida, precisamos atravessar o Jordão.

Acrescente-se que a NR 31 é uma das normas trabalhistas mais exigentes, senão a mais, quanto à segurança e ao bem-estar do trabalhador rural e deve ser cumprida por todo o setor. Mas não custa lembrar: alguém já escreveu sobre as condições de trabalho nas minas de carvão da China (que com tantos produtos abastece o Brasil) ou nos campos de produção de petróleo do Iraque e da Nigéria?

Convém ressaltar, ao contrário do apregoado sem dados comparativos com outros setores, a mortalidade de trabalhadores na lavoura canavieira está em 150º lugar no Brasil (a construção civil teve mais de 5.000 mortes nos últimos 14 anos) e a letalidade nos canaviais está em 253º lugar. Já o índice de acidentes de trabalho está em 61º lugar e, quanto às doenças no trabalho, ocupa a 491ª posição.

Tendo uma das mais altas remunerações do setor rural em SP, mais de 93% têm carteira assinada, enquanto no Brasil não atingimos 50%. Mais ainda, em nosso Estado, 95% das empresas possuem creche/berçário; 98% das empresas possuem refeitório; 86% oferecem alojamento para a mão-de-obra de outras localidades; 84% das empresas já têm programas de participação nos lucros ou resultados; 74,8% dos trabalhadores são naturais do Estado de São Paulo; e 58,3% dessas empresas já mantêm empregados portadores de deficiência nos percentuais exigidos por lei.

Quanto à fuligem da cana queimada, apesar de pessoalmente ser favorável ao término das queimadas, ainda se utiliza tal recurso nos canaviais dos EUA, da Austrália, da África do Sul e de quase todos os cem países que plantam cana-de-açúcar. Os problemas e as dificuldades apontadas são o preço do progresso, mas sabemos que o pessimismo jamais ganhou uma batalha. Da mesma maneira que Santos Dumont perdeu a oportunidade do reconhecimento na aviação, não vamos repetir o erro por acusações infundadas, mas, sim, nos esforçar para liderar no planeta essa mudança de matriz energética. Afinal, o homem do campo sabe que o nó da cana não se chupa, mas ele dá álcool, açúcar, energia e, principalmente, renda e emprego.

**ANTONIO CABRERA**, 47, médico veterinário, é produtor de cana-de-açúcar. Foi ministro da Agricultura e Reforma Agrária (governo Collor) e secretário da Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (governo Covas).

Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo.

#### **Colheita de cana-de-açúcar em fase final no centro-sul – Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios - 01/10/2007**

A colheita de cana-de-açúcar avança no centro-sul do país e já se aproxima da reta final. Dados preliminares da União da Indústria da Cana-de-Açúcar (Unica) indicam que as usinas processaram cerca de 320 milhões de toneladas até o fim de setembro, ou cerca de 75% da oferta total estimada para a região, de 425 milhões de toneladas.

No mês de setembro, as usinas processaram cerca de 65 milhões de toneladas de cana. Segundo Antonio de Padua Rodrigues, diretor-executivo da Unica, o ritmo da moagem nas próximas semanas vai depender do clima. O volume de cana que deverá ser deixado nos canaviais também poderá ser menor, se o clima continuar seco.

Em agosto, a Unica tinha projetado que cerca de 10 milhões de cana ficariam "em pé". Segundo Padua, esse volume poderá cair se o ritmo da colheita avançar até o fim da safra, previsto para dezembro. Entre maio e junho, as chuvas nas regiões produtoras atrapalharam a moagem.

Com a safra de cana perto do fim, os preços do álcool começam a ficar firmes. Na sexta-feira, contudo, ainda fecharam mistos. O litro do anidro encerrou a R\$ 0,66022 (sem impostos), com ligeiro recuo de 0,18% em relação à semana anterior. O hidratado fechou a R\$ 0,58163 (sem impostos), com aumento de 0,34% sobre o período anterior, segundo levantamento semanal do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea).

Segundo Marcelo Andrade, diretor-sócio da Ecoflex Trading, os preços do álcool ainda não apresentam direção altista. A expectativa é de que as cotações do álcool comecem a subir a partir da segunda quinzena de outubro e se consolidem em novembro. As usinas já começaram a fechar exportações de anidro para Europa, com entrega a partir de janeiro. (MS)



## **Máquinas vão tirar emprego de 180 mil cortadores de cana de SP - Mônica**

Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios - 02/10/2007

Cerca de 180 mil trabalhadores que atuam no corte de cana em São Paulo devem perder o emprego até 2014, quando termina o prazo para o fim das queimadas em áreas mecanizáveis no Estado. A proporção de emprego em uma frente de trabalho para o corte de 3,2 mil toneladas de cana/dia (média diária de moagem de uma usina em São Paulo) é de 479 trabalhadores. Com a substituição desses cortadores por quatro colheitadeiras, a proporção de emprego cairá para 75 trabalhadores, segundo Antonio de Padua Rodrigues, diretor-técnico da Unica (União da Agroindústria da Cana-de-Açúcar).

O setor sucroalcooleiro emprega cerca de 600 mil trabalhadores na área agrícola. Deste total, 180 mil estão em São Paulo -, dos quais 40% voltam para seu Estado de origem após cada safra. Segundo Padua, a Unica já tem programa de qualificação e requalificação profissional. No entanto, apenas 70 mil devem ser reaproveitados em outras funções nas usinas.

Em junho, o governo estadual assinou um protocolo de intenções com a Unica antecipando a meta de substituição da queima da cana na lavoura pela colheita mecanizada. O fim da queima dos canaviais em áreas planas foi antecipado de 2021 para 2014. Em áreas de declive, o fim das queimadas passou de 2031 para 2017. São Paulo tem apenas 5% de áreas com topografia acidentada.

Maior grupo sucroalcooleiro do país, a Cosan já conta com programas de requalificação profissional, segundo Paulo Diniz, vice-presidente de finanças e relações com o mercado. A companhia tem 37 mil trabalhadores, dos quais 20 mil na área agrícola. Diniz acredita que boa parte dos trabalhadores que não for absorvida em São Paulo, poderá migrar para outros Estados que estão expandindo a cana.

Um estudo do Instituto de Economia Agrícola (IEA-APTA), vinculado à Secretaria de Agricultura de São Paulo, estima que a introdução de máquinas na colheita da cana desemprega cerca de 2.700 pessoas por safra para cada 1% de área mecanizada. Para esse cálculo, o IEA usou informações dos levantamentos da safra 2007/08, como quantidade colhida em média por homem, produção de cana e tempo da safra (assumindo 132 dias efetivamente trabalhados).

Atualmente, a mecanização em São Paulo representa 41% do total plantado no Estado, ante uma média de 30% no centro-sul do país, segundo Celma da Silva Lago Baptistella, uma das cinco pesquisadoras envolvidas neste estudo, feito a pedido do governo estadual. O setor sucroalcooleiro é um dos maiores empregadores agrícolas.

A preocupação ambiental levou os governos federal e paulista a estabelecerem prazos para a erradicação da queima da cana e, conseqüentemente, acelerou a substituição do trabalho manual pelo mecânico. Segundo o estudo, dificilmente o contingente de cortadores será absorvido dentro do próprio setor ou em outros segmentos agropecuários.

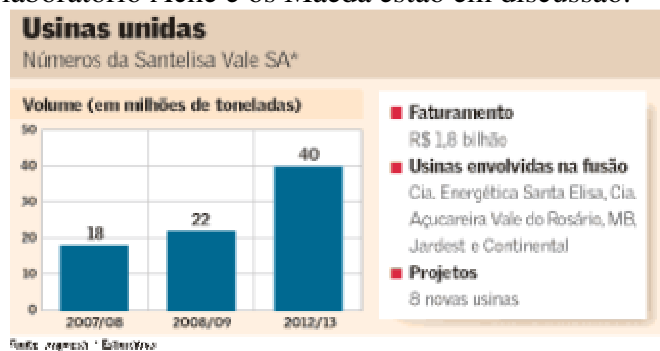
Dos trabalhadores que atuam nos canaviais paulistas, 78,6% estudaram, no mínimo, oito anos e 3,7% são analfabetos ou sabem escrever pelo menos o nome. Outros 81,9% têm entre 18 e 39 anos. Cerca de 5% têm acima de 50 anos e 0,3% tem até 17 anos.

## Revigorada, nova Santelisa prepara forte crescimento - Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios - 03/10/2007

A Santelisa Vale SA, empresa formada a partir da fusão entre a Cia. Energética Santa Elisa, de Sertãozinho (SP), Vale do Rosário, de Morro Agudo (SP), e outras três usinas paulistas, prepara-se para se tornar uma gigante do setor. Com sócios de peso, entre eles, o Goldman Sachs, a companhia está fazendo aportes de cerca de US\$ 1,6 bilhão para elevar a produção de cana dos atuais 18 milhões de toneladas para 40 milhões de toneladas nos próximos cinco anos, com a construção de pelo menos oito usinas.

Cada projeto está orçado em cerca de US\$ 200 milhões, diz Cícero Junqueira Franco, acionista da Santelisa. Dos oito projetos anunciados, três deles devem entrar em operação em 2008, nas cidades de Campina Verde e Ituiutaba, ambas no Triângulo Mineiro, em um investimento feito pela CNAA (Companhia Nacional do Açúcar e Álcool), empresa criada pela Santa Elisa em parceria com fundos estrangeiros. A outra unidade deverá entrar em operação em Edéia (GO), uma parceria entre a usina MB, da Vale do Rosário, e o grupo Maeda.

Nesta primeira fase, a Santelisa elevará a moagem de cana em 22%, para 22 milhões de toneladas. Quando todos os projetos estiverem finalizados, em cinco anos, o grupo ultrapassará 40 milhões de toneladas. Duas outras novas unidades serão construídas em Itumbiara, em Goiás, além do projeto da Crystalsev em Santa Vitória (MG), que também poderá abrigar o projeto de alcooquímica com a Dow. Novas parcerias para duas usinas com o laboratório Aché e os Maeda estão em discussão.



A fusão entre as usinas foi anunciada no fim de 2006, mas foi a partir de fevereiro deste ano que o projeto ganhou corpo. À época, boa parte dos acionistas da Vale do Rosário tinha recebido uma proposta do grupo Cosan para a compra da maioria das ações da usina. Recusada a oferta, Junqueira Franco uniu forças com a família Biagi para criar uma nova empresa para concorrer com a Cosan.

As cinco usinas operam juntas desde maio deste ano, início da safra 2007/08, mas a fusão deverá sair do papel nos próximos dias. "Só faltam alguns detalhes jurídicos", diz Junqueira Franco.

Na nova empresa, André Biagi, presidente da Santa Elisa, encabeça o conselho de administração do grupo. Cícero Torquato Junqueira Franco e Celso Torquato Junqueira Franco, filhos de Junqueira Franco, vão ocupar a cadeira do conselho, assim como Giordano Biagi, filho do empresário Luiz Biagi. Luiz Biagi e Cícero Junqueira Franco não assumem novas funções e se mantêm como acionistas. Anselmo Lopes Rodrigues, diretor-superintendente da Santa Elisa, será o presidente da Santelisa Vale SA.

A nova empresa negocia a entrada do BNDESPar como acionista e não descarta novos projetos de usinas e aportes no exterior. Atualmente, a família Biagi tem em torno de 57% do capital da nova empresa. Os acionistas da Vale do Rosário, cerca de 26%. Goldman Sachs, 17%. Se entrar, o BNDESPar ficaria com até 6%.

Um dos criadores do Proalcool, Junqueira Franco ameaça "colocar o pijama", referindo-se à aposentadoria. Tudo da boca para fora. Para evitar que a Vale do Rosário fosse para as mãos da Cosan, Junqueira Franco conseguiu um financiamento robusto do Bradesco. De tradicional família de produtores de cana, o empresário não é contra a internacionalização. "Fizemos parcerias com estrangeiros". E diz que mesmo numa gestão familiar, prevalece a profissionalização.

#### **IPO da Santelisa – Valor Econômico – Agronegócios – Curtas – 04/10/2007**

A Santelisa Vale SA, segunda maior processadora de cana do Brasil, poderá abrir o capital no período de seis meses a um ano para financiar sua expansão. "Nós vamos preparar a empresa para vender ações em bolsa", disse Anselmo Lopes Rodrigues, presidente da Santelisa, à agência Bloomberg. O grupo tem 14 mil funcionários em cinco usinas em operação e deverá moer cerca de 18 milhões de toneladas na safra 2007/08. O faturamento do grupo é de R\$ 1,8 bilhão e lucro de R\$ 170 milhões. A área plantada com cana é de 240 mil hectares, com cerca de 60% de colheita mecanizada.

#### **Brasil torna-se nova base para expansão da DuPont - Cibelle Bouças – Valor Econômico – Agronegócios - 08/10/2007**

A relação de uma empresa com a comunidade algumas vezes cria vínculos que dificulta a distinção entre a história local e a história corporativa. Em Wilmington (EUA), onde a DuPont iniciou operações em 1802 produzindo explosivos, a população ainda eufemiza a morte com a expressão "foi para o outro lado do rio". A fábrica foi instalada às margens do rio Brandywine e, àquela época, algumas explosões arremessaram corpos no ar - alguns caíam na outra margem do rio, então desabitada.

No Brasil, a empresa iniciou as operações em 1937, com a fabricação de produtos químicos e, no fim dos anos 40, instalou uma fábrica de explosivos em Barra Mansa (RJ) em uma antiga fazenda de goiabas. "Ainda hoje o lugar é conhecido como goiabal devido à sua origem", diz Ricardo Vellutini, presidente da DuPont no Brasil.

Reconhecida pela produção de itens como o teflon, o nylon e a lycra, a DuPont agora foca sua estratégia global em produtos "ambientalmente inteligentes". Nesse novo direcionamento, o Brasil ganha importância estratégica. Conforme o executivo, o plano global da empresa tem como meta dobrar as receitas com produtos à base de recursos renováveis, para pelo menos US\$ 8 bilhões ao ano.

Boa parte dessa expansão ocorrerá no Brasil, país onde a empresa incrementa suas vendas em uma média de 16% ao ano, tendo chegado a US\$ 1,1 bilhão em 2006. "O país ganhou importância em função da excelente condição para produzir biomassa com cana-de-açúcar e com madeiras", afirma Vellutini. A DuPont estuda implantar, até meados de 2008, um centro de pesquisas para desenvolvimento de biocombustíveis e polímeros a partir da cana - nos EUA, o trabalho é feito com milho.

"Lá [nos EUA] a DuPont já conseguiu reduzir o custo de produção do etanol celulósico em 50%, mas ainda precisa baixar uns 30% ou 40% para ser comercialmente viável, o que deve acontecer em até quatro anos", diz Vellutini.

O centro de pesquisas será instalado no Estado de São Paulo, mas a localização é mantida em sigilo, assim como o valor do investimento. Além da aposta no etanol celulósico, a empresa estuda instalar um grande centro de pesquisas, para desenvolver produtos nas suas cinco áreas de atuação - agricultura e nutrição, tintas, eletrônicos, produtos de alta performance e produtos de segurança e proteção. Hoje a DuPont mantém centros de pesquisas nos EUA, na China (instalado há dois anos) e na Índia, inaugurado recentemente.

"O objetivo é focar nos países com maior potencial de expansão. Na lista estão China, Índia e Brasil", observa o executivo. Segundo ele, boa parte das pesquisas desenvolvidas no país hoje tem por objetivo buscar aplicações a tecnologias desenvolvidas na matriz. Mas alguns itens nacionais alcançam sucesso global. Um deles foi o desenvolvimento de vidros com teflon para louças de cozinha, produzidos em parceria com a francesa Saint-Gobain. "Esse foi um produto desenvolvido 100% no Brasil".

A empresa também planeja reforçar investimentos na área agrícola, visando sobretudo ao desenvolvimento de sementes e defensivos. Em cinco anos, a empresa dobrou de faturamento no país e boa parte desse resultado deveu-se aos negócios da Pioneer - divisão de sementes - e da divisão de defensivos agrícolas. Em 2006, a DuPont investiu no Brasil em torno de US\$ 25 milhões, valor que deve crescer no próximo ano.

#### **Maior consumo de etanol – Valor Econômico – Agronegócios – Curtas – 08/10/2007**

O presidente da Petrobras, Sérgio Gabrielli, disse que o consumo de álcool irá superar o de gasolina no país em 2020, informou a Reuters. Segundo ele, a frota de carros flexfuel deverá ser de 71% do total em 2020, ante 20% este ano.

#### **Preços do álcool fecham em queda em São Paulo - Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios - 08/10/2007**

Os preços do álcool combustível fecharam com ligeira queda no mercado paulista, na semana passada, segundo levantamento do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea). O litro do anidro encerrou a R\$ 0,65955 (sem impostos), baixa de 0,1% sobre a semana anterior. O litro do hidratado ficou em R\$ 0,58027 (sem impostos), recuo de 0,23% sobre igual período.

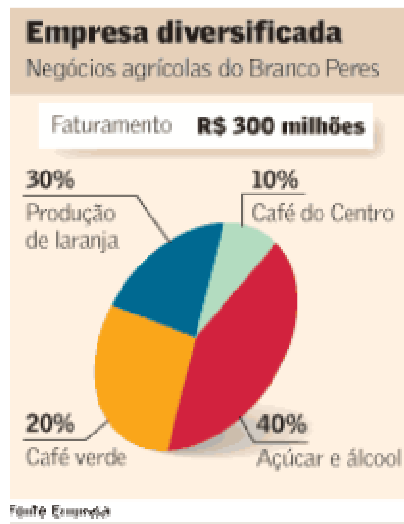
As cotações do álcool devem ensaiar um movimento de acomodação nas próximas semanas, sem muito espaço para fortes desvalorizações, por conta da proximidade do fim da colheita no centro-sul. A colheita já ultrapassou mais de 70% da produção total prevista para a região, segundo estimativa preliminar da União da Indústria da Cana-de-Açúcar (Unica).

A safra no país baterá novo recorde e a expansão da cana no país gera preocupações sobre possível desmatamento na Amazônia. O governo brasileiro e empresários do setor estão trabalhando para tentar convencer os europeus de que a produção de álcool não incita o desflorestamento. Marcos Jank, presidente da Unica, afirmou à agência Dow Jones a que a sustentabilidade é a maior preocupação do setor.

**Branco Peres investe em café no Japão e mira cana no Brasil** - Mônica Scaramuzzo –  
Valor Econômico – Agronegócios - 09/10/2007

O grupo paulista Branco Peres reforça suas apostas no mercado de café e de cana-de-açúcar. A empresa é hoje administrada pelos netos de seu fundador, que estão imprimindo sangue novo à gestão da companhia.

Contrariando o movimento de mercado, a Café do Centro, torrefadora controlada pelo grupo, está investindo em cafeterias fora do país. Até o fim deste ano, inaugura sua terceira loja no Japão e já faz planos para ampliar a rede de lojas para outros países da Ásia em 2008. Os investimentos no Japão são em sociedade com executivos locais.



A escolha do Japão foi uma decisão estratégica acertada. "Se vira moda no Japão, outros países da Ásia querem copiar", acredita Rafael Branco Peres, diretor-sócio da Café do Centro. As duas lojas do grupo ficam em Tóquio e a terceira vai ser inaugurada na mesma cidade.

No Brasil, o grupo quer ampliar sua presença em pontos-de-venda, mas não há planos para abrir cafeterias. "No país, iríamos concorrer com os nossos próprios clientes" diz Rafael Branco Peres, que ao lado de seu primo, Rodrigo Branco Peres, convenceu a família de que a Café do Centro seria um bom negócio.

Os dois adquiriram a torrefadora em 1995, com um "empurrãozinho do pai". Inaugurada há 91 anos, a Café do Centro é uma das mais antigas marcas de café do Brasil. "A empresa foi uma das primeiras a apostar na década de 90 em cafés especiais", conta Rodrigo Branco Peres, diretor-sócio da torrefadora.

Com uma fábrica em Adamantina (SP), com capacidade para processar 4,2 mil toneladas de grão por ano e também para industrialização de café solúvel, a Café do Centro está presente em cerca de 2 mil pontos-de-venda do país, principalmente em hotéis e restaurantes, além de supermercados de luxo na capital paulista. No Sul do país, fechou parceria para a distribuição de seu café na rede varejista Angeloni, de Santa Catarina. Um outra parceria fechada há dois anos com a Rei do Mate permitiu ao grupo ultrapassar as fronteiras do Sul e Sudeste do país.

Mas nem só de café vive a empresa. O grupo também tem planos para crescer no segmento de açúcar e álcool. Com uma usina em Adamantina, o grupo planeja sua segunda unidade para os próximos cinco anos.

João Paulo Branco Peres, diretor de açúcar e álcool do grupo, diz que a família estuda construir sua segunda usina fora do Estado de São Paulo, "provavelmente em Goiás". Os estudos indicam uma usina de 3 milhões de toneladas de cana, em um aporte estimado em US\$ 200 milhões.

Na contramão do setor sucroalcooleiro, o grupo não quer se associar a investidores. Pelo menos, por enquanto. "Já recebemos proposta pela nossa usina. Mas a família não quer se desfazer do negócio", diz João Paulo Branco Peres. A atual unidade do grupo deverá receber investimentos de R\$ 40 milhões a R\$ 50 milhões para ampliar a capacidade de moagem, dos atuais 1,1 milhão de toneladas em 2007/08 para 1,5 milhão em 2009, podendo chegar a 2 milhões de toneladas.

Com faturamento da ordem de R\$ 300 milhões, a cana representa 40% do total da receita do grupo. Outros 20% referem-se às exportações de café verde. O Café do Centro, considerado a menina dos olhos do grupo, representa 10%. A produção de laranja fica com uma fatia de 30% dos negócios do grupo, que fornece laranja para a Cutrale.

Com forte tradição agrícola, a família deu início aos seus negócios há 50 anos. Deolindo Branco Peres, fundador do grupo, começou como negociante de café. O fundador do grupo passou os negócios para seus filhos, que repassaram a responsabilidade para a terceira geração da família. "Meu pai continua bem atuante, mas não fica mais no dia-a-dia", diz João Paulo Branco Peres.

Apesar do sangue novo na administração da empresa, o grupo ainda não aderiu à onda de IPOs (Oferta Pública de Ações) no mercado nacional. "Não temos esse projeto no curto prazo. Não é porque todos estão fazendo, que vamos junto", afirma João Paulo.

### **Álcool por hidrovias – Valor Econômico – Agronegócios – Curtas – 09/10/2007**

Estudo que será apresentado no 20º Congresso Pan-americano de Engenharia Naval, Transporte Marítimo e Engenharia Portuária (Copinaval), entre 22 e 26 de outubro, em São Paulo, mostra que os custos para o escoamento de álcool via hidrovia é oito vezes mais barato do que por rodovia. Para tornar as hidrovias economicamente viáveis, entretanto, novas rotas precisariam ser abertas.

### **Basf entra na corrida em busca da cana transgênica - Cibelle Bouças e Mônica**

Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios - 10/10/2007

Seguindo o caminho traçado pela multinacional Monsanto, pioneira no desenvolvimento de transgênicos, a alemã Basf decidiu investir no desenvolvimento de variedades de cana transgênica. A empresa, que desde 1999 realiza no Brasil experimentos com uma variedade de cana resistente a herbicidas do grupo das imidazolinonas, negocia acordo com institutos de pesquisa para desenvolver no país variedades geneticamente modificadas de cana-de-açúcar.

"A BPS [BASF Plant Science] busca junto a institutos brasileiros genes que ofereçam tolerância a herbicidas, aumento de produtividade e resistência a estresse hídrico", afirma Ademar de Geroni Júnior, gerente de cultivos de cana da Basf. Conforme o executivo, a

empresa já desenvolve pesquisas com herbicidas em parceria com institutos de pesquisa brasileiros, como o Centro de Tecnologia Canavieira (CTC) e a CanaVialis (da Votorantim Novos Negócios). Segundo apurou o Valor, as negociações já estão em estágio avançado e devem ser concluídas neste mês.

Tadeu Andrade, diretor do CTC, de Piracicaba (SP), afirma que o instituto vem sendo assediado por várias companhias multinacionais voltadas à biotecnologia. Todas interessadas em fazer parcerias em cana-de-açúcar, de olho no mercado de biocombustíveis.

"Estamos conversando com várias empresas", diz Andrade. E uma delas é a Basf. "Essas multinacionais têm tecnologia avançada na área de grãos, sobretudo soja e milho, e podem agregar em cana", afirma, mas despista sobre qualquer fechamento de acordo.

Detentor de genes da cana por conta dos trabalhos desenvolvidos no sequenciamento genético da matéria-prima, o CTC é alvo de disputa entre as multinacionais interessadas em entrar neste mercado. No final deste mês, o CTC vai lançar seis novas variedades de cana-de-açúcar convencionais. O anúncio está todo sendo cercado de cuidados para não atizar a concorrência. Essas novas variedades são mais produtivas e também oferecem resistência à seca, diz Andrade.

O atual período de estiagem compromete a produtividade da cana, em fase de desenvolvimento nas lavouras. Desde que se tornou independente da Copersucar, em 2005, o CTC lançou nove variedades. Na área de transgênicos, as pesquisas do CTC estão avançadas, mas ainda se limitam ao laboratório, uma vez que os testes em campo ainda não foram liberados pela Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio).

De acordo a CTNBio, CTC, Allelyx, Basf e Bayer CropScience enviaram, entre 1999 e este ano, 73 pedidos de autorização para a realização de pesquisas com cana transgênica no país, tanto em laboratório como em lavouras.

A alemã Bayer CropScience também já realizou no Brasil estudos com cana resistente ao herbicida glufosinato de amônio, desenvolvidas pelo CTC. Conforme Gerhard Bohne, diretor executivo de marketing da Bayer, o grupo, por meio da divisão Material Science, inclui cana como prioridade para a área de pesquisa de novas cultivares. A alemã planeja investir 200 milhões de euros até 2015 no desenvolvimento de sementes e mudas em todo o mundo. "O foco está nas culturas destinadas à produção de biocombustíveis", observa Bohne. Na Europa, a Basf já investe em pesquisas com a canola - principal matéria-prima usada para produção de biodiesel naquela região.

No Brasil, a primeira multinacional a fazer acordo para desenvolver variedades de cana transgênica foi a Monsanto, que se associou à Allelyx, no fim de 2006. Juntas, as empresas desenvolvem variedades resistentes a pragas e à seca e tolerantes a herbicidas. Também buscam variedades com maior índice de sacarose, que possam gerar mais etanol por hectare.

#### **Petrobras exporta etanol – Valor Econômico – Agronegócios – Curtas – 11/10/2007**

A Petrobras anunciou ontem que concluiu negociação para exportar 9 milhões de litros de álcool para Europa. O embarque será feito em novembro pelo porto de Suape (PE). Esta é a primeira operação de exportação de etanol pela Petrobras por Suape.

**Petrobras confirma aporte em combustíveis** – Valor Econômico – Agronegócios - 15/10/2007

A Petrobras confirmou plano de investir US\$ 1,5 bilhão entre 2008 e 2012 na produção de biocombustíveis no país. O objetivo, conforme a empresa, é garantir oferta de 938 milhões de litros de biodiesel por ano até 2012. Para isso, a estatal constrói três usinas para produzir o biocombustível, em Candeias (BA), Montes Claros (MG) e Quixadá (CE), e estuda parcerias e aquisições de usinas de biodiesel e etanol para garantir a autonomia na produção de biocombustíveis no longo prazo.

Na área de etanol, a Petrobras tem projeto com a japonesa Mitsui para instalar 40 usinas de etanol no país e estuda parceria com a dinamarquesa Novozymes para iniciar a produção de etanol celulósico (a partir do bagaço da cana).

## POLÍTICA DE BIOCMBUSTÍVEL

### Biodiesel

**Leilões de biodiesel começam em novembro** – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 06/10/2007

O governo definiu um cronograma para os leilões de biodiesel feitos pela Agência Nacional de Petróleo (ANP) para atender à exigência legal de que todo diesel comum vendido nos postos do País contenha 2% de biodiesel. Os dois primeiros leilões ocorrerão em novembro. Serão negociados contratos entre os fornecedores e distribuidores para entrega do biodiesel de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2008. O primeiro leilão servirá para suprir 1,6% da demanda de diesel do País para 2008.

**Etanol eleva preço de grãos, diz FAO** - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 06/10/2007

Relatório da entidade afirma que inflação tem provocado tensões sociais e violência nos países mais pobres

A alta nos preços de grãos, principalmente o trigo, está provocando tensões sociais e até violência nos países mais pobres. O alerta é da FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação), que aponta o etanol como um dos responsáveis pela inflação. Em relatório publicado ontem, a entidade destaca que o trigo atingiu em setembro preços recordes. Para os países importadores de alimentos, a conta com a compra de produtos agrícolas já aumentou 14% neste ano em relação a 2006. No total, os países em desenvolvimento vão gastar o valor recorde de US\$ 52 bilhões na importação de cereais neste ano.



A alta no trigo estaria sendo provocada por uma maior demanda mundial, baixos níveis de estoques e oferta e produção mais reduzidas. Aliado ao custo do transporte diante do aumento dos preços do petróleo, a consequência é uma inflação no preço do pão em muitos países.

A FAO adverte que a previsão é de que os estoques de cereais continuem baixos nos próximos anos. “Essa é uma situação preocupante”, afirmou Paul Racionzer, do sistema de alerta da FAO. O estoques estariam nos níveis mais baixos nos últimos 25 anos, chegando a 143 milhões de toneladas.

Uma das explicações é a safra decepcionante na Europa. A produção foi a pior desde 2003. Romênia e Bulgária, tradicionais produtores, tiveram uma redução na safra de trigo de 35% e 45%. Para tentar frear a inflação, os europeus liberaram a importação de trigo.

Nos países andinos, os altos preços do trigo estão provocando inflação do valor do pão. Vários governos já estão autorizando medidas para tentar controlar o preço. Na Bolívia, o exército está operando fábricas para produzir pão. No Peru, o preço do trigo aumentou em 50% desde o início do ano. Na Ásia e no Oriente Médio, a FAO lembra que protestos e manifestações violentas ocorreram após o aumento dos preços. A situação, porém, poderá piorar nos próximos meses.

A FAO não deixa de apontar o etanol como parte responsável pela alta nos preços dos alimentos. Segundo a entidade, o consumo de cereais no mundo aumentará em 2%, atingindo 2,1 bilhões de toneladas. O etanol seria responsável por 75% desse crescimento. Só o uso industrial desses cereais deve aumentar 9% entre 2006 e 2007, em grande parte para ser transformado em etanol. Já a alta no consumo de alimentos deve ser de 1% e uma inflação nos preços deve até provocar uma queda no consumo em alguns países.

**Brasil fica sem biodiesel previsto para 2008** – Iuri Dantas e Fernando Nakagawa – Folha de São Paulo – Dinheiro – 07/10/2007

**Por falta de matéria-prima, produtores têm apenas 31% do volume necessário para o início do programa nacional, em janeiro - Indústria e governo admitem que atual ritmo de produção não será suficiente para poderem cumprir a mistura obrigatória de 2% no diesel**

Bandeira política do presidente Lula, o programa nacional de biodiesel fará a sua estreia no próximo ano sem o principal personagem -justamente o biodiesel na bomba de combustível para o consumidor. Tanto a indústria como o governo concordam em que a produção não será suficiente para a mistura prevista em lei.

A legislação atual prevê o uso "mínimo obrigatório" de 2% de biodiesel no diesel mineral a partir de 2008. Para isso, seriam necessários 720 milhões de litros do biocombustível. A ANP (Agência Nacional do Petróleo) comprou antecipadamente 840

milhões de litros -apenas 31% disso está pronto, e o restante não será entregue por falta de matéria-prima.

O programa previa a adição de 5%, o chamado B5, a partir de 2013. A partir de anúncios de investimentos feitos por grupos empresariais, Lula decidiu antecipar o B5 para 2010. O governo se fia na capacidade instalada de produção, que beira hoje os 2 bilhões de litros. A dificuldade é concretizar isso.

"Não temos como atender a demanda de 2008; o custo de produção do biodiesel ultrapassa o preço do diesel universal. Produzimos até agora mais de 200 milhões de litros. Temos um déficit de 600 milhões de litros que, em hipótese nenhuma, será suprido", afirmou Nivaldo Trama, presidente da Abiodiesel (Associação Brasileira de Indústria do Biodiesel).

O diagnóstico é conhecido do governo, embora autoridades tenham dificuldade de divulgar as falhas do programa. Procurado pela Folha, o Ministério de Minas e Energia concordou com a avaliação depois de informado que eram os próprios empresários quem denunciavam a insuficiência de produto.

"Não vamos receber todo esse biodiesel contratado. Mas isso não põe em risco o programa, não é nenhum fim do mundo. Vivemos um período de estruturação da produção", afirmou Ricardo Dornelles, diretor de Energias Renováveis do Ministério de Minas e Energia.

O presidente da Ubrabio (União Brasileira do Biodiesel), Juan Diego Ferrés, aponta também a existência de um "descompasso" entre a logística disponível no país e a operação prática de misturar o biocombustível ao diesel mineral.

Até esse ponto concordam tanto o governo como empresários do setor. Mas basta o assunto mudar para os motivos da frustração de safra e dificuldades do programa para aparecerem flagrantes divergências.

Enquanto o poder público vê "percalços normais" que serão sanados, o setor privado reclama de "frustração" e de incentivos fiscais confusos. "A ANP já vai fazer novos leilões. Temos problemas, mas são percalços de uma indústria que começou do zero", diz Dornelles.

A ANP reconhece hoje a existência de 44 projetos envolvidos com a produção de biodiesel no país, mas as associações do setor ressaltam que apenas "quatro ou cinco" conseguem produzir efetivamente.

Dornelles nega que o governo esteja preocupado com a falta de biodiesel no ano que vem. "Os problemas iniciais foram resolvidos, e a partir do segundo semestre várias unidades foram autorizadas. Não temos nenhuma preocupação com falta de matéria-prima nem com falta de produtores."

Apesar de apontar o problema, Ferrés e outros empresários do setor tiveram audiência pública com Lula em 26 de setembro para pedir aumento dos percentuais de mistura, que começa em 2%. O governo respondeu positivamente e, mesmo com a produção menor, a ministra Dilma Rousseff (Casa Civil) prometeu estudar a alta gradual da mistura -para 3%- após os primeiros meses de 2008. O argumento dos produtores é que há capacidade de produção mais de duas vezes superior à demanda potencial.

**Agricultura familiar** - Uma das principais divergências diz respeito ao incentivo estatal para o uso de matéria-prima cultivada em escala familiar de produção. O programa estabelece incentivos fiscais de acordo com o percentual de agricultura familiar envolvido na produção. "A agricultura familiar tem um caminho próprio. O biodiesel foi muito impactante, houve uma receptividade muito boa. Mas na hora de cumprir compromissos as famílias não tiveram capacidade", disse Trama.

Para o Ministério das Minas e Energia, no entanto, "os resultados até agora são os esperados". "A participação da agricultura familiar está em linha com as expectativas, achamos que pode crescer ainda muito mais, obviamente. Estamos satisfeitos, mas não acomodados", declarou Dornelles.

**Preço desestimula produção de biodiesel** – Fernando Nakagawa e Iuri Dantas – Folha de São Paulo – Dinheiro – 07/10/2007

**Produtores têm optado por vender colheita para outros fins, como é o caso da soja, com cotação em alta no mercado externo**

**Participação da agricultura familiar abaixo do esperado e falta de infraestrutura prejudicam programa do governo, dizem especialistas**

A avaliação de quem acompanha de perto o programa de biodiesel é de que o fracasso da iniciativa pode ser explicado por três motivos: produção abaixo do programado, participação aquém do esperado da agricultura familiar e infra-estrutura deficiente na logística. Para especialistas da área, os problemas foram gerados por falta de planejamento e gestão do próprio governo.

Dados da ANP (Agência Nacional do Petróleo) mostram que a produção não conseguiu atingir nem um terço do previsto. De janeiro de 2006 a agosto de 2007, o Brasil produziu 261 milhões de litros de biodiesel.

O volume representa apenas 31% da estimativa para o biênio 2006/2007. Portanto, para cumprir o calendário previsto nos leilões da ANP, seria preciso produzir 144 milhões de litros por mês até o fim do ano -volume mensal duas vezes maior que a produção de 2006.

A produção abaixo do previsto tem explicação econômica: agricultores têm preferido vender a produção que seria usada no biocombustível para outros fins, que pagam mais que as usinas de biodiesel. Nisto, a principal vilã é a soja.

Ao contrário do discurso do governo, que exalta a participação da mamona e do dendê no programa, ao menos 80% do biodiesel brasileiro é produzido com soja, conforme dados da Ubrabio (União Brasileira do Biodiesel). Há estimativas de que essa participação poderia ser de até 90%.

Já as oleaginosas destacadas pelo governo para incentivos fiscais respondem por menos de 3% da produção. Até a gordura animal e o algodão vêm representando fatia maior.

Com a participação majoritária da soja, o biodiesel foi duramente atingido pela disparada dos preços internacionais da commodity. O consultor Univaldo Vedana, da consultoria Biodieselbr, diz que o aumento da demanda na Ásia, principalmente na China, acabou jogando contra. Isso tornou mais atraente ao produtor vender o grão para fazer óleo de soja.

"Hoje estão comprando o óleo de soja a R\$ 2 para o biodiesel, para vender o produto a R\$ 1,80. Construíram as usinas pensando que a soja resolveria o problema, mas todo mundo pensou assim", afirmou.

O preço da soja subiu ainda mais por conta da entressafra nacional -enquanto a tonelada do produto ronda os US\$ 1.000 no mercado interno, estacionou na faixa dos US\$ 830 na Bolsa de Chicago.

Outro ponto problemático atinge o aspecto preferido do presidente Lula: o papel social do programa. Para usinas que têm parte da matéria-prima comprada na agricultura familiar, o governo dá isenção de PIS/Cofins, o que incentiva os pequenos agricultores. Mas com a seca dos últimos meses, a safra desses produtores caiu. O coordenador de Biocombustíveis do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Jânio Rosa, estima que a safra que começa a ser colhida deve ser até 20% menor que a esperada.

Mas há casos mais dramáticos. O presidente do sindicato de trabalhadores rurais de Canto do Buriti (PI), José Francisco da Luz, diz que um agricultor local colheu apenas 14 quilos de mamona por hectare, enquanto a expectativa era de mais de 1,5 tonelada. "O mais comum é o pessoal que tirou entre 100 quilos e 300 quilos", diz.

Procurado pela Folha insistentemente para comentar a queda, o governo não obteve consenso sobre a participação da agricultura familiar na produção de biodiesel. Enquanto o Ministério do Desenvolvimento Agrário informava 24%, o Ministério das Minas e Energia defendia que o índice era, na verdade, de 36%.

A pesquisadora Silene Fretas, do Instituto de Economia Agrícola de SP, também critica o incentivo para a agricultura familiar, que estaria provocando uma "distorção do

mercado". "É bem possível que o biodiesel possa se desenvolver sem a agricultura familiar. Só está servindo para produzir uma distorção no mercado. Quem não tem o selo social vende a produção para quem tem, pois só quem recebeu o selo participa dos leilões."

**Falta de estrutura** - Por fim, também há críticas à infra-estrutura do programa. O diretor do centro de metrologia em química do IPT (Instituto de Pesquisas Tecnológicas) e diretor de biocombustíveis da AEA (Associação de Engenharia Automotiva), Antônio Bonomi, alerta que o biodiesel tem "prazo de validade" menor que outros combustíveis.

Segundo ele, a produção pode ficar estocada em um período que alcança até seis meses. Mas existem dúvidas se as distribuidoras de combustível -responsáveis por fazer a mistura de 2% no diesel- teriam tanques suficientes para garantir a mistura durante o ano todo, independentemente da sazonalidade da safra.

Procurado, o Sindicon (Sindicato de Distribuidoras de Combustível) informou que boa parte do setor está preparada para o início da mistura obrigatória, em janeiro de 2008, e que todos os associados estarão prontos até o final de dezembro.

#### **(FERNANDO NAKAGAWA E IURI DANTAS)**

**Montadoras resistem a aumento na mistura** – Fernando Nakagawa – Folha de São Paulo – Dinheiro – 07/10/2007

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA - Os obstáculos ao programa de biodiesel não se restringem a problemas de planejamento e produção. Há resistência das montadoras em aceitar mistura superior à exigida pelo governo -hoje 2%- mesmo com tecnologia disponível para adoção de até 100% de biodiesel em caminhões e ônibus. Isso estaria atrasando o aumento da produção.

O motorista que usar percentual maior que o previsto perde a garantia do motor. Os fabricantes do biocombustível dizem que "falta iniciativa" do setor automotivo para acelerar o consumo. A maior reclamação é que nenhuma montadora no país dá garantia para o motor que usa mistura superior a 2%. Se isso acontecesse, dizem, a demanda pelo combustível seria maior, poderia haver elevação de preços e a produção seria mais rentável. "Acredito que há certo comodismo, inércia da Anfavea [associação das montadoras]", diz o presidente da Ubrabio (União Brasileira do Biodiesel), Juan Diego Ferrés. Para ele, o comportamento impede iniciativas das distribuidoras, que poderiam vender produto "verde" com mistura superior à exigida. A legislação atual obriga a adição de 2% de biodiesel ao diesel mineral vendido no país a partir de 2008 e 5% após 2013. Em discursos, o presidente Lula tem dito que antecipará a adição de 5%, o chamado B5, para 2010, último ano de governo.

Nas montadoras, o principal argumento é que não foram feitos os testes para a mistura maior, o que especialistas questionam. O professor de mecânica automotiva do

Instituto Mauá de Tecnologia, Renato Romio, diz que testes já mostraram que a mistura de 5% pode ser feita e o uso de 100% de biodiesel poderia ocorrer com poucos ajustes. A Folha apurou que essa resistência das montadoras tem gerado certo desconforto no governo, principalmente no Ministério do Desenvolvimento. Alguns técnicos dizem que a demora poderia ser usada como forma de "barganhar" condições favoráveis para o setor. Procurada para comentar o caso, a Anfavea divulgou nota dizendo que a entidade apóia o programa de biodiesel e que o uso de B2 "não traz problemas aos veículos, os quais continuam cobertos pela garantia, no decorrer do período originalmente dado". Ela informou que não comenta rumores.

O diretor do centro de metrologia em química do IPT (Instituto de Pesquisas Tecnológicas) e diretor de biocombustíveis da AEA (Associação de Engenharia Automotiva), Antônio Bonomi, admite que a mistura de 5% praticamente não exige alterações nos motores, mas diz que a cautela das montadoras pode ser explicada pela qualidade do biodiesel brasileiro. Para ele, faltam alguns dados sobre o controle de qualidade do combustível. (FN)

**Com biodiesel, diesel pode ficar mais caro** – Fernando Nakagawa e Iuri Dantas – Folha de São Paulo – Dinheiro – 08/10/2007

**Segundo ministro de Minas e Energia, parte do aumento no combustível será bancada pela Petrobras ou pela BR Distribuidora**

**Legislação estabelece que todo o óleo diesel vendido no país possua uma adição mínima e obrigatória de 2% de biodiesel a partir de 2008**

O ministro interino de Minas e Energia, Nelson Hubner, disse ontem que dificuldades iniciais do programa nacional de biodiesel podem representar pequeno aumento do preço do diesel no início de 2008 para o consumidor final. Em sua avaliação, não faltará produto.

"No início do Proálcool o álcool também era mais caro que a gasolina. Com o biodiesel, pode ficar um pouco mais caro quando fizer a mistura, mas muito pouca coisa", afirmou.

Segundo o ministro, parte desse aumento será custeada pela BR Distribuidora ou pela Petrobras, que vão pagar o valor maior na aquisição do produto. Por se tratarem de duas empresas públicas, significa dizer que o contribuinte pagará parte da conta indiretamente.

De acordo com o presidente da União Brasileira do Biodiesel, Odacir Klein, o preço do biodiesel hoje chega a ser 30% superior ao do diesel mineral, porque boa parte da produção nacional do biocombustível utiliza soja como matéria-prima. Por ser uma

commodity, a soja é cotada internacionalmente e o crescimento da demanda asiática por alimentos aqueceu o seu mercado.

"O produtor de soja vai vender para quem paga melhor. A indústria do biodiesel vai ter que pagar mais, vai ter que pagar o mesmo preço que o comprador chinês", disse. A perspectiva de aumento foi confirmada pelo gerente-executivo da BR Distribuidora, Alcides Santoro. A alta é explicada pelo custo do biocombustível, que é até 25% maior que o do diesel. Atualmente, 95% da produção da BR já é feita com a mistura de 2%, e o aumento não foi repassado para as bombas. A diferença, segundo Santoro, "é absorvida" pela estatal.

A legislação atual estabelece que todo o óleo diesel comercializado no Brasil possua uma adição mínima e obrigatória de 2% de biodiesel a partir de 1º de janeiro de 2008. Na semana passada, o CNPE (Conselho Nacional de Política Energética) determinou a realização de quatro leilões para aquisição de biodiesel relativa a 3% do consumo nacional de diesel.

**Produção** - De acordo com Hubner, as empresas com capacidade instalada para a produção de biodiesel serão capazes de responder à demanda do B2 a partir de janeiro do ano que vem. Muitas delas já teriam matéria-prima e instalações prontas, aguardando os próximos leilões da ANP.

"Os leilões desse ano eram autorizativos, serviram apenas como teste, para ver como estava a logística, a mistura. Era esperado que tivéssemos problemas com isso. A indústria sofreu alguns atrasos, não estava pronta, mas hoje os problemas foram resolvidos", disse.

A ANP já realizou quatro leilões para a compra de biodiesel, totalizando 840 milhões de litros do produto. De acordo com a assessoria da agência, apenas 261,6 milhões de litros foram entregues até o final de agosto. Segundo o ministro, porém, o volume chegaria próximo aos 400 milhões de litros.

Hubner afirmou que o governo decidiu verificar in loco se as empresas que receberam autorização da ANP para fabricar biodiesel tinham capacidade efetiva de entrega. " Está tudo funcionando adequadamente."

Reportagem publicada ontem pela **Folha** mostrou a falta de biodiesel necessário para atender a exigência legal de 2% no primeiro ano do programa, 2008. Ausência de matéria-prima, logística insuficiente, alto preço da soja no mercado internacional, entre outros motivos, justificam uma produção interna abaixo do necessário.

Embora o diretor do ministério Ricardo Dornelles tenha confirmado à **Folha** que o biodiesel contratado pela ANP não será totalmente entregue no prazo, Hubner disse possuir a sinalização do setor produtivo de que haverá combustível suficiente para atender a lei.

**Produção aumentaria se os produtores recebessem mais, afirma ministério - Uso obrigatório do biodiesel elevaria o consumo, que aumentaria os preços, rendendo mais ao produtor; analistas criticam a opção**

Para tentar resolver o problema da produção de biodiesel, que está abaixo do programado, o governo estuda uma saída controversa: elevar o uso obrigatório do combustível.

Segundo o Ministério da Agricultura, o consumo maior poderia elevar os preços, o que aumentaria a remuneração do setor, um dos principais obstáculos do programa. Analistas criticam a opção e calculam que o litro do diesel pode aumentar até R\$ 0,02 na bomba.

O secretário de Agroenergia do Ministério da Agricultura, Manoel Bertone, anunciou ontem que o governo "está propenso" a antecipar o cronograma de mistura do biodiesel, que começa em janeiro com 2% e prevê 5% nos próximos anos. "Assim, equilibraríamos o mercado com demanda um pouco superior à oferta", disse.

Com o plano, o governo pretende ajustar os valores de todo o setor. Para o secretário, a mudança "puxaria os preços" e permitiria o uso de valores de mercado em toda a cadeia produtiva. "A solução é o preço, não tenho dúvida."

O consultor Univaldo Vedana, da Biodieselbr, calcula que o litro do diesel teria de subir R\$ 0,02 para que o ajuste fosse feito. O aumento corrigiria uma das principais distorções do biodiesel. Nos últimos leilões realizados pela ANP (Agência Nacional do Petróleo), o litro do combustível foi vendido pelos produtores a R\$ 1,80 na média. Na época, o litro do óleo de soja -principal matéria-prima- valia pouco mais de R\$ 1. Mas, com o aumento da demanda mundial, o preço do óleo de soja saltou para R\$ 2. Essa diferença é o principal motivo de o setor ter entregue apenas 31% do prometido à Petrobras em 2006 e em 2007.

Usineiros aprovaram a idéia. O presidente da União Brasileira do Biodiesel, Odair Klein, diz que "ninguém vai vender abaixo dos preços internacionais".

Especialistas, porém, apostam que o efeito pode ser contrário. "Se falta o produto e mais gente vai comprar, o preço sobe mais. Não vai ser uma canetada que fará o ajuste", diz Silene Freitas, do IEA/SP.

Vedana concorda e avalia que o governo erra ao tentar agir na questão do preço. "O problema é a matéria-prima. Enquanto usarmos commodity em alta, é lógico que o custo aumenta. Temos de produzir biodiesel com outras plantas, que sejam menos influenciadas pelo mercado internacional", defende.



Se o aumento de R\$ 0,02 for confirmado, a conta poderá ter de ser paga pelo consumidor. O vice-presidente da CNT (Confederação Nacional de Transportes), Nilton Gibson, admitiu que a alta de R\$ 0,02 -cerca de 1%- pode ser repassada ao custo dos produtos transportados.

**ANP pode punir atraso na entrega do biodiesel** – Fernando Nakagawa – Folha de São Paulo – Dinheiro – 14/10/2007

**Produtores seriam excluídos de leilões do combustível** - Usinas que atrasaram a entrega do biodiesel comprado pela Petrobras poderão ficar fora dos próximos leilões do combustível. O alerta foi feito pelo diretor-geral da ANP (Agência Nacional do Petróleo), Haroldo Lima. Produtores que estão nessa situação argumentam que problemas externos atrapalharam o fornecimento. O impedimento mais citado é uma eventual falha da BR Distribuidora, responsável por retirar o produto. "Quem participou dos leilões anteriores e não cumpriu o contrato não deve participar [dos próximos]", disse o diretor-geral da ANP. O principal argumento de Lima é que os editais dos quatro leilões já realizados prevêm punição a fornecedores que descumprirem prazos e especificações.

A possibilidade de punição causa mal-estar entre usineiros. Com o temor de que possam ficar sem ter para quem vender, produtores já têm dito ao governo que o atraso ocorreu por problemas de terceiros. O principal deles de responsabilidade da Petrobras. "Mesmo tendo adquirido o biodiesel, distribuidoras foram mais lentas que o necessário na retirada. Isso gerou acúmulo de produto", diz o presidente do Conselho de Administração da União Brasileira do Biodiesel, Juan Diego Ferrés.

Conforme o modelo em vigor, o biodiesel produzido precisa ser retirado pelas distribuidoras nas usinas. Esse trabalho é de responsabilidade da Petrobras e da BR Distribuidora.

Procurada, a BR Distribuidora não respondeu até o fechamento desta edição. Mas a Folha apurou que a empresa não aceita o argumento dos usineiros e atribui o problema aos próprios produtores, que teriam enfrentado problemas com a matéria-prima -que subiu além do esperado- e especificações técnicas -alguns produtores não conseguiram atingir o padrão mínimo de qualidade exigido.

Dados da ANP mostram que só 31% dos 840 milhões de litros contratados foram entregues até agosto. Mas há empresas que não forneceram nada e podem ficar fora dos leilões.

A paulista Ponte di Ferro, por exemplo, prometeu entregar 50 milhões de litros, mas, até agora, nenhum litro chegou aos tanques das distribuidoras. Sérgio Galdieri, diretor da empresa, disse que a companhia não se pronuncia sobre o tema.

Entre as cinco maiores produtoras, a única que deve terminar o período dentro do cronograma é a Granol, que vendeu 84,1 milhões de litros e já produziu 86 milhões de litros. A Brasil Ecodiesel, maior do setor, vendeu 496 milhões de litros e entregou só 25%. Procurada, a empresa não respondeu aos pedidos de entrevista.

**Biodiesel derramado** – Folha de São Paulo – Opinião – Editorial – 15/10/2007

**Programa não atinge meta de produção, mas governo federal já estuda antecipar mistura de 5%, planejada para 2013**

AS DIFICULDADES do programa de biodiesel do governo federal ilustram a máxima segundo a qual o caminho para o inferno está pavimentado de boas intenções. Não há carência delas no projeto, em especial quando o presidente da República está por perto, geralmente sobre um palanque. O que seus muitos discursos pintam como salvação ecológica da lavoura familiar se acha à beira do fracasso no chão duro da realidade. Em lugar de absorver a mamona e o dendê que o romantismo presidencial sonha ver colhidos no Nordeste e no Norte por agricultores pobres, as mais de 40 usinas de biodiesel autorizadas usam como matéria-prima entre 80% e 90% de soja. Depois que os preços da commodity subiram nos mercados interno e externo, o litro do óleo comestível de soja foi a R\$ 2 e bateu o R\$ 1,80 obtido pelo produtor de biodiesel.

Com isso, até o mês de agosto haviam sido produzidos só 261 milhões de litros do biocombustível, menos de um terço do projetado para 2006/2007. Tal volume é insuficiente para cumprir o objetivo de tornar obrigatória, em 2008, a mistura de 2% de biodiesel a todo o óleo diesel comercializado. Para tanto, haveria que garantir 800 milhões de litros anuais, mas em 2007 a produção não deve chegar a 400 milhões.

Capacidade instalada nas usinas não falta, pois elas estão aparelhadas para quase 2 bilhões de litros. Falta é matéria-prima em volume e preço compatíveis. A mamona e o dendê de Lula não respondem nem por 3% da produção (até sebo e algodão ganham das oleaginosas que o presidente já chamou de "pés de petróleo"). Com a estiagem dos últimos meses, a safra dos pequenos produtores deve ter quebra de 20%, avalia o Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Com o fito de transformar o biodiesel num programa de inclusão, o governo criou até um "Selo Combustível Social" para distinguir usinas que apoiem agricultores familiares. De posse da chancela, elas ganham acesso aos leilões de compra do combustível, a financiamentos do BNDES e a isenções fiscais.

Apesar das vantagens, insuficientes ao que parece para contrabalançar o custo transacional de obter o selo, a participação da agricultura familiar no biodiesel ainda é minoritária: 24%, segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário, ou 36%, para o de Minas e Energia. É óbvio que o planejamento não funcionou.

Em vez de rever o plano, o governo federal dá sinais de que pode acelerá-lo. Não só seria mantida a meta de mistura a 2% em 2008, como também se cogita antecipar a de 5%, antes fixada para 2013. O raciocínio é que o aumento da demanda por decreto elevaria os preços e, assim, a remuneração dos produtores.

Calcula-se que isso acrescentaria dois centavos ao preço do diesel, que teriam de ser cobertos pelo Estado ou pelo consumidor. É o mesmo que pavimentar a estrada malprojetada do biodiesel também com subsídios ou inflação, além de boas intenções.

### **Boa parceria** - Nelson Hubner – O Globo – Opinião – 04/10/2007

Programa do Biodiesel é um bom exemplo de parceria com a iniciativa privada

O Brasil é referência internacional em biocombustíveis pela introdução do etanol na matriz energética, que hoje tem uma participação de 17,7% na matriz nacional de combustíveis líquidos. Com o biodiesel não podia ser diferente. A chegada do produto até o consumidor foi precedida de um audacioso trabalho, iniciado em 2003. Hoje, 41 usinas de biodiesel estão em operação ou autorizadas a operar.

Juntas, têm uma capacidade de produção de 1,845 bilhão de litros/ ano, volume muito superior ao necessário para atender à obrigatoriedade da mistura de 2% do biodiesel (B2), que é de 840 milhões de litros/ ano, a partir de janeiro de 2008.

Somadas às usinas que apenas aguardam autorização para operar, a capacidade de produção chegará ainda em 2007 a 3,1 bilhões de litros/ ano.

A expansão das unidades produtoras em tão curto espaço de tempo revela a confiança dos investidores no programa do biodiesel. No setor de distribuição, a Petrobras Distribuidora já adaptou 61 das suas 64 bases e terminais para utilizar o produto, e outras grandes distribuidoras, como Shell, Texaco e Ipiranga, também comercializam biodiesel em volumes consideráveis.

O biodiesel já é utilizado em larga escala por grandes consumidores, nos setores industrial, ferroviário, marítimo e na geração de energia elétrica, na mistura B2 ou em percentuais superiores.

Um exemplo é a Companhia Vale do Rio Doce, que usa a mistura B20 (20% de biodiesel) em suas locomotivas.

Essa realidade é resultado de um trabalho integrado de 15 ministérios.

Após estudos aprofundados de viabilidade técnica, econômica e financeira, foi estabelecida uma rampa de crescimento da entrada do biodiesel na matriz energética a ser concluída em 2013 com a adição do B5.

Além de servir para diversificação da matriz energética, o biodiesel pode e deve ser instrumento de inclusão social e fonte geradora e distributiva de riqueza. Essa, aliás, é uma recomendação do diretor geral da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentos (FAO), Jacques Diouf. Em artigo recente, Diouf defende que os biocombustíveis sejam produzidos prioritariamente em países em desenvolvimento por trabalhadores e agricultores rurais como forma de reduzir a distância entre países ricos e pobres.

Em qualquer lugar do mundo, introdução de um novo combustível exige incentivos tributários.

Na Europa, por exemplo, o biodiesel tem isenção de impostos variável entre 0,25 e 0,40 euros por litro. No Brasil, de maneira sustentável e não excludente, o governo federal definiu benefícios fiscais de PIS/COFINS para insumos por região do país, para incentivar a participação da agricultura familiar no Norte e no Nordeste. Esta política não exclui as demais matérias-primas (soja, sebo e caroço de algodão, por exemplo).

Ao contrário, permitiu a inclusão de novos atores nesta cadeia produtiva.

Até dezembro, a agricultura familiar será responsável por 35% da produção nacional de biodiesel, beneficiando 225 mil famílias. A maioria maior (80,7%) está no Nordeste.

O programa também contempla na produção todas as rotas tecnológicas (metílica, etílica ou craqueamento).

Hoje, nove das 16 usinas em operação estão aptas a produzir biodiesel por meio do etanol ou do metanol.

O biodiesel que está nos postos é um combustível de qualidade que atende às especificações estabelecidas pela ANP. No caso da Petrobras Distribuidora, responsável por 87,7% do volume de vendas do novo combustível no Brasil, apenas 11 caminhões-estaque, correspondentes a 0,073% de 15 mil carregamentos, apresentaram algumas de suas propriedades fora das especificações.

Desde o seu nascimento, o Programa do Biodiesel é um bom exemplo de parceria com a iniciativa privada.

Com ele, o governo estimula o desenvolvimento de uma nova cadeia produtiva e de um produto com grande potencial de exportação, além de abrir novas possibilidades de geração de emprego e renda para a agricultura familiar, segmento praticamente excluído das políticas governamentais de anos anteriores.

**NELSON HUBNER é ministro interino de Minas e Energia.**

Página 2 de 2 O Globo

### **Ministro palestra sobre biocombustíveis para diplomatas – Sítio Eletrônico do MDA - 02/10/2007**

O ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, palestrou sobre o tema Biocombustíveis e Inclusão Social no I Curso para Chefes de Setor de Energia, realizado pelo Departamento de Energia do Ministério das Relações Exteriores (MRE), na manhã desta terça-feira (2). O encontro ocorreu no auditório Embaixador Paulo Nogueira Batista, no anexo II do Itamaraty, em Brasília (DF).

O evento, que acontece até o próximo dia 11, esclarece aos chefes de setor os assuntos relacionados com energia. Participam cerca de 30 diplomatas brasileiros que trabalham em embaixadas e escritórios de representação do País.

Cassel ressaltou a participação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) no Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel e os resultados obtidos até agora. O ministro esclareceu que a inserção do MDA no programa faz parte da estratégia política de desenvolvimento rural do Governo Federal.

“O programa foi idealizado para equacionar a questão energética com a social. Ele trabalha pela inclusão social no campo ao gerar emprego e renda extra aos agricultores, que não deixam de produzir alimentos para cultivar as oleaginosas usadas na produção do biocombustível”, explicou.

A apresentação de Cassel abordou pontos como a agricultura familiar no Brasil; estrutura fundiária brasileira; políticas públicas de desenvolvimento rural; o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel e seus pilares; a matriz de combustíveis veiculares no Brasil; marcos legais e regulatórios; política de inclusão social no programa; Selo Combustível Social; leilões de biodiesel; renda anual da agricultura familiar com o biodiesel; sustentabilidade social e ambiental; e prioridades internacionais do MDA.

**Divulgação de experiências** - O embaixador Antonio Simões, diretor do Departamento de Energia, destacou a importância do trabalho feito pelo MDA quanto aos biocombustíveis e na inclusão social dos trabalhadores assentados na cadeia produtiva do biodiesel. “Todo o esforço que o MDA está fazendo nessa área é muito importante, principalmente para a divulgação dessas experiências fora do País. Estamos tentando vender um novo modelo energético que se preocupa com o meio ambiente, respeita o clima e, sobretudo na questão do biodiesel, que tem um componente social expressivo”, afirmou Simões.

Participaram do evento, juntamente com o ministro, o coordenador da Assessoria Internacional e de Promoção Comercial do MDA, Laudemir André Muller, e o coordenador do Programa de Biocombustível no MDA, Arnoldo Campos.

**Cadeia produtiva do biodiesel** - Desde a criação do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel, em 2003, já foram beneficiadas mais de 200 mil famílias por meio do plantio de oleaginosas utilizadas como matéria-prima para o biodiesel. A agricultura familiar é representada por 4,1 milhões de famílias, responsáveis por 10% de todo o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro.

Embora haja bolsões de pobreza significativos, segundo o ministro Cassel, a agricultura familiar não é uma parcela do campo atrasada, pobre e sem tecnologia. “Ao contrário, é um setor da economia brasileira que responde de uma maneira muito rápida, forte e com muita agilidade sempre que tem algum estímulo de política pública”, defendeu.

Atualmente, as famílias de agricultores familiares envolvidas na cadeia produtiva do biodiesel são responsáveis pelo cultivo de 618,4 hectares de oleaginosas.

**Seminário na África** - Em julho deste ano, o ministro Guilherme Cassel representou o governo brasileiro no Primeiro Seminário de Alto Nível sobre Biocombustíveis na África, promovido pela União Africana, que aconteceu em Adis-Abeba, na Etiópia. O governo brasileiro foi convidado a participar pelo desempenho positivo em seu trabalho com fontes renováveis de energia.

### **Leilão de biodiesel** – Valor Econômico – Agronegócios – Curtas – 09/10/2007

O Conselho Nacional de Política Energética, vinculado ao Ministério de Minas e Energia, publicou na sexta-feira no Diário Oficial da União a resolução número 5, que estabelece diretrizes para a realização de leilões públicos para a aquisição de biodiesel. O objetivo é assegurar a normalidade do suprimento de biodiesel desde o início da mistura obrigatória de 2% ao óleo diesel, a partir de 2008, e consolidar a introdução desse novo combustível na matriz energética nacional. O CNPE estabelece que 80% do volume a ser leiloadado tem de ser suprido por produtores com o selo "Combustível Social".

### **Etanol**

### **Marina admite cana na Amazônia** - Evandro Fadel – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 03/10/2007

A ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, referendou ontem, em Curitiba, as informações do ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, de que o zoneamento agrícola da cana deverá permitir o plantio na Amazônia. Essa possibilidade era negada pelo governo. '(O zoneamento) vai dizer quais as áreas de restrição completa para plantio da cana, quais aquelas que podem viabilizar com cuidados especiais e aquelas em que já acontece', disse a ministra. Na preparação do zoneamento, previsto para 2008, trabalham os Ministérios do Meio Ambiente, da Agricultura, do Desenvolvimento Agrário e de Ciência e Tecnologia. 'Não nos interessa que os biocombustíveis brasileiros sejam identificados com práticas ambientais e sociais incorretas', afirmou.

### **Mundo não acabou com a crise e agora vem o álcool** - Alberto Tamer\* - Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 04/10/2007

O tema desta coluna é motivado pela onda de e-mails que recebi dos ambientalistas fanáticos. Eles condenam, com veemência inusitada, a defesa que fiz do etanol como fonte limpa de geração de energia em substituição parcial do petróleo - altamente poluente e com preços estratosféricos controlados por uma dúzia de países da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep).

**CRISE PASSOU, SENHORES** - Antes, porém, quero acalmar o leitor e fazer um balanço sobre como anda o mundo hoje, em meio ao contraste doloroso entre progresso no mundo ocidental e violência em algumas regiões populosas onde o povo vive prisioneiro de regimes totalitários.

Paradoxo? Não. Apenas distorções que punem uma parte considerável da população mundial, mas não afetam o crescimento econômico.

Mas será que não seria também distorção estarmos levando em consideração apenas o crescimento econômico sem desenvolvimento e integração social? De novo, não, leitor.

É por meio do crescimento econômico, hoje cada vez mais abrangente, que se terá menos miséria. É a economia que nos levará, num futuro bem próximo, a distribuir riqueza. Isso não se dará pela imposição autoritária e violenta de governos inspirados em doutrinas pseudosociais há décadas superadas.

Os mercados financeiros acalmaram, as bolsas batem recorde em cima de recorde e só recuam porque todos voltaram a ganhar, vendendo na alta. A crise que não era nenhuma tragédia, está indo embora e a vida volta a ser como antes.

**US\$ 1 BILHÃO POR MÊS!!!** - E agora, ao etanol dos meus raivosos leitores ambientalistas. Alguns não entenderam bem a última coluna. Há dois aspectos da mesma questão:

1 - O subsídio dos países desenvolvidos, Estados Unidos e Europa, ao plantio de milho, beterraba e cana-de-açúcar para produzir etanol. Esse subsídio tem um duplo efeito nocivo. Primeiro, estimula o plantio de cana, milho e beterraba para produzir etanol. Segundo, como consequência, reduz a área destinada à produção de alimentos, o que provoca uma alta dos seus preços.

2 - O subsídio indireto, sob a forma de imposição de taxas na importação de etanol produzido pela cana-de-açúcar em outras regiões a custos menores. Isto é, temos um subsídio ao 'custo' da produção e um subsídio disfarçado ao 'preço' final para proteger cultivos e comercialização menos produtivos.

Só subsidiando fortemente os preços é que o etanol de milho, cana-de-açúcar e beterraba dos países desenvolvidos pode competir com o etanol importado produzido em áreas e climas mais favoráveis.

O correspondente do Estado em Genebra, Jamil Chade, informa à coluna:

1 - Estudo da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) - que congrega as 30 nações mais ricas do mundo - confirma que esse países gastam US\$ 1 bilhão por mês, US\$ 333 milhões por dia (!!!) em subsídio ao plantio e comercialização de cana-de-açúcar, milho e beterraba destinados à produção de etanol;

2 - Só nos Estados Unidos, US\$ 7 bilhões por ano;

3 - A União Européia impõe uma tarifa de proteção para tornar o seu etanol economicamente menos inviável de, acreditem, 70%. E isso mesmo sabendo que o etanol de cana-de-açúcar custa apenas US\$ 35 e o de milho, US\$ 65!

**AGORA OS AMBIENTALISTAS** - Aos meus caros leitores revoltados, deixo a pergunta: os senhores querem, que os Estados Unidos, a Europa e, mais gravemente, a

China continuam poluindo tremendamente a atmosfera com toneladas de gás carbônico por minuto, num inapelável cenário de catástrofe, ou que se continue plantando cana-de-açúcar?

Um plantio muito mais facilmente controlável do que impedir que os vários milhões de veículos que entram em circulação a cada ano continuem destruindo o ar que respiramos e provocando o catastrófico aquecimento ambiental? É isso o que os senhores querem??? Podem mandar mais e-mails se tiverem argumentos. Mas, por favor, e-mails civilizados e não ferozes como os que tenho recebido. \*E-mail: [at@attglobal.net](mailto:at@attglobal.net)

**Alcoolduto depende de nova legislação** – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 05/10/2007

Os alcooldutos planejados pela Petrobrás para os próximos anos dependem da revisão da nova lei do álcool, projeto bastante criticado pelos usineiros. A informação foi dada ontem pelo diretor da Agência Nacional do Petróleo (ANP) Victor Martins. Segundo ele, não há legislação sobre alcooldutos no Brasil, falha que o governo tenta corrigir com um projeto de lei que regule o setor, por intermédio da ANP. O projeto foi criticado pela União da Agroindústria Canavieira (Unica), que vê sinais de ingerência do governo sobre o setor de açúcar e álcool.

**Canaviais e queimadas já desafiam Amazônia** - Agnaldo Brito – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 07/10/2007

Usina parceira da Coca-Cola tem 4 mil hectares de cana na floresta

A indústria sucroalcooleira, que assumiu a tarefa mundial de curar o planeta do 'vício do petróleo', continua a avançar rumo ao Norte. Nascida no planalto paulista e no Nordeste brasileiro, a cultura da cana já encontra fôlego para levar seus tentáculos para além da fronteira agrícola, no coração da maior floresta do mundo, a Amazônica. O plantio de cana para produção de açúcar e álcool, apesar de ainda modesto, recorre ao desmatamento e às queimadas e usa 65% da força manual para a colheita.

A cana desafia a Amazônia. Mais do que isso, a ousadia humana já encontrou formas de driblar a hostilidade do ambiente. Somado ao ciclo de prosperidade do álcool combustível no Brasil e no mundo, tem não só ressuscitado projetos do Proálcool como atraído dinheiro para novas usinas, tanto na gigante Amazônia Legal quanto na frágil e exuberante área do bioma amazônico, região que cobre cerca de 4% do planeta e de onde se conhece apenas 50% das espécies que ali vivem.

O tema é a mais nova batalha entre os integrantes do governo Lula. A definição de um zoneamento agroecológico que indique vocações no País no próximo ano pôs em choque o ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, e a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva. A pasta da Agricultura admite a produção de cana-de-açúcar em escala na Região Amazônica. A ministra reagiu e parece disposta a não ceder.



A velocidade dos investimentos em produção de cana e derivados na região está longe de ser equivalente aos programados para o Centro-Sul do Brasil, área que até o final do primeiro biênio da próxima década deverá receber US\$ 17 bilhões, o suficiente para erguer 90 usinas de etanol.

Além de projetos no norte de Mato Grosso, a Região Amazônica tem planos de produção de álcool no Acre (que pode começar a operar em 2008 e alcançar 3 milhões de toneladas) e no Pará. Há dois novos projetos previstos para Roraima. Mas a prova de que a Amazônia, apesar de tudo, tem condições de produzir cana está em Presidente Figueiredo, 100 quilômetros ao norte de Manaus, localizada às margens da BR-174, que liga a capital do Amazonas a Boa Vista, capital de Roraima. A estrada, de piso novo, corta a mata fechada. O clima é úmido ao extremo, em alguns momentos acima de 80%.

A chuva é freqüente, principalmente a partir de agora. Mas quis a natureza que o céu desaguasse mais a partir de agosto. 'Este ano choveu demais. Os canaviais ficaram encharcados, não havia como colher. Teve dia que a usina ficou parada', diz Waltair Prata Carvalho, superintendente da Agropecuária Jayoro, em Presidente Figueiredo. Em toda a Amazônia, é o projeto que mais desafia o ambiente. E, apesar das apostas de que é um projeto inviável, tem conseguido sobreviver.

A reportagem do Estado esteve na área, uma imensidão de 59 mil hectares, 4 mil deles cobertos com cerca de 8 variedades de cana mais adaptadas às condições. 'Apesar de todas as dificuldades de se produzir cana na região, o projeto sobrevive, já encontrou o equilíbrio econômico-financeiro e precisa somente ampliar a escala para alcançar rentabilidade', assegura Carvalho.

A Jayoro é a parceira da Coca-Cola e só está de pé graças a um acordo assinado pelos controladores e a multinacional, em 1996. Todo o açúcar usado pela Recofarma, a indústria responsável pela produção da base da Coca-Cola, localizada em Manaus, sai da cana produzida naquelas glebas. Sai de lá também todo o extrato de guaraná que a companhia utiliza para a produção do refrigerante Kuat.

A Jayoro é a maior agroindústria do Amazonas. Emprega, neste momento, período de safra, 900 trabalhadores, tanto na usina quanto na colheita manual e mecânica da cana. A Jayoro tem cinco colhedoras de cana que rasgam os canaviais às margens da imensidão da floresta. 'Já vi onça, veado, todo o tipo de bicho nesse canavial', diz Osvaldino Santos de Oliveira, o operador de uma das máquinas há oito safras.

Criada no final da década de 70, a agroindústria surgiu no Proálcool. Tinha uma missão: levar o novo combustível para Manaus. O desconhecimento do ambiente, os custos elevados de manutenção e o declínio do programa no fim da década de 80 transformaram a Jayoro numa mera produtora de cachaça. O novo ciclo do etanol, referendado agora pelo mundo, reacendeu expectativas e pode, em pouco tempo, fazer a Jayoro elevar em mais de 50% a capacidade de produção, de 300 mil toneladas por ano para 450 mil.

'Não vamos derrubar uma árvore. Toda a produção de cana até agora ocorreu rigorosamente no mesmo espaço desmatado na década de 70. E assim continuará a ser',

garante Arislando Prado, diretor da empresa contratada pela família Magid (controladora do projeto) para gerir o negócio.

A polêmica entre a ministra Marina Silva e seu colega Reinhold Stephanes reverberou na floresta. 'Essa discussão nos preocupa. Não podem proibir o plantio de cana aqui. Não vamos tomar nenhuma decisão sobre expansão sem saber o que o governo vai decidir sobre a cana na Amazônia', explica Prado.

Uma área de 2,6 mil hectares, no limite da imensa gleba da Jayoro, pode se tornar uma opção para o plano de expansão. Ali, um pasto degradado descansa sob os olhos da Amazônia. Como no resto do País, é uma área candidata a se tornar um canavial, apesar de o endereço ser 'bioma amazônico'.

### **Embrapa analisa áreas para produção de álcool – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 07/10/2007**

A palavra final sobre a viabilidade ou não do plantio de cana-de-açúcar na grande Região Amazônica será dada só no segundo semestre de 2008. Porém, há claras indicações de que o governo pode liberar a implantação de projetos agroindustriais em áreas da Amazônia, apesar da polêmica com o Ministério do Meio Ambiente.

'Há áreas de cerrado na Amazônia Legal. O bioma amazônico também não é uniforme. O zoneamento que será feito pelo governo dirá quais são as regiões proibidas e aquelas liberadas, e, dentre essas, informará onde há competitividade de produção de etanol para exportação ou para o atendimento de demandas locais', diz Frederico Durães, chefe-geral da Embrapa Agroenergia.

O trabalho começou pelas áreas tradicionais de produção de cana-de-açúcar, como em São Paulo, e nas áreas de expansão, como Triângulo Mineiro e Centro-Oeste. Nas áreas mais remotas, como a Amazônica, o estudo pretende - além de considerar as condições de solo e clima - dar ao setor privado informações sobre as condições econômicas e de logística da produção de cana ou de matérias-primas para a produção de biodiesel.

Enquanto na Região Amazônica cada hectare produz cerca de 80 toneladas de cana-de-açúcar (semelhante à Região Nordeste), no Sudeste essa produtividade chega a 110 toneladas. E cada tonelada rende no máximo 90 quilos de açúcar na Amazônia, enquanto no Sudeste são 135 quilos por tonelada. Com a produtividade reduzida e o transporte caro, resta como fator positivo apenas o custo da terra, cujo viabilidade de plantio não está definida.

**MAPEAMENTO** - Durães afirma que o governo está empenhado em, finalmente, criar um ordenamento agroecológico no Brasil a partir do qual o setor privado poderá se basear para tomar suas decisões de investimento. Por enquanto, isso não existe, e o que ocorre em todo o País é a escolha de áreas única e exclusivamente a critério de quem investe.

Daí a razão do embate entre os Ministérios do Meio Ambiente e da Agricultura. Se o zoneamento encontrar razões - nos mapas de clima e de solo e nas informações de satélites - de assegurar o acesso de áreas como a Amazônia para o plantio de cana, fica referendado qualquer empreendimento.

O WWF-Brasil, uma das organizações ambientalistas envolvidas na discussão sobre ordenamento da atividade da agroenergia no País, avalia que o problema não é exatamente elaborar um grande mapa do País no qual se definam as vocações locais, mas fazer com que esse imenso trabalho de fato subsidie a formação de uma política nacional para o setor e garanta a implementação.

A ONG também considera falsa a versão do setor sucroalcooleiro, de que é totalmente inviável a produção de cana em Região Amazônica. 'A questão, definitivamente, não é essa. O problema é mercadológico e logístico. Não acho que o avanço da cana na Região Amazônica vai ocorrer com vigor neste momento. Mas o problema, definitivamente, não está na inviabilidade agrícola. O que freia o avanço é uma mera questão mercadológica e logística. Se isso for equacionado, não tenho dúvida de que a região se tornará uma opção para a produção de álcool e de açúcar', diz Luiz Fernando Laranja, coordenador do Programa Agricultura e Meio Ambiente do WWF-Brasil.

**A saga dos biocombustíveis** - Antônio Márcio Buainain e José Maria da Silveira\* - Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 09/10/2007

Aos poucos o País começa a colher os frutos do longo processo de estabilização e de uma política econômica que, embora falha em muitos aspectos, tem o grande mérito da continuidade e da sensatez. A estabilidade abriu espaço para os efeitos positivos de políticas redistributivas, antes anulados pela inflação, e para o acesso de milhões de famílias aos benefícios do crédito; em que pese certa insegurança e indefinição institucionais em áreas relevantes - alimentadas por declarações e políticas desconstruídas de autoridades sobre o papel do Estado e do setor privado, política fiscal e regras do jogo democrático e econômico -, os investimentos estão subindo e a percepção da maioria da sociedade é a de que o País está entrando em um novo ciclo de desenvolvimento duradouro. O último relatório da Unctad apresenta uma visão bem mais favorável do Brasil, posicionado em quinto lugar em termos de atratividade para investimento internacional. O fato é que a situação atual da economia brasileira põe em evidência suas potencialidades, capacitação e debilidades competitivas. O agronegócio é um dos segmentos que mais têm atraído interesse, que se traduz em aquisições de terras para produção de bioenergia, investimentos em modernização de várias cadeias produtivas e logística, fusões e reestruturação dos grandes grupos. Também tem atraído críticas que partem de várias forças sociais, desde a anacrônica Via Campesina até organizações preocupadas com questões ambientais e sociais.

Anos de aumento da produção agrícola sem o correspondente aumento da área cultivada resultaram na percepção de que seria possível utilizar fontes renováveis de energia para um triplo objetivo: segurança energética, redução do impacto ambiental, causado pela emissão de gás carbônico na atmosfera, e desenvolvimento econômico. O Brasil, com a produção de etanol a partir da cana-de-açúcar, destaca-se por ter o maior potencial para explorar esse milionário negócio. As fontes alternativas à cana-de-açúcar, desenvolvidas nos EUA e na União Européia, como o switchgrass e o miscanthus, se revelam apenas “promessas” de longo prazo. Todavia não custa lembrar que o mundo gira, e numa velocidade cada vez mais rápida, e que a vantagem de hoje não é garantia de sucesso amanhã, já que pode ser anulada tanto por inovações tecnológicas como pelas políticas nacionais dos países desenvolvidos, e até mesmo pelas forças sociais, cujo poder de determinar os rumos do negócio não pode ser negligenciado.

O governo dos EUA vem estimulando a produção de etanol a partir de milho e, em 2006, a meta de transformar em energia 20% da produção foi alcançada, contribuindo para reforçar a elevação do preço dos alimentos - muito mais o resultado do ciclo longo de expansão da economia internacional do que da produção, ainda inicial, de bioenergia. Produzir energia a partir de milho em um país como os EUA, que pode subsidiar a produção, tem algum sentido: absorve excedentes, atende aos interesses dos agricultores e ainda conquista a simpatia imediata dos consumidores de renda elevada, que podem continuar queimando ecocombustível de consciência mais tranqüila e têm condições de absorver a alta do custo de vida em alimentos. Mas com isso os EUA ativaram o gatilho que mobilizou o chamado “poder popular” contra a produção de energia a partir de fontes renováveis, que contribuiria para aumentar a fome do mundo. Da mesma forma que com os transgênicos, os ataques deste segmento se dirigem contra o agronegócio que se transformou no Judas do capitalismo. Os riscos de turbulência, no que parece céu de brigadeiro, existem e precisam ser incorporados por produtores e governo na definição de estratégia produtiva e de marketing.

É preciso ação e prevenção para conter as críticas que partem de interesses difusos, desde dos europeus, que buscam proteger os privilégios da política agrícola e da elevada proteção comercial, até daqueles que de fato se preocupam com o meio ambiente. Cada deslize ambiental será utilizado por aqueles que já desencadearam, por suas políticas apressadas, a crítica ambientalista. No front externo, temos de garantir que seremos capazes de oferecer aquilo que prometemos. A tríplice coroa existe, mas, como na copa de futebol feminino, talento e improvisação não são suficientes.

**\*Antônio Márcio Buainain (buainain@eco.unicamp.br) e José Maria da Silveira (jmsilv@eco.unicamp.br) são professores do Instituto de Economia da Unicamp**

**'Etanol precisa ser de fonte sustentável'** - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 11/10/2007

Ministra diz que certificação é pré-condição para que produto brasileiro entre no mercado europeu

A comissária agrícola da União Européia (UE), Mariann Fischer Boel, revela que Bruxelas não abrirá mão de garantias de que o etanol brasileiro é produzido a partir de fontes ambientalmente sustentáveis. Mas admite que cortará os subsídios ao etanol nos próximos anos à medida em que o preço do petróleo se mantenha alto.

A comissária (espécie de ministra para os 27 países do bloco europeu) inicia hoje pela Argentina viagem à América do Sul. Chega no Brasil no fim de semana e fica até o dia 19. Na agenda, Fischer Boel incluiu visita a produtores de etanol e açúcar, além dos setores de carne e suco de laranja. Em entrevista ao Estado, Fischer Boel confirma os planos da Europa no setor do etanol e ainda alerta que o Brasil pode esquecer a idéia de que conseguirá da UE as concessões que espera na abertura de seu mercado, por enquanto. Ela ainda insiste que é hora de o Brasil abrir seu mercado para bens industriais e admite que a Rodada Doha da OMC está em perigo. A seguir, trechos da entrevista

**Em meio à crise sobre o futuro da liberalização agrícola, qual é o motivo da viagem da sra. ao Brasil?**

O Brasil é um parceiro muito importante para a União Européia. É o nosso maior fornecedor de produtos agrícolas e somos o mercado mais importante para o País, superando os Estados Unidos. Por isso é que é tão importante para mim essa visita. Quero encontrar-me com agricultores, falar com políticos e ver o potencial do Brasil nos setores de carne, açúcar, etanol e suco de laranja.

**Nos últimos meses, vemos uma pressão inflacionária no setor de alimentos na Europa. Há algum plano de abrir o mercado para os produtos brasileiros?**

Vimos um aumento moderado dos preços dos alimentos, como leite e pão. É provável que algo parecido ocorra com a carne. Mas temos de lembrar que os preços têm estado em níveis ainda baixos numa comparação histórica. Não há motivo para pânico. Sugeri o fim das tarifas de importação no setor de cereais como medida para lidar com uma situação particular. Mas a resposta para sua pergunta é não. Não faremos qualquer mudança nas condições de acesso ao nosso mercado. O que faremos é negociar na OMC.

**Mas diante da crise instalada na Rodada Doha, a sra. ainda acha que um acordo pode ser fechado neste ano?**

Sou otimista. Mas as coisas não estão avançando. Queremos um acordo equilibrado. Já contribuimos muito e agora são os outros países que precisam fazer sua parte. Isso inclui o Brasil, que precisa ser bem mais ativo com relação às tarifas industriais.

**Mas, mesmo se o Brasil abrir seu mercado, o obstáculo principal não seria o Congresso dos EUA que não confere um mandato para a Casa Branca negociar?**

Para que tenhamos um acordo, concessões terão de ser feitas por todos. Isso inclui Brasil, Índia, UE e os EUA. Ouvimos sinais positivos dos americanos, mas será interessante ver até que ponto o Congresso seguirá a linha da Casa Branca quando termine a Farm Bill (lei agrícola que estabelece os subsídios até 2011).

**Se Doha não trazer resultados, qual será a estratégia da UE com o Mercosul?**

Doha é nossa prioridade. Mas continuamos comprometidos em concluir as negociações entre a UE e o Mercosul assim que seja possível tecnicamente e politicamente. Acreditamos que as negociações UE-Mercosul não só reduzirão tarifas, mas cortarão barreiras não tarifárias que impedem que nossas exportações agrícolas para o Brasil sejam tão grandes como desejamos.

**Mas o Brasil poderá conseguir o acesso ao mercado europeu nas negociações UE-Mercosul que não está conseguindo na OMC?**

O melhor lugar para negociar é no contexto multilateral. Se Doha fracassar, o Brasil não deve esperar que conseguirá os mesmos resultados em acesso num acordo entre a Europa e o Mercosul.

**Nos últimos meses, há uma crescente resistência na Europa contra o etanol brasileiro por motivos ambientais. O que a UE fará sobre isso?**

Estamos elaborando os detalhes finais de como vamos estabelecer metas de uso de biocombustíveis. Isso inclui a exigência de que o combustível importado venha de fontes genuinamente sustentáveis. Essa será uma pré-condição para o acesso ao nosso mercado.

**Mas, além das barreiras, levantamentos apontam que a Europa destina 3 bilhões por ano ao etanol. A sra. acredita que o desenvolvimento do biocombustível na Europa irá apenas perpetuar os subsídios aos fazendeiros europeus?**

Pagamos 45 por hectare para o fazendeiro que produza bens para combustíveis até um limite de 2 milhões de hectares. Em nossa revisão da Política Agrícola Comum (PAC), iremos sugerir que esse pagamento seja eliminado. Agora que temos uma meta de uso do etanol e um mercado emergente - além do preço do petróleo em alta -, há a possibilidade de que os subsídios não sejam mais necessários.

**Outro objetivo de sua viagem será visitar a produção de carne. Na Europa, associações britânicas pedem o embargo à carne brasileira por causa da febre aftosa. A sra. teme pela qualidade do produto nacional?**

Vou visitar a produção e olhar atentamente aos métodos usados. Há preocupações na Europa sobre o controle de doenças animais. Queremos ver como o sistema de

monitoramento do gado funciona na prática e se há movimento de animais entre áreas afetadas e as livres de aftosa. Mas devo lembrar que a Europa, ao contrário de outros mercados significativos, continua importando carne do Brasil.

**Quem é: Mariann Fisher Boel** - Comissária agrícola da União Européia - Está no cargo desde novembro de 2004 - Foi ministra da Agricultura e da Pesca da Dinamarca de novembro de 2001 a agosto de 2004 - Estudou economia e línguas e é deputada pelo Partido Liberal desde 1990.

**'Produção de etanol precisa ser bem planejada'** – Estado de São Paulo – Internacional – 13/10/2007

Órgão da ONU teme um descontrole e propõe que só terras já degradadas sejam usadas na expansão do biocombustível

O Brasil precisa garantir a proteção da Amazônia e impedir a “expansão descontrolada” do etanol. Em entrevista ao Estado, a secretária do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), Renate Christ, deixou claro que a entidade acredita que a produção do etanol pode trazer benefícios para o combate à mudança climática. Mas sua produção precisa ser planejada. Eis os principais trechos da entrevista:

**Qual é o recado que o IPCC pode dar hoje ao Brasil no combate à alteração climática?** Pelas informações que temos até agora, sabemos que o grande problema no Brasil será a Amazônia. A previsão é de uma queda no volume de chuvas, o que afetará diretamente a floresta. Com esse risco em mente, precisamos trabalhar para obter informações mais detalhadas sobre a região e pedimos sempre a todos os governos que se concentrem na produção de conhecimento científico sobre áreas como a Amazônia. Nosso grande problema, e não é só com o Brasil, é o de construir um conhecimento para que possamos ter uma noção mais exata do que irá ocorrer a médio e longo prazos.

**Estão sendo feitas cada vez mais acusações de que a cana-de-açúcar para a produção de etanol começa a ganhar a região de florestas. O IPCC está preocupado com essa tendência?** Sim, nós estamos preocupados. O etanol por si só não é o problema. Ele pode produzir contribuições reais ao clima e já sabemos que os benefícios são claros. Mas isso depende de um planejamento.

**Como deveria ser esse planejamento?** Estamos alertando que tudo dependerá de quais terras serão usadas para cultivar os produtos usados nos biocombustíveis. Nossa idéia é a de que as terras usadas para a expansão do etanol sejam apenas aquelas já degradadas e com poucas chances de ser recuperadas. Nosso temor é pela expansão descontrolada do etanol, sem uma avaliação das conseqüências. Na Europa, por exemplo, pode haver ainda uma competição acirrada pela terra entre produtores de alimentos e de etanol. O mesmo pode ocorrer em outras partes do mundo - e não se descarta a possibilidade de que isso crie

graves problemas sociais. Em algumas regiões, estamos alertando que até a fome pode aumentar e pode haver pressões sobre áreas de florestas.

**Qual é a recomendação na formulação de políticas para o setor do etanol?** Se existem metas de aumento da produção e do consumo de etanol, como ocorre na Europa, precisamos também saber de onde virão esses recursos e produtos importados. Não podemos criar um problema em outras regiões do mundo para tentar resolver um problema em outro lugar.

**Brasil rejeita cana na Amazônia, afirma Dilma** - João Domingos e Tânia Monteiro – Estado de São Paulo – Internacional – 13/10/2007

Ministra diz que o País ‘não precisa de nenhuma área agricultável para produzir álcool’

As ministras da Casa Civil, Dilma Rousseff, e do Meio Ambiente, Marina Silva, reafirmaram ontem que o Brasil não vai usar áreas agricultáveis destinadas à produção de alimentos para o cultivo de plantas que produzem biocombustível, como a cana-de-açúcar, matéria-prima do etanol, após apelo do presidente do IPCC, Rajendra Pachauri, para que a Floresta Amazônica seja preservada e áreas onde hoje são plantados alimentos não cedam lugar para o biocombustível. “Dizer que o governo é a favor do uso de terras da Amazônia para o plantio da cana-de-açúcar é um grande equívoco”, disse Dilma em São Gabriel da Cachoeira, 860 quilômetros a oeste de Manaus. “O governo é contra a produção de etanol na Amazônia.”

Sobre um eventual conflito entre etanol e alimentos, Dilma disse que esse risco não existe. “Menos de 1% de terras agricultáveis é usado para produzir etanol. O Brasil não precisa da Amazônia nem de nenhuma área agricultável para produzir álcool. A segurança alimentar e a energética caminham paralelamente no Brasil. Quem diz o contrário quer confundir essa questão.”

Marina Silva disse que o Brasil tem mais de 300 milhões de hectares de área agricultável, além de 50 milhões em repouso. “Para chegarmos a uma produção razoável de etanol, com garantia da segurança alimentar e ambiental, basta observar todos os critérios de zoneamento ambiental e agrícola e cumprir o que está estabelecido pelo Ministério da Agricultura - que não se vai produzir cana na Amazônia, nem abrir áreas no cerrado.”

Em relação à Amazônia, a ministra lembrou que o desmatamento foi reduzido em 50% nos últimos dois anos. “Se confirmarmos a previsão do Sistema de Detecção de Desmatamento em Tempo Real, chegaremos neste ano a 65%, o que representa meio bilhão de toneladas a menos de emissões de dióxido de carbono. Isso é 20% de tudo o que teria de ser reduzido pelos países ricos em dois anos. E criamos 20 milhões de hectares em unidades



de conservação. Se for considerado que essas áreas ficarão de fato protegidas, é a garantia de um estoque de carbono que não será emitido na atmosfera”, afirmou.

O desmatamento é a maior fonte de gases do efeito estufa no Brasil, responsável por 75% das emissões nacionais de gás carbônico.

Marina concordou, no entanto, com Pachauri quando o indiano disse não ser a hora de criar teto de emissão de dióxido de carbono para países emergentes. “Ele se refere ao princípio das responsabilidades comuns, mas diferenciadas. Os ricos têm uma emissão histórica muito grande e os países em desenvolvimento, um emissão pequena. Mas hoje Índia, China e Brasil já têm emissão, que precisa ser tratada com toda a responsabilidade, para que em 50 anos não sejamos os responsáveis por uma grande emissão de CO2”, disse Marina. Isso, no entanto, tem ser feito sem que o País abra mão de cumprir metas, disse. “Se para os países ricos é difícil mudar a matriz energética, para nós é difícil mudar o modelo de desenvolvimento.”

**'Brasil não deve esperar resultado positivo de Doha'** - Jamil Chade – estado de São Paulo – Economia e Negócios – 15/10/2007

Para ministro, mesmo que concessões sejam feitas pelos países ricos na OMC, não haverá benefícios significativos para o País

O Brasil deve se concentrar em encontrar mercados específicos para exportação e não esperar por um resultado positivo na Rodada Doha, da Organização Mundial do Comércio (OMC). O recado é do ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, que está na Europa esta semana e, destoando dos comentários do Itamaraty, prevê que os benefícios de Doha não serão significativos. “Não acho que as concessões que serão feitas (pelos países ricos) na OMC terão efeitos concretos”, afirmou o ministro.

Em entrevista ao Estado, Stephanes disse que tentará, amanhã, convencer a Comissão Europeia de que o sistema de controle sanitário da carne brasileira é confiável. Além disso, anuncia que quer expandir em 7 milhões de hectares a produção de cana no Brasil até 2020. A seguir, os principais trechos da entrevista.

**Depois de seis anos negociando a Rodada Doha, o sr. ainda acredita que o Brasil terá algum ganho?** Eu sou um dos céticos com a possibilidade de conclusão da Rodada ou de um sucesso com seus resultados. Acho que as concessões, se dadas (pelos países ricos), não terão efeitos concretos. O que irá regular o mercado mundial nos próximos anos será a necessidade das economias de importar alimentos. Os países não vão querer importar inflação e estamos vendo que, com a alta nos preços de commodities, a inflação já é uma preocupação em vários mercados. Muitos governos vão ter a necessidade de abrir seus mercados para os produtos agrícolas exatamente para evitar a inflação. A Europa acaba de fazer isso com o trigo e fizemos projeções que mostram que essa tendência deve continuar.

**Não seria o momento então do Brasil buscar acordos específicos com os diferentes mercados ?** É exatamente isso que defendo. Essa é a minha visão. Mas não posso falar muito por causa do Itamaraty. Só vale lembrar que, em 2007, vamos ter uma alta de nossas exportações de carne de 20% em relação a 2006, ano que as vendas já foram ótimas. Como eu disse, será a demanda dos mercados que trará essas vantagens para nós e, pelo que eu vejo, os preços continuarão altos.

**Apesar desse aumento, há uma pressão cada vez maior por parte dos europeus em relação à qualidade da carne brasileira. Qual será seu recado à Comissão Européia, que deu ao Brasil até o fim do ano para pôr seu sistema em ordem para não sofrer embargo?** Teremos reuniões com parlamentares e com o comissário de Saúde da UE, Markus Kyprianou. Vamos mostrar que o sistema fitossanitário está praticamente em ordem. O que falta é a questão da rastreabilidade, que é apenas uma questão de tempo, pois as medidas já foram tomadas. O movimento de animais (entre Estados e fazendas) já está resolvido.

**Não é a questão de rastreabilidade que mais preocupa os europeus?** O sistema já está implementado e temos 15 milhões de cabeças de gado envolvidos. O que ocorre é que precisamos chegar a 40 milhões de cabeças de gado e isso levará alguns meses para que possamos dizer que temos toda a vida de um gado rastreada, do momento que nasce ao momento da carne ser servida. Estou confiante de que iremos resolver isso.

**Mas produtores irlandeses declararam ter feito seu próprio relatório e que a situação não é boa.** Respeito que esses produtores queiram vender e proteger seu mercado. Mas não posso respeitar o que dizem sobre a agricultura brasileira. O relatório que fizeram é clandestino e eles deveriam até estar presos por isso. Repudiamos essas informações.

**Outro ponto de interesse dos europeus é a produção de cana no Brasil. Como o sr. pretende convencê-los de que a expansão do etanol não irá gerar desmatamento na Amazônia?** Vamos ter um planejamento da expansão e até julho de 2008 isso estará pronto. Teremos quatro mapas. O primeiro indicará onde estão as usinas hoje e a produção. O segundo mapa dirá, tecnicamente, onde a cana poderá ser plantada para que seja produtiva. Um terceiro mapa ainda mostrará as áreas restritas e incluirá a Amazônia, terras indígenas, o Pantanal e algumas outras regiões. Nesses locais, não será permitido a plantação de cana. Um quarto mapa ainda orientará para onde a expansão da cana deve ocorrer. Vamos nos concentrar em áreas de pastagem já degradadas. Nossa idéia é chegar a 2015 com o dobro de produção de cana. Isso significa a expansão do cultivo para 3 milhões de hectares de terra. Até 2020, dependendo de como irá o mercado, queremos outros 4 milhões de terra com cana. No total, portanto, estimamos que vamos precisar de 7 milhões de hectares até 2020.

**Mas isso não acabará atingindo áreas de floresta?** Temos 40 milhões de hectares de áreas de pastagem degradadas. É só usar parte delas e atingiremos os objetivos, sem precisar recorrer à floresta.

**Proponho-me a trazer ao palco os atores até então deixados atrás das cortinas: os cortadores de cana dos canaviais paulistas**

NOS ÚLTIMOS dias, os diversos meios de comunicação deram cobertura às viagens do presidente da República aos países europeus e aos EUA. Neste último, ao discursar na 62ª Assembléia Geral da ONU, ele defendeu, mais uma vez, o argumento dos biocombustíveis como solução para os problemas climáticos do planeta.

Na mesma ocasião, segundo reportagem desta Folha (Brasil, 26/9), o chanceler da República, Celso Amorim, rebateu a tese de que a produção de alimentos é afetada pelo crescimento da cultura canvieira para a produção do etanol, citando o exemplo do Estado de São Paulo.

Essa última afirmativa, no entanto, vai na contramão dos dados oficiais do Instituto de Economia Agrícola, que apontam para a diminuição das áreas de 32 produtos agrícolas, dentre eles: arroz (10%), feijão (13%), milho (11%), batata (14%), mandioca (3%), algodão (40%) e tomate (12%), sem contar a redução de mais de 1 milhão de bovinos e a queda da produção de leite no período 2006-2007.

Diante desses discursos, proponho-me a trazer ao palco do teatro do etanol os atores até então deixados atrás das cortinas: os trabalhadores rurais, os cortadores de cana dos canaviais paulistas. O que eles querem é só um "dedinho de prosa" com o presidente. Num diálogo imaginário, eles relatariam as "coisinhas simples" do cotidiano, do trabalho, da vida, enfim.

Na sua grande maioria, são migrantes provenientes dos Estados do Nordeste e do norte de Minas Gerais (em torno de 200 mil, segundo a Pastoral do Migrante). São homens, jovens entre 16 e 35 anos de idade.

Durante oito meses ao ano, permanecem nas cidades-dormitório em pensões (barracos) ou nos alojamentos encravados no meio dos canaviais.

Divididos em turmas nos atuais 4,8 milhões de hectares dos canaviais paulistas, são invisíveis aos olhos da grande maioria da população, exceto pelos viajantes das estradas que os vêem enegrecidos pela fuligem da cana queimada, chegando, até mesmo, a ser confundidos com elas.

São submetidos a duro controle durante a jornada de trabalho. São obrigados a cortar em torno de dez toneladas de cana por dia. Caso contrário, podem: perder o emprego no final do mês, ser suspensos, ficar de "gancho" por ordem dos feitores (sic) ou, ainda, ser submetidos à coação moral, chamados de "facão de borracha", "borrados", fracos, vagabundos.

A resposta a qualquer tipo de resistência ou greve é a dispensa. Durante o trabalho, são acometidos pela sudorese em virtude das altas temperaturas e do excessivo esforço, pois, para cada tonelada de cana, são obrigados a desferir mil golpes de facão. Muitos sofrem a "birola", as dores provocadas por câimbras.

Os salários pagos por produção (R\$ 2,5 por tonelada) são insuficientes para lhes garantir alimentação adequada, pois, além dos gastos com aluguéis e transporte dos locais de origem até o interior de São Paulo, são obrigados a remeter parte do que recebem às famílias.

As conseqüências desse sistema de exploração-dominância são: - de 2004 a 2007, ocorreram 21 mortes, supostamente por excesso de esforço durante o trabalho, objeto de investigação do Ministério Público; - minhas pesquisas em nível qualitativo na macrorregião de Ribeirão Preto apontam que a vida útil de um cortador de cana é inferior a 15 anos, nível abaixo dos negros em alguns períodos da escravidão.

Constatai as seguintes situações de depredação da saúde: desgaste da coluna vertebral, tendinite nos braços e mãos em razão dos esforços repetitivos, doenças nas vias respiratórias causadas pela fuligem da cana, deformações nos pés em razão do uso dos "sapatões" e encurtamento das cordas vocais devido à postura curvada do pescoço durante o trabalho.

Além dessas constatações empíricas, as informações recentes do INSS para o conjunto do Estado de São Paulo, no período de 1999 a 2005, são: - o total de trabalhadores rurais acidentados por motivo típico nas atividades na cana-de-açúcar foi de 39.433; por motivo relacionado ao trajeto, o total correspondeu a 312 ocorrências; - quanto às conseqüências, os números totais para o período são: - assistência médica: 1.453 casos; - incapacidade inferior a 15 dias: 30.465 casos; - incapacidade superior a 15 dias: 8.747 casos; - incapacidade permanente: 408 casos; - óbitos: 72 casos.

Nesse momento, os atores saem do palco e voltam para trás das cortinas. O presidente, ouvinte, sabe que eles falaram a verdade. Sertanejo não mente: esse é o código do sertão.

**MARIA APARECIDA DE MORAES SILVA**, doutora em sociologia pela Universidade de Paris 1 (França), é professora livre-docente da Unesp (Universidade Estadual Paulista). É autora de "A Luta pela Terra: Experiência e Memória", entre outras obras.

### **Cultura ocupou principalmente regiões de pastagem**

O incentivo à produção de álcool no país fez com que a área cultivada com cana-de-açúcar crescesse 15% em São Paulo neste ano em comparação com o ano passado. O aumento ocorre em meio à polêmica de que a expansão pode gerar fome no futuro, ao tomar terras propícias à produção de alimentos. Relatório da ONU (Organização das Nações Unidas) critica esse avanço da cana.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva rebate. Ele diz que a "cana só ocupa 1% das terras agricultáveis". O Brasil é o maior produtor de biocombustível derivado da cana. Na safra 2007/2008, há 4,2 milhões de hectares com cana-de-açúcar só em São Paulo (o que inclui uma área de reforma -cuja cana já foi plantada, mas só será colhida em 2008). Eram 3,6 milhões na safra 2006/ 2007. Os dados são do Canasat, projeto do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) que mapeia a área plantada por meio de imagens de satélite.

Segundo Bernardo Rudorff, que coordena o Canasat, não é possível dizer se há perda de outras culturas em razão da expansão da área de cana.

"O que as imagens mostram é que mais da metade do avanço da cana em São Paulo ocorreu em cima de áreas de pastagem, principalmente no noroeste do Estado. Na região, a quantidade de terras plantadas aumentou muito à medida que foram se instalando novas usinas."

Houve aumento da área também em Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Paraná. Em toda a região centro-sul, o crescimento foi de 18%, ou seja, 926 mil hectares a mais do que no período passado. Ao todo, são 6 milhões de hectares cultivados.

Para o diretor-técnico da Unica (União da Indústria de Cana-de-Açúcar), Antonio de Pádua Rodrigues, não há competição da cana com áreas de alimentos. "A expansão se deu em áreas degradadas. Foi em direção ao oeste de São Paulo, a Mato Grosso do Sul, ao sul de Goiás, locais em que se compete com pastagem. Houve alguma área com soja prejudicada [em São Paulo], mas aqui praticamente não há essa cultura."

Segundo ele, mesmo que a área de cana dobre em cinco anos no país, será "muito menor" que a de grãos. "Vai chegar a ocupar não muito mais que 3% das áreas agricultáveis."

UMA GRAVE ameaça pesa sobre a produção dos biocombustíveis. Movimentos sociais com objetivos ideológicos, ambientalistas honestos, mas desinformados, analistas bem-informados, mas com viés malthusiano, chefes de governo prisioneiros de sua situação e até a ONU insistem na falsa idéia de que eles vão reduzir a oferta de alimentos. No caso brasileiro, a ameaça é claramente falsa. A área total do Brasil é de 851 milhões de hectares, dos quais 463 milhões (54%) são ocupados por áreas preservadas (inclusive a floresta amazônica); 220 milhões (26%) são ocupados por pastagens; 72 milhões (9%) são áreas cultivadas (6 milhões de hectares pela cana) e 96 milhões (11%) são potencialmente cultiváveis.

É preciso enxergar um fato importante: a agricultura é o único setor da economia onde milhões de produtores, individualistas e desorganizados, enfrentam uma estrutura oligopolista de compra, o que significa que transferem potencialmente para os consumidores todos os seus ganhos de produtividade.

Isso explica a secular redução dos preços agrícolas com relação aos preços industriais. Apenas potencialmente porque, por outro lado, a estrutura oligopolista enfrenta milhões de consumidores, o que lhe dá um enorme poder na formação dos preços.

Os ganhos de produtividade do setor agrícola são o resultado do desenvolvimento da seleção genética, dos transgênicos, das técnicas de cultivo e da eficiência dos fertilizantes, e não há menor sinal de que tais avanços vão arrefecer. Pelo contrário, em alguns setores, como o do etanol e do biodiesel, os avanços genéticos que aumentam a produtividade por área e os avanços dos processos químicos e biológicos para o aproveitamento de toda a biomassa na extração de combustível estão à vista.

É claro que o aparecimento de um novo "produto" tende a alterar todos os preços relativos. Isso aconteceu, por exemplo, quando o ex-presidente do Banco do Brasil Nestor Jost, em 1968, convenceu o governo de que o feijão-soja tinha futuro. É ridículo imaginar que, num mercado livre, a alteração dos preços relativos possa ser a causa da inflação (que exige preços crescendo).

Os ganhos de produtividade por área na agricultura e na pecuária vão liberar terra sobre a qual avançarão as novas culturas. Concretamente: o Brasil usa hoje 1/3 da terra que usava há 30 anos para produzir a mesma quantidade de álcool. Daqui a 30 anos, usará, provavelmente, menos de 1/9...

O único risco real que corre o projeto de Lula é a ameaça do seu próprio governo, se não se entender que há um claro conflito de interesse entre a Petrobras e os biocombustíveis. [contatodelfimnetto@uol.com.br](mailto:contatodelfimnetto@uol.com.br) - ANTONIO DELFIM NETTO escreve às quartas-feiras nesta coluna.

**Após atritos com Marina, Stephanes recua sobre cana** - Iuri Dantas e Mari Tortato –  
Folha de São Paulo – Dinheiro – 03/10/2007

**Ministro diz que foi "mal interpretado" sobre liberação de plantio em áreas da Amazônia - Para Marina, não interessa ao governo se tornar alvo de críticas no exterior devido a "práticas incorretas" na produção de biocombustível**

Após queixas públicas da ministra Marina Silva (Meio Ambiente), o ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, recuou sobre permitir e incentivar o plantio de cana em áreas degradadas da Amazônia, do Pantanal e da mata atlântica.

Em entrevista à **Folha**, Stephanes afirmou que "foi mal interpretado", quando citou Roraima como uma possibilidade de plantio de cana. Nessa área a que ele se referia, segundo o próprio ministro, haveria apenas savana. "Há milhares de anos."

"Deram uma interpretação diferente. Falei em incentivar plantio em áreas e pastagens degradadas, não no bioma", disse. Na quinta-feira passada, Stephanes mencionou essas chamadas áreas degradadas em uma entrevista concedida para fazer um balanço de seus seis meses à frente do ministério.

Naquela entrevista, explicou que o zoneamento agrícola para a cana-de-açúcar que o governo prepara para o ano que vem iria permitir o plantio em áreas onde não há mais floresta. "A idéia-força é usar áreas desmatadas", disse, na ocasião.

Ontem, afirmou que a proibição da cana nos biomas mais complexos será uma "premissa básica" do zoneamento agrícola. Grupos ambientais brasileiros e internacionais vêm manifestando preocupação sobre a possibilidade de uma maior demanda por biocombustíveis acabar resultando no plantio de cana nas regiões de floresta.

De acordo com Stephanes, serão elaborados quatro mapas como base para o zoneamento: o primeiro com os locais onde já há plantação; outro com as regiões onde há condições propícias para o plantio; um diagrama com as áreas de restrição e um último com pontos de incentivo à produção de cana.

**Práticas incorretas** - Em Curitiba, Marina Silva afirmou ontem que não interessa ao governo estimular críticas internacionais à obtenção de biocombustível por meio de "práticas incorretas". "Não nos interessa, em hipótese nenhuma, que os biocombustíveis brasileiros possam ser identificados com práticas ambientais incorretas e práticas sociais incorretas", disse.

O interesse do governo em afastar críticas de práticas incorretas tem o objetivo de evitar que mercados tradicionais como Europa e Estados Unidos boicotem o álcool brasileiro. Para evitar problemas, o governo lançou a idéia de um selo socioambiental, para atestar boas práticas trabalhistas, ambientais e sociais. O selo será concedido e fiscalizado por empresas privadas.

Segundo ela, seu ministério já tem prontas as áreas de restrição de plantio para proteção da biodiversidade, os mapas dos biomas e as áreas de risco para incluir no zoneamento.

#### **A cana e a Amazônia** – Folha de São Paulo – Opinião – Editorial – 04/10/2007

NO DISCURSO que proferiu na abertura da 62ª Assembléia Geral da ONU, o presidente Lula prometeu "um completo zoneamento agroecológico do país para definir quais áreas agricultáveis podem ser destinadas à produção de biocombustíveis". Treze dias antes, em Estocolmo, havia afirmado: "Quem conhece a Amazônia sabe que o solo amazônico não serve para o plantio da cana".

O ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, não parece ter dado a devida atenção aos discursos. Chegou a anunciar que um zoneamento agrícola para a cana-de-açúcar, previsto para 2008, daria incentivos para plantio, ainda que em áreas degradadas, na Amazônia. Mencionou até "área de savana" em Roraima, hoje usada como pastagem. Bastaram cinco dias para o ministro recuar. Diante da repercussão negativa e do temor de que o cultivo de cana na Amazônia venha se somar à grilagem, à extração ilegal de madeira, à pecuária e à soja para aumentar o desmatamento na região, após três anos de queda, disse que havia sido mal interpretado: o zoneamento permitirá cultivo de cana só em áreas já desmatadas.

O ministro de fato escorregara ao menosprezar a savana, que no Brasil é chamada de cerrado. Não é por ser usada como pasto que essa paisagem, das mais ameaçadas e ricas em espécies do país, merece ser ainda mais devastada.

Um verdadeiro zoneamento agroecológico deve levar em conta as condições de topografia, solo, clima e infra-estrutura para dirigir o plantio às áreas potencialmente mais produtivas para as diversas culturas. Também deve ser instrumento para impedir que a expansão dos biocombustíveis, uma oportunidade para o país, se faça desordenadamente. Sempre há o risco de cultivos mais rentáveis empurrarem agricultores descapitalizados a avançar sobre habitats naturais com prioridade de preservação.

É por essa razão que o zoneamento, como disse Lula, tem de ser completo e considerar todos os vetores do agronegócio, não só a commodity em ascensão.



PRECONCEITO e desinformação costumam andar lado a lado, um sustentando o outro e justificando a origem de ambos. É o que se depreende quando analisamos recentes artigos publicados na imprensa européia sobre a expansão do cultivo da soja e de outras culturas no Brasil.

Muitos insistem em ignorar que o crescimento se deve, em grande parte, à eficiência de pesquisadores e de produtores em encontrar plantas mais produtivas. Sem falar no sucesso crescente de sistemas de industrialização e comercialização, apesar da ainda deficitária infra-estrutura logística, em especial no Centro-Oeste brasileiro.

No entanto, há muita confusão entre a área ocupada pela floresta amazônica e a chamada Amazônia Legal, esta criada para fins de planejamento econômico a pedido dos Estados, englobando, além do território da floresta, biomas diversos em Mato Grosso, Tocantins e parte do Maranhão.

A parte brasileira da floresta amazônica representa 36% do território, e o bioma amazônico abrange 50% do país. Para ter uma dimensão do bioma amazônico, vale dizer que poderia envolver 20 países europeus.

Já a Amazônia Legal ocupa 60% do Brasil e, por ser ainda mais abrangente, contém parte do bioma cerrado, que se assemelha, em geral, à savana, com gramíneas, arbustos e árvores esparsas.

Na Amazônia Legal, que não significa apenas a floresta amazônica, mas sim vários outros biomas e nove Estados, vivem 23 milhões de brasileiros -cerca de um terço da população francesa. Lá estão, além de emprego e renda, os bons índices de qualidade de vida medidos pelo IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), da ONU, que são superiores à média nacional.

Da formação original, estimada em 600 milhões de hectares, o Brasil mantém preservados 440 milhões de hectares, ou seja, 60% da área primitiva. Essa área corresponde a 28% do total de florestas do planeta, atualmente. Enquanto isso, a maioria dos países devastou suas florestas. Na Europa, por exemplo, o índice de floresta original é inferior a 0,5%.

No Brasil, as áreas com florestas protegidas são as indígenas, com 108 milhões de hectares, e as de conservação federais e estaduais, com 111,6 milhões de hectares. São mais de 219 milhões de hectares, ou seja, 25,9% do território. Além disso, leis rígidas obrigam a criação de áreas de preservação permanente e de reserva legal.

Afirmações como "a soja vai sufocar a Amazônia" desconsideram que os 70 mil km<sup>2</sup> -ou seja, 7 milhões de hectares- que são utilizados para o plantio na região representam menos de meio ponto percentual (0,26%) do bioma amazônico. Tampouco se

leva em conta o esforço do governo Lula para a redução do desmatamento, em declínio nos últimos anos.

Além disso, registramos ações positivas da iniciativa privada e medidas como a moratória da soja, em que o cultivo responsável beneficia as agroindústrias que não compram soja proveniente de floresta desmatada desde 2006.

Seria mais útil ao desenvolvimento sustentável do planeta o debate sobre a necessidade de reduzir o protecionismo de países desenvolvidos sobre os produtos que competem com os de países em desenvolvimento, como o Brasil. Essa realidade faz com que tenhamos dificuldades em diversificar e agregar valor ao que produzimos.

Para fazermos chegar nossos produtos, a maior parte de commodities, ao mercado exterior, nos submetemos a rígidas restrições tributárias e a tarifas altíssimas, como 310% para carne suína (Japão); 167% para o açúcar (EUA); 177% para carne bovina (UE); 95% para frango congelado em partes (UE). São tarifas que proíbem o Brasil de plantar mais milho, por exemplo, e de beneficiar carnes para obter remuneração adequada.

Ao eleger a soja como inimiga número um da floresta amazônica, deixa-se esquecido que o Brasil tem vocação para o desenvolvimento sustentável, possuindo uma matriz energética em que 45% dos recursos provêm de fontes renováveis. Isso nos coloca entre os poucos países com oferta de energia limpa e renovável, com capacidade de se tornar um grande fornecedor nessa área.

No entanto, o Brasil produz, primeiramente, para alimentar 190 milhões de brasileiros, e da soja se extrai a proteína mais barata do mundo, que, além de suprir as necessidades alimentares da população, auxilia na dieta de bovinos, suínos e ovinos dos rebanhos europeus e asiáticos.

Esses fatos incontestáveis, mas pouco abordados, mostram que está na hora de os conceitos sobre o Brasil serem revistos e de o respeito ao povo brasileiro ser mais exercitado.

REINHOLD STEPHANES , 67, economista, deputado federal licenciado (PMDB-PR), é o ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Foi ministro do Trabalho e Previdência Social (1992-1995) e da Previdência e Assistência Social (1995-1998).

**Governo quer conter cana em florestas** – Marta Salomon e Iuri Dantas – Folha de São Paulo – Dinheiro – 07/10/2007

**Medidas emergenciais seriam adotadas antes da divulgação de zoneamento agroecológico, que deve demorar dez meses**

**Onda dos biocombustíveis fez área com cana crescer 12,3% neste ano em relação a 2006; média histórica de avanço variava de 8% a 10%**

O governo estuda a adoção de medidas emergenciais para conter o avanço desordenado de culturas destinadas à produção de álcool em áreas de florestas antes da divulgação do zoneamento agroecológico, com limites para esse tipo de plantio, e que só deverá ficar pronto daqui a dez meses.

Embalada na onda dos biocombustíveis, a área plantada de cana-de-açúcar neste ano cresceu 12,3%, ou 7.600 quilômetros quadrados, em relação à safra passada. A média histórica de crescimento variava de 8% a 10% ao ano. E, diferentemente do que ocorre agora, o avanço era concentrado no Estado de São Paulo.

Para evitar que o zoneamento agroecológico encontre mais desmatamento ou a monocultura de cana-de-açúcar em algumas regiões como fatos consumados, o Ministério do Meio Ambiente avalia a oportunidade de adotar limites imediatos à expansão do álcool por meio de resolução do Conama, informou à **Folha** o secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável, Egon Krakhecke.

"É natural que os produtores busquem áreas mais férteis, e o zoneamento ainda demora para dar resposta", avaliou o secretário, embora considere "inexpressiva" a pressão dessas culturas sobre a Amazônia.

Está em jogo a palavra empenhada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Desde que começaram as pressões internacionais contra a expansão da cana sobre áreas de florestas ou atualmente destinadas ao cultivo de alimentos, Lula e a ministra Marina Silva (Meio Ambiente) reiteram que haveria mais de 50 milhões de hectares de terras disponíveis no país para o plantio destinado à produção de álcool.

Esse volume de terras seria quase suficiente para o país alcançar a marca de 30 bilhões de litros de álcool. Só ficariam faltando 3 milhões de hectares, contabilizou a ministra.

**Zoneamento** - O temor no Meio Ambiente é que a expansão das culturas destinadas ao álcool não se dê em áreas já desmatadas. E o zoneamento agroecológico, coordenado pelo Ministério da Agricultura, só deverá ser anunciado em junho de 2008, segundo previsão do governo.

O zoneamento terá força de lei, proibirá o cultivo de cana-de-açúcar em determinadas regiões e fixará as punições para os infratores. O zoneamento também criará

incentivos às plantações em áreas degradadas fruto de uso intensivo, desmatamento ou pastagens. O governo elabora ainda mapas específicos para culturas destinadas ao biodiesel.

A maior preocupação do governo com o avanço da cana-de-açúcar está na região Centro-Oeste. Os Estados de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul concentram o ritmo mais acelerado de expansão dos projetos de cultivo para a produção de álcool.

Goiás tinha 15 usinas até o ano passado, já conta com 18, tem mais 9 em construção e pelo menos mais 10 em fase de projeto. Em Mato Grosso do Sul, há 11 usinas em funcionamento e outras 37 devem estar funcionando no prazo de quatro a cinco anos, segundo previsão do governo local.

Dados da Conab (Companhia Nacional de Abastecimento) indicam que a área de cana cresceu 19% em Goiás, 32% em Mato Grosso do Sul, 42% no Tocantins e 26% no Paraná na safra plantada neste ano em comparação à safra semeada em 2006. Em São Paulo, que responde por 52,7% da área plantada e 58,2% da produção nacional de cana, houve avanço de 11% no mesmo período.

Por ora, o governo conta com medidas adotadas pelos Estados para limitar o avanço desordenado das plantações.

Em Goiás, um ato do governador condicionou, há três meses, a concessão de incentivos fiscais a uma distância mínima de 50 quilômetros entre usinas. Em Mato Grosso no Sul, medida semelhante foi aprovada pela Assembléia Legislativa, estabelecendo 25 quilômetros de distância entre usinas.

Em Mato Grosso, um protocolo de intenções firmado em abril entre o governo do Estado e o sindicato da indústria sucroalcooleira pretende reverter o cultivo de cana em áreas de proteção permanente, que representariam 4% do total.

Segundo o coordenador da Comissão Nacional de Cana-de-Açúcar da CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil), Edson Ustulin, "é preciso ter muito cuidado" com zoneamentos ou restrições de plantio porque isso pode gerar concentração de mercado. "É um assunto complexo e polêmico, precisamos aprofundar muito a discussão."

### **Estado proíbe queimada para corte de cana – O Globo – Rio – 06/10/2007**

Objetivo é impedir um novo apagão como o que foi causado pelo fogo nos canaviais do Norte Fluminense

O secretário estadual do Ambiente, Carlos

Minc, anunciou ontem que, a partir de depois de amanhã, ficam proibidas as queimadas para corte de canadeaçúcar no Norte Fluminense.

A decisão, em caráter de emergência, foi tomada depois que o secretário recebeu comunicado do ministro interino de Minas e Energia, Nelson Hubner, informando que o recente apagão, que deixou às escuras o Espírito Santo e o Norte Fluminense, foi provocado pelo calor e pela fumaça da queima das plantações de cana do Estado do Rio. Na segunda e na terça-feiras, haverá blitzes em fazendas e grandes plantações da região.

Segundo documento enviado ao secretário pelo ministro, o fogo das queimadas na área vem se espalhando, atingindo a vegetação rasteira próxima às linhas de transmissão. Fotos comprovam o fogo junto às torres de energia. Durante as queimadas, ocorrem interrupções de fornecimento porque postes de madeira das redes são incendiados e cabos condutores derretem com o calor. Além disso, a fuligem danifica os equipamentos de proteção das linhas.

— Apesar de ser um problema econômico, neste primeiro momento, vamos fazer cumprir as leis ambientais para evitar um problema maior, que é a falta de energia. Depois, vamos estudar o que pode ser feito — disse o secretário.

Uma força-tarefa, chefiada pela Coordenadoria Integrada de Combate aos Crimes Ambientais, fará um levantamento aéreo da região, para criar um mapa das plantações. A operação terá apoio do Batalhão Florestal, da Delegacia de Proteção ao Meio Ambiente, do Ibama, da Polícia Federal e do Corpo de Bombeiros. Quem for flagrado queimando cana estará sujeito a multa e a prisão de um a cinco anos.

Segundo Minc, a proibição deve perdurar pelo menos enquanto não voltar a chover com regularidade no estado.

### **Sem-terra invadem usina de grande produção de álcool e açúcar em PE – O Globo – O País – 09/10/2007**

Acessos são bloqueados por invasores; Justiça determina desocupação Letícia Lins ´ IPOJUCA (PE). Trabalha dores rurais sem terra ligados a quatro movimentos sociais invadiram ontem a Usina Salgado, bloquearam a passagem de caminhões com cana e conseguiram paralisar as máquinas da indústria, que produz 12 mil sacas de açúcar e cem mil litros de álcool por dia.

Foi a primeira vez que grupos diferentes se uniram em Pernambuco para ocupar uma empresa.

E anunciaram que a partir de agora vão atuar em conjunto no Fórum dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Segundo os lavradores, duas mil pessoas participaram da ocupação. A direção da usina disse que são 700 manifestantes, que estão acampados em barracas de plástico.

A usina, considerada uma das mais produtivas do estado, foi acusada pelos sem-terra de ter débitos de R\$ 83 milhões com o INSS e outros R\$ 99 milhões em impostos. Eles pedem que as dívidas sejam convertidas em terras para os lavradores.

O juiz de Ipojuca, Luiz Haroldo Carneiro Leão Sobrinho, deu liminar de reintegração de posse à Usina Salgado, e mandou um oficial de Justiça avisar aos lavradores da medida, mas os trabalhadores se recusaram a deixar o local. A usina informou que espera até hoje a saída pacífica dos sem-terra.

Os movimentos que participaram da invasão são: CPT (Comissão Pastoral da Terra, ligada à Igreja Católica), Fetape (Federação dos Trabalhadores de Agricultura de Pernambuco), Fetraf (Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar) e MLST (Movimento de Libertação dos Sem Terra).

O superintendente do Incra, Abelardo Siqueira, reuniu-se com os sem-terra e repassou as reivindicações deles para a direção do órgão em Brasília.

Os sem-terra queriam reunir-se com o ministro do Desenvolvimento Agrário, o presidente do Incra e representantes do Ibama e da Gerência de Patrimônio da União. O governador Eduardo Campos (PSB) enviou emissários da Secretaria de Ação Social para conversar com os invasores. Mas eles se recusaram a deixar o local e não permitiram a moagem da cana. A usina chega a moer seis mil toneladas de cana por dia.

— Vamos discutir a produtividade, o limite máximo das propriedades, a função social. Se uma empresa recolhe dos seus funcionários e não repassa ao INSS o que recolheu, com certeza não está cumprindo sua função social como deveria — disse Plácido Júnior, da CPT.

Com o bloqueio da via de acesso à usina, ontem à tarde, somavam quase 30 os caminhões parados carregados de cana. No ano passado, a Salgado produziu 1,4 milhão de sacas de açúcar e 15 milhões de litros de álcool.

### **Invadida e sob risco de desapropriação** – Letícia Lins – O Globo – O País – 10/10/2007

Incra fará vistoria na propriedade ocupada por sem-terra em PE

#### **Letícia Lins**

IPOJUCA (PE). Tida como uma das mais produtivas do estado — e após ter sido ocupada por dois dias por trabalhadores rurais —, a Usina Salgado será vistoriada e poderá ter os seus 20 engenhos, cerca de 15 mil hectares, destinados à reforma agrária por não cumprir sua função social plena, segundo confirmou ontem a direção nacional do Incra.

Segundo denúncias feitas pelos quatro movimentos sociais que invadiram a indústria na segunda-feira, a empresa tem débitos trabalhistas, não respeita a legislação ambiental, deve impostos e grilou terras da União.

Normalmente o critério “improdutivo” é o utilizado pelo Incra para efetivar desapropriações.

Com a decisão de ontem, as propriedades rurais, mesmo produtivas, mas com débitos no governo, ficarão vulneráveis às ocupações e também às ameaças de desapropriação.

No Brasil existem apenas outros cinco casos semelhantes, mas nenhum dos processos foi concluído.

**Ministério da Fazenda e INSS vão fazer vistoria** – Letícia Lins – O Globo – O País – 10/10/2007

Incra nega que decisão legitime ocupação de terras produtivas

IPOJUCA (PE). O diretor do Incra Marcos Kovarick negou que a decisão do órgão vá legitimar a ocupação de terras produtivas: — O que ocorreu aqui não foi uma ocupação de terra, mas uma manifestação pacífica. Os trabalhadores ficaram no pátio da usina, levantando uma série de problemas: a questão ambiental, a ocupação ilegal de terras, dívidas enormes.

Kovarick informou que a vistoria dos engenhos da usina vai começar em 20 dias e que cinco órgãos — inclusive o Ministério da Fazenda e o INSS — farão levantamento dos débitos.

De acordo com o levantamento dos sem-terra, a Usina Salgado deixou de recolher mais de R\$ 83 milhões à Previdência e deve mais de R\$ 99 milhões em impostos, R\$ 40 milhões dos quais seriam só de ICMS. A empresa reconheceu que tem débitos junto ao INSS, mas informou que estão sendo contestados judicialmente.

Não fez referência às outras dívidas.

Empresa nega denúncias de crimes ambientais A assessoria da imprensa afirmou ainda que a Salgado considera “bem-vinda” qualquer vistoria, para mostrar que cumpre os requisitos das leis trabalhistas e ambientais. A indústria negou as denúncias de crimes ambientais.

Segundo o superintendente do Ibama, João Arnaldo Ferraz, a Salgado não respeita as matas ciliares do Rio Ipojuca. A empresa respondeu que tem recuperado as matas ciliares e que planta dez mil mudas nativas por ano.

Após o resultado da reunião de ontem, os sem-terra resolveram mudar a estratégia de ação pela reforma agrária no estado: vai passar, agora, a ocupar áreas produtivas, que, segundo os movimentos, “não estejam cumprindo sua função social” ou tenham débitos com o governo.

O Sindicato das Indústrias do Açúcar e do Alcool de Pernambuco condenou a ocupação da Usina Salgado e afirmou que esse tipo de ação gera “grande instabilidade no ambiente de negócios do estado”. Nota divulgada afirma que a empresa “está em dia com seus funcionários e negocia, na Justiça, seus débitos junto à Previdência”.

**Paraíba aposta no álcool sustentável** - Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios - 04/10/2007

A Paraíba tem uma produção pequena de cana-de-açúcar, cerca de 6 milhões de toneladas estimada para a safra 2007/08. O volume produzido em todo o Estado equivale à moagem de uma única usina paulista. Mas a pequena escala industrial não impede que as usinas do Estado saiam em busca de parcerias internacionais para a produção de álcool sustentável.

As 10 usinas do Estado estão contratando um executivo para divulgar o álcool do Paraíba na Alemanha. Segundo Edmundo Barbosa, presidente do Sindicato das Indústrias de Alcool da Paraíba (Sindálcool), o Estado quer que o álcool paraibano seja associado às boas práticas socioambientais. "Buscamos certificado 'fairtrade'."

Nesse sentido, o Sindálcool já negocia com duas empresas européias a distribuição de álcool do Estado. Há conversas com a Nesteoil, distribuidora de petróleo da Finlândia, e

a sueca Sekab, que produz projetos para álcool naquele país, informa Barbosa. "Essas empresas estão interessadas em distribuir o álcool nos transportes coletivos", afirma.



Para garantir maior valor agregado ao álcool, as usinas estão trabalhando no reflorestamento das matas nativas do Estado e esperam lucrar com essa iniciativa. "Há empresas estrangeiras interessadas nos créditos de carbono do nosso corredor ecológico", diz Barbosa.

Com uma produção de 380 milhões de litros de álcool, as usinas da Paraíba devem exportar 50 milhões de litros nesta safra. Outros 10% da produção serão absorvidos no Estado e, o restante, comercializado em outros Estados do Nordeste que não produzem álcool.

Apesar da pequena escala, a Paraíba é o terceiro maior produtor sucroalcooleiro o Nordeste, atrás de Alagoas e Pernambuco. As usinas também estão em busca de parcerias com empresas do Estado e estrangeiras para investir na co-geração de energia a partir do bagaço. Das 10 usinas, apenas uma, a Geasa, controlada pela Louis Dreyfus Commodities Bioenergia, negocia energia para uma empresa do Estado. O restante produz energia apenas para consumo próprio.

"Precisamos financiar caldeiras com potência maior", afirma Edmundo Barbosa. Mas a falta de escala dessas usinas impede que elas consigam financiamentos junto a instituições financeiras, como o BNDES, por exemplo.

A produção de açúcar no Estado é estimada em 156 mil toneladas. Deste total, 80% são comercializados no mercado interno. O restante é exportado. O Estado está incluído no pacote de exportações da cota americana, com 5 mil toneladas. Alagoas tem direito a 90 mil toneladas e Pernambuco a 78 mil toneladas. Os preços pagos por esse açúcar é o dobro das cotações praticadas na bolsa de Nova York.



## RELAÇÕES INTERNACIONAIS

### **Biodiesel**

**Governo adia liberação do mercado de biodiesel** – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 09/10/2007

Petrobrás deve continuar a centralizar as compras do combustível por mais um ano

O governo decidiu estender por mais um ano a atuação da Petrobrás como centralizadora das compras de biodiesel no País. Em resolução publicada na sexta-feira da semana passada, o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) determina que as refinarias brasileiras comprem em leilões todo o volume necessário para suprir o mercado no ano que vem, quando a mistura conhecida como B2 (2% de biodiesel mais 98% de diesel derivado de petróleo) se torna obrigatória.

A medida representa uma mudança de rumos, já que a previsão inicial era que o mercado atuasse livremente a partir de 2008, com as distribuidoras de combustíveis buscando fornecimento diretamente com os produtores de biodiesel. Segundo o diretor de combustíveis alternativos do Ministério de Minas e Energia, Ricardo Dornelles, o objetivo é evitar concorrência predatória no setor, uma vez que a capacidade de produção é hoje maior do que a previsão de consumo.

'Com os leilões, os produtores saberão quanto vão vender, por que preço e quando vão entregar', disse Dornelles, destacando que se trata de um período de transição. Segundo ele, o governo teme que a abertura repentina do mercado provoque a quebra de alguns produtores, que seriam pressionados a operar com margens negativas diante da grande oferta.

O Ministério de Minas e Energia garante que há capacidade para produzir 1,6 bilhão de litros de biodiesel por ano, enquanto o mercado deve absorver 800 milhões de litros.

Segundo a portaria, a Agência Nacional do Petróleo (ANP) deverá promover quatro leilões de biodiesel até dezembro, com a encomenda de um volume equivalente a 3% da demanda de diesel, ou 1,2 bilhão de litros.

Os compradores são produtores e importadores de diesel de petróleo: na prática, apenas a Petrobrás e a Refinaria Alberto Pasqualini (Refap), parceria entre a estatal e a espanhola Repsol. O mercado seguirá o funcionamento atual, com as distribuidoras comprando o B2 da estatal.

**PROBLEMAS** - O diretor-geral da Agência Nacional de Petróleo, Haroldo Lima, admitiu ontem que os vencedores dos leilões já realizados não entregaram todo o produto prometido. Segundo ele, os compradores receberam até agora 40% do volume contratado.

'É um número que vem subindo nos últimos meses. O programa tem apresentado alguns problemas, mas nenhum deles intransponível', afirmou Lima, dizendo estar confiante que o País terá condições de cumprir o cronograma de uso do B2.

Dornelles informou que o repasse das variações de preços ao consumidor final dependerá da estratégia comercial da Petrobrás. Hoje, a empresa vende biodiesel ao mesmo preço do diesel do petróleo, mesmo que o óleo vegetal tenha sido comprado mais caro em leilões anteriores. A preços atuais, caso a estatal fizesse o repasse, o preço do B2 nas bombas seria R\$ 0,01 maior, segundo cálculo das distribuidoras.

### **Apoio a biocombustíveis na UE soma 3,7 bilhões de euros - Assis Moreira – Valor Econômico – Agronegócios - 09/10/2007**

A União Européia concedeu 3,7 bilhões de euros em subsídios para a produção de biocombustíveis em 2006 e esse número pode crescer rapidamente diante do objetivo de Bruxelas de elevar a 10% a utilização de etanol e biodiesel no transporte rodoviário.

A constatação é da Global Subsidies Initiative (GSI), que contabiliza 46 usinas produzindo etanol na UE com produção de cerca de 2,9 milhões de litros. Outras 76 fábricas estão planejadas ou em construção, para uma capacidade adicional de cerca de 6,5 milhões de litros.

A UE tem 115 plantas de biodiesel em operação, com capacidade produtiva de cerca de 8,3 milhões de litros por ano. Outras 115 fábricas estão previstas para produzir cerca de 16 milhões de litros a mais.

A GSI, uma organização não-governamental americana, afirma que o subsídio para o etanol, de 74 centavos de dólar por litro, é 50% mais alto do que para biodiesel. Quando ajustado para diferenças em termos de conteúdo energético, o apoio para etanol (1,10 euro por equivalente de litro de gasolina) é duas vezes maior do que para biodiesel.

## **Etanol**

### **Etanol Conferência – Márcia Bizzotto - Sítio Eletrônico da ABAG – 05/10/2007**

Reunião sobre etanol com Brasil foi esclarecedora, dizem deputados europeus.

Bruxelas, 05/10/2007 - A conferência sobre etanol e soja promovida nesta quarta-feira em Bruxelas por diplomatas e entidades de produtores agrícolas do Brasil ajudou a esclarecer “conceitos equivocados” que circulam na Europa sobre os métodos de produção brasileiros, segundo deputados do Parlamento Europeu (PE) presentes no evento.

“Muitos de nós confundimos a situação do milho no México com a da cana-de-açúcar no Brasil. Fico feliz em saber que uma coisa não tem nada a ver com a outra”, afirmou a deputada socialista Britta Thomsen, em referência ao aumento nos preços dos alimentos derivados de milho enfrentado neste ano pelos mexicanos e atribuído a uma maior demanda do produto para a produção de biocombustíveis.

Thomsen é autora de uma resolução aprovada na semana passada pelo PE, na qual os parlamentares defendem que a União Européia implemente medidas que garantam que

biocombustível importado pelo grupo seja produzido sem causar impactos no meio ambiente ou na biodiversidade, como um esquema de certificação.

“É importante que saibamos que o combustível que compramos não causa mais danos ao meio ambiente do que aqueles que queremos combater. Nesse sentido, agradecemos as explicações proporcionadas por nossos colegas brasileiros”, disse o deputado Karsten Hoppenstedt, do Partido Popular europeu.

**Desmatamento** - Muitos deputados têm acusado o Brasil de promover o desmatamento da Amazônia e o aumento do preço dos alimentos com sua campanha pelo uso de biocombustíveis.

Para o governo brasileiro é fundamental acabar com as desconfianças, já que o Parlamento Europeu terá que aprovar a proposta de diretiva sobre energias renováveis que será apresentada pelo Executivo em dezembro. Entre outros pontos, a diretiva definirá a criação de um mercado de biocombustíveis no bloco.

Na tentativa de ganhar o apoio dos deputados, Carlo Lovatelli, presidente da Associação Brasileira das indústrias de Óleo Vegetal (Abiove), expôs as medidas implementadas no Brasil para acabar com os cultivos na região da Floresta Amazônica.

Também mostrou mapas e estatísticas que apontam que o aumento na produção de cana-de-açúcar e soja se deve à maior produtividade agrícola no país e não contribui com o desmatamento. Entretanto, o Greenpeace contestou essa afirmação com dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe).

“Entre maio e julho passados o desmatamento cresceu 200% no Estado do Mato Grosso, coincidindo com o aumento no preço de commodities como a soja e o gado. Isso mostra uma tendência de que, quando o preço das commodities aumenta, o desmatamento também”, afirmou Daniela Montalto, representante da ONG na reunião.

Em resposta, a embaixadora brasileira para a UE, Maria Celina de Azevedo, também utilizou dados do Inpe, segundo os quais o desmatamento no Estado teve uma redução de 59% entre agosto de 2005 e julho de 2006.

**Campanha** - A embaixadora confia que os argumentos expostos durante a conferência serão suficientes para melhorar a imagem do etanol e da soja brasileiros na UE.

“Acabar com as críticas é impossível, porque sempre há gente que se nega a ver a realidade. Mas se podemos mudar o conceito equivocado de três entre cada quatro pessoas é bastante”, disse à BBC Brasil.

O próximo passo do governo na campanha pelo etanol será levar grupos de deputados e jornalistas europeus ao Brasil, a partir de junho de 2008, para conhecer as plantações de cana-de-açúcar.

“Queremos que vejam onde e como se planta a cana, para que entendam que não causamos danos ao meio ambiente e não desrespeitamos legislações trabalhistas”, disse Azevedo. Fonte: Assessoria Unica - repórter Márcia Bizzotto

## **Na África, Lula firmará acordos no setor de biocombustíveis – Agência Carta Maior – 15/10/2007**

Em Burquina Fasso, o presidente inicia sua sétima viagem ao continente africano desde 2003. Lula também participará de uma cúpula com os presidentes da África do Sul e da Índia, aliados dos brasileiros no G-20.

UAGADUGU, Burquina Fasso – O presidente Luiz Inácio Lula da Silva iniciou nesta segunda-feira (15) em Burquina Fasso um giro de cinco dias pela África, onde irá reforçar sua proposta de expandir a produção de biocombustíveis e participará de uma cúpula com os presidentes da África do Sul e da Índia, aliados no Grupo dos 20 (G-20) na rodada Doha.

Segundo a Agência Brasil, em Burquina Fasso Lula inicia sua sétima viagem ao continente africano desde 2003. O país comemora 20 anos da chegada do presidente Blaise Compaoré ao poder depois de um golpe de Estado.

Com uma economia basicamente agrícola, o PIB do país atingiu US\$ 18,94 bilhões no ano passado, segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI). Entre os principais produtos, o destaque é o cultivo do algodão. A partir da visita do presidente Lula, um convênio com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) permitirá a transferência de tecnologia para o plantio de um tipo de algodão mais resistente, adaptado a territórios semi-áridos.

Domingo (14) à noite, em discurso na abertura do 16º Salão Internacional do Transporte (Fenatran 2007) em São Paulo, Lula justificou a viagem. "Estou viajando para Burquina Fasso, que é o país mais pobre da África, a Angola, ao Congo e à África do Sul para vender as coisas que o Brasil produz e para fazer parcerias com esses países, porque também não podemos ficar brigando apenas com os mercados já realizados, como o europeu e americano".

Outros seis acordos devem ser fechados entre os dois países nas áreas de saúde, esportes e cultura. O presidente Lula também assina um acordo na área de biocombustíveis com a União Econômica e Monetária Oeste-Africana (Uemoa) - organização de integração regional que reúne 15 países da África Ocidental. Segundo o embaixador Roberto Jaguaribe, subsecretário geral de Assuntos Políticos do Itamaraty, a África é perfeita para o biodiesel, porque tem terra, luz e mão-de-obra em abundância. "O governo brasileiro considera a África a nova fronteira para os biocombustíveis", disse Jaguaribe.

Ainda em Burquina Fasso, o presidente Lula participa da abertura da Semana do Cinema Brasileiro, que vai até 21 de outubro, na capital do país. Filmes clássicos como Macunaíma, de Joaquim Pedro de Andrade, e mais recentes como Pelé Eterno, de Aníbal Massaini Neto, fazem parte da mostra.

**Rússia tem interesse na importação de álcool** - Ascom Famato e Secom/MT – Sítio Eletrônico da CNA – 11/10/2007

O vice-presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Mato Grosso (Famato), Rui Prado, que faz parte da comitiva mato-grossense liderada pelo governador de Mato Grosso, Blairo Maggi, na viagem oficial à Rússia, disse que está satisfeito com os resultados obtidos até agora. Segundo Prado, neste contato preliminar um novo item desponta na pauta de produtos que podem ser exportados para aquele país. “Os russos se mostraram interessados em comprar álcool. Nós também apresentamos o nosso potencial de produção de carne, soja e algodão, produtos pelos quais eles têm uma grande demanda”, disse Prado.

Nesta quinta-feira (11/10), a comitiva se reúne com empresários que importam carne produzida em Mato Grosso e visita a embaixada brasileira naquele país. Hoje, os russos são os maiores importadores da carne bovina in natura do estado. Entre janeiro e agosto deste ano foram exportados US\$ 78,945 milhões (mi)/fob, o que corresponde a 22% do total comercializado com outros países. O segmento soja ocupa o segundo lugar com US\$ 32 milhões/fob, 21,68% do que foi exportado para a Rússia nos oito primeiros meses de 2007. A carne suína, com US\$ 28,494 milhões/fob, ou 19,20%, está em terceiro no ranking de produtos mais vendidos pra lá. A Rússia compra ainda carnes de aves, ovinos e caprinos e madeira.

Este ano, na balança comercial, Mato Grosso e a Rússia ampliaram o nível de compra e venda entre eles, mas a relação ainda não se equiparou. Os mato-grossenses exportam mais do que importam de lá. De janeiro a agosto, de acordo com os dados organizados pelo Instituto Mato-grossense de Economia Agrícola (Imea) da Famato, foram exportados US\$ 148,342 mi/fob e importados mais de US\$ 107,2 mi/fob. No ano passado foram vendidos US\$ 166,117 mi/fob para os russos enquanto a importação foi de pouco mais de US\$ 74,4 mi/fob.

Ontem (10/10), no encontro com o diretor e subdiretor do Departamento de Cooperação Internacional do Ministério da Agricultura da Federação Russa, Andrey Vershinin e Vadim Demiyenko, respectivamente e Sergey Kislov, presidente da Associação Agro-Industrial da Rússia, ficou claro o desejo do governo russo em exportar trigo para o Brasil. Rui Prado, ressaltou a expectativa de ampliar as importações de fertilizantes da Rússia, como o potássio. A partir de sexta-feira (12/10), a comitiva mato-grossense dá início ao roteiro na União Européia, Alemanha, Holanda, Bélgica e França.

**EUA vivem a ressaca do etanol** - Clifford Krauss – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 01/10/2007

Oferta excessiva do produto revela expansão mal planejada e provoca redução de 30% dos preços

O boom do etanol dos últimos anos, que desencadeou uma histeria de construções de refinarias, recordes nas cotações do milho, aumento dos preços dos alimentos e esperanças de um novo futuro para a América rural pode estar enfraquecendo.

No ano passado, agricultores da região do Estado americano de Iowa falavam de uma corrida ao ouro do biocombustível e se regozijavam com os preços do etanol e do milho usado para produção atingindo cifras recordes. Mas as empresas e cooperativas agrícolas construíram tantas refinarias tão rapidamente que o mercado do etanol acabou sendo prejudicado pela oferta excessiva do produto, em parte porque os meios de distribuição não acompanharam esse ritmo. O preço médio do etanol no mercado à vista dos Estados Unidos despencou 30% desde maio, declínio que se acentuou fortemente nas últimas semanas.

'O fim do boom do etanol possivelmente está à vista, talvez até já tenha chegado', disse Neil E. Harl, professor de economia na Universidade de Iowa, que profere conferências sobre etanol e presta consultoria aos produtores. 'Esta é uma época perigosa para investidores.'

Embora o apoio generoso do governo deva manter a produção do combustível à base do etanol crescendo, a expansão exagerada e mal planejada do setor coloca dúvidas quanto à sua capacidade de atender às expectativas do presidente Bush e outros legisladores, de servir como um importante antídoto à forte dependência do país do petróleo estrangeiro.

E se a situação do etanol piorar, os candidatos à presidência poderão se ver forçados a prometer um maior apoio federal para o setor, particularmente para a região de Iowa, onde em janeiro será realizada a primeira convenção para nomeação dos candidatos à presidência.

Para muitos especialistas do setor, os problemas piores são temporários e foram intensificados pelas dificuldades com o transporte do etanol da região central do país para as áreas costeiras, onde o produto é mais necessário. E mesmo se alguns agricultores que investiram nas refinarias perderem dinheiro, muitos deles estão ganhando muito com os altos preços do milho e outras commodities, que devem continuar elevados por algum tempo.

Mesmo assim, as empresas estão engavetando os planos de expansão e cancelando construção de novas unidades. Se os preços caírem mais, como prevêem muitos analistas,

provavelmente ocorrerá uma consolidação generalizada no setor e algumas empresas de menor porte devem fechar as portas.

Os preços em queda do etanol contrastam fortemente com o aumento da cotação do óleo cru, mas ajudam a reduzir os preços da gasolina na bomba. Mas como ele constitui apenas 10% ou menos da mistura, o impacto para o consumidor é marginal.

O Congresso americano, ao baixar legislação para expandir o setor, exigiu muito mais etanol na mistura com a gasolina, um impulso inicial que mais tarde foi estimulado pela proliferação de proibições de uso de um aditivo de combustível concorrente usado para reduzir a poluição do ar.

O setor do etanol, porém, que é tão fortemente subvencionado por incentivos fiscais federais, rapidamente criou inúmeras unidades e se apropriou de uma parte cada vez maior da safra de milho. Muitas usinas entraram em operação nos últimos meses e outras devem ser abertas no fim de 2008. O estoque em excesso do etanol está afetando o mercado. Ao norte de Iowa, agricultores mais prudentes e executivos estão imaginando como reduzir custos e pesando alternativas caso a situação piore.

'Não sabemos qual será, em última instância, a cotação do mercado para o etanol', disse Rick Brehm, presidente e diretor-executivo da refinaria Lincolnway Energy. 'O preço pode cair mais.'

Desde que a refinaria de Lincolnway começou a ser construída, em 2005, o preço do etanol no mercado local caiu de US\$ 2 o galão para US\$ 1,55, segundo Brehm. No mesmo período, uma saca de milho de 27 quilos, representando 70% dos custos de produção, subiu de US\$ 1,60 para US\$ 3,27. 'Estamos presos entre duas commodities', afirmou.

**Brasil quer convencer UE de que etanol não afeta florestas** - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 03/10/2007

Missão brasileira vai mostrar a deputados europeus como é a produção

O Brasil está montando uma campanha para tentar convencer a opinião pública européia de que a produção do etanol não está afetando a Amazônia e que o País está tomando medidas para evitar o desmatamento com o cultivo da soja. Hoje, em Bruxelas, o governo brasileiro e entidades de produtores se reunirão pela primeira vez com deputados do Parlamento Europeu e com representantes da sociedade civil para mostrar como a soja e o etanol estão sendo produzidos.

A União Européia (UE) teme que o Brasil esteja ignorando aspectos ambientais na produção agrícola e planeja a criação, até o fim deste ano, de um certificado para controlar o comércio do etanol.

A missão brasileira será composta por diplomatas, pela Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove), Instituto Brasileiro do Agronegócio (Abag) e Associação de Produtores de Soja de Mato Grosso (Aprosoja).

'O objetivo principal da visita é apresentar as ações do agronegócio brasileiro na área ambiental, particularmente nos setores de soja e etanol', explicou um diplomata em Bruxelas. Governo e setor privado garantem que não vão apenas negar a existência dos problemas. Segundo diplomatas, as entidades pretendem assumir uma 'postura ativa' nos debates ambientais.

No setor da soja, os debates serão concentrados na avaliação da moratória do comércio do produto cultivado na Amazônia, que completa um ano. Outro ponto da agenda será a garantia de que se desenvolva uma 'soja responsável', ou seja, que garanta padrões trabalhistas e ambientais. Por fim, a recente criação do Instituto do Agronegócio Responsável será debatida.

Nas discussões sobre o etanol, o vice-presidente da Abag, Luiz Carlos Carvalho, vai mostrar as práticas de produção do combustível e as regiões no Brasil onde isso ocorre. A relação entre o etanol e a redução das emissões de gases de efeito estufa também será avaliada.

Entre os deputados europeus, os alemães Karsten Hoppenstedt e Albert Dess estão liderando a iniciativa. Mas muitos destacam que o Brasil não ganhará todo o mercado que prevê se não convencer a opinião pública europeia de que não está causando mais danos que benefícios à ecologia.

As declarações do ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, favoráveis à entrada da cana em áreas da Amazônia, na semana passada, repercutiram negativamente na União Europeia. Para deputados europeu e ONGs ligadas à preservação do meio ambiente, essa decisão vai prejudicar a imagem do etanol. O porta-voz da Comissão Europeia para temas agrícolas, Michael Mann, reafirmou que a UE vai garantir que o combustível comprado pelos países do bloco seja de fontes sustentáveis.

**Brasil pressiona a OMC pelo etanol** - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 04/10/2007

Proposta é que o combustível entre na lista de bens ambientais para que tarifa de importação seja eliminada

**Genebra** - O Brasil apresentou uma proposta à Organização Mundial do Comércio (OMC) com a qual espera incluir definitivamente o etanol em um acordo de liberalização de tarifas de importação em todo o mundo.



O Itamaraty sugeriu que cada país apresente uma lista de bens ambientais que teriam as tarifas reduzidas a zero. Hoje, o que existe é apenas uma lista de cerca de 350 produtos identificados pelos países ricos como bens ambientais, que fariam parte das negociações. Nessa lista, o etanol é a única energia renovável que não está incluída.

Hoje, as exportações de etanol do Brasil pagam altos impostos para entrar tanto no mercado europeu quanto no americano. Em negociações bilaterais, o Itamaraty não tem conseguido convencer Washington e Bruxelas a reduzir as taxas.

Na OMC, o debate até agora apenas patinou. Isso porque os países ricos se recusam a incluir o etanol na lista de bens ambientais que teriam as tarifas eliminadas. A classificação, porém, inclui energia solar, tecnologia para o tratamento de água e até iate e bicicletas, que supostamente seriam bens que não poluem.

O Brasil já deixou claro que não aceitará a lista feita pelos países ricos na OMC e sugere que cada governo faça a sua oferta do que está disposto a liberalizar e apresente uma lista de setores que gostaria de ver incluído nas negociações. A sugestão brasileira provocou polêmica, principalmente entre os países ricos.

No debate realizado nos últimos dois dias em Genebra, delegações de governos europeus voltaram a questionar até que ponto o etanol seria de fato um produto ambientalmente correto. Os suíços, por exemplo, apontam que estão internamente debatendo quais seriam as condições adequadas para a produção do etanol.

O Brasil reagiu aos comentários alegando que não poderia haver uma lista de bens ambientais na OMC sem a inclusão do etanol. Diplomatas do Itamaraty revelam ainda que estão trabalhando ao lado do Ministério do Meio Ambiente para analisar quais seriam os setores em que o Brasil estaria disposto a abrir seu mercado. O objetivo da avaliação é não eliminar as tarifas para uma área em que um programa nacional esteja sendo desenvolvido, como no caso da energia solar.

“Vamos ver quais são exatamente as tecnologias que não temos e nos interessa eliminar tarifas e quais vamos manter para não acabar matando um programa de desenvolvimento local que esteja já ocorrendo”, explicou um negociador do Itamaraty.

A proposta brasileira apresentada à OMC ainda sugere que produtos agrícolas orgânicos também possam ser comercializados livre de tarifas de importação em todo o mundo no futuro. Mais uma vez, alguns países desenvolvidos contestaram o projeto, alegando que seria difícil identificar esses produtos. O Brasil, em contrapartida, defende que uma classificação seja estabelecida.

Outra idéia sugerida na mesma proposta brasileira é para que se garanta que cada produto considerado bem ambiental possa se beneficiar da transferência de tecnologia.

### Comitê do Senado quer prorrogar taxa sobre importação do produto

O Comitê de Finanças do Senado americano apresentou ontem uma proposta de lei que prorroga a tarifa sobre o etanol importado até 31 de dezembro de 2010. A atual tarifa de US\$ 0,54 por galão expira em dezembro de 2008. A proposta precisa passar por outras comissões e depois será votada em plenário.

Ela faz parte de uma legislação que tem como objetivo financiar a lei agrícola americana, que determina os subsídios aos agricultores. A prorrogação da tarifa sobre o etanol vai gerar US\$ 25 milhões em dez anos para os cofres do governo americano, que podem ser usados para financiar subsídios agrícolas que distorcem os preços mundiais. A eliminação da tarifa sobre o etanol é uma das principais reivindicações do governo brasileiro.

'Estamos com um orçamento muito apertado para a lei agrícola e esses recursos adicionais são muito bem-vindos', disse o líder do comitê de agricultura do Senado, Tom Harkin, que vai considerar em breve sua versão da lei agrícola.

Por outro lado, a proposta prevê a redução dos créditos às refinarias americanas que misturam o etanol à gasolina e distribuem aos postos. O crédito de US\$ 0,51 seria reduzido em US\$ 0,05 no ano em que a produção doméstica de álcool atingisse 7,5 bilhões de galões, meta de combustíveis renováveis estabelecida pela lei de energia do Congresso de 2005. Essa proposta pode gerar US\$ 854 milhões em dez anos.

No total, a proposta do Senado prevê geração de US\$ 16 bilhões para financiar programas da lei agrícola como incentivos à produção de bioenergia, assistência para desastres e preservação de matas, além de dar mais flexibilidade para obtenção de recursos direcionados a subsídios, por exemplo.

'Seja para pôr alguns dólares a mais em seus bolsos, para recompensar a preservação da natureza ou garantir que desastres não vão forçá-los a vender fazendas, a proposta vai ajudar os agricultores no meu Estado de Montana e no resto do país', disse o senador Max Baucus, líder do Comitê de Finanças.

**'O Brasil incomoda, no bom sentido'** - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 07/10/2007

Parlamentar ataca exigência para o etanol brasileiro na UE: 'Por que não temos certificação para o petróleo?'

O Brasil terá de enfrentar um dos lobbies mais organizados da Europa para conseguir acesso ao mercado da UE para o etanol. Em entrevista ao Estado, uma das principais deputadas do Parlamento Europeu na questão do clima e ex-ministra de Meio Ambiente de Portugal, Elisa Ferreira, denuncia uma resistência em relação ao etanol importado, liderada por empresas de petróleo e outros grupos de interesse. 'O Brasil está incomodando, no bom sentido.' Ela ainda ataca a decisão da UE de montar um sistema de certificação para a entrada do etanol: 'Por que é que não temos uma certificação para o petróleo que importamos?' A seguir, os principais trechos da entrevista.

**Observamos na Europa uma crescente reação contra o etanol por motivos ambientais e sociais. Como a sra. avalia isso?**A percepção na Europa é muito equivocada. A visita do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Comissão Européia (há dois meses) para falar de etanol quebrou muitos tabus. Mas quando há lobbies tão fortes sempre vão arrumar argumentos para se opor ao etanol.

**Quem são esses grupos?**Há interesses instalados na refinaria de petróleo e há uma hábito de relação com os países exportadores de petróleo.

**Esses grupos estariam ligados a certos parlamentares europeus?**Não imagino que seja uma questão de corrupção. Seria mais uma hábito de ser influenciado por certos argumentos. No momento em que os temas ambientais ganham projeção, se tornou normal falar que a cana-de-açúcar é plantada em zonas de floresta e destrói a Amazônia. Está claro nos últimos meses que as zonas usadas pela cana não estão na Amazônia. O novo argumento então surgiu dizendo que o problema, de fato, era que a cana estaria deslocando a soja do Centro-Oeste para a Amazônia. O argumento vai se ajustando. Por isso é que precisamos reuniões de esclarecimentos. Posso dizer que há um grupo de parlamentares que não quer que o discurso volte à estaca zero na Europa e estamos atentos a esses novos argumentos. Mas precisamos receber informações do governo brasileiro para que possamos defender a posição do País no Parlamento Europeu.

**Mas essa estratégia de usar informações incorretas não teria a finalidade exatamente de manter certas barreiras?**Claro que sim. Mas isso é normal quando uma preferência a um grupo será afetada. Nesse momento, a Europa não conta praticamente com carros flex fuel e é evidente que está garantido o mercado para os produtores de petróleo. Não faz sentido que as marcas de veículos da Europa tenham carros flex fuel no Brasil e não na Europa. Por isso é que precisamos desmontar esses argumentos baseados em informações equivocadas para que possamos ir até o fundo das questões. O que não podemos é deixar que a verdade seja substituída por uma verdade artificial. O Brasil incomoda, no bom sentido.

**A Europa, porém, já deixou claro que terá de importar uma certa parcela de seu consumo de etanol até 2020 para atingir sua meta de ter 10% dos carros movidos ao biocombustível. Ao mesmo tempo, prevê-se a criação de uma certificação ambiental para esses produtos. Com isso será feito?** Teremos de importar. Mas, curiosamente, hoje se colocam questões que não foram debatidas em relação ao petróleo. Alguém já viu alguém pensando em certificação sobre refinarias? Temos de dizer as coisas como são. Na Europa não produziremos biocombustíveis de forma competitiva.

**Qual é o papel hoje do Brasil na Europa ?** A presidência portuguesa da UE colocou estrategicamente o Brasil na agenda e conseguiu um espaço bom. O Brasil nesse momento é uma das grandes potências emergentes. Não fazia sentido a Europa não ter uma relação privilegiada. Causou até perturbação interna na Europa, inquestionavelmente. Sempre que se mexe no statu quo, há ressentimentos. A máquina estatal da Europa estava montada numa relação com a América Latina canalizada pelos países de língua espanhola. Essa relação com o Brasil agora precisa ser consolidada, para o bem da Europa.

**Europa garante subsídios para 191 usinas de etanol** - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 08/10/2007

Ajuda estatal de mais de € 3,7 bilhões tenta compensar a competitividade das exportações brasileiras

A Comissão Europeia distribui subsídios para tentar compensar, e deslocar, a produtividade das exportações brasileiras de etanol. Com a ajuda estatal de mais de € 3,7 bilhões em subsídios, os projetos na área de biocombustíveis na Europa explodem. Dados que estão sendo divulgados hoje indicam que pelo menos 191 novas usinas estão em construção na Europa. Até o final de 2008, o bloco deve contar com pelo menos 342 usinas de etanol e biodiesel.

Os cálculos, porém, alertam que a produção de etanol na Europa simplesmente não poderia ocorrer se não fosse pelos bilionários subsídios. Setenta por cento do valor do etanol hoje é subsidiado, gerando um dos mercados mais distorcidos do mundo. Em muitos casos, a produção hoje na Europa não compensa financeiramente nem ambientalmente, e o fim dos impostos à importação poderia ser uma política mais eficiente que subsidiar a produção local.

Os dados estão sendo divulgados pela entidade Global Subsidies Initiative e são baseados em informações oficiais da Comissão Europeia e apontam para os gastos de Bruxelas com o setor. Segundo os cálculos, o valor estimado dos subsídios de mais de € 3,7 bilhões em 2006 são apenas a 'ponta de um iceberg'. Cerca de 10% desse valor é dado aos produtores para que possam compensar as perdas com a concorrência vinda do Brasil. O biodiesel ainda recebe praticamente o dobro do valor destinado ao etanol - são € 2,4 bilhões para o biodiesel.

O Brasil também é impactado pelos subsídios. Cerca de 306 milhões foram distribuídos pela UE apenas em 2006 para permitir que o produtor local não seja afetado pelo etanol brasileiro. Isso sem contar a manutenção de altas barreiras contra o etanol brasileiro - as tarifas chegam a 63%. A competitividade brasileira, porém, está superando até mesmo essas barreiras. Em apenas três anos, as exportações do País passaram de 50 mil para mais de 1,2 milhão de toneladas em 2006.

O dinheiro chega aos produtores por uma rede de benefícios à produção e isenções de impostos nacionais, regionais e mesmo dados pela UE. Outra forma de subsídio é o empréstimo com juros abaixo das taxas de mercado, além de construção de infra-estrutura. Uma parcela dos recursos ainda pode ser distribuída se o produtor provar que está usando sua terra para plantar produtos que possam ser transformado em energia.

O resultado de tantos subsídios europeus é a produção recorde de biodiesel no mundo em 2006 de 5,5 bilhões de litros, ante 1,5 bilhão de litros de etanol. Dessa produção, 54% ocorreu na Alemanha, seguida pela França, com 15%, e Itália, com 9%. Os subsídios ainda permitiram que a Europa triplicasse sua produção de biodiesel em apenas três anos.

Mesmo com os investimentos, a Comissão Europeia indica que faltará biocombustível no bloco. As estimativas são de que os europeus consumirão 12,5 milhões de toneladas até 2010. Mas terão capacidade de produzir apenas 9,9 milhões. E, para os economistas que prepararam o levantamento, a tendência é de que os subsídios aumentem de forma considerável nos próximos anos.

#### **Secretário americano vem atrás do etanol** – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 10/10/2007

O secretário de Comércio dos Estados Unidos, Carlos Gutiérrez, inicia hoje uma visita ao Brasil. O objetivo principal é tratar da aliança formada este ano para a promoção do etanol e dos biocombustíveis. A visita começará por São Paulo, onde ele participará de uma conferência e debates sobre biocombustíveis na Câmara Americana de Comércio (Amcham). Em seguida, Gutiérrez viaja para Brasília, onde tem encontro com os ministros Miguel Jorge, do Desenvolvimento, e Celso Amorim, das Relações Exteriores. Entre os temas do encontro estão a Rodada Doha e o incremento do comércio bilateral.

Relator da ONU contra a Fome quer moratória de cinco anos para o etanol

O relator da ONU contra a Fome, Jean Ziegler, acusa o Brasil de estar “desmatando a Amazônia e acabando com o Centro-Oeste” com a plantação de cana-de-açúcar para a fabricação do etanol. Ontem, em Genebra, Ziegler convocou a imprensa internacional para denunciar os biocombustíveis como uma das principais ameaças ao direito à alimentação nos próximos anos no mundo e pedir uma moratória de cinco anos na produção do etanol. “A transformação das terras agrícolas para o cultivo de produtos que servirão para o etanol é uma catástrofe”, disse. “Até 2010, as estimativas são de que 26 milhões de hectares de terras no mundo estejam plantadas com cana, milho ou outro produto usado para a produção de etanol”, disse.

No dia 25, Ziegler apresenta à Assembléia Geral da ONU sua avaliação sobre o etanol e uma votação sobre o documento poderá ocorrer. Além disso, o relator quer que o tema seja alvo da atenção mundial no próximo dia 16, quando a ONU comemora o dia internacional do direito à alimentação. “O etanol não gerou desenvolvimento no Brasil nos últimos 30 anos”, afirmou. O governo já havia respondido às acusações, alegando que a tese de Ziegler não era correta. “Eu insisto: o etanol gera menos postos de trabalho que a agricultura familiar. Em um país que precisa desesperadamente criar empregos, portanto, o etanol não é a saída. Estamos criando um desastre com o oceano verde de cana que está sendo plantado no Brasil”, afirmou.

O problema, segundo ele, é que essas terras deveriam ser usadas para a produção de alimentos, hoje encarecidos supostamente por conta da inflação gerada pelo etanol. “O que vemos é a possibilidade de que a fome em muitas regiões seja agravada”, disse.

A idéia de Ziegler é que, com uma moratória de cinco anos, a área plantada com alimentos não seja afetada e que, durante esse período, uma segunda geração de biocombustíveis seja criada. Segundo Ziegler, o número de famintos hoje no mundo chega a 854 milhões de pessoas. “Vinte e quatro mil pessoas morrem por dia”, afirma.

**DISCUSSÃO** - A polêmica sobre o plantio de cana na Amazônia ou no entorno da floresta crescerá ainda mais nos próximos meses, principalmente no Brasil. O governo federal decidiu criar um macrozoneamento agroecológico no País. O trabalho já começou e entre as missões está a de definir onde e qual a finalidade da produção de cana que ocupará a região amazônica.

Em reportagem no último fim de semana, o Estado mostrou que o plantio de cana já ocupa área de floresta no Estado do Amazonas. Apesar da pequena produção, o projeto financiado pela Coca-Cola - que compra parte da produção de açúcar do projeto Jayoro - tem conseguido alcançar sustentabilidade econômica. O governo diz que terá uma definição sobre a cana na Amazônia no segundo semestre de 2008.

**Rússia interessada no álcool brasileiro** – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 12/10/2007

A Rússia tem interesse em comprar álcool brasileiro. A informação é do vice-presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Mato Grosso (Famato), Rui Prado. Ele e outros representantes estaduais de setores do agronegócio estão na Rússia para tratar de questões comerciais. A comitiva é liderada pelo governador Blairo Maggi. “Os russos se mostraram interessados em comprar álcool. Nós também apresentamos o nosso potencial de produção de carne, soja e algodão”, disse Prado.

**Lula começa viagem à África em ato ao lado de ditador** - Leonêncio Nossa – Estado de São Paulo – Nacional – 15/10/2007

Em visita a quatro países, presidente discutirá biocombustível e saúde

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva inicia hoje sua sétima viagem à África sendo recebido às 8 horas da manhã (6 horas em Brasília), na capital de Burkina Faso, pelo capitão Blaise Compaoré. Vai participar das comemorações dos 20 anos da ditadura no país, iniciados em 15 de outubro de 1987 - ano em que Compaoré comandou um golpe que resultou no assassinato do então presidente marxista, Thomas Sankara.

Assessores e diplomatas do governo brasileiro tentaram desvincular a visita de Lula à festa promovida pelo ditador, mas a propaganda oficial do país africano foi bem ostensiva, ontem, nas ruas e hotéis da capital. A imagem de Compaoré, com a inscrição “20 anos de Justiça e Democracia”, estava nos vestidos de modelos contratadas pelo governo local e em cartazes gigantes espalhados pelas principais vias de acesso ao centro da cidade.

Em muros da periferia, outros cartazes colados por opositores lembravam o assassinato de Sankara e convidavam para um seminário sobre o sistema político que o ex-presidente tentou implantar, de forte oposição ao Fundo Monetário Internacional e ao Banco Mundial.

O presidente brasileiro é o mais ilustre convidado da festa do golpe, que pôs fim à aventura marxista e sindical de Sankara num dos países mais pobres do continente. Hoje, Burkina Faso sobrevive da lavoura de algodão e tenta atrair investidores externos para suas minas de manganês, ouro e prata.

Às 10 horas, Lula e Compaoré se reúnem com empresários dos dois países e em seguida participam do colóquio Democracia e Desenvolvimento na África. Compaoré se define como um líder “democrático” e “aberto ao diálogo”. Desde a independência da França em 1960, o país - conhecido no passado como Alto Volta - passou por cinco golpes de Estado, com uma série de assassinatos de líderes da oposição.

A festa será encerrada, à tarde, com a abertura da Semana do Cinema Brasileiro, uma mostra de filmes como Pelé Eterno, Cafundó, Macunaíma, Quase Dois Irmãos e Atlântico Negro.

Às 16h30, Lula segue para Brazzaville, capital da República do Congo. A viagem se completará, até quinta-feira, com as visitas à África do Sul e a Angola. Com esse giro, o presidente terá visitado 19 dos 53 países africanos.

Em Brazzaville, Lula é esperado pelo coronel Denis Sassou-Nguesso, líder de uma ditadura militar de dez anos. Na quarta-feira, participará em Johannesburgo, na África do Sul, do II Fórum Ibas, encontro de chefes de Estado do Brasil, África do Sul e Índia. A quarta visita será a Angola, onde José Eduardo dos Santos está no poder desde 1979.

**DESAFIO CHINÊS** - Os diplomatas do Itamaraty afirmam que a presença de Lula nos países africanos facilita os negócios das empresas brasileiras, num mercado emergente onde é cada vez mais forte a presença da China. O país asiático é hoje o terceiro maior parceiro comercial dos africanos, atrás apenas de Estados Unidos e França. Até 2009, a China pretende repassar US\$ 40 bilhões apenas em empréstimos e ajuda financeira para boa parte das 53 nações africanas.

As empresas chinesas, como as brasileiras Petrobrás e Vale do Rio Doce, também estão de olho nas reservas minerais do continente. E, como o Brasil, a China mobiliza o seu presidente, Hu Jintao, que em novembro do ano passado conseguiu reunir em um encontro oficial em Pequim 48 representantes dos países africanos para discutir as relações bilaterais.

**EMPRÉSTIMOS** - Os números do Ministério da Indústria e Comércio mostram que rendem dinheiro as viagens de Lula à África, um continente onde o presidente costuma fazer discursos emotivos e falar da história dos escravos. Só no caso de Angola, o governo destaca que as exportações passaram de US\$ 235 milhões em 2003 para US\$ 836 milhões no ano passado. Também aumentaram as exportações para África do Sul (US\$ 733 milhões para US\$ 1,45 bilhão no mesmo período) e Congo (US\$ 13,3 milhões para US\$ 34,1 milhões).

“Não se trata de uma questão de competição com os chineses”, diz o embaixador Roberto Jaguaribe. “A África é uma região fundamental e prioritária para nós”, acrescenta. O presidente planeja novas visitas ao continente africano em 2008, 2009 e 2010.



**Álcool eleva exportação de milho em 465%** - Fernando Nakagawa e Iuri Dantas – Folha de São Paulo – Dinheiro – 02/10/2007

#### DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

A opção norte-americana pelo milho como matéria-prima para a produção de álcool provocou uma explosão nas vendas brasileiras do produto: em setembro, a exportação de milho em grão cresceu 464,99% em relação ao mesmo mês de 2006.

Segundo o presidente da comissão nacional de cereais, fibras e oleaginosas da CNA (Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil), Marcel Cacheta, o salto dos embarques de milho foi gerado pela forte queda na oferta dos EUA.

Maiores produtores mundiais de milho, os norte-americanos vêm utilizando cada vez mais sua lavoura para a produção de álcool, aquecendo o preço da commodity no mercado. "Isso abriu espaço para o Brasil aumentar a presença em mercados tradicionais", avaliou Cacheta.

Na lista dos maiores compradores do produto brasileiro, estão quatro dos maiores países europeus: Espanha, Alemanha, Portugal e Itália. Esses países, segundo Cacheta, compravam tradicionalmente dos EUA.

O especialista diz que o custo de produção do milho no Brasil corresponde a 80% do registrado nos EUA. A vantagem, no entanto, cai com os custos de transporte, principalmente pela infra-estrutura precária no Brasil.

"Isso diminui muito a nossa vantagem, mas mesmo assim entramos na Europa um pouco mais baratos que o produto norte-americano."

Entre as demais commodities (produtos primários de exportação), Cacheta chama a atenção para o esperado aumento das importações do trigo após a quebra da safra brasileira por motivos climáticos. ()

**EUA aprovam prorrogação de tarifa para álcool** – Folha de São Paulo – Dinheiro – 06/10/2007

DA FOLHA ONLINE - O Comitê de Finanças do Senado dos EUA aprovou na quinta-feira um pacote fiscal de US\$ 16 bilhões para manter um programa de ajuda a produtores agrícolas. Entre as medidas do pacote, está a prorrogação, até 2011, da cobrança da tarifa de US\$ 0,54 por galão (3,785 litros) de álcool importado, o que afeta o Brasil.

Segundo relatório da Embaixada do Brasil nos EUA, as vendas de álcool para os EUA no ano passado atingiram US\$ 1 bilhão, contra US\$ 98 milhões em 2005 -aumento de 920%.

**Holanda diz que Brasil é Parceiro Ideal para Bioenergia** – Sítio Eletrônico do MAPA – 15/10/2007

**Wageningen (15.10.07)** — O diretor de Comércio e Indústria do Ministério da Agricultura, Natureza e Qualidade de Alimentos dos Países Baixos, Roel Boel, disse hoje que o Brasil é um exemplo para o mundo em bioenergia. Segundo ele, o país é e será o parceiro ideal para a Holanda porque é um importante exportador nesta área.

A afirmação foi feita durante o Seminário ‘Agricultura Sustentável no Brasil, Soy Responsible Food and Fuel’, na Universidade de Wageningen, na Holanda, que contou com a presença do ministro Brasileiro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Reinhold Stephanes, e do governador do Estado do Mato Grosso, Blairo Maggi.

Roel Boel disse ainda que “a Holanda é um país pequeno e terá de importar bioenergia de fora de seu território e fora da Europa”. “Queremos um parceiro grande em sustentabilidade. O desempenho do Brasil com a utilização do etanol para o equilíbrio da energia mundial é impressionante. E a soja é exemplo de gestão moderna”.

**Soja** — Durante o Seminário, Reinhold Stephanes deu garantias de que o plantio da soja não ameaça o meio ambiente e é feito de maneira sustentável. O Brasil é um país de imensos espaços territoriais, com 850 milhões de hectares. Só no Bioma Amazônico (área protegida pelo governo com 49,3% do território brasileiro) caberia mais da metade da Europa. A soja é plantada em apenas 3% da área cultivada no Brasil, que é o maior produtor do complexo da soja (farelo, grãos e óleo) exportador de soja do mundo. O Brasil tem 209 milhões de hectares que correspondem a áreas protegidas. Somente 20%, de acordo com a legislação brasileira, podem ser utilizados para agricultura.

Um estudo feito pela Embrapa, com base em levantamento de mais de 28 institutos de pesquisa internacionais, mostra que o Brasil foi o país que menos desmatou no mundo. Das florestas que existiam há oito mil anos, a Europa preservou menos de 0,5%, enquanto o Brasil mantém 60 % de sua floresta original.

“O Brasil tem uma legislação avançada e técnicas modernas e eficazes de controle de desmatamento”, disse Stephanes.

O governador do Estado do Mato Grosso (maior produtor de soja do Brasil), Blairo Maggi, mostrou que 40% do território do Estado são utilizados para o plantio da soja e a maior parte está no Cerrado (em região permitida pelo governo para o plantio).

Nas regiões do Mato Grosso onde se planta soja foi feita moratória da soja para que os produtores não derrubem a mata para o plantio. Essa moratória foi assinada por organismos internacionais não governamentais como Greenpeace, WWF e Solidariedad, as grandes empresas que comercializam a soja e representantes dos produtores.

**País quer etanol e orgânicos em lista ambiental** - Assis Moreira – Valor Econômico – Brasil - 03/10/2007

O Brasil fez nova ofensiva ontem para que o etanol e agora também a agricultura orgânica sejam considerados bens ambientais e tenham as tarifas eliminadas num futuro acordo na Organização Mundial do Comércio (OMC). A proposta brasileira ocorre no rastro da reunião organizada pelos Estados Unidos com outros 15 outros grandes poluidores globais, em Washington, semana passada. Nela, o governo americano insistiu que as tarifas de importação deveriam ser removidas para novas tecnologias necessárias para combater as mudanças climáticas.

O argumento do Brasil ontem na OMC foi de que os bens ambientais devem ser também produtos agrícolas e não apenas produtos industriais. A inclusão do etanol numa lista de bens ambientais é central para o país. A Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) recentemente admitiu que o etanol brasileiro à base de cana reduz as emissões de gases em até 90% comparado com gasolina e diesel.

A novidade agora é a introdução de produtos da agricultura orgânica, apoiada por vários países em desenvolvimento. O Brasil argumenta que isso ajuda pequenos agricultores, beneficia o meio ambiente e aumenta a confiança dos consumidores em certificações.

Coincidindo com a proposta brasileira, o Congressional Research Service (CRS), órgão independente que prepara estudos para os congressistas e comitês do congresso americano, completou estudo sobre a potencial cooperação entre o Brasil e os EUA na área do etanol. Os dois países assinaram acordo em março com a chamada "diplomacia do etanol" sendo vista, inclusive, como uma maneira de frear a influência de Hugo Chávez na América Latina.

O estudo mostra que os obstáculos, porém, são grandes para a cooperação brasileiro-americana, inclusive por causa das tarifas impostas por Washington contra o etanol brasileiro. Alguns parlamentares defendem prorrogar do fim de 2008 para 2011 ou mesmo tornar permanente essa tarifa.

Outra dificuldade é propagar a produção de etanol em terceiros países. Primeiro porque os governos não têm recursos ou não têm vontade política para fazer enormes investimentos para desenvolver suas indústrias de etanol. Segundo, alguns países não têm terra suficiente.

#### **Comissão do Senado americano aprova prorrogação de tarifa sobre o etanol – RB – Valor Econômico – Brasil - 05/10/2007**

Uma influente comissão do Senado americano aprovou ontem a extensão por mais dois anos da principal barreira comercial imposta pelos Estados Unidos à importação do etanol produzido no Brasil, num movimento que reflete o empenho dos políticos americanos na defesa da indústria doméstica e a desconfiança com que eles vêm o avanço do Brasil nessa área.

A proposta foi aprovada por 17 votos a 4 pela Comissão de Finanças do Senado, como parte de um pacote de medidas cujo objetivo é gerar bilhões de dólares para financiar os subsídios agrícolas americanos nos próximos anos. O pacote ainda precisa ser examinado por outras comissões e votado no plenário. No ano passado, os EUA importaram 1,6 bilhão de litros de etanol do Brasil, o equivalente a um décimo da produção brasileira.

Atualmente, o etanol produzido no Brasil paga para entrar no mercado americano uma tarifa de US\$ 0,14 por litro. Em períodos como o atual, em que os preços do combustível estão em queda nos EUA, a tarifa é suficiente para tornar inviável economicamente a importação do álcool brasileiro. Pela legislação em vigor, a tarifa seria cobrada até o fim do ano que vem. A proposta aprovada ontem prolonga a tarifa até dezembro de 2010.

O projeto também reduz, de US\$ 0,51 para US\$ 0,46 por galão, o valor do crédito tributário recebido pelas refinarias que misturam etanol à gasolina nos EUA. Esse incentivo

é essencial para estimular o consumo de álcool no país e incentivar a indústria doméstica. Para o Brasil e outros países interessados no mercado americano, sua redução equivale na prática a um aumento na tarifa aplicada à importação do produto.

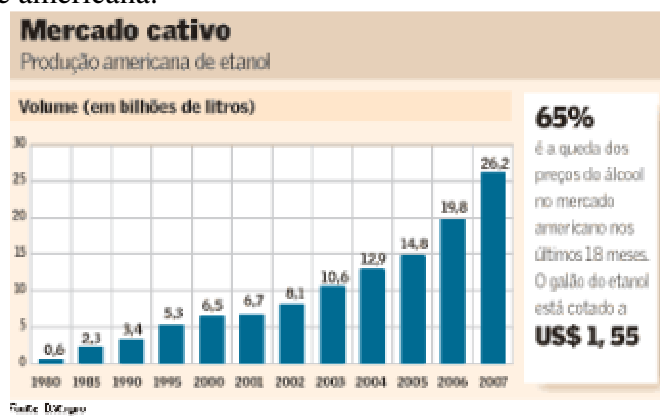
A proposta aprovada no Senado cria incentivos para estimular o desenvolvimento de novas fontes de matéria-prima para a produção de etanol, que hoje é feito de milho nos EUA, e não de cana-de-açúcar como no Brasil. Os americanos querem incentivar o uso de materiais como capim, madeira e resíduos vegetais dos quais é possível extrair celulose para produzir combustível. **(RB)**

### **Vendas de etanol aos EUA surpreendem** - Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios - 05/10/2007

Os Estados Unidos, maiores produtores mundiais de álcool, devem continuar como principais importadores do combustível brasileiro. Neste ano, os americanos bateram novo recorde de produção, com volume de 26,2 bilhões de litros, 32% acima de 2006, mas como boa parte da produção do combustível está concentrada no Meio Oeste americano, a distribuição para regiões mais distantes do país ainda não é economicamente viável.

"Importantes regiões consumidoras de álcool, como Califórnia, Flórida e Nova York, estão longe do pólo de produção", observa Plínio Nastari, presidente da consultoria Datagro. Para essas regiões, a importação ainda é uma opção mais barata.

O fato é que a distância entre o pólo de produção e de consumo dos EUA tem beneficiado o Brasil. A distribuição do combustível naquele país é feita por meio de rodovias, ferrovias e até hidrovias. Sem levar em consideração o "gargalo logístico" americano, analistas de mercado e consultorias do Brasil estimaram que as exportações brasileiras para o mercado americano iriam cair pela metade este ano, por conta da safra recorde americana.



A produção recorde americana foi confirmada, mas os volumes embarcados para os EUA até agosto, de 1,433 bilhão de litros (vendas diretas e via Caribe), ultrapassaram de longe as estimativas iniciais, levando essas mesmas consultorias e analistas a refazerem suas previsões.

Dados da consultoria Datagro mostram que os embarques brasileiros de álcool devem cair cerca de 7% este ano, totalizando entre 3,1 bilhões e 3,2 bilhões de litros, ante 3,43 bilhões no ano-civil de 2006. Em receita, as exportações devem ficar em US\$ 1,27

bilhão, com recuo de 20% sobre 2006 (US\$ 1,604 bilhão). Para o mercado americano, os embarques devem alcançar até 1,7 bilhão de litros, recuo de 22% sobre o ano passado (de 2,2 milhões de litros). A participação dos Estados Unidos no total de embarques do país deve ficar entre 55% e 60%, ante 65% em 2006.

Desde 2006, os EUA ultrapassaram o Brasil no volume de produção de álcool. Com cerca de 130 destilarias no país e dezenas de novos projetos em andamento, a oferta americana de álcool deverá dobrar nos próximos três anos, segundo analistas. Os volumes produzidos este ano pelas destilarias em operação já foram suficientes para derrubar os preços do álcool nos mercados americano e internacional. Nos EUA, o galão do álcool está cotado a US\$ 1,55, queda de 64% sobre junho do ano passado, quando as cotações registraram forte elevação à época por conta dos elevados preços da gasolina.

Parte da queda dos embarques brasileiros de álcool para os EUA foi compensada pela maior demanda dos países europeus. As vendas para a UE devem dobrar para quase 600 milhões de litros este ano, estimulados pelo maior consumo de álcool combustível.

### **Brasil acusa EUA de fazer 'propaganda' - Assis Moreira – Valor Econômico-Brasil - 11/10/2007**

O Brasil convocou a imprensa internacional ontem em Genebra para reagir à "pura propaganda" feita pelos Estados Unidos, principalmente, de que o país e outros emergentes estariam empurrando a Rodada Doha para o fiasco ao resistirem à liberalização na área industrial. O subsecretário-geral de Assuntos Econômicos do Itamaraty, Roberto Azevedo, retrucou que o país está negociando com os EUA sem o TPA (autorização do Congresso para negociar), para dar uma chance ao sucesso da rodada e que Washington não está fazendo as concessões que propaga.

Azevedo exemplificou que na negociação agrícola, no centro da rodada, Washington tenta ampliar, e não baixar, subsídios para produtos como algodão e soja. "Eles querem fazer um acordo agrícola que acomode seus interesses, mas exigem apoio incondicional ao texto industrial, que é muito ambicioso. Isso é injusto, irrazoável e irracional", afirmou. "Se quiséssemos matar a rodada, a ausência do TPA teria sido a desculpa perfeita. Não fizemos isso. Resolvemos continuar trabalhando e continuamos confiando em avanço, mas os sinais não são encorajadores com todas essas informações enganosas", disse o diplomata.

"Dessa maneira, não teremos rodada", disse o ministro de Relações Exteriores, Celso Amorim, ao comentar o rumo que estão tomando as discussões e pressões na OMC. Os países em desenvolvimento serão obrigados a tomar posições "mais radicais" do que pretendiam nas negociações de Doha se os países ricos continuarem fazendo "guerra de mídia" para ganhar a simpatia dos jornais financeiros internacionais, afirmou Amorim. Ele acusou os países desenvolvidos de propor um esquema "injusto e incorreto" para as negociações, em que fazem promessas "obscuras" e exigem, em troca, compromissos bem definidos dos países em desenvolvimento.

Amorim comentou que as concessões feitas em agricultura incluem ressalvas para proteger as "sensibilidades" dos países desenvolvidos que impedem uma noção clara dos possíveis ganhos para países exportadores de alimentos, como Brasil e Argentina. O Japão quer permissão para manter tetos de importação, a Europa não esclarece como administrará as cotas de importação que oferece em troca da manutenção de altas tarifas de importação e

os EUA, além de não deixar claro o alcance do corte que se dispõem a fazer nos subsídios agrícolas, querem dispositivos para proteger cada produto considerado sensível, exemplificou.

Amorim disse reconhecer os avanços políticos, como a oferta dos EUA de cortar seus subsídios em volume maior do que estavam dispostos anteriormente. "Mas não é nem justo, nem correto, colocar todas as pressões sobre o comércio de produtos industriais", disse, em referência às pressões da Europa e dos EUA para que o Brasil pressione os demais países em desenvolvimento por redução maior nas tarifas industriais.

No Mercosul, os países têm tarifas máximas registradas (consolidadas) diferentes na OMC, o que, dependendo do resultado das negociações sobre produtos industriais, poderia comprometer a manutenção da tarifa externa comum dos países do bloco, argumentou Amorim. Sem levar essa particularidade em conta, o Brasil não poderá aceitar o acordo na Rodada Doha, explicou.

O Brasil até agora não estava respondendo às acusações para não prejudicar o clima na negociação, afirmou o subsecretário-geral de assuntos econômicos do Itamaraty, Roberto Azevedo, mas agora, segundo ele, não dá mais para ficar calado. Os EUA e a União Européia cobram dos presidentes do Brasil, África do Sul e Índia, que se encontrarão dia 17 em Pretoria, a aceitação do texto da negociação industrial. Mas Azevedo foi incisivo: "O Brasil não vai dizer de jeito nenhum se aceita o texto industrial, com o tamanho dos cortes e as flexibilidades, até saber o que pode ganhar na área agrícola."

As próximas versões dos textos para acordos agrícola e industrial, que serão divulgadas ao mesmo tempo no começo de novembro, serão decisivas. Os grupos em desenvolvimento, com cerca de 90 países, fizeram proposta pedindo profundas alterações para permitir flexibilidade adicional para suas indústrias. Houve enorme pressão para países pobres não assinarem a proposta, com ameaças de retaliação e suspensão de ajuda, mas esses países foram adiante.

Americanos e europeus reagiram duramente, acusando Brasil, Argentina, África do Sul e Índia de articularem um documento que ameaça a rodada. "Não é uma proposta do Brasil ou da Índia, mas da maioria dos países que tem problemas com o texto industrial", diz o embaixador da Venezuela, Oscar Carvalho. Para Azevedo, a maior assimetria é que americanos e europeus, que dizem acatar o texto agrícola, na realidade querem alterá-lo para beneficiar seus agricultores, enquanto insistem que o texto industrial é pegar ou largar.

Americanos e europeus "dão com uma mão e retiram com a outra" na área agrícola, disse Azevedo. Exemplificou que, mesmo se os EUA aceitarem limitar seus subsídios na cifra menor, de US\$ 13 bilhões, significa pouco se não houver limites por produto. Ocorre que os americanos defendem outro período-base para calcular esses limites, que aumentariam a ajuda em 20,7% para algodão, 23,5% para soja, 83% para milho, 37,9% para arroz e 11% para trigo.

A UE diz aceitar corte tarifário maior, mas anula essa concessão graças a uma escapatória para proteger produtos sensíveis. Um corte de 70% nas tarifas altas fica em apenas 24% para carne bovina, mantendo a barreira ao produto brasileiro, acrescentou o diplomata.

Pela negociação atual, a tarifa máxima de importação industrial no Brasil deveria ficar em 23%, enquanto a alíquota agrícola de 800% seria mantida por um país rico como Noruega. Na área industrial, os subsídios só podem chegar a 5% e os EUA querem aumentar a lista de ajudas proibidas para o setor. Ao mesmo tempo, os EUA querem dar subvenções superiores a 100% para seus cotonicultores.

O Brasil calculou que, se os cortes exigidos em suas tarifas industriais aplicadas fossem utilizadas nos países industrializados, o aumento do comércio seria muito maior nos países em desenvolvimento dos que nos ricos. Azevedo alertou que, se o mediador industrial não levar em conta preocupações dos grupos em desenvolvimento, "será arriscado para dizer o mínimo". **(Colaborou Sergio Leo, de Brasília)**

#### **Comissária da UE diz que Rodada precisa de decisão política – Valor Econômico – Brasil - 11/10/2007**

O Brasil precisa "dar um pouco para ganhar muito" na Rodada Doha, cobra a comissária de Agricultura da União Européia (UE), Mariann Fischer Boel, que chega ao país no fim de semana, depois de passagem pela Argentina. "Esperamos mais do Brasil e outros países na área industrial. O Brasil tem tanto a ganhar na Rodada Doha, ganhos que não podem ser obtidos em nenhuma outra negociação", disse a comissária, em respostas por escrito ao Valor.

Ela, porém, não está otimista com o futuro de Doha. Espera decisão política para salvar a negociação. Se nos próximos dois meses não houver acordo, "teremos então de esperar anos". Ontem, enquanto os brasileiros acusavam a UE de dar com uma mão e tomar com a outra na negociação agrícola, Fischer Boel insistiu que o Brasil será um dos países com mais significativo acesso no mercado europeu se houver acordo na Organização Mundial do Comércio (OMC).

Ela não diz "onde está o bife", ou seja, qual a dimensão do acesso para as exportações brasileiras. Mas insiste que o Brasil já é tão competitivo que exporta carne bovina para a UE mesmo com a atual tarifa cheia (de 177%). Com corte tarifário, as exportações aumentam. Em outros produtos ditos sensíveis, acha que o Brasil também obterá "partes importantes das cotas".

A comissária européia leva ao Brasil uma clara mensagem de que as exportações precisam respeitar princípios de sustentabilidade ambiental, cada vez mais, para assegurar os consumidores europeus. "Sobre a carne bovina, há preocupações em alguns setores sobre o controle de doenças animais. É vital haver regras claras e controle nos movimentos do gado e rastreabilidade efetiva", disse.

O Brasil é o maior fornecedor de produtos agrícolas para o mercado europeu, com 8,9 bilhões de euros por ano, ou 15% das importações européias. Fischer Boel diz que vai se encontrar com agricultores, falar com políticos e "ver o imenso potencial da agricultura brasileira".

Enquanto mais produtores europeus vêem o Brasil como ameaça, a comissária prefere ver "desafio" de um país "extremamente competitivo" em carnes, açúcar e etanol. Em etanol, ela vê o Brasil como um parceiro importante para o futuro, ainda mais que a Europa precisará importar para atingir suas metas de utilização de biocombustível. Mas ela volta a alertar que uma pré-condição para o produto brasileiro entrar no mercado europeu é "assegurar que o etanol seja produzido de maneira ambientalmente sustentável".

Mariann Fischer Boel observa que a agricultura mundial está mudando e por isso a Europa procura, por seu lado, colocar mais valor agregado em seus produtos. "Há um enorme mercado emergente com consumidores pedindo produtos de qualidade, produtos agrícolas europeus."

Em sua passagem no Brasil, Fischer Boel deve confirmar que até 2010 a UE vai cortar um terço de sua produção de açúcar, 6 milhões de toneladas no total. E que está pronta a ampliar a cooperação com o Brasil - com ou sem Doha.

Apesar da oposição de setores agrícolas europeus, ela diz que um dos objetivos é o acordo de livre comércio UE-Mercosul, para cortar também barreiras não tarifárias, "porque nossas exportações agrícolas para o Brasil não têm sido tão grandes como gostaríamos". (AM)

### **País deve exercer liderança para que Doha seja concluída, diz Gutierrez – Raquel Landim – Valor Econômico – Brasil - 11/10/2007**

O secretário de Comércio dos Estados Unidos, Carlos Gutierrez, pressionou ontem o Brasil a exercer sua liderança e se esforçar pela conclusão da Rodada Doha, da Organização Mundial do Comércio (OMC). "Agora é a hora de países que realmente querem a rodada demonstrarem liderança, especialmente o Brasil que tem muito a ganhar com uma negociação ambiciosa", disse Gutierrez em discurso para empresários na Câmara Americana de Comércio (Amcham), em São Paulo, no primeiro dia de sua visita ao país.

Ele afirmou que os EUA aceitam os textos propostos pelos mediadores da OMC como base da discussão, inclusive para limitar os subsídios aos agricultores. "É preciso que o Brasil assuma o mesmo compromisso (com o texto do mediador). O Brasil pode convencer outros países em desenvolvimento", disse. Para Gutierrez, a negociação chegou a um momento crítico e o acordo pode naufragar se os grandes países emergentes não demonstrarem vontade política.

As declarações de Gutierrez se juntam a uma série de movimentos dos americanos para constranger o Brasil. Os países ricos querem que o governo brasileiro aceite o corte proposto pelo mediador para as tarifas de importação de produtos industriais, o que contraria o interesse de várias nações em desenvolvimento. O Brasil solicitou mais flexibilidade para blocos como o Mercosul, já que seus setores sensíveis não coincidem totalmente com os da Argentina. A proposta foi recusada pelos Estados Unidos.

Ao mesmo tempo em que pedia cooperação do Brasil, Gutierrez minimizava os problemas enfrentados pelos EUA para selar o acordo. Segundo ele, o fato de o Partido Democrata ser maioria no Congresso não deve atrapalhar o presidente George W. Bush. "Por conta das oportunidades e dos benefícios, será difícil para o Congresso fugir do acordo", afirmou. Ele também ressaltou que a Farm Bill não é uma posição de negociação na OMC. O Congresso americano está discutindo a nova lei agrícola e as indicações são de aumento dos subsídios aos agricultores.

Gutierrez negou que a Área de Livre Comércio das Américas (Alca) esteja morta, mas admitiu que só deve ocorrer em um futuro distante e que Doha é prioridade. "A Alca é uma idéia. E as idéias continuam a viver enquanto há perspectiva de um resultado positivo", disse. "Se você olhar para o futuro - cinco, 10, 20, 30 anos - reconhecerá que um hemisfério integrado comercialmente é benéfico para todos os países". Ele ressaltou que, enquanto isso, os EUA trabalham em uma "agressiva" agenda de negociações bilaterais, destacando os acordos com Peru, Colômbia e Panamá. Gutierrez disse que uma negociação desse tipo com o Brasil não foi possível, mas não descartou a possibilidade.

Durante o discurso na Amcham, Gutierrez criticou o "custo Brasil" e enumerou as barreiras enfrentadas pelos investidores e exportadores americanos no país: altas tarifas de importação, alfândega complicada, impostos pesados e imprevisíveis, e um Judiciário



sobrecarregado e lento. "Não estou dizendo nada que vocês não sabem", afirmou. Ele acrescentou que, em termos per capita, os comércio dos Estados Unidos é mais significativo com Chile, Peru e Colômbia do que com o Brasil.

De janeiro a setembro, as exportações brasileiras de manufaturados para os EUA recuaram 6%, para US\$ 11,8 bilhões, por conta da valorização do real ante o dólar e da desaceleração da economia americana. Gutierrez argumentou que a relação comercial entre os dois países deve ser avaliada no longo prazo e que a tendência é de crescimento. "A concorrência asiática é cada vez mais forte, mas não tenho dúvidas de que o Brasil pode ser competitivo e aumentar suas exportações para os EUA", disse.

### **Lula faz reunião para identificar "gargalos" na América do Sul - Sergio Leo – Valor Econômico – Brasil - 11/10/2007**

Decidido a cumprir compromissos e acordos feitos com os governos da América do Sul, que incluem promessas de investimento, obras de infra-estrutura e remoção de barreiras ao comércio, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva convocou 13 ministros e todos os embaixadores do Brasil nos países do continente, para uma reunião, hoje, no Palácio do Planalto. O objetivo, segundo Amorim, é identificar os "gargalos" que travam a atuação do Brasil no continente.

Segundo Amorim, uma das prioridades do Ministério de Relações Exteriores será obter da equipe econômica a liberação do dinheiro prometido pelo Brasil para o Focem, o fundo criado no Mercosul para apoiar investimentos e infra-estrutura nos países menores. O Brasil teria de depositar US\$ 52 milhões, neste ano, no fundo, mas os ministérios da Fazenda e do Planejamento só autorizaram cerca de US\$ 15 milhões, dos quais foi liberada apenas uma parte. A demora em liberar a contribuição desmoraliza as declarações do governo em favor do Mercosul.

Amorim negou que a preocupação de Lula tenha algo a ver com a comentada competição entre o Brasil e a Venezuela de Hugo Chávez pela liderança no continente (o próprio Lula, recentemente, argumentou ser mais difícil no Brasil, por ser "uma democracia", ter a mesma agilidade no cumprimento das promessas que o venezuelano). Os processos políticos dos dois países são diferentes e há procedimentos nos ministérios brasileiros que atrasam os programas voltados aos países vizinhos, porque há prioridade para as ações internas, comentou o ministro, que disse serem "bem-vindas" as ações de Chávez em apoio aos vizinhos.

A aplicação da legislação criada neste ano, que permite a concessão de empréstimos do BNDES a países vizinhos, em condições generosas, é um dos temas da reunião de hoje, segundo anunciou Amorim. O presidente da Petrobras, José Sérgio Gabrielli, também estará na reunião, onde deverá ouvir dos embaixadores brasileiros as demandas de países como Argentina, Bolívia e Equador, para ampliação dos investimentos da estatal em prospecção e exploração de hidrocarbonetos.

Amorim citou exemplos de pequenas obras de ligação viária, entre o país e vizinhos como o Uruguai, Guiana e Paraguai, que ficaram paralisadas por mera burocracia. O Itamaraty também quer prioridade para deslocamento de funcionários nas fronteiras, de forma a facilitar trânsito de mercadorias e pessoas na vizinhança.

**Comissária da UE defenderá fim de subsídio a biocombustível no bloco** - Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios - 16/10/2007

A comissária de Agricultura e Desenvolvimento Rural da União Europeia (UE), Mariann Fischer Boel, afirmou ontem, em almoço com dirigentes da Confederação da Agricultura e Pecuária (CNA), que defenderá, a partir de novembro, o fim dos subsídios a produtos agrícolas destinada à fabricação de biocombustíveis.

"A comissária vai propor, em novembro, a eliminação dos subsídios para produtores de culturas usadas em biocombustíveis", disse o embaixador da UE no Brasil, João Pacheco, ao Valor. A comissária preferiu não comentar sua visita com jornalistas. Hoje, a UE paga ? 45/hectare aos produtores de trigo, beterraba, milho e uva destinada à produção de etanol no bloco. Alemanha, Espanha e França são os maiores produtores de etanol.

A comissária dinamarquesa, em visita ao Brasil para conhecer os sistemas de produção agropecuária, acredita que não será mais necessário estimular a produção voltada aos biocombustíveis já que há uma obrigatoriedade de 5,75% no uso desses combustíveis renováveis a partir de 2010.

"Havendo a obrigação, o mercado vai funcionar sozinho e não precisará de estímulos", resume Pacheco, que acompanha a comissária em sua visita a laboratórios de pesquisa, fazendas, frigoríficos, laticínios e associações de classe.

A produção de etanol na Europa somou 1,59 bilhão de litros em 2006, um aumento de 74% na comparação com 2005, segundo dados da Associação Europeia de Etanol Combustível (eBio). A Europa consumiu cerca de 1,7 bilhão de litros no ano passado.

Além de subsidiar a produção interna de etanol, a UE impõe um tarifa de importação de US\$ 0,192 por litro e uma sobretaxa "ad valorem" de até 54%, a depender do país comprador, para o etanol brasileiro. Ainda assim, o Brasil exportou 230 milhões de litros para Suécia, Reino Unido e Finlândia em 2006. Por enquanto, a UE não está disposta a eliminar essa tarifa, afirma o embaixador João Pacheco.

Sobre a polêmica entre pecuaristas brasileiros e britânicos, sobretudo irlandeses, a comissária Fischer Boel informou aos dirigentes do setor rural nacional, segundo o embaixador, que a manutenção das importações europeias de carne bovina local dependerá das condições do rebanho e da avaliação de uma missão que desembarca em 5 de novembro no Brasil.

"A missão não vem para dormir. Vem com um objetivo claro de ver se o pacto foi cumprido", afirmou o presidente da Comissão Nacional de Comércio Exterior da CNA, Gilman Viana. "Se houver descumprimento, implicará em sanção". Ele atribuiu a polêmica a uma disputa por espaço no mercado internacional de carnes. "O Brasil exporta 23% do gado abatido, o que dá oito vezes mais do que os 93% da produção exportados pela Irlanda". O Brasil vende 300 mil toneladas de carne bovina na UE anualmente.

A conversa entre a comissária e a CNA resultou na promessa de criação de comitês setoriais para avaliar a situação tarifária de cada produto. As primeiras avaliações serão para café solúvel e frutas, que pagam taxas na UE inexistentes aos concorrentes brasileiros.

## AMBIENTE ESTRATÉGICO E EMPRESARIAL

### Biodiesel

**Grupo espanhol planeja investir na produção de biodiesel em MG** - Ivana Moreira – Valor Econômico – Agronegócios - 17/10/2007

O grupo espanhol Promobarna planeja construir 30 mini usinas de biodiesel no norte de Minas Gerais, com um investimento total estimado em R\$ 200 milhões. Será a estréia do grupo - um dos maiores da Espanha no segmento imobiliário - no crescente mercado de energias alternativas. "O futuro é certo para o biocombustível", diz Bernardo Díaz Porgueres, diretor do grupo.

Com o olho de quem conhece bem a realidade da Europa, o executivo avalia que a demanda por combustíveis alternativos será cada vez maior nos próximos anos, o que obrigará o continente a importar de países produtores como o Brasil. "A Europa não tem espaço suficiente para cultivar matéria-prima na escala necessária".

A estratégia do grupo espanhol é instalar usinas próximas à produção da matéria-prima, que será diversificada. A tecnologia das usinas, desenvolvida por uma companhia inglesa, permite que uma mesma unidade opere com rotatividade de matérias-primas. "Vamos trabalhar com o produto que tiver maior oferta, melhor preço, o que garantir melhor rentabilidade", afirma.

Conforme o executivo espanhol, matéria-prima é o item que pode tornar uma usina inviável. Por isso, ele avalia que a possibilidade de trabalhar com diferentes tipos de oleaginosas é o maior trunfo no projeto da Promobarna. A usina piloto, localizada no município de Arinos, deverá entrar em operação no segundo semestre de 2008.

Cada mini usina terá capacidade inicial de produção de 30 mil litros de biodiesel por dia, podendo chegar a 70 mil litros por dia. A expectativa é que as 30 unidades estejam em operação dentro de, no máximo, seis anos. Cerca de 30% da matéria prima será garantida por pequenos produtores do norte de Minas Gerais. Otimista, Porgueres já pensa em expansão. "Se formos bem sucedidos, claro, vamos expandir o projeto, talvez para outros Estados". De acordo com ele, outros investidores espanhóis já demonstraram interesse em se associar à Promobarna em uma eventual expansão do projeto.

Grupo familiar com 30 anos de atuação, o Promobarna começou a fazer pequenos investimentos imobiliários no Brasil há aproximadamente seis anos. Na época, lembra o diretor, o país ainda estava longe de atingir grau de investimento. Com o cenário macroeconômico mais positivo, o grupo resolveu apostar mais fichas no mercado doméstico. Em novembro de 2006, comprou 100% do capital da construtora mineira Arco Engenharia. O valor da negociação não foi revelado. No último ano, os espanhóis investiram mais R\$ 100 milhões na expansão do negócio.

Ao contrário da Espanha, onde o mercado imobiliário vive momento de estagnação, o Brasil tem espaço para lançamentos. O plano da Promobarna para a Arco - que já atua em Minas, São Paulo e Rio - é construir empreendimentos para diferentes classes sociais, atuando em todos os nichos onde houver demanda.

"Existe aqui uma capacidade grande de gerar oportunidades de negócios", afirma Bernardo Díaz Porgueres, que desde a aquisição da Arco vem se dividindo entre a Espanha e o Brasil. O grupo espanhol tem investimentos também na Venezuela e no México e estuda oportunidades de negócios na Nicarágua. Mas, segundo o diretor, o grande projeto da Promobarna, atualmente, chama-se "Brasil".

**Britânica investe em pinhão-manso em SP** - Cibelle Bouças – Valor Econômico –  
Agronegócios - 25/10/2007

A D1-BP Fuel Crops Limited, joint venture criada em junho deste ano pelas empresas britânicas BP e D1 Oils, deu ontem o primeiro passo para a produção de pinhão-manso no Brasil. A empresa fechou acordo com produtores do município de Jales (SP) para o cultivo de 10 mil hectares da oleaginosa.

As sementes serão esmagadas localmente e o óleo bruto será exportado ao Reino Unido para a produção de biodiesel para atender ao mercado europeu, informou ao Valor Steve Douty, diretor executivo da D1-BP. "Estamos buscando outros parceiros no Brasil para expandir o plantio do pinhão-manso a 300 mil hectares, no prazo de três anos", afirmou.

De acordo com o executivo, a meta é tornar o Brasil um dos principais fornecedores da matéria-prima para a produção de biodiesel. A D1-BP foi criada para ser o braço produtor de biodiesel das empresas e tem como plano investir globalmente 160 milhões de libras (aproximadamente US\$ 266 milhões) no plantio de 1 milhão de hectares de pinhão-manso no prazo de quatro anos, o que vai lhe render uma oferta anual média de 2 milhões de toneladas de óleo por ano. A D1 Oils já possui produção própria de 172 mil hectares, cultivados na Índia, África do Sul e sudeste da Ásia e que foi incorporada à joint-venture como capital.

A D1-BP já iniciou projetos na Índia e no Brasil e estuda investir também no sudeste da Ásia, em países da África e outros da América Latina. "Na América do Sul nosso primeiro trabalho será realizado no Brasil", observou Douty. Segundo o executivo, o plantio dos 10 mil hectares - que serão cultivados na região de Lençóis Paulista - deve ser alcançado até 2010. "Inicialmente estamos negociando outras parcerias em São Paulo, mas também buscamos produtores de outros Estados, onde o cultivo do pinhão-manso tenha custo de produção favorável", disse.

Segundo a Associação Brasileira dos Produtores de Pinhão-Manso (ABPPM), o plantio no país já ocupa 20 mil hectares, com produção comercial em Tocantins, Piauí, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais e São Paulo.

Conforme Douty, o pinhão-manso foi eleito pela empresa devido à sua alta resistência à seca, fácil adaptabilidade em diferentes países e também por ser um cultivo que não é utilizado para consumo e, portanto, não representa competição direta que possa reduzir a oferta de alimentos no mundo. "Como o pinhão pode ser cultivado em terras de menor valor agrícola e exige pouca irrigação, é uma excelente matéria-prima para o biodiesel", afirmou Phil New, presidente da BP Biofuels.

Nessa primeira fase do projeto, os investimentos no campo pela D1-BP no Brasil deverão ficar entre US\$ 15 milhões e US\$ 18 milhões. A estimativa é que os 10 mil hectares produzem até 20 mil toneladas de óleo para a produção de biodiesel. Douty observou que a oferta doméstica de canola e outras oleaginosas na União Européia é insuficiente para atender à demanda do bloco prevista para 2010, de 11 milhões de toneladas de biodiesel por ano. "Além disso, essas matérias-primas são muito caras para serem produzidas na Europa. Daí o interesse em transformar o Brasil e outros países em plataforma de exportação das matérias-primas para a produção dos biocombustíveis", afirmou.

**Battistella cria gerador de energia 100% a biodiesel** - Cibelle Bouças – Valor Econômico – Empresas - 26/10/2007

O grupo catarinense Battistella, que faturou R\$ 583,5 milhões e teve lucro líquido de R\$ 20,766 milhões no ano passado, elegeu o segmento de energia limpa como prioridade no processo de reposicionamento de mercado. Para isso, fundiu a Maquigeral (divisão de geradores de energia) e a Abadir Distribuidora (unidade de produtos para transmissão), que juntas devem faturar neste ano cerca de R\$ 110 milhões. O objetivo é dobrar de tamanho em três anos, de acordo com Sandra Battistella, diretora da Abadir e sócia do grupo.

O grupo prevê investir US\$ 100 milhões em dois anos no processo de reestruturação. Na Abadir, foram aplicados neste ano R\$ 15 milhões para elevar o número de filiais de seis para dez. Na próxima semana, a empresa coloca no mercado o primeiro gerador movido a biodiesel puro.

A pesquisa foi desenvolvida em parceria com o Instituto de Tecnologia do Paraná (Tecpar) durante dois anos. "O diesel usado nos geradores normais é muito caro em algumas regiões e é poluente. A política da empresa está voltada para desenvolver alternativas de energia limpa", diz Sandra. Para completar o pacote, a empresa testará a qualidade do biodiesel a ser comprado pelos clientes para garantir a qualidade. O grupo também negocia com o BNDES a criação de uma linha de financiamento para a aquisição de fontes de energia limpa. "Os clientes que já possuem geradores do grupo a diesel também poderão fazer a conversão para o biodiesel", diz.

Gérson Schmitt, presidente do grupo, observa que as vendas de geradores no país giram em torno de 5,7 mil unidades por ano. O grupo neste ano elevou as vendas no segmento em 65%, alcançando participação de mercado de 13,5%. "As empresas tendem a buscar alternativas à energia elétrica, sobretudo com fontes menos poluentes." A expectativa do grupo é conquistar 5% do mercado com o gerador a biodiesel dentro de um ano.

Para o primeiro trimestre de 2008, o grupo prepara o lançamento de mini-usinas de biodiesel, à base de óleo de cozinha reciclado. Um restaurante, por exemplo, poderia aproveitar o óleo que descarta para produzir o biodiesel e alimentar os geradores, segundo Schmitt. O grupo, porém, ainda não definiu o porte das máquinas.

Ainda no segmento de energia, a Abadir Distribuidora vai importar a bateria movida à célula de hidrogênio, que substitui as poluentes baterias de chumbo e são utilizadas, por exemplo, em nobreaks. A empresa representará no Brasil a Tyco Electronics. "Dessa forma, vamos oferecer fontes renováveis nas duas etapas de substituição da energia elétrica", afirma Sandra, observando que, em caso de queda de energia, as empresas normalmente utilizam nobreaks (para picos) e geradores (se a falta de energia é dura mais tempo).

O grupo Battistella - administrado pela sua terceira geração - está formado por 11 empresas divididas em quatro segmentos de negócios. Hoje, 57% da receita líquida do grupo (ou R\$ 296,9 milhões) vem da área automotiva. O grupo responde por 16% das vendas de veículos da Scania no país, com 12 concessionárias em Santa Catarina e Paraná. "Foi um ano muito bom para o setor automotivo, especialmente a venda de caminhões", diz Schmitt, que prevê vender até 1,2 mil unidades em 2007, ante 877 o ano passado.

Na área florestal - vocação original do Battistella - o grupo mantém seis empresas que, juntas, respondem por 32% do seu faturamento líquido. Os mais conhecidos são a Battistella Indústria e Comércio, que produz e exporta chapas e revestimentos de madeira, Mobasa e Flobasa - braço agrícola responsável pela produção florestal. "É um dos negócios

mais promissores em resultados, mas dentro de um prazo de 18 a 20 anos", diz Schmitt. O grupo mantém 20 mil hectares de floresta preservada e outros 17 mil hectares de áreas plantadas com pinus.

No segmento de novos negócios, o grupo, por meio da Itapoá Terminais Portuários, investe com a Aliança Hamburg Süd R\$ 423 milhões em um terminal portuário em Itapoá (SC), que deve entrar em operação em 2008 e tem capacidade para movimentar 300 mil contêineres por ano.

### **Forrageira pode ser usada para biodiesel** – Cibelle Bouças – Valor Econômico – Agronegócios - 29/10/2007

A busca frenética por matérias-primas alternativas à soja para a produção do biodiesel trouxe de volta à cena uma forrageira que, na década de 70, foi rejeitada por produtores. A Fundação MS, sediada em Campo Grande (MS), acaba de obter junto ao Registro Nacional de Cultivares (RNC) do Ministério da Agricultura o registro de uma variedade do crambe, planta da família do nabo forrageiro (que já é utilizado para a produção de biodiesel).

Carlos Pitol, pesquisador da Fundação MS, observa que a planta foi introduzida no Brasil na década de 70 como uma opção para cobertura de solo no processo de rotação de culturas, mas não teve aceitação pelos produtores, que preferiram o nabo forrageiro devido à facilidade de manejo. "Com a onda do biodiesel, o crambe voltou a atrair o interesse dos produtores", afirma o pesquisador.

A entidade realiza agora pesquisas para avaliar a economicidade da cultura. Pelos dados obtidos até o momento, o crambe tem produtividade que varia de 1 mil a 1,5 mil quilos por hectare. A planta possui 38% de teor de óleo, praticamente o dobro da soja, e custo de produção entre R\$ 200 e R\$ 300 por hectare. "Enquanto o óleo de soja é vendido entre R\$ 1,60 e R\$ 1,70 o litro, o óleo do crambe tem custo de R\$ 1,20 por litro. É viável", diz Pitol.

Ainda de acordo com o pesquisador, a torta do crambe pode ser utilizada para alimentar o gado bovino, substituindo em parte outros grãos, como a soja. "É uma planta altamente tolerante à seca e tem baixo custo de produção, porque demanda pouco adubo e poucos agroquímicos", diz Pitol. O plantio é feito normalmente entre abril e maio e a colheita é feita 90 dias depois. "A colheita pode ser mecanizada", afirma.

Como o registro junto ao Ministério, a Fundação MS investe agora na multiplicação das sementes para colocar a variedade no mercado já na próxima safra. "Já temos a semente, mas o interesse inicial é multiplicar esse produto para ter maior escala de oferta", observa o pesquisador. Segundo ele, a fundação tem sido procurada por empresas com interesse em fazer parceria para iniciar a produção do crambe. "Fechamos parcerias com alguns produtores para a multiplicação das sementes e a previsão é que as sementes de crambe comecem a ser comercializadas em todo o país a partir de dezembro."(CB)

## **Etanol**

**Usinas aderem ao plano anti-queimada** – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 23/10/2007

A Secretaria Estadual de Meio Ambiente entregou ontem, em São Paulo, o certificado de adesão ao protocolo de conformação ambiental a 79 usinas de açúcar e álcool. As empresas se comprometem a reduzir a queima de canaviais. O protocolo, assinado com o setor em julho, prevê que até 2014 as usinas deverão eliminar a queima em áreas mecanizáveis. Até 2017, a queima deve ser banida das áreas não mecanizáveis. Pela lei atual, os prazos eram maiores: 2021 no primeiro caso e 2031 no segundo.

**Prejuízo já reduz investimentos no álcool** – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – 23/10/2007

**Crescimento acelerado da oferta, custos elevados e falta de reação do consumo freiam aplicações nos EUA e no Brasil - Crédito para o setor fica mais difícil, e rentabilidade, que bateu em 33% nos EUA em outubro de 2006, virou perda de 3% em setembro**

Promessa de lucros certos até o ano passado, a produção de álcool começa a sofrer as dores de um crescimento muito rápido. A oferta superou a demanda mais cedo do que o previsto e os preços recebidos pelo setor já não são remuneradores como no ano passado. Começam os prejuízos.

Esse cenário vale tanto para o Brasil como para os EUA, os dois líderes mundiais na produção e consumo dessa nova alternativa de combustível.

Nos Estados Unidos, onde a produção teve aceleração ainda mais rápida do que no Brasil, vários investimentos estão sendo adiados, algumas usinas pararam as atividades temporariamente e outras diminuíram o ritmo de produção. Até o crédito já ficou mais difícil para os investidores do setor.

Uma das principais empresas a suspender investimentos foi a VeraSun Energy, uma das líderes de mercado. As bruscas mudanças nas condições de mercado levaram a VeraSun a suspender um projeto de produção de 415 milhões de litros de álcool por ano, que estava sendo desenvolvido em Indiana (EUA), conforme comunicado da empresa no início deste mês.

Excesso de produção, demanda estagnada e custos elevados são os fatores responsáveis para essa mudança no cenário no mercado norte-americano, diz Daniela Siqueira, analista da Agência Rural, em Iowa, nos Estados Unidos.

A luz amarela acendeu no setor, mas o que ocorre é apenas uma reorganização. "São dificuldades de percurso, normais e até esperadas após um crescimento que se mostrou explosivo de 2006 para cá", afirma Siqueira, referindo-se aos EUA.

O primeiro sinal concreto de que as coisas não vão bem surgiu no final do mês passado, quando as contas dos produtores norte-americanos de álcool não fecharam. Acostumados a uma rentabilidade de 33% em outubro de 2006, os dados de setembro indicaram perda de 3%. Neste mês, a rentabilidade voltou, mas ainda é muito pequena. "Está zero a zero", afirma Siqueira.

Essa redução de margem de lucro ocorre porque os preços do milho, que representa de 65% a 70% do custo do álcool, dispararam do ano passado para cá. Já o valor do álcool desabou.

Há um ano, o produtor de Iowa, importante Estado dos EUA na produção de grãos, recebia US\$ 2,75 por bushel (25,2 quilos). O galão de álcool, o correspondente a 3,785 litros, mesmo distante dos US\$ 4 do período de maior euforia naquele país, estava a US\$ 1,83, mas ainda era remunerador para as usinas.

No final do mês passado, no entanto, o preço do milho pago ao produtor já estava a US\$ 3,44 e as usinas conseguiram colocar o álcool no mercado por apenas US\$ 1,49. Um outro drama para as usinas foi que o álcool se descolou dos preços do petróleo e tomou caminhos diferentes. O que se esperava é que o petróleo, que continua batendo recordes, puxasse também os preços do álcool, o que não ocorreu.

O motivo básico dessa queda é que a demanda não cresce no mesmo ritmo da oferta, diz Siqueira. Embora exista a promessa de uma substituição de 20% da gasolina pelo álcool, o que está em prática ainda nos Estados Unidos é um programa que estabelece o uso de 7,5 bilhões de galões (28,4 bilhões de litros) até 2012. "Ainda estamos em 2007 e a capacidade de produção já chegou aos 26,2 bilhões de litros", afirma.

Existem outras 73 usinas em construção, com capacidade para produzir mais 24,8 bilhões de litros até 2009.

Não é o fim do álcool nos Estados Unidos, mas o início de uma reorganização, conforme analisa Eitan Bernstein, outro especialista no setor. Já para Siqueira, há muito espaço para o setor crescer, mas primeiro deve fazer ajustes na produção, superar obstáculos na distribuição e conquistar consumidores. "O álcool ainda não conquistou os americanos", diz ela.

No ano passado, os Estados Unidos consumiram 20,4 bilhões de litros de álcool, apenas 4% dos 510 bilhões de litros de gasolina. "Potencial para crescer, portanto, há de sobra", diz.

Um dos grandes obstáculos é que a produção fica no centro dos Estados Unidos, mas o maior consumo de combustível está nas duas costas (leste e oeste) do país. Se na área



de produção os preços do álcool já não são muito atrativos no momento, fica ainda mais difícil elevar o consumo distante dessas áreas de produção.

A definição de uma nova meta de consumo, que passa pelo Congresso dos Estados Unidos, vai sofrer pressões de dois grupos poderosos. De um lado, os defensores dos produtores de milho. De outro, os da produção de ração e de carnes que não estão contentes com a elevação de preços de uma das matérias-primas básicas para esses setores. Entra na batalha, ainda, a indústria automobilística que, com 20% de adição, deverá fazer adaptações nos motores.

#### **BNDES eleva desembolsos para etanol – Valor Econômico – Agronegócios - 17/10/2007**

Os desembolsos do BNDES para projetos de usinas de etanol no país devem alcançar o recorde de R\$ 3,2 bilhões em 2007, informou Armando Mariante, vice-presidente da instituição. O montante é 58,4% superior ao total desembolsado pelo BNDES no ano passado.

Hoje, a carteira ativa do banco reúne 96 projetos de usinas de etanol, que totalizam apoio financeiro de R\$ 11,3 bilhões. Em 2006, cerca de 355 usinas e destilarias estavam em operação e 126 estavam em fase de projeto ou com a construção iniciada. Segundo Mariante, o BNDES prevê a conclusão de 100 novas usinas até 2010 que produzirão mais 8 bilhões de litros de etanol, elevando a produção atual para 26 bilhões de litros por ano.

#### **Furlan no álcool – Valor Econômico – Agronegócios – Colun Curtas – 18/10/2007**

O ex-ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (Mdic), Luiz Fernando Furlan, vai se associar a investidores para criar um fundo de US\$ 700 milhões para fazer aportes em usinas de álcool, informou a agência Bloomberg. Os recursos serão aplicados em três usinas no Mato Grosso do Sul, que deverão entrar em operação em 2012.

#### **Ônibus movido a etanol – Valor Econômico – Agronegócios – Coluna Curtas – 18/10/2007**

O Cenbio (Centro Nacional de Referência em Biomassa), do Instituto de Eletrotécnica e Energia (IEE), da USP, lança terça-feira o primeiro ônibus movido a etanol do Brasil. O veículo faz parte do Projeto Best, que tem como objetivo mostrar a viabilidade do combustível no transporte público urbano.

**Soja encolhe, mas ainda é o carro-chefe** – Ana Paula Grabois – Valor Econômico – Agroengócio - 18/10/2007

Impulsionada pelo grande interesse mundial pelo etanol e ancorado pelo maior consumo interno com a enxurrada de carros flexfuel no mercado, a renda agrícola da cana-de-açúcar encostou na renda da soja no ano passado, segundo a pesquisa de produção agrícola municipal do IBGE.

Em 2006, a participação da cana no valor da produção agrícola brasileira subiu para 17,3%, puxada por municípios produtores do Estado de São Paulo. Em 2005, a fatia foi de 13,8%. "Houve aumento na área plantada de cana e investimentos em novas usinas", disse o analista da coordenação de Agropecuária do IBGE, Carlos Alfredo Guedes.

Depois da escalada, o valor da produção canavieira cresceu 29% em 2006, atingindo R\$ 17 bilhões, em razão da expansão de 8,1% na produção e da alta de preços. Morro Agudo (SP) foi o município a apresentar o maior valor de produção de cana do país.

A pesquisa do IBGE revela, ainda, um forte avanço da área plantada da cana-de-açúcar no Brasil, especialmente em São Paulo, Estado responsável por 59% da produção nacional. "O avanço se deu sobre algumas lavouras e, principalmente, em áreas de pastagens", observou. Entre 2004 e 2006, o Estado perdeu 174 mil hectares de outras lavouras e aumentou a área de cana em 332 mil hectares. Movimento semelhante ocorreu em Minas, onde os canaviais cresceram 97 mil hectares e as outras lavouras ocuparam 176 mil hectares a menos.

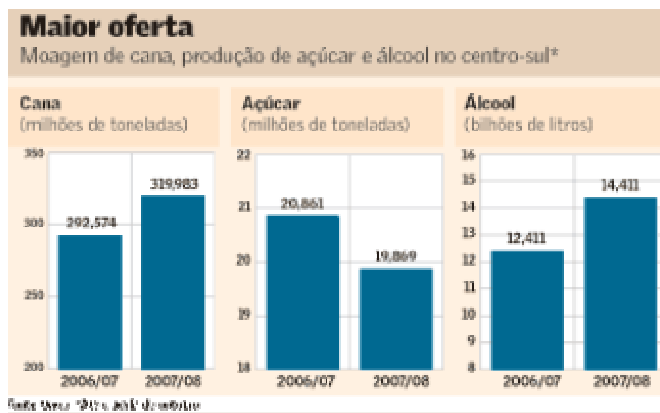
Para os técnicos do IBGE, a expansão da área plantada de cana no Brasil foi facilitada, em parte, pelos baixos preços internacionais da soja e pelas condições climáticas desfavoráveis nas principais regiões produtoras, o que deixou diversos produtores endividados.

Apesar disso, a soja encerrou 2006 ainda como carro-chefe da agricultura brasileira, mas com participação de 18,8% no valor da produção nacional. Em 2005, o percentual foi de 22,8%. (APG)

**Seca afeta produção de cana da safra 2008/09** - Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios - 18/10/2007

O longo período de estiagem no centro-sul do país, que arrefeceu apenas no fim de setembro, depois de durar cerca de 60 dias, deverá provocar perdas para a próxima safra da cana, a 2008/09.

A quebra na região está estimada em 5% e deve resultar em 10 milhões a 12 milhões de toneladas de cana a menos no total a ser colhido no próximo ciclo. "A seca acelera a colheita, mas afeta o desenvolvimento da soqueira da cana", afirmou Antonio de Padua Rodrigues, diretor-técnico da Unica (União da Indústria da Cana-de-Açúcar).



Apesar da estimativa de quebra, o volume de produção para 2008/09 deverá superar o da safra atual, uma vez que cerca de 30 novos projetos de usinas deverão entrar em operação no ano que vem, de acordo com Padua.

Neste ciclo, a colheita está estimada em 415 milhões de toneladas, 11% mais que na safra anterior. Até o dia 1º de outubro, a colheita no centro-sul do país atingiu 77,1% do total previsto, com moagem de 319,9 milhões de toneladas, 9,4% acima do mesmo período da temporada passada.

A produção de álcool atingiu 14,411 bilhões de litros até o início do mês, aumento de 16,1% em relação ao mesmo período da safra passada. O volume de açúcar soma 19,869 milhões de toneladas, 4,8% a menos na mesma comparação, o que comprova que a safra está mais "alcooleira" - o etanol deverá representar 54,31% mix.

Levantamento da Unica mostra que 17 novas usinas, de um total previsto de 19, entraram em operação nesta safra. Duas delas, uma em São Paulo e outra no Centro-Oeste, não conseguiram a tempo a licença ambiental para dar início às operações.

O final da colheita de cana está previsto para novembro. Das 258 usinas do centro-sul, três já pararam a moagem. "São unidades pequenas", afirmou Padua.

De abril a setembro, as vendas de álcool ficaram em 7,579 bilhões de litros, aumento de 29,9% em relação ao mesmo período anterior. Apesar das vendas de setembro serem inferiores a agosto em 5,5%, o volume negociado no mês passado supera em 26,9% o mesmo mês da safra anterior. As exportações de açúcar e álcool também continuam aquecidas.

A queda dos preços do álcool e do açúcar continua preocupando as usinas. Mas o segmento está longe de viver uma crise. "A expansão, com novas usinas, não mostra isso [a crise]", disse Padua. A Unica espera recuperação dos preços dos produtos na entressafra. Neste momento, boa parte das usinas está se desfazendo de seus estoques para gerar caixa.

**Etanol vai servir de exemplo ao combustível vegetal** - Maurício Capela – Valor Econômico – Empresas - 23/10/2007

A corrida pelo desenvolvimento do bioquerosene, combustível de origem vegetal que poderá disputar os tanques dos grandes aviões com a convencional querosene de aviação, ainda não desembarcou nas planilhas de custos das grandes companhias. Mas só a simples possibilidade de o produto tradicional ganhar um rival já chama a atenção de analistas de mercado e também dos centros acadêmicos de pesquisa.

"Tecnicamente, não consigo ver grande dificuldade na conversão dos óleos vegetais em bioquerosene. A questão é econômica", afirma o professor Luiz Augusto Horta da Universidade Federal de Itajubá, localizada no Estado de Minas Gerais.

De fato, o professor tem alguma razão. Mesmo sem saber qual será o caminho dos preços dos biocombustíveis, o que inclui o querosene vegetal, os fabricantes do produto vão precisar responder a duas questões antes de iniciar sua produção. A primeira diz respeito a quantidade de energia que será demandada para transformar o óleo vegetal em bioquerosene. E a segunda é descobrir se será mais rentável usar o óleo para produzir o bioquerosene ou para o biodiesel, por exemplo.

A equação não é simples, mas Lucas Brendler, analista de Investimentos da Geração Futuro Corretora, arrisca um palpite. Para Brendler, é impossível imaginar que o querosene vegetal não ganhe algum subsídio para que seja inserido na matriz energética.

"Talvez, aconteça no bioquerosene o mesmo que ocorreu no mercado brasileiro de etanol. Acredito também que o tempo de aprendizado poderá ser bastante semelhante", afirma ao Valor.

Apesar de promissor, por ter inclusive um forte apelo ambiental, o bioquerosene não é um produto para agora. "Os testes ainda são incipientes. Acho que poderá levar uma década ou até 15 anos para que ele efetivamente entre em operação", diz Brendler.

Contudo, o analista da Geração Futuro Corretora não duvida que o preço do bioquerosene deverá sofrer constante comparação com o querosene de aviação tradicional. Haverá, na sua opinião, uma análise bastante criteriosa da estrutura de custos.

Hoje, por exemplo, o galão de querosene de aviação aproxima-se dos US\$ 2,42. No dia 1º de outubro deste ano, o produto custava US\$ 2,28 por galão.

Os altos preços do combustível para aviação refletem também a escalada dos valores internacionais do barril de petróleo. Ontem, na Bolsa Mercantil de Nova York, o produto do tipo WTI para novembro deste ano foi negociado a US\$ 87,56, queda de US\$ 1,04. Já na Bolsa Internacional do Petróleo de Londres, o barril do tipo Brent para dezembro foi vendido a US\$ 83,27, baixa de 52 centavos de dólar.

Depois de várias sessões em alta, onde chegou a ser cotado próximo dos US\$ 90 em Nova York, o petróleo recuou ontem, porque há um temor de que haja redução no crescimento econômico mundial. Em outras palavras, isso diminuiria a demanda por energia no futuro próximo.

Além disso, a commodity também refletiu o arrefecimento das tensões entre os guerrilheiros curdos e os turcos na fronteira entre o Iraque e a Turquia. Essa indicação faz o mercado acreditar que a extração de petróleo iraquiana não sofrerá interrupção. **(Com agências internacionais)**

**Petróleo em alta e ecologia estimulam o bioquerosene** - Patrícia Nakamura – Valor Econômico – Empresas - 23/10/2007

Limitar a emissão de poluentes na atmosfera e reduzir a dependência dos combustíveis fósseis. A partir do ano que vem a indústria aeronáutica e as companhias aéreas vão intensificar os esforços para resolver essa delicada equação, promovendo os primeiros testes com bioquerosene. O novo combustível, de origem vegetal, está sendo desenvolvido por pelo menos uma dezena de empresas de biotecnologia ao redor do planeta. Uma delas é a cearense Tecbio, pioneira na produção de biocombustíveis e que possui convênio com a Boeing e com a Nasa desde meados do ano passado. A empresa está negociando uma parceria semelhante com a brasileira Embraer. A adoção do bioquerosene poderá movimentar bilhões, entre o cultivo da matéria-prima, construção de usinas de refino e logística. Fabricantes de turbinas como Pratt-Whitney e Rolls Royce também integram os estudos mundiais.

De acordo com a International Air Transport Association (IATA), as despesas com o querosene de aviação (QAV) em 2007 somarão US\$ 132 bilhões em todo o mundo, e responderão por 28% dos custos operacionais das companhias aéreas. Com o preço do petróleo acima dos US\$ 85 o barril, o setor teme que nos próximos anos esse peso possa ser ainda maior. O consumo de combustível neste ano deve bater na casa dos 100 bilhões de litros - para encher o tanque do colossal A 380, da Airbus, maior avião de passageiros do mundo, são necessários 310 mil litros de QAV. A queima de todo esse querosene faz a aviação civil ser responsável pela emissão de 500 milhões de toneladas de dióxidos de carbono, ou 2% das emissões globais, segundo estudo da Organização da International Civil Aviation Organization (ICAO). A previsão da entidade é de que o tráfego aéreo deverá crescer a uma taxa anual média de 4,6% até 2025, o que aumentaria ainda mais a fatia de responsabilidade na origem do aquecimento climático.

A Boeing programou dois testes em 2008, em parceria com a inglesa Virgin Atlantic e a Air New Zealand. Por e-mail, o departamento de meio ambiente da área de aviação comercial da Boeing informou que serão utilizados dois modelos 747-400. Uma das quatro turbinas do aparelho será totalmente movida a bioquerosene, enquanto as demais utilizarão o querosene comum. Os vôos não terão passageiros a bordo e servirão para medir o desempenho do combustível vegetal. A companhia americana não informou quanto está investindo no projeto.

Segundo o engenheiro químico Ayres Filho, coordenador do projeto de desenvolvimento tecnológico do bioquerosene da Tecbio, a expectativa é começar a utilizar o combustível daqui a cinco anos, misturado ao QAV. "Provavelmente os tanques vão contar com apenas 10% de bioquerosene, mas o percentual poderá subir ao longo do tempo", afirmou o pesquisador. Um dos atuais entraves à adoção do bioquerosene é a falta de lavouras e de usinas para a produção em larga escala do combustível.

Vegetais como palma, babaçu, soja, entre outros, estão sendo avaliados pelos pesquisadores ao redor do mundo. Brasil, Estados Unidos e Ásia lideram as pesquisas e cada um deve adotar matriz própria para produção em massa, de forma a reduzir os custos com o transporte do combustível. Mas todos eles devem receber o crivo da IATA para serem utilizados. Como será produzido em quantidade reduzida, o novo combustível poderá ter preços elevados nos primeiros anos. "Não haverá uma especificação única", disse Filho. A Tecbio é presidida pelo engenheiro químico Expedito Parente, dono da primeira patente mundial de um bicomcombustível.

Os testes preliminares, feitos em laboratório, mostram que a performance de um motor é cerca de 10% menor quando movido totalmente a bioquerosene. Associado ao QAV, esta perda se mostra bem menor - e, até ser adotado oficialmente, os pesquisadores poderão fazer aprimoramentos no combustível. Já os níveis de emissão chegam a ser entre 40% a 60% inferiores em comparação ao QAV, de acordo com Ayres Filho. Para a realização dos testes, a Boeing exigiu que os aviões não tenham nenhuma mudança estrutural. "O ideal é utilizar o bioquerosene tanto em aeronaves novas como nas mais antigas", afirmou a Boeing.

No Brasil, os primeiros testes com o bioquerosene começaram na década de 80 e foram realizados pela Força Aérea Brasileira (FAB), mas foram deixados de lado, segundo Ayres Filho.

A brasileira Embraer está se preparando para realizar seus testes nos próximos doze meses, de acordo com Satoshi Yokota, vice-presidente Executivo de Desenvolvimento Tecnológico e Projetos Avançados. A empresa produz o Ipanema, primeiro avião movido a álcool. Há dois anos, a companhia realizou testes para avaliar a adoção do combustível em suas demais aeronaves, mas os resultados não foram satisfatórios. "A queima de combustível foi 30% superior em comparação ao QAV, o que inviabilizaria seu uso". Em termos práticos, um aparelho da empresa, capaz de fazer um voo sem escalas entre São Paulo e Paris, seria obrigado a fazer uma escala na África para seguir viagem. "O consumo de combustível e a eficiência do voo são fatores cruciais observados pelas companhias aéreas", afirmou. O executivo não quis detalhar se serão realizados voos experimentais ou se os testes se limitarão à bancada dos laboratórios.

Segundo Yokota, a adoção do bioquerosene não é suficiente para a redução de emissões de poluentes. Ele lembra que as melhorias tecnológicas das aeronaves e o melhor gerenciamento do tráfego aéreo devem ser considerados. "Há um esforço monumental do setor para amenizar essa questão ambiental."

### **Oferta elevada derruba preço da cana – Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios - 23/10/2007**

Os preços da cana entregue pelos fornecedores do centro-sul do país às usinas devem recuar 30% nesta safra, para algo em torno de R\$ 35 por tonelada, de acordo com a Organização de Plantadores de Cana da Região do Centro-Sul do Brasil (Orplana). Segundo Manoel Ortolan, presidente da Orplana, o excesso de oferta de matéria-prima derrubou os preços.

Na safra 2006/07, a tonelada da cana estava em torno de R\$ 51. A expectativa é de que os preços caiam ainda mais na safra 2008/09, quando novamente a produção deve ser recorde no país. Nesta safra, a 2007/08, a produção brasileira está estimada em 470 milhões de toneladas, alta de 9,8% sobre o ciclo anterior, de 427 milhões de toneladas.

A maior oferta de cana também afeta os preços do álcool. As cotações atuais estão em torno de R\$ 0,58 o litro, abaixo dos custos de produção.

No mercado, já há preocupação com a possível redução de oferta do combustível na entressafra. A Única (União da Indústria da Cana-de-Açúcar) estima que o consumo de álcool nos quatro meses da entressafra tem de ficar em 1,2 bilhão mensais. Em setembro, o consumo ficou em 1,3 bilhão de litros e deve superar 1,5 bilhão de litros em outubro, conforme estimativas do mercado, por conta dos baixos preços do álcool nas bombas.

Para Antonio de Padua Rodrigues, diretor técnico da Única, a elevação dos preços na entressafra deverá ajustar para baixo o consumo. Caso isso não ocorra, não haverá oferta suficiente para atender à demanda.

Ontem, a Única formalizou o protocolo agroambiental com 79 usinas do centro-sul, no qual as empresas se comprometem a promover a produção sustentável do etanol. Esse protocolo faz parte de um dos 21 projetos ambientais estratégicos do governo do Estado de São Paulo.

Até 2014, 100% das usinas deverão mecanizar a colheita em áreas mecanizáveis e até 2017 em áreas não-mecanizáveis.

Com o fim das queimadas em São Paulo, cerca de 180 mil cortadores deverão perder emprego. Mas, segundo a Secretaria de Agricultura do Estado e a Única, cerca de 70 mil deverão ser reaproveitados nas áreas agrícolas e industriais com outras funções, com remuneração maior, sobretudo para operar máquinas.

Segundo a Única, a demanda por máquinas agrícolas para cana deverá crescer com o maior índice de mecanização no Estado. (MS)

### **Toyota defende modelo híbrido e questiona etanol - Marli Olmos – Valor Econômico – Empresas - 24/10/2007**

O etanol pode servir bem como opção de combustível no Brasil, onde a oferta é vasta. Mas não em países com limitação do fornecimento, segundo indicam declarações dos executivos da Toyota. A montadora não parece disposta a estimular o governo japonês a importar o produto. O maior fabricante de veículos do Japão, segundo no mundo atrás apenas da americana General Motors (GM), prefere concentrar seus esforços nos carros híbridos, tecnologia que já adota há 10 anos.

"Nós pensamos no uso do etanol, mas, para isso, teríamos que trazer todo o produto do Brasil. A energia que estaríamos economizando aqui no Japão seria, por outro lado, gasta ao ter que trazer o produto de fora", sustenta o responsável pelas vendas de veículos da marca Toyota da divisão Américas, Sunichi Nakanishi.

Durante uma apresentação sobre energia a um grupo de jornalistas de vários países, na segunda-feira, o responsável geral pela área de projetos da companhia, Ryuji Yamaguchi, explicou que a Toyota quer experimentar todo o tipo de energia alternativa.

"Mas alguns tipos de combustíveis, como os biocombustíveis, são difíceis de usar porque há limitações de fornecimento", disse o executivo. "Somente mercados com estrutura de fornecimento, como o Brasil, podem usar o etanol", acrescentou.

Mais tarde, no mesmo dia, Yamaguchi informou ao Valor que para o Japão a Toyota concorda com a mistura de álcool em até 10% na gasolina. "Também estamos considerando uma situação em que o fornecimento seja expandido. Pensamos em desenvolver o carro certo para cada mercado e, portanto, nossa posição não significa que vamos parar de investir no desenvolvimento dos modelos movidos a etanol", disse o executivo.

Durante sua apresentação, Yamaguchi saiu em defesa dos modelos híbridos, uma bandeira que parece direcionar o pensamento de todos os executivos da companhia no Japão. "A tecnologia híbrida é a tecnologia do futuro."

Numa ação que antecedeu o movimento de outras montadoras, a Toyota já testa a venda de carros híbridos nos mercados do Japão e Estados Unidos há 10 anos. E com relativo sucesso.

Essa é a idade do modelo Prius, um carro de tamanho médio, produzido na fábrica de Tsutsumi, instalada na área da cidade chamada também de Toyota, na região industrial próxima a Nagoya, no centro do Japão. Nessa fábrica, uma das mais produtivas da companhia, de onde sai um carro a cada minuto, 70% da produção do Prius é exportada. Outros cinco modelos são produzidos nessa unidade.

Divulgar o desenvolvimento dos híbridos se transformou quase numa obsessão dentro da montadora japonesa. Atualmente, a empresa já tem oito modelos híbridos em sua linha. Mas as vendas se concentram nos mercados americano e japonês, onde o poder aquisitivo é mais alto. A tecnologia ainda é cara, mas Yamaguchi diz que, com o aumento da escala, poderá se tornar mais acessível.

O híbrido tem um sistema inteligente que alterna o uso de baterias e gasolina. Numa velocidade mais baixa, as baterias entram em ação. Quando o veículo demanda mais potência do motor para aumentar a velocidade, a gasolina é usada. Esse movimento serve, inclusive, para recarregar as baterias.

Hoje, no híbrido disponível no mercado, o funcionamento elétrico só pode ser alternado com gasolina. Mas Yamaguchi diz que no futuro a tecnologia poderia receber a parceria do acionamento elétrico com outros tipos de combustível e energia.

Desde o lançamento do Prius, em 1997, a Toyota já vendeu um milhão de carros híbridos. Os planos daqui para a frente são ambiciosos. Já no ano passado, dos 7,92 milhões de carros da marca vendidos em todo o mundo - 1,69 milhão no Japão - , 313 mil foram modelos híbridos. A meta para este ano é chegar a 430 mil, segundo o porta-voz Hideki Fujii. A empresa definiu como meta chegar em 2010 com a produção anual de 1 milhão de unidades de híbridos. **A repórter viajou a convite da Toyota**

**Maior refinaria do mundo pode investir em açúcar no Brasil** - Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios - 24/10/2007

A Al Khaleej Sugar Co., a maior refinaria de açúcar do mundo, estuda investir em uma usina de açúcar no Brasil. O empresário Jamal Al Ghurair, dono e diretor da refinaria, disse que a intenção é exportar toda a produção do açúcar demerara e VHP (Very High Polarization) para Dubai, nos Emirados Árabes Unidos, onde fica sua usina. Lá, o açúcar brasileiro seria reindustrializado. "Esses investimentos, contudo, ainda estão em estudo", diz o empresário.

A companhia ainda não tem atividades no Brasil. O grupo, assim como boa parte das refinarias sediadas no Oriente Médio, é importador de açúcar brasileiro.

Considerado um dos empresários mais ricos do açúcar, Jamal Al Ghurair fala pouco e não dá muitos detalhes sobre a estratégia de sua gigante refinaria. A Al Khaleej Sugar entrou em operação em 1995. Hoje, processa em uma única unidade cerca de 1,5 milhão de toneladas de açúcar. A expectativa é industrializar de 2,4 milhões a 2,5 milhões de toneladas de açúcar em 2008. "Exportamos boa parte do açúcar branco para vários mercados da Ásia e Oriente Médio", informa.



Na contramão da maioria dos empresários nacionais e estrangeiros que estão fazendo pesados investimentos no etanol, Al Ghurair disse que não tem interesse no mercado de agroenergia. "Não é o meu foco de negócios", resume.

O mercado de açúcar branco ganhou novos contornos no mercado internacional após a União Européia ter perdido em 2004 processo na Organização Mundial do Comércio (OMC), movido pelo Brasil, Austrália e Tailândia, que questionaram a política de subsídios do bloco ao açúcar. Com isso, a UE vai deixar de exportar de 3 a 4 milhões de toneladas de açúcar branco no mercado internacional, dando espaço a outros países.

Boa parte das refinarias de açúcar está sediada no Oriente Médio. Na Síria, a Crystalsev e a Cargill anunciaram um investimento em uma refinaria em parceria com produtores locais para refinar um milhão de toneladas de açúcar.

Segundo Al Ghurair, que participou da 7ª Conferência de Açúcar e Álcool da Datagro ontem, as refinarias do Oriente Médio têm capacidade para processar este ano 8 milhões de tonelada de açúcar e podem chegar a 11 milhões nos próximos anos.

#### **Odebrecht investe mais US\$ 1 bi em usinas - Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios - 24/10/2007**

A ETH Bionergia, braço de agroenergia do grupo Odebrecht, vai investir US\$ 1,05 bilhão na construção de três usinas de açúcar e álcool, desta vez, no Estado do Mato Grosso do Sul. O Valor apurou que duas unidades serão construídas na cidade de Nova Alvorada do Sul e a terceira em Nova Andradina. No mês passado, o grupo anunciou um investimento do mesmo porte para a construção de três plantas sucroalcooleiras em Goiás.

Com mais esse novo investimento, o grupo já soma oito unidades de açúcar e álcool, entre projetos "greenfield" (construção) e usinas em operação, desde que fez sua estréia no setor sucroalcooleiro este ano.

As três usinas que serão construídas no Mato Grosso do Sul deverão processar 5 milhões de toneladas cada uma. Cada planta deverá receber aporte de cerca de US\$ 350 milhões. Essas três usinas vão produzir açúcar e álcool e vão co-gerar energia a partir do bagaço de cana, assim como o projeto anunciado em Goiás.

Uma das unidades de Nova Alvorada do Sul deverá entrar em operação na safra 2009/10 e a outra em 2010/11. Já a planta de Nova Andradina entrará em operação na safra 2011/12.

Além dos investimentos no Brasil, o grupo Odebrecht também vai construir uma usina de açúcar e álcool em Angola em parceria com a estatal de petróleo Sonangol e empresários do país africano. Esse investimento será feito pela construtora Norberto Odebrecht, não pelo braço de agroenergia ETH.

O diretor estratégico da ETH Bioenergia e o presidente da ETH Bioenergia, Eduardo Pereira de Carvalho, e Clayton Hygino Miranda, respectivamente, confirmaram as informações, mas não deram mais detalhes sobre os novos projetos.

Com esses projetos consolidados, o grupo processará nas usinas localizadas em Mato Grosso do Sul e Goiás 30 milhões de toneladas de cana. Em maio deste ano, a companhia adquiriu a usina Alcídia, em Teodoro Sampaio (SP), e quase dois meses depois anunciou a construção de sua segunda unidade, na região de Pontal do Paranapanema, em parceria com o empresário Alexandre Cândido de Paula, sócio da Reebok Fitness e um dos controladores da ACP Agropecuária.

Esses dois projetos paulistas têm capacidade de processamento de 8 milhões de toneladas. Isso significa um processamento total de 38 milhões de toneladas de cana, quando todas as usinas estiverem operando em plena capacidade. Também fará da ETH Bionergia um dos três maiores processadores de cana-de-açúcar do país.

Até 2015, o grupo pretende controlar pelo menos 10 unidades produtoras de açúcar e álcool. Nos planos da empresa estão novos investimentos na região do Pontal do Paranapanema em São Paulo, onde o grupo já tem duas unidades. Essa região é considerada uma das áreas com forte expansão em São Paulo.

Quando anunciou sua entrada no setor sucroalcooleiro, o grupo Odebrecht afirmou que investiria pelo menos US\$ 5 bilhões em usinas. Estima-se que quase 60% deste valor já foi aplicado em projetos. Desde o ano passado, a Odebrecht estudava entrar em um terceiro segmento de negócios. Em 2006, a Odebrecht faturou R\$ 24 bilhões, dos quais R\$ 16,5 bilhões vieram da petroquímica Braskem (70% da receita) e R\$ 7,4 bilhões da CNO (30%).

A entrada do grupo no setor se deu por meio da associação com os executivos Clayton Hygino Miranda, ex-Coimex Trading, e Eduardo Pereira de Carvalho, ex-presidente da União da Indústria da Cana-de-Açúcar (Unica), quando os dois criaram a empresa CZRE, que foi incorporada pela Odebrecht.

#### **Usina de bioetanol – Valor Econômico – Agronegócios – Coluna Curtas – 25/10/2007**

O presidente Lula participa da inauguração da usina piloto de etanol celulósico da Petrobras. O etanol será obtido a partir do bagaço de cana e do farelo de mamona. As pesquisas foram desenvolvidas pela estatal e a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

#### **Família Biagi fortalece área de bens de capital - Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios - 29/10/2007**

A família Biagi, controladora da Santelisa Vale, resultado da fusão entre as usinas Santa Elisa, de Sertãozinho (SP), e Vale do Rosário, de Morro Agudo (SP), está reestruturando seus negócios de bens de capital, hoje divididos entre as empresas Sermatec e Renk Zanini, ambas especializadas em equipamentos para usinas de açúcar e álcool.

Estimulados pelo bom desempenho do setor sucroalcooleiro, os Biagi vão reativar a Zaci (Zanini Comércio Internacional), uma trading voltada para exportações de equipamentos sucroalcooleiros. A estratégia da família também prevê a fusão das duas empresas - Sermatec e Renk Zanini - ou a criação de uma holding, que teria sob seu guarda-chuva as indústrias de bens de capital da companhia, segundo Marcelo Taparelli, diretor superintendente das duas indústrias. O objetivo do grupo é abrir o capital da nova empresa ou da holding, uma vez definido o modelo de união.

Fundadas em 1976, a Sermatec, de Sertãozinho (SP), e a Renk Zanini, de Cravinhos (SP), registraram nos últimos três anos forte incremento das vendas por conta do boom de novos investimentos no segmento, com projetos de construção e ampliação de usinas pipocando em todo país.

Neste ano, a Sermatec - especializada em difusores (para extração de sacarose para a produção de açúcar e álcool) e caldeiras para co-geração de energia - deverá acumular

vendas de R\$ 1,1 bilhão, 31% mais que no ano passado. Já a Renk Zanini, tradicional fabricante de moendas, tende a fechar 2007 com vendas de R\$ 150 milhões, um aumento de 16% na mesma comparação.

A atual carteira de vendas das duas empresas soma R\$ 1,67 bilhão, incluindo dez projetos de usinas "chave na mão" com entrega prevista até 2010. Dessas dez usinas "chave na mão" (entregues ao cliente prontas para operar), quatro são da Santelisa Vale. Do total encomendado, sete plantas serão entregues até 2008 e outras três até 2009.

Já o processo de reativação da trading está prestes a sair do papel. O grupo está se associando à empresa de engenharia HPB (High Pressure Boiler), de Sertãozinho, que terá participação minoritária na Zaci. Conforme Taparelli, a decisão de reativar a trading reflete a aquecida demanda por equipamentos no exterior, sobretudo na América Central e no Caribe. Nos últimos dois anos, Sermatec e Renk Zanini exportaram 14 projetos de cogeração de energia para essas regiões.

Assim como a Dedini Indústria de Base, líder do ramo, Sermatec e Renk Zanini encararam forte crise nos anos 90, por conta dos baixos investimentos do setor sucroalcooleiro. À época, o grupo buscou diversificar sua atuação e começou a produzir equipamentos também para as áreas de mineração, cimento e papel e celulose. Atualmente, o setor de açúcar e álcool representa 70% dos negócios. "Agora, com as boas perspectivas para o setor sucroalcooleiro para os próximos anos, estamos definindo o foco dos nossos negócios", diz Taparelli.

Com a estratégia de união, a família Biagi tentará fortalecer Sermatec e Renk Zanini, que têm posições consolidadas no mercado. "Temos interesse em nos associar com empresas com expertise em tecnologia para ampliarmos o nosso leque de produtos", afirma o executivo. Além da associação com a HPB, as empresas já mantêm parceria com a americana The Babcock and Wilcox Co. para projetos de fabricação de geradores de vapor de alta pressão.

O último passo do caminho trilhado pelos Biagi neste segmento, que é a abertura de capital do resultado da união entre suas duas empresas, ainda está em fase embrionária. "Estamos analisando, mas não temos ainda um banco mandatário para realizar a abertura de capital", afirma Marcelo Taparelli

### **Mandioca doce é nova opção para etanol - Cibelle Bouças – Valor Econômico – Agronegócios - 29/10/2007**

A estatal Embrapa identificou, em meio às suas pesquisas como fontes alternativas de energia, uma variedade de mandioca ideal para a produção de etanol, mas que hoje não é produzida em escala comercial. Nativa da região amazônica, a variedade é conhecida como mandioca doce e tem como diferencial o fato de produzir açúcar em vez de amido.

No país, algumas empresas realizam tentativas com o etanol de mandioca. Entre 1978 e 1983, a Petrobras produziu o combustível em uma destilaria no Maranhão, que hoje produz álcool a partir do babaçu. Empresários pernambucanos também anunciaram neste ano investimento em micro-destilarias com álcool de mandioca naquele Estado.

De acordo com Manuel Cabral, coordenador-geral da Embrapa Recursos Energéticos e Biotecnologia, as indústrias adotam um processo químico para quebrar as moléculas de amido da mandioca e convertê-las em açúcar para, em seguida, fazer a fermentação, que converte o açúcar em álcool. "Esse processo exige o uso de enzimas que

são muito caras. A vantagem da mandioca doce é que ela dispensa a primeira etapa e, por isso, o custo industrial é menor".

A variedade, mais arredondada e com aparência similar à batata-doce, é pesquisada pela Embrapa desde 1999. Neste ano, a estatal iniciou os testes de campo em diferentes regiões do país para avaliar a sua adaptabilidade a diferentes condições de clima e solo. "Em laboratório, já produzimos o melaço, que é bastante semelhante ao melaço da cana. Agora vamos produzir o etanol em laboratório", diz. A expectativa, segundo ele, é obter os primeiros resultados dos testes de campo já no próximo ano. "Como é uma variedade nativa e não-transgênica, a liberação para uso comercial será simples".

Ainda na área de energia limpa, a Embrapa desenvolve variedades de cana-de-açúcar transgênicas resistentes à seca e tolerantes a insetos e pragas. A expectativa da estatal é que as novas variedades cheguem ao mercado dentro de seis anos.

Além da mandioca e da cana, a Embrapa negocia com países da África a importação de oleaginosas que apresentam resistência natural à seca. O objetivo é avaliar a sua adaptação no Brasil para a produção de matérias-primas voltadas a biocombustíveis.

## POLÍTICA DE BIOCMBUSTÍVEL

### **Biodiesel**

**Projeto incentiva produção de biodiesel em duas regiões de Minas – Sítio Eletrônico da Contag – 31/10/2007**

A Contag participou na tarde desta terça-feira (30) de uma reunião com o deputado Leonardo Monteiro (PT/MG) para discutir a implantação de um projeto para produção de biodiesel nos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri, em Minas Gerais. A reunião na Câmara dos Deputados também contou com a presença de representantes da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Banco do Brasil, Ministérios da Agricultura e da Integração Nacional e empresários.

O projeto deve envolver esses integrantes no desenvolvimento de toda a cadeia produtiva: estudos técnicos, plano de negócios e mobilização de agricultores. Cerca de 10 mil famílias de 30 municípios dos Vales devem ser envolvidas na produção do Biodiesel. "Nós esperamos que com essa participação do empreendedor e com a iniciativa dos produtores rurais nós vamos dar andamento a esse projeto. Com isso, dar uma contribuição importante para criar uma política de geração de emprego e renda nos Vales e um passo a mais no Programa Nacional do Biodiesel", afirma Leonardo Monteiro.

A idéia é construir uma usina de biodiesel de médio porte na região dos Vales. O projeto deve envolver recursos da ordem de R\$ 70 milhões. "O diagnóstico que nós temos na região é que em função da qualidade das terras, da organização do povo e do comprometimento dos segmentos organizados da sociedade o Vale tem uma vocação para a produção do Biodiesel", considera o secretário de Administração e Finanças da Contag, Juraci Souto.

Segundo Juraci, que é do Vale do Jequitinhonha, a Contag se sensibilizou com o projeto por que a idéia é considerar o agricultor familiar como protagonista. "O deputado está encaminhando essa proposta de uma forma consciente em que os agentes que estão construindo o projeto são importantes. Mas, acima de tudo, ele está considerando a região e os agricultores familiares como protagonista." \*Angélica Cordova -Agência Contag de Notícias

#### **As incertezas do biodiesel - Celso Ming – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 27/10/2007**

Ontem, os preços do petróleo saltaram para novo recorde histórico. O barril de 159 litros chegou a ser negociado em Nova York por US\$ 92,22, 44% acima da sua cotação do início deste ano.

A cada galope desses, cresce a urgência para que se garanta a oferta de combustíveis alternativos. No caso do biodiesel, embora falem só três meses para o início da mistura obrigatória ao diesel, as dúvidas sobre sua viabilidade econômica continuam fortes.

Pelos levantamentos da Agência Nacional do Petróleo (ANP) há hoje no Brasil 42 plantas produtivas, cuja capacidade de produção é de 1,8 bilhão de litros por ano, mais do que suficiente para suprir os 840 milhões de litros necessários para a adição de 2%, determinada por lei para 2008.

Essa grande capacidade é fonte de pressão para que o governo antecipe, de 2013 para 2010, a adição de biodiesel de pelo menos 5% na mistura carburante.

No entanto, dos 890 milhões de litros comprados antecipadamente em leilões pela ANP, somente 260 milhões de litros foram entregues pelos produtores.

Por trás do sumiço está o desvio de altas quantidades de milho americano para produção de etanol e o crescente consumo asiático de grãos, responsáveis pela alta dos preços da soja, matéria-prima da qual o programa brasileiro está fortemente dependente.

Nos primeiros leilões de biodiesel realizados pela ANP os preços ficaram em torno de R\$ 1,90 por litro. Para os dois próximos leilões (novembro e dezembro), os preços serão mais altos. Se o diesel é vendido nas bombas a R\$ 1,85 em média, então a adição de 2% de biodiesel irá encarecer o produto para o consumidor - como o ministro de Minas e Energia, Nelson Hubner, já admitiu.

Pelos cálculos de Isabel Dias, coordenadora de projetos do Pólo Nacional de Biocombustíveis, o aumento do preço nas bombas será de 1 centavo de real por litro. Mas pode ser mais, dependendo dos preços da soja nos mercados.

Quem acompanha o setor concorda que a soja precisa ser substituída por outras matérias-primas. Mas isso esbarra na forma equivocada com que o governo trata o programa. Ainda mistura razões econômicas com programas sociais, porque descuida da necessidade de escala e racionalidade logística nas lavouras familiares de mamona e dendê. São culturas que se têm mostrado inviáveis para o objetivo proposto.

Para Univaldo Vedana, da empresa BiodieselBr, essas oleaginosas devem ser trocadas por girassol, canola ou nabo forrageiro, que podem ser plantados em áreas que ficam ociosas durante a safra de inverno.

A Associação Brasileira das Indústrias de Biodiesel (Abiodiesel) tem defendido o uso do pinhão-mansão, oleaginosa não usada na alimentação, cujo teor de óleo é de 42%, enquanto o da soja é de 18%.

Mas aí também sobram dúvidas. O pesquisador da Embrapa Semi-Árido Marcos Drummond adverte que ainda não se pode garantir a viabilidade econômica do pinhão-mansão. 'Suas características nutricionais são uma incógnita, seu sistema de cultivo ainda não é dominado e não há registro de defensivos contra as pragas que atacam a espécie.'

São questões que o governo terá de resolver rapidamente se realmente quiser garantir o sucesso do programa.

**Confira** - Comprado em real - Na edição desta semana, a respeitada revista inglesa The Economist afirma que um dos campeões do investimento global, o esperto Warren Buffett, 'tem comprado a moeda brasileira'. Qual será o impacto dessa informação sobre o câmbio brasileiro das próximas semanas?

Segura peão - O sucesso das ações da Bovespa Holding acontece quando cresce a onda das aplicações em mercados emergentes. A Índia acaba de restringir o acesso de estrangeiros à sua bolsa. O Brasil não pode fazer isso. Tem cerca de 50 ações negociadas em Nova York.

**Reunião discute no MS ações com foco no biodiesel** – Sítio Eletrônico do MDA - 16/10/2007

A Delegacia Federal do Ministério do Desenvolvimento Agrário no Mato Grosso do Sul (MDA/MS) realizará duas reuniões para avaliar ações já efetuadas com foco na cadeia de oleaginosas para a produção de biodiesel. A primeira delas acontece nesta quarta-feira (17), em Sidrolândia, onde há a maior concentração de assentamentos no estado. A segunda está marcada para quinta-feira (18), no município de Ponta Porã, onde estão situados alguns dos maiores assentamentos do país (Itamarati I e II).

Representantes de empresas que atuam na área de produção de biocombustíveis na região, da Fetagri/MS, dos sindicatos dos trabalhadores rurais, dos agricultores familiares e assentados da reforma agrária dos dois municípios foram convidados a participar.

“Estamos fazendo a aproximação das empresas com os agricultores familiares para melhorar o arranjo de produção e compra das oleaginosas. Com isso, estamos inserindo no processo de produção vários agricultores familiares e assentados da reforma agrária”, explica Celso Arruda, delegado federal do MDA/MS. A perspectiva é também de aumento no número de contratos de prestação de assistência técnica e de área de plantio no estado.

Desenvolvido a partir de fontes renováveis de energia livre de enxofre, o biodiesel é produzido a partir de sementes de oleaginosas como mamona, dendê, girassol, babaçu e algodão.

**Selo Combustível Social** - As empresas envolvidas no processo são a Granol S/A e a Ponte di Ferro. As duas possuem o Selo Combustível Social, criado pelo Governo Federal para estimular a produção de biodiesel e a inclusão social da agricultura nessa importante cadeia produtiva.

Com o recebimento do Selo, as indústrias produtoras têm direito a desoneração de alguns tributos. Em contrapartida, deverão garantir a compra, por meio de contrato, de no mínimo 10% da produção advinda da agricultura familiar. “Com isso, o produtor terá uma possibilidade a mais de gerar renda”, complementa Arruda.

Além da compra da produção, as empresas também se comprometem em prestar assistência técnica aos agricultores familiares e assentados para a produção das oleaginosas.

**Apoio da Embrapa** - Após as duas reuniões, o delegado Celso Arruda, juntamente com o consultor da Secretaria da Agricultura Familiar (SAF/MDA), Roberto Terra, está programando uma visita à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) de Dourados (MS).

O objetivo da visita é acompanhar o andamento de um convênio entre a Embrapa e o MDA para a criação de um banco de produção de sementes. O banco fornecerá gratuitamente sementes de oleaginosas para os agricultores familiares e assentados da reforma agrária da região.

Seminário debate geração de energia alternativa em áreas rurais isoladas – **Sítio do MDS – 16/10/2007**

Possibilitar o debate sobre a geração de energias alternativas, como instrumento de inclusão social e desenvolvimento sustentável em áreas rurais de difícil acesso. Este é o objetivo do *Seminário Agroenergia e Desenvolvimento de Comunidades Rurais Isoladas* que começa nesta quarta-feira (17/10), em Brasília. Promovido pelo Instituto

Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), pelo Fórum Permanente de Desenvolvimento Rural Sustentável e pelo Programa Luz para Todos, do Ministério de Minas e Energia, o seminário se estende até quinta (18).

A abertura será às 8h30, seguida de palestra inaugural, sobre Agroenergia e Desenvolvimento Territorial no Brasil, proferida pelo professor John Wilkinson (Universidade Federal do Rio de Janeiro), e coordenada pelo representante do IICA no País, Carlos Américo Basto. Está prevista ainda a realização de seis painéis: Estado da arte do conhecimento técnico-científico sobre a temática do evento no Brasil; Segurança Alimentar e Produção de Agroenergia; Impactos ambientais da produção de agroenergia; Os desafios da geração de agroenergia em áreas isoladas: regulação, tecnologia e gestão; Articulação das políticas de desenvolvimento territorial e agroenergia; Superando os desafios da universalização da energia elétrica nas áreas rurais isoladas.

Representando o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), estará presente o diretor da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN), Crispim Moreira, que participa do painel Articulação das políticas de desenvolvimento territorial com a política de agroenergia, previsto para a manhã do segundo dia. Além dele, foram convidados o secretário do Programa Luz para Todos, Ronald Schuck; o secretário de Desenvolvimento Territorial, Humberto Oliveira; o secretário de Agricultura Familiar, Adoniram Peraci; e o secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável, Egon Krakhecke.

Os demais temas contarão também com a participação de representantes nacionais e internacionais de instituições públicas e privadas, universidades, centros de pesquisa, movimentos sociais e terceiro setor.

Para iniciar os debates sobre o assunto, o IICA realizou três jornadas e promove um fórum virtual, aberto a todos os interessados, no portal do Instituto pelo link: [www.iicaforumdrs.org.br/forum](http://www.iicaforumdrs.org.br/forum). **Hoje (16) é o último dia em que as inscrições podem ser feitas**, bastando o preenchimento da ficha de inscrição disponível abaixo e envio para os endereços eletrônicos [patricia.porto@iica.int](mailto:patricia.porto@iica.int) e [rodrigo.germano@iica.int](mailto:rodrigo.germano@iica.int). Mais informações pelos números: (61) 2106-5417 ou 2106-5429 ou pelo site:

[www.iicaforumdrs.org.br](http://www.iicaforumdrs.org.br)

Para a realização do seminário, o Instituto Interamericano teve a parceria da Secretaria de Agricultura Família (SAF), do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Embrapa, Ministério da Ciência e Tecnologia e Petrobras. A relatoria do Curso de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA).

### **SERVICO**

***Seminário Agroenergia e Desenvolvimento de Comunidades Rurais Isoladas***

**Data:** 17 e 18 de outubro de 2007 (quarta e quinta)

**Local:** Auditório do térreo do Ministério de Minas e Energia – Bloco U - Esplanada dos Ministérios – Brasília (DF)

**Informações para a imprensa**

*Júnia Almeida*

*(61) 3433 1052*

*ASCOM / MDS*



**Usinas pedem à ANP que altere regras para distribuir biodiesel** - Cibelle Bouças – Valor Econômico – Agronegócios - 23/10/2007

A União Brasileira do Biodiesel (Ubrabio) solicitou à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), em audiência pública realizada no Rio, mudanças nas regras para entrega do biodiesel que será vendido nos próximos leilões da Petrobras, num total de 1,6 bilhão de litros.

Conforme Diego Ferrés, presidente do conselho administrativo da Ubrabio, uma das propostas do setor é limitar a participação das empresas a 50% de sua capacidade, autorizada pela ANP.

"As empresas autorizadas somam 2 bilhões de litros. Se cada uma negociar a metade, haverá 1 bilhão de oferta para o primeiro leilão, de 800 milhões de litros e não haverá concentração como nos leilões passados", afirmou. A Ubrabio também pediu que as empresas possam antecipar a entrega para garantir a oferta, em caso de atrasos por outras usinas, respeitando os volumes arrematados nos leilões. Outra proposta é a realização de leilões em 2008 para negociar volumes que porventura não sejam entregues pelas usinas no prazo. A ANP avaliará as propostas em cinco dias.

**Sob pressão, governo legaliza plantio do pinhão-manso** - Cibelle Bouças e Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios - 24/10/2007

A explosão do plantio de soja transgênica no fim dos anos 90 forçou o governo legalizar o seu plantio. Agora o mesmo acontece com o pinhão-manso. Pressionado por produtores e usineiros, o governo vai alterar a legislação para que a produção comercial de sementes e mudas seja legalizada.

A Lei nº 10.711/03) estabelece que somente variedades de plantas inscritas no Registro Nacional de Cultivares podem ser produzidas em escala comercial. No caso da soja, por exemplo, há mais de 400 variedades inscritas. Como o pinhão-manso não era utilizado para produção comercial, ainda não tinha o registro e, por isso, há cerca de 45 dias, uma carga de 10 toneladas foi apreendida no Mato Grosso. "Isso motivou os produtores a pedirem uma solução ao governo, que afinal é o que mais defende o plantio do pinhão-manso para biodiesel", afirma Mike Lu, presidente da recém-criada Associação Brasileira dos Produtores de Pinhão-Manso (ABPPM).

Sob pressão política, o Ministério da Agricultura aceitou inscrever a planta no Registro Nacional de Cultivares, mesmo sem estudos sobre a origem genética da cultura. No entanto, o pinhão foi inscrito como espécie, e não como variedade ou cultivar. A produção ficará condicionada à assinatura de um termo de compromisso entre produtores e processadores e depende do crivo da Consultoria Jurídica do Ministério da Agricultura.

"O problema é que não existem estudos sobre o pinhão-manso no Brasil. Hoje não sabemos sequer quais são as variedades disponíveis", afirma Marcos Drummond, pesquisador da Embrapa Semi-Árido. Segundo ele, estudos internacionais afirmam que a planta pode produzir 8 mil quilos por hectare, mas estudos feitos pela Embrapa apontam uma produtividade média de 1,1 mil quilos por hectare com irrigação. "Houve muita pressão pelo governo para que a Embrapa desse aval ao plantio, mas o que podemos dizer até agora é que a planta tem potencial, mas ainda falta saber qual a melhor variedade e a melhor maneira de cultivá-lo", diz Drummond.

Álvaro Nunes Viana, diretor de Fiscalização de Insumos Agrícolas do ministério, pondera que o artigo 47 da Lei de Sementes permite a inscrição como espécie. "Há limitações ao plantio. Não tem um sistema, a maturação não é uniforme e há risco de disseminação de pragas e doenças. Não podemos ficar omissos, em nome do interesse público, e também não podemos endossar totalmente".

O acordo político patrocinado pelo ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, prevê um plano de monitoramento para garantir critérios de cultivo. "A Embrapa e a Epamig vão aproveitar para obter dados para o sistema de cultivo", diz Viana. "Temos que alertar para os riscos de um fracasso", afirma.

De acordo com a ABPPM, enquanto o quilo de soja (que rende 200 ml de óleo) é vendida a R\$ 0,67 em média, o quilo da semente de pinhão-manso custa R\$ 0,30 e gera em torno de 400 ml de óleo bruto. Conforme dados da Embrapa, a área plantada com pinhão-manso no país saltou de 500 hectares em 2006 para 20 mil neste ano. E a previsão é aumentar para 50 mil hectares no próximo ano, o que exigiria uma produção adicional de 300 toneladas de sementes.

## **Etanol**

**Scania vai testar ônibus a etanol em SP** – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 18/10/2007

Será lançado na USP no próximo dia 23 o ônibus movido a etanol prometido pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante visita à Suécia, em setembro. Os testes do veículo, fabricado pela Scania, serão coordenados pelo Centro Nacional de Referência em Biomassa (Cenbio). Modelos similares já circulam na capital sueca, Estocolmo, desde 1989. A atual frota paulistana é de 14,8 mil ônibus, a maioria movida a diesel.

**Na lavoura de cana, 27 pessoas em 2 cômodos** – Estado de São Paulo – Nacional – 21/10/2007

Trabalhadores foram aliciados em PE, MA e PI e vivem em meio a esgoto

Num casebre na área rural de Sebastianópolis do Sul, a 510 km de São Paulo, 27 pernambucanos, maranhenses e piauienses dividem há seis meses dois cômodos com beliches improvisados e um único banheiro. Todos foram aliciados por agentes que prometeram casa, comida e emprego temporário nas lavouras de cana no interior paulista.

José da Silva - nome fictício -, de 28 anos, e cinco trabalhadores haviam acabado de chegar ao alojamento na manhã de quarta-feira passada, depois de 12 horas de trabalho na madrugada num canavial, quando a fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego e da Procuradoria Regional do Trabalho apareceu. Foi a primeira blitz em São Paulo depois que a União retomou as operações contra o trabalho escravo no País, suspensas desde 22 de setembro. Foram fiscalizadas seis usinas e dois fornecedores de cana da região de São José do Rio Preto. Dois alojamentos acabaram fechados e 45 trabalhadores, transferidos para novos abrigos.

Do lado de fora do casebre, o esgoto corria a céu aberto. Filhotes de porco transitavam livremente ora na cozinha ora no esgoto, fuçando nos restos de comida. “Temos encontrado situações como essa em várias regiões do Estado”, disse o auditor fiscal João Batista Amâncio. Apesar da precariedade, cada trabalhador paga R\$ 32 de aluguel. A viagem de três dias até São Paulo custou R\$ 260 e foi descontada do salário. A alimentação também fica por conta própria. Com todos as despesas, Silva diz sobrar muito pouco dos R\$ 720 que recebe todo mês.

Nos canaviais, a precariedade é ainda maior. Os migrantes têm de cumprir jornada inegociável: 12 horas de trabalho para cortar ao menos 200 metros de canavial, se quiserem ganhar R\$ 30 por dia. Muitos contam que os equipamentos de segurança não têm sido repostos. Dificilmente, entretanto, eles resistem a sete, oito meses de colheita.

O piauiense Silva, que nunca tinha trabalhado num canavial, não conseguiu. Teve dia em que cortou o equivalente a R\$ 3 e pediu para mudar de tarefa. Virou “bituqueiro” (recolhe caules de cana aproveitáveis e que não foram cortados o suficiente). “Pensei que fosse mais fácil, mas é ruim do mesmo jeito. No escuro a gente quase não consegue ver.”

Reclamação dá demissão por justa causa, como ocorreu recentemente com sete pernambucanos. O caso é investigado pelo Ministério Público do Trabalho. “Iria embora agora se tivesse dinheiro para o ônibus. Conheci dois cabras que tinham vindo pra cá, mas não disseram que era assim. Eu vou contar”, diz Silva.

### **Agroenergia é tema da I Conferência Nacional que acontece em Curitiba - Luciane Bosenbecker – Sítio Eltrônico da Fetraf – 26/10/2007**

A Fetraf-Sul (Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar) discute a importância da soberania alimentar e energética durante a I Conferência Nacional sobre Agroenergia, que ocorre em Curitiba (PR), de 28 a 31 de outubro.

A primeira Conferência Popular sobre Agroenergia é uma iniciativa dos movimentos camponeses, ambientalistas e de trabalhadores, com o objetivo de criar um espaço popular e independente de debate e proposição sobre os rumos das políticas nacionais de promoção da agroenergia. A Conferência propõe-se também a analisar o contexto internacional e nacional e as forças que impulsionam a expansão do modelo agroexportador, de energia e recursos naturais, que impacta os povos em seus territórios e o ambiente do qual dependem para viver.

São esperadas 700 pessoas de todo o Brasil e da América Latina, entre dirigentes e representantes destes movimentos, formadores de opinião, formuladores de políticas públicas e atores que estão protagonizando a construção de alternativas energéticas descentralizadas e compatíveis com a construção de um modelo político de soberania popular sobre os territórios.

**SP teve quase 60% da produção de cana em 2006** – Janaína Lage - Folha de São Paulo – Dinheiro – 18/10/2007

DA SUCURSAL DO RIO - O Estado de São Paulo respondeu por 58,8% da produção de cana-de-açúcar em 2006, segundo dados da Pesquisa Agrícola Municipal, do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Houve um crescimento de 5,6% em relação ao ano anterior.

Segundo o IBGE, a demanda crescente por álcool nos mercados interno e externo influenciou o preço do produto. Houve um aumento de 29,1% no valor da produção de cana, que atingiu R\$ 17 bilhões em 2006. Já em volume, a produção cresceu 8,1% e chegou a 457,2 milhões de toneladas.

São Paulo possui a maior produtividade média do país, com 81.936 quilos por hectare.

Entre os Estados, Minas Gerais apresentou a maior taxa de crescimento na produção de cana, com 26,9%.

O Estado de São Paulo representa um quinto do valor da produção agrícola no país. Além de concentrar 58,8% da produção de cana, responde por 79,7% da produção de laranja. "É um Estado com concentração de produtos de valor mais elevado", afirmou Carlos Alfredo Guedes, técnico da Coordenação de Agropecuária do IBGE.

De 2004 a 2006 houve um aumento de 545.562 hectares para a cana-de-açúcar. No ano passado, a área total de cana atingiu 6 milhões de hectares. Apesar da expansão, o IBGE afirma que para 2008 o ritmo de crescimento pode ser menor em razão dos preços abaixo das expectativas. (JANAINA LAGE)

**Projeto de lei reduz proteção à Amazônia, afirmam ONGs** – Folha de São Paulo – Ciência – 20/10/2007

DA REDAÇÃO - O projeto de lei em tramitação no Congresso que permite recuperar com dendê áreas desmatadas na Amazônia é uma ameaça à integridade dos ecossistemas e, na prática, reduz a proteção legal à floresta. A opinião é de nove organizações ambientalistas, que estão exigindo a revisão da proposta.

O substitutivo ao PL 6.424, que deve ser votado nos próximos 15 dias em duas comissões na Câmara dos Deputados, muda o Código Florestal Brasileiro, lei que prevê que 80% da área de propriedades rurais na Amazônia deva ter a floresta preservada. O código determina, ainda, que produtores rurais cuja propriedade tenha sido desmatada além do limite devam recuperar a reserva legal plantando espécies nativas ou comprando áreas com floresta para ampliação de unidades de conservação.

O projeto que altera a lei, proposto pelo senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), com um anexo do ex-deputado José Thomaz Nonô e substitutivos do deputado Jorge Khoury (DEM-BA), prevê que até 30% da reposição florestal possa ser feita por meio do plantio de espécies exóticas de palmeira para aproveitamento comercial.

Ou seja, em vez de reflorestar, o proprietário poderá plantar dendê, planta usada na produção de biodiesel.

"Na prática, esse dispositivo significa a redução da reserva legal na Amazônia para 50%, pois o uso de espécies exóticas reduz as funções ecossistêmicas das florestas nas propriedades privadas", afirmam as ONGs, em uma análise do texto legal.

Segundo os ambientalistas, "a proposta, tal como apresentada, contribui para a redução da cobertura florestal em um momento em que surgem os primeiros sinais de um aumento nos índices de desmatamento".

O projeto foi encaminhado pelo presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia (PT-SP), à Comissão de Agricultura, que pediu para analisá-lo. O Ministério do Meio Ambiente quer ganhar tempo e votá-lo juntamente com mecanismos que incentivem a produção em áreas degradadas.

**O etanol: vale mais quem Deus ajuda?** – Rogério Cezar de Cerqueira Leite – Folha de São Paulo – Opinião – 21/10/2007

### **ROGÉRIO CEZAR DE CERQUEIRA LEITE**

EM VERDADEIRA cruzada, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva espalha por este mundo afora a palavra redentora: "etanol".

E, de fato, o Brasil detém a mais desenvolvida tecnologia para o processamento da cana-de-açúcar e 300 milhões de hectares de terras adequadas ao plantio da cana não ocupadas por culturas de qualquer natureza ou por qualquer bioma ecologicamente sensível, protegido ou não por legislação de qualquer natureza. O uso de 10% dessas terras seria suficiente para substituir 10% da gasolina do mundo, o que é equivalente a quase o triplo da produção brasileira de petróleo. O potencial nacional é, portanto, imenso. Mas eis que, em contraste com a entusiástica peregrinação do presidente, o governo empaca como uma mula rabugenta.

Já em 2005, o Prêmio Nobel Alan MacDiarmid, em visita ao Brasil, afirmou que perderíamos a liderança no setor do etanol em poucos anos. Muitos especialistas do mundo inteiro concordam. Isso ocorreria apesar de o Brasil continuar dispondo de vantagens comparativas naturais, tais como "solaridade", regime de chuvas e disponibilidade de terras férteis. Qual é o mistério, então? Como ousam esses cientistas arrogantes denegrir nossa competência para competir num campo em que nos considerávamos e éramos tão bem-sucedidos?

Pois bem, eles tinham razão. Vejamos. A cana madura, além de água (aproximadamente 50%), apresenta dois terços de sua massa na forma de fibras (material lignocelulósico) e um terço como açúcar, que, por fermentação, é transformado em álcool. Despontam tecnologias ditas de hidrólise que permitem converter o material lignocelulósico em açúcar. Ora, existem várias espécies agrícolas (milho, capim elefante, eucalipto etc.) que apresentam a mesma produtividade em biomassa por hectare que a cana. Como consequência, três são as possibilidades para o futuro.

1) As tecnologias de hidrólise não se tornam comercialmente viáveis. Assim, tudo fica como está e o etanol brasileiro mantém sua hegemonia.

2) A tecnologia de hidrólise é aplicada no Brasil e no exterior. O Brasil perde, em grande medida, sua predominância. Outros fatores, tais como logística, poderão vir a prevalecer.

3) A hidrólise é usada no exterior, e o Brasil, seja pela natural reação do empresário a mudanças tecnológicas radicais, seja por indolência e incompetência governamental, deixa de usá-la. Como consequência, o etanol brasileiro perde competitividade.

O governo e o empresariado brasileiros atuam em consonância com a primeira hipótese. Nada mudará neste melhor dos mundos possíveis. Recusam o ensinamento da história, que mostra repetida e inequivocamente que prevalece quem tem a melhor tecnologia, e não quem detém condições naturais vantajosas.

Os americanos se enquadram, muitos deles, na segunda categoria. Também é a posição de muitos pesquisadores e técnicos brasileiros. As tecnologias de segunda geração estão chegando, e o melhor que o Brasil pode fazer é se apropriar delas. E não há alternativa, senão um expressivo e sustentado esforço em pesquisa própria. A terceira hipótese nos parecia até recentemente inverossímil. Mas eis que uma série de acontecimentos -e omissões- indicam que não estamos tão longe assim de perder tanto o mercado externo ainda por desenvolver quanto o próprio mercado.

O governo federal atribuiu a duas entidades a missão do desenvolvimento tecnológico, Embrapa e Petrobras. Ora, a Petrobras acaba de assinar convênio com a Novozymes, o que só pode ser compreendido como desistência de desenvolver e produzir enzimas para hidrólise e, com isso, assinar um pacto de dependência tecnológica permanente.

A enzima é o gargalo financeiro para a hidrólise. A atitude da Petrobras é um enigma, tanto mais que, em nível laboratorial embora, já se produzem enzimas para tais fins no Brasil.

Além disso, o esforço tecnológico dessa empresa é pífio. Meia dúzia de uns três ou quatro gatos pingados não conseguem montar um pequeno reator comprado. A Embrapa, por outro lado, optou por uma organização que deverá coordenar pesquisas inexistentes nas 33 unidades que detêm. Dois anos após a manifestação de MacDiarmid, os

EUA, além de incrementar as várias organizações de pesquisa de que já dispunha, criaram três novos institutos, com um orçamento total de US\$ 250 milhões.

Enquanto isso, continuamos discutindo se vamos ou não criar uma organização de P&D para o etanol e não tomamos nenhuma decisão quanto a planejamento e logística. Como se vê, têm razão os americanos, podem eles sempre contar com a preguiça e a inércia de um povo que acredita que vale mais quem Deus ajuda do que quem cedo madruga.

ROGÉRIO CEZAR DE CERQUEIRA LEITE , 76, físico, é professor emérito da Unicamp (Universidade Estadual de Campinas) e membro do Conselho Editorial da **Folha** .

**Verba para energia limpa precisa dobrar** – Eduardo Geraque – Folha de São Paulo – Ciência – 23/10/2007

**Relatório apresentado por comitê de cientistas pede investimento de US\$ 18 bi por ano a partir de 2012 para "limpar" planeta**

**Para José Goldemberg, coordenador da pesquisa, Brasil deveria ser bem mais rigoroso com sua política de eficiência energética**

*O físico José Goldemberg, da Universidade de São Paulo, que coordenou a produção do estudo*

As grandes economias do mundo têm até 2012 para começar a investir US\$ 18 bilhões por ano em energia limpa -o dobro do que se gasta hoje-, se quiserem montar um cardápio energético mais sustentável.

A estimativa faz parte de um relatório divulgado ontem, feito por 15 especialistas de vários países, a pedido do InterAcademy Council, órgão que reúne as principais academias de ciência do mundo. José Goldemberg, físico da USP, é um dos coordenadores do estudo.

"O relatório é técnico. Não tem nada de político. O documento mostra o que deve ser feito para que se possa ter uma matriz mais sustentável, o que ajuda também na questão da mudança climática", disse o especialista em energia à **Folha**. Tanto o álcool brasileiro quanto a energia nuclear são tecnologias aprovadas, mas com ressalvas (leia texto à direita).

O texto já foi apresentado tanto ao ministro de Ciência e Tecnologia do Brasil, Sergio Rezende, quanto ao primeiro-ministro chinês, Wen Jiabao. O outro coordenador do estudo é Steven Chu, cientista de origem chinesa radicado nos Estados Unidos. A proposta agora é fazer a ONU (Organização das Nações Unidas) abraçar a idéia. Basicamente, explica Goldemberg, a eficiência energética e uma maior distribuição de energia são os grandes desafios das próximas décadas.

"Os países desenvolvidos, e também o Brasil, têm muita gordura para queimar em termos de energia, sem prejudicar a qualidade de vida das pessoas", afirma o pesquisador. Os dados do relatório ajudam a ilustrar algumas discrepâncias em termos de consumo energético. Os norte-americanos precisam de 14 megawatts/ hora por ano para sobreviverem. Os europeus conseguem manter seus padrões de vida usando metade disso.

Considerada o grande problema energético do planeta devido a seu crescimento acelerado à base de carvão, a China também tem cura: só modernizando suas termelétricas, o gigante asiático cortaria 30% das suas emissões.

"No Brasil, por exemplo, o governo deveria criar medidas mais eficazes de eficiência energética", concorda Goldemberg. Para o professor, assim como ocorre na Califórnia (EUA), deveriam ser criadas exigências mais rígidas para os fabricantes de eletrodomésticos. "Por que não estabelecer limites de consumo para geladeiras ou lâmpadas?"

O mercado global de carbono também é apontado como uma solução para a crise energética. Os créditos de carbono poderiam bancar parte do desenvolvimento tecnológico necessário para "limpar" o planeta, mas com um porém: o preço da tonelada de carbono deveria ser de US\$ 27 a US\$ 41 (hoje ele está mais perto de US\$ 10).

**Luz para todos** - Segundo o brasileiro, o outro assunto delicado é o dos chamados excluídos energéticos.

"Temos no mundo hoje 2,6 bilhões de pessoas que não têm acesso à energia elétrica ou geram energia apenas a partir de métodos arcaicos, como a queima de madeira." De acordo com Goldemberg, colocar essas pessoas no mercado energético não só é possível como também não vai causar tanto impacto no clima: a "inclusão energética" custaria apenas US\$ 50 bilhões e aumentaria as emissões de carbono de 1% a 2%.

**Biocombustível é aprovado com ressalvas** – Eduardo Geraque – Folha de São Paulo – Ciência – 23/10/2007

DA REPORTAGEM LOCAL - O estudo do InterAcademy Council, batizado "Iluminando o Caminho", coloca os biocombustíveis em evidência, assim como a energia nuclear. Mas as duas tecnologias foram aprovadas com ressalvas.

No caso do álcool brasileiro, explica José Goldemberg, pesquisador da USP e um dos coordenadores do estudo, a saída em termos científicos é investir em pesquisas que consigam extrair o combustível a partir da celulose. Isso daria um rendimento energético até dez vezes maior. "A queima da cana, por exemplo, gera poluição atmosférica regional. E ainda existe o risco da pressão sobre as florestas." O uso da energia nuclear, apesar de Goldemberg ser contra, também foi abordado. "O problema é como evitar o uso militar e o que fazer também com o lixo atômico." (EG)



**Ônibus movido a etanol é testado em São Paulo** - Aduari Antunes Barbosa – O Globo –  
Ciência – 24/10/2007

Veículo que reduz emissões de gases do efeito estufa em até 80% vai circular por um ano

SÃO PAULO. Um ônibus movido a etanol, que circulará para testes pelas ruas de São Paulo durante um ano, foi lançado ontem como grande esperança para reduzir os níveis de poluição da cidade e ajudar a combater o aquecimento global.

De acordo com o projeto, o veículo reduz em até 90% a emissão de material particulado na atmosfera; em 80% a emissão de gases do efeito estufa; e em 62% a emissão de óxidos de nitrogênio. Além disso, não emite enxofre, o causador da chuva ácida.

O prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab, ficou entusiasmado com a proposta.

— Fiz um apelo para que as empresas coloquem pelo menos dez veículos em circulação até o começo do próximo ano, para que tenhamos maior avaliação de resultados. São Paulo precisa de tecnologia que não polua e isso vem ao encontro da nossa expectativa de melhoria da qualidade de vida e combate à poluição.

Um dos principais entraves para viabilizar o uso dos ônibus movidos a etanol é o custo operacional, de 7% a 10% mais elevado do que o dos veículos a diesel. Essa diferença poderia ser compensada, de acordo com o professor José Roberto Moreira, presidente do Conselho Gerenciador do Centro Nacional de Referência em Biomassa (Cenbio) da Universidade de São Paulo (USP), com isenções fiscais tanto para o combustível quanto para os ônibus.

— Esse percentual entre 7% e 10% é um custo relativamente pequeno se comparado ao ganho ambiental — comparou José Roberto.

O ônibus será testado entre Jabaquara e São Mateus a partir de dezembro e deve rodar cerca de 300 quilômetros por dia. De acordo com o gerente de Desenvolvimento da Empresa Metropolitana de Transporte Urbano (Emtu) de São Paulo, Márcio Schettino, o corredor que liga as zonas leste e sul da capital paulista tem as condições ideais para o teste.

— Esse corredor é um verdadeiro laboratório. Ele permite uma velocidade média de 25 quilômetros por hora, mais que o dobro da velocidade normal em outras áreas. Isso reduz à metade o tempo do teste — disse.

Parte de um projeto para demonstrar a viabilidade do uso do etanol no transporte coletivo de grandes cidades, o teste de São Paulo faz parte do projeto do Cenbio, que já investiu R\$ 1,6 milhão em pesquisas.

O ônibus movido a etanol é o principal foco do projeto Bioetanol para o Transporte Sustentável (Best na sigla em inglês), implantado desde 1990 pela prefeitura de Estocolmo, na Suécia, onde há uma frota de cerca de 600 veículos circulando com o combustível brasileiro.

### **Bioetanol tem dois projetos paralelos – O Globo – Economia – 27/10/2007**

Petrobras e ministério pesquisam o combustível de forma separada

Além da Petrobras, uma rede de mais de cem cientistas no Brasil estuda a produção de etanol com bagaço de cana e outros resíduos agrícolas, como os da madeira. O projeto tem exatamente o mesmo nome do desenvolvido pela companhia petrolífera: bioetanol, e também é custeado com dinheiro público.

A verba vem do Ministério da Ciência e Tecnologia.

Mas as pesquisas não se cruzam: andam em paralelo.

A professora Elba Bon, coordenadora do Laboratório de Tecnologia Enzimática do Instituto de Química/UFRJ e coordenadora científica da Rede de Bioetanol da Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação, diz que o principal agora é produzir em escala, no Brasil, as enzimas que permitem separar as moléculas de açúcar desses resíduos agrícolas: — Outros países, como a Dinamarca, já produzem essas enzimas em escala industrial.

E vendem caro.

Se a enzima for importada para tirar o etanol do bagaço da cana, o custo do litro do álcool é de US\$ 2.

Pelo método de extrair o álcool diretamente da cana, o custo é de US\$ 0,20.

A Petrobras assinou acordo com a multinacional Novozymes para usar as enzimas dela nas pesquisas.

Mas, segundo a companhia, não há contrato para uso comercial. E as enzimas brasileiras também estão sendo usadas nas pesquisas, dizem os técnicos da Cenpes.

— O momento é de conciliação e de produzir as enzimas em escala no Brasil, para não ficar dependente da oferta externa — diz Elba.

Para a professora, a união das pesquisas é fundamental, já que energia é questão estratégica. E o Brasil tem a vantagem da matéria-prima: — O bagaço é muito melhor para ser usado. (C.A.)

### **Conferência Internacional Debate Biocombustíveis – Sítio Eletrônico do MAPA – 09/10/2007**

**Brasília (09.10.07)** – O secretário de Produção e Agroenergia, Manoel Bertone, representou o ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Reinhold Stephanes, nesta terça-feira (9), na Conferência Internacional de Biocombustíveis, em Brasília.

Em sua exposição, Bertone ressaltou a importância da produção de etanol por meio da cana para a agroenergia do País. “O Brasil gasta uma unidade de energia para produzir oito unidades de energia por meio da cana. Já os Estados Unidos gastam uma unidade de energia para produzir entre 1,3 e 1,8 unidades de energia por meio do milho. Utilizando o milho e subsidiando a produção de etanol de milho, os Estados Unidos, de certa forma, alteraram o comportamento de preços no mercado de grãos. Já o Brasil tem conseguido aproveitar a modificação de preços”, ressaltou.

Bertone disse, ainda, que 20% da produção brasileira de etanol estão nas mãos de investidores internacionais. “Isso significa o aval dos investidores na questão da viabilidade e no sucesso da agroenergia brasileira”, explicou.

De acordo com o secretário, o mercado se desenvolve a partir de três premissas básicas, preço, qualidade e quantidade. “É obrigação do governo garantir ao consumidor esses três fatores, caso contrário, o mercado não se desenvolve.”

O secretário também comentou sua visita à Espanha, realizada na semana passada. “Enfatizei, naquele país, que o Brasil aumentou as exportações de soja, de milho e de proteína vegetal transformada em proteína animal (carne de frango, carne de porco e de gado).”

A Conferência Internacional de Biocombustíveis faz parte da Feira Internacional de Agroenergia, Biocombustíveis e Energias Renováveis (Enerbio), que termina na quinta-feira (11/10), no auditório do edifício Brasil XXI, em Brasília. Os participantes estão discutindo tecnologias, tendências, cenários e perspectivas da agroenergia, do etanol, do biodiesel e do bioquerosene.

### **Agroenergia é tema de debate em Brasília** – Sítio Eletrônico do MDA – 17/10/2007

O secretário de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Humberto Oliveira, participou na manhã desta quarta-feira (17), no auditório do Ministério de Minas e Energia (MME), em Brasília, da abertura do seminário Agroenergia e Desenvolvimento de Comunidades Rurais Isoladas. O evento será encerrado nesta quinta-feira (18).

“Desde a criação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial, sabíamos que a nossa missão era contribuir para o desenvolvimento rural brasileiro e é fundamental o acesso dos que moram na área rural à energia elétrica”, afirmou o secretário do MDA, na abertura do evento. Ele também ressaltou a importância da articulação e integração das políticas públicas.

O seminário é promovido pelo Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), o Fórum Permanente de Desenvolvimento Rural Sustentável (Fórum DRS) e o Programa Luz para Todos, do MME. O evento conta com a parceria do MDA e do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ).

Segundo Carlos Américo Basco, do IICA, o objetivo do evento é colher subsídios tecnológicos, ambientais, sócio-econômicos e organizacionais para aperfeiçoar as estratégias, políticas e projetos de universalização da energia elétrica na perspectiva do desenvolvimento sustentável dos territórios rurais. “Em especial nas áreas isoladas”, salientou.

**Programação** - Nesta quinta-feira (18), às 8h30, o assessor especial da Secretaria de Desenvolvimento Territorial do MDA, Marcelo Duncan, será um dos participantes do quarto painel do seminário. Ele abordará o tema Articulação das Políticas de Desenvolvimento Territorial e de Agroenergia.

Às 11h, o debate será em torno da geração de agroenergia em áreas isoladas e, às 15h, no último painel do seminário, a discussão se pautará pelos desafios da geração da agroenergia em áreas rurais. Participam do encontro pesquisadores nacionais e internacionais, representantes de instituições públicas e privadas, universidades, centros de pesquisa, movimentos sociais e organizações não-governamentais.

### **Agroenergia e Desenvolvimento de Comunidades Rurais Isoladas – Sítio Eletrônico do MDA – 17/10/2007**

O Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura (IICA), o Fórum Permanente de Desenvolvimento Rural Sustentável (Fórum DRS) e o Programa Luz para Todos (do Ministério de Minas e Energia) promovem, nesta quarta (17) e quinta-feira (18), o seminário Agroenergia e Desenvolvimento de Comunidades Rurais Isoladas, em Brasília.

O evento acontece em parceria com a Secretaria da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SAF/MDA) e com a relatoria do Curso de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA), no auditório térreo do Ministério de Minas e Energia (MME), bloco U, na Esplanada dos Ministérios.

O propósito é estruturar um debate abrangente sobre a geração de energias alternativas como instrumento de inclusão social e do desenvolvimento sustentável de áreas rurais isoladas.

A programação do evento prevê uma palestra inaugural e seis painéis com debates sobre os temas: estado da arte do conhecimento técnico-científico sobre a temática do evento no Brasil; segurança alimentar e produção de agroenergia; impactos ambientais da produção de agroenergia; desafios da geração de agroenergia em áreas isoladas: regulação, tecnologia e gestão; articulação das políticas de desenvolvimento territorial e agroenergia; superando os desafios da universalização da energia elétrica nas áreas rurais isoladas.

Convidados nacionais e internacionais, representantes de instituições públicas e privadas, universidades, centro de pesquisa, movimentos sociais e do terceiro setor participarão do encontro.

O IICA realizou três jornadas sobre o tema do seminário e promove um fórum virtual, aberto a todos os interessados, no portal do Instituto pelo link: [www.iicaforumdrs.org.br/forum](http://www.iicaforumdrs.org.br/forum).

## **Condição de trabalho na produção de etanol também é foco de polêmica – Sítio Eletrônico do MST – 29/10/2007**

O cultivo crescente da cana de açúcar levou o Brasil à condição de segundo maior produtor mundial de etanol (12 milhões de toneladas em 2006), mas os impactos socioambientais da atividade permanecem longe da unanimidade.

O documento que alerta para risco da produção de biocombustíveis à segurança alimentar, apresentado pelo relator especial da ONU para o tema, Jean Ziegler, na última Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), em setembro, também associa a condição dos trabalhadores da indústria canavieira no Brasil à escravidão. Afirma que eles chegam a receber apenas R\$ 2,5 por tonelada cortada em condições precárias e por serem registradas centenas de mortes em serviço.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) aponta a atividade ainda como grande devastadora de florestas. “É um modelo de monocultura destruidor, que causa danos irreparáveis ao meio ambiente e restringe a possibilidade de uma reforma agrária ampla e necessária no país”, disse à Agência Brasil a porta-voz do MST, Marina dos Santos.

Para o presidente da Comissão Nacional de Cana de Açúcar da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Edison Ustulin, as críticas têm pretextos comerciais. “O discurso ambiental equivocado está atrelado a pessoas que afetamos na concorrência internacional, pois estamos avançando com segurança, usando tecnologias corretas em áreas de pastagens e degradadas. Um caminho normal em um país que precisa melhorar o uso do solo. Ninguém de bom senso defende mexer com biomas como a Amazônia e o Pantanal”, rebateu Ustulin.

A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) estima uma produção voltada para o etanol de 470 milhões de toneladas de cana-de-açúcar no Brasil em 2007.

Ustulin classifica os casos de mortes de trabalhadores em lavouras canavieiras como fatos isolados: “o contingente de pessoas é muito grande e algumas delas podem sofrer de doenças congênitas que escapem dos exames”. Para ele, os grandes grupos do setor têm consciência de que precisam garantir os benefícios sociais aos empregados. “Quem utiliza mão-de-obra sem registro formal, por intermédio dos agentes conhecidos como gatos, tem que ser punido exemplarmente. O Ministério do Trabalho tem acompanhado com rigor”, avaliou Ustulin.

Representantes dos trabalhadores rurais sugeriram ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no fim de agosto, a criação de um fórum permanente para discutir as condições de trabalho dos bóias-frias, como são conhecidos aqueles que vivem de trabalho temporário na colheita de cana-de-açúcar.

O representante da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) na América Latina, José Graziano, defende um reordenamento da cadeia produtiva do álcool, com maior participação de pequenos agricultores. Tal visão é compartilhada pelo dirigente da CNA. “O Estatuto da Lavoura Canavieira no Brasil prevê que 40% da cana utilizada pelas usinas seja procedente de pequenos produtores, mas o instrumento não tem funcionado de fato, com usineiros trabalhando com 100% de matéria-prima própria”, confirmou Edison Ustulin, para quem o setor encontra-se “à deriva” e precisa de regulação efetiva de mercado para evitar prejuízos que ainda afetariam produtores.

Para Ustulin, não existe o risco de a expansão dos biocombustíveis comprometer a segurança alimentar. “Com o aumento do poder aquisitivo no mundo, as pessoas tendem a

se alimentar menos”, seguindo a cultura de vida saudável, disse. Já o MST, segundo a porta voz Marina dos Santos, “defende que os recursos naturais sejam usados prioritariamente para produção de alimentos e geração de empregos”.

Quanto à proposta de um zoneamento agrícola impositivo no Brasil, recomendada pela FAO, a Comissão de Cana-de-Açúcar da CNA é contra. “O zoneamento tem que ser mesmo indicativo, pois, se não há restrição ambiental, o produtor tem o direito de escolher a atividade produtiva que seja mais rentável, com ou sem crédito oficial. Agora, quem entrar em área proibida deve ser excluído de financiamentos”, defendeu Ustulin.

O MST, informou Marina dos Santos, admite que até 20% das áreas de assentamento sejam utilizadas para produzir matérias-primas de energia, mas sem que a atividade se sobreponha ao cultivo alimentar.

O economista Ignacy Sachs se afirma favorável à produção dos biocombustíveis a partir da agricultura familiar e avalia que o Estado precisa definir critérios e políticas que empurrem a atividade no rumo “virtuoso” e não no “perverso”.

*Fonte: Marco Antônio Soalheiro, Repórter da Agência Brasil*

### **Leonardo Boff abre a 1ª Conferência Nacional Popular sobre Agroenergia – Solange Engelmann – Sítio Eletrônico do MST – 30/10/2007**

Começou no último domingo e vai até quarta-feira, dia 31, a 1ª Conferência Nacional Popular de Agroenergia. Cerca de 700 participantes, entre eles militantes dos movimentos sociais e ambientalistas, agricultores familiares e trabalhadores rurais estão reunidos em Curitiba (PR) para debater propostas e alternativas para a agroenergia.

O teólogo Leonardo Boff foi o responsável pela abertura do evento. Ele conclamou os presentes à luta em defesa do Planeta Terra. “A vida da Terra está nas mãos da cidadania planetária, do elo ético que só unido é capaz de lutar pela vida da terra e da humanidade. Grande parte dos seres humanos não tem vida sustentável, não tem água, comida, dignidade. Não tem acesso aos meios de vida.”

Leonardo Boff criticou o governo que propõe a busca de alternativas dentro do próprio sistema que cria o desequilíbrio atual. “Hoje são pequenos grupos que acumulam todos os meios de vida, não podemos deixar que a vida seja decidida dentro de grandes laboratórios como Syngenta, Cargill e outros.” Em contraposição à política desenvolvida no país, defendeu a “busca de uma alternativa social civilizatória. Ou nós buscamos um novo modelo civilizatório ou a terra continuará sem nós.”

Em sintonia com as palavras de Leonardo Boff, os militantes que o antecederam com a apresentação da mística de abertura, descerraram uma faixa que trazia a seguinte mensagem: “A Humanidade terá que decidir: Constituir uma aliança de luta global para criar novos valores em defesa de toda a diversidade de vida, ou decretar a destruição do Planeta Terra.”

A Conferência se propõe nestes três dias analisar as políticas voltadas para agroenergia e propiciar a organização de um espaço que possibilite a formulação de propostas vindas da sociedade civil organizada. Participam do evento Bautista Vidal, João Pedro Stédile, Lucia Ortiz, Hélio Neves entre outros representantes de movimentos sociais e especialistas.

## **Programação**

### **29/10 SEGUNDA FEIRA**

Manhã

Painel I: Matriz Energética: Contexto Nacional e Internacional. Com Pablo Bertinat / Célio Berman / Bautista Vidal - Moderação: Horácio Martins de Carvalho

Tarde

Painel II: Agronegócio e Agroenergia: conseqüências para o Meio Ambiente, os Trabalhadores e à Soberania Alimentar. Com João Pedro Stédile – MST / Lucia Ortiz – NAT Brasil e FBOMS / Hélio Neves – FERAESP.

Painel III: Debatendo e construindo os conceitos políticos da Soberania Alimentar e Soberania Energética. Com Peter Rosset / Camila Moreno - Moderação: Jean Pierre Leroy.

### **30/10 TERÇA FEIRA**

Manhã

Painel IV: As políticas do Governo Brasileiro, e o papel do Estado nas políticas de Agroenergia. Com Eduardo Dumont / Representante da Casa Civil - Moderação a confirmar. 10-12 h Trabalho em grupos

Tarde

14 h Painel V: Experiências para Soberania Energética. Com apresentação de 6 experiências.

16 - 18h Oficinas de aprofundamento técnico sobre as experiências.

### **31/10 QUARTA FEIRA**

Informes das sistematizações dos grupos do dia anterior  
Trabalho em grupos: debater “Estratégias para Soberania Alimentar e Energética”  
Apresentação da Carta Final da Conferência

16 h – Ato Público de encerramento.

Relação de oficinas a serem apresentadas dia 30/10 das 16h00min às 18h00min:

1. Bioenerrede – Thomas Fendel
2. Mini – usinas de óleo vegetal
3. Cooperbio - MPA- Romário Rosseto – MPA
4. Reutilização de óleo de fritura como combustível;
5. Copercana – Gildo Bratz
6. Crreral – microcentrais hidroelétricas
7. Óleos Vegetais para geração de energia elétrica
8. Assentamento do MST Itapeva
9. Análise ao Modelo de Integração proposto pela Brasil Ecodiesel: município de Floriano (CPT Piauí)
10. Projeto Etanol da Batata-Doce
11. Minhocário
12. Carro Elétrico – Itaipu
13. Feira de Sementes e Alimentos AOPA

**Um velho tema: inflação e agricultura** – José Roberto Mendonça de Barros – Valor Econômico – Opinião - 18/10/2007

Está de volta um velho tema: está a agricultura gerando inflação? Se buscarmos a resposta nos índices de preços dos principais países do mundo, a resposta é não. Como se sabe, nestas regiões utiliza-se o conceito de núcleo da inflação, que resulta da retirada dos elementos voláteis, como energia e alimentos, dos cálculos globais. Na Europa, nos Estados Unidos e no Japão os núcleos de inflação estão estáveis ou em queda, ou seja, as altas recentes das cotações de vários preços agrícolas não contaminaram, pelo menos por hora, a inflação.

A questão a ser respondida a seguir é qual será a possível trajetória dos preços agrícolas para o ano próximo, ou seja, continuaremos a ter preços agrícolas mais elevados em 2008?

Para responder a esta pergunta temos antes que lembrar as causas que colocaram os preços, especialmente de grãos, onde estão hoje. Creio que haverá pouca discordância com relação à seguinte lista: aumento da demanda de alimentos por conta da elevação da renda; quebra de safra, especialmente importante no caso do trigo; elevação na demanda de milho, nos EUA, para a produção de etanol; elevação na demanda por biodiesel, estimulada pelos altos preços do petróleo; a desvalorização do dólar, que pressiona e corrige as cotações nas bolsas de mercadorias; e, finalmente, o contínuo crescimento dos volumes de recursos alocados nos fundos de "commodities".

Nosso argumento básico, após considerar a lista acima, é que os preços agrícolas não continuarão em trajetória ascendente no próximo ano, exceto por distúrbios climáticos que, hoje, não se pode prever. Antes de tudo temos que considerar a resposta da oferta agrícola: no caso do trigo, a safra quebrou de forma importante, no ano em curso, na Austrália, Rússia, Ucrânia e outros lugares, levando as cotações às alturas. É, pois, natural que o plantio cresça na próxima estação, trazendo os preços para patamares mais razoáveis. O próprio mercado futuro assim sinaliza, com as cotações de maio (quando entra o trigo de inverno americano) já muito mais baixas. O mesmo deverá ocorrer com o plantio de soja e milho, especialmente na América do Sul. Por outro lado, o salto na produção de etanol de milho levou a uma derrocada de preços nos EUA, que de quase US\$ 4 por galão no ano passado vieram para US\$ 1,6 nos dias de hoje, o que deverá reduzir a fúria no crescimento da demanda de milho. Como o Brasil já sabe, a construção de uma infra-estrutura de distribuição de etanol leva tempo e custa dinheiro. Da mesma forma, a altura atingida nos preços de óleos vegetais vai desestimular, em certa medida, a demanda de biodiesel. No caso do Brasil, o biodiesel está inviável, exceto para projetos destinados ao consumo no local de produção.

---

**No Brasil, os preços agrícolas estão no topo e devem recuar, mas a forte demanda interna na economia acena para uma inflação não mais decrescente**

---

Em resumo, o processo de elevação da oferta e redução relativa na demanda está em pleno andamento, como é tradicional na agricultura. Ademais, é provável que dentro de poucos meses a desvalorização do dólar seja contida, em virtude do ajuste externo em andamento nos Estados Unidos. Restam, portanto, dos elementos altistas, a elevação da demanda de alimentos, que vai continuar, e a entrada de recursos nos fundos de "commodities". Como já coloquei várias vezes neste espaço, os fundos continuarão a ser elementos decisivos nos mercados futuros. Entretanto, estou convencido que eles nunca vão



contra os fundamentos, mas ampliam as variações positivas ou negativas pelo tamanho de suas posições. Em outras palavras, nenhum mercado será persistentemente altista contra os fundamentos. Por outro lado, é a atuação dos fundos que abre possibilidades maiores de "hedge" para os produtores.

Em conclusão, a elevação da demanda por produtos agrícolas deverá manter os preços em patamares relativamente elevados. Entretanto, em relação aos níveis atingidos neste ano, é muito mais provável uma correção negativa de certos produtos, como o trigo, e uma descompressão nos mercados de grãos como um todo. Ao longo do tempo, estou convicto que assistiremos, como muitas vezes no passado, a uma elevação do uso de tecnologia no campo, aumento da área cultivada em vários países do mundo (e no Brasil, em particular), reduzindo, senão eliminando, as chances de uma elevação da inflação mundial por conta da agricultura.

No caso do Brasil, a influência dos alimentos na inflação é muito maior, pois trabalhamos com os índices cheios. Mas, apenas a título de exercício, o núcleo do IPCA, sem alimentos e preços administrados, está em setembro subindo 2,7% no ano e 3,6% em 12 meses. No IPCA cheio os alimentos sobem 11,2% em 12 meses.

Para o Brasil tenho a mesma perspectiva acima exposta para os preços agrícolas: os preços estão num topo do qual deverão recuar. Em alguns casos, como o leite e o álcool isto já está acontecendo. Em outros, como os grãos, a elevação do plantio e a queda do dólar deverão levar a níveis menores em 2008, afetando positivamente o preço das carnes. Em resumo, não tenho preocupação quanto a uma eventual inflação agrícola, desde que o clima não atrapalhe. Tenho, entretanto, alguma preocupação com a inflação em 2008 por outras razões, que coloco a seguir.

Em primeiro lugar, a demanda interna está crescendo a taxas muito elevadas; as vendas ao varejo (que são apenas parte da demanda agregada) até julho estão crescendo 9,7% no ano e 8,7% em doze meses. Embora as importações estejam crescendo muito rapidamente, a produção destinada ao mercado interno também. É perceptível, nestas condições, uma recuperação cada vez mais generalizada de margens nas cadeias produtivas, como na automobilística e na construção civil (o INCC cresceu 4,62% no ano e a mão de obra 5,33%). Mesmo que as importações venham a crescer mais, isto leva tempo e ainda assim restará a questão dos não-comercializáveis. Com a alta do petróleo, os óleos combustíveis cresceram, até setembro 21,8%, a nafta 27%, o querosene 9,3% e o GNV 7,1%. A cadeia do plástico e os custos de energia serão pressionados. Finalmente, projetamos preços administrados maiores no ano que vem, da ordem de 3,8%.

Em conclusão, a inflação está em leve aceleração e deve ser maior no IPCA no ano que vem, algo como 4.3%. A inflação brasileira, ainda que baixa, não é mais sempre decrescente. **José Roberto Mendonça de Barros é economista da MB Associados. Escreve mensalmente às quintas-feiras.**

**Minas terá investimentos de R\$ 1,3 bilhão em etanol** - Ivana Moreira – Valor Econômico – Agronegócios - 23/10/2007

Quatro novas usinas de açúcar e álcool, num investimento total de R\$ 1,3 bilhão, serão construídas em Minas Gerais. Juntos, os empreendimentos vão produzir 493 milhões de litros de álcool por safra. Os investimentos serão feitos pelas empresas Cemam, Platina Bionergia, Vale do Paracatu Bionergia e Companhia Energética Vale do São Simão, que assinaram ontem protocolo de intenções com o governo do Estado. A previsão é de que as novas usinas entrem em operação num prazo de três anos.

O grupo Santa Elisa vai investir R\$ 410 milhões para a implantação da Usina Platina Bioenergia, em Ituiutaba, no Triângulo Mineiro. É a segunda planta do grupo no município e a terceira no Triângulo. A planta será capaz de produzir, a partir da terceira safra em operação, 105 milhões de litros de álcool e 175 mil toneladas de açúcar/ano.

A Companhia Energética Vale do São Simão vai instalar seu projeto em Santa Vitória. Os investimentos previstos são da ordem de R\$ 350 milhões. A capacidade de produção será de até 144 milhões de litros e 300 mil toneladas de açúcar por safra. Também no Triângulo ficará a usina da Central Energética Monte Alegre de Minas (Cemam). O investimento, de R\$ 450 milhões, é do empresário Maurílio Biagi Filho e do produtor de cana José Mário Paro. "Estamos em busca de investidores para esse projeto", diz Biagi Filho. O projeto é produzir 150 milhões de litros de álcool a partir do quarto ano de operações e 170 mil toneladas de açúcar a partir do segundo ano.

Já a Destilaria Vale do Paracatu vai investir em cultivo irrigado de cana no noroeste de Minas, onde há restrições hídricas. A empresa, que já tem experiência em plantio irrigado de grão, será a primeira do setor sucroalcooleiro a se instalar na região. Os investimentos previstos são de R\$ 85,2 milhões para produzir 94,4 milhões de litros de álcool por ano a partir do terceiro ano de operações.

Para o secretário de Desenvolvimento Econômico, Márcio Lacerda, os novos investimentos provam que o Estado se tornou ainda mais competitivo com a redução de 25% para 12% da alíquota do ICMS para o álcool na venda das usinas para os distribuidores. A medida faz parte do pacote de benefícios fiscais anunciados pelo governador Aécio Neves, mês passado. "O setor sucroalcooleiro está se consolidando cada vez mais na economia do Estado", comentou Lacerda.

Com as quatro novas usinas, são, chega a 40 o número de novos projetos e expansões em usinas anunciadas desde 2005 em Minas. Somados, os investimentos previstos nestes 40 projetos atingem R\$ 8,5 bilhões. A previsão é de que os empreendimentos gerem 53 mil novos postos de trabalho no Estado. **(Colaborou MS, de São Paulo)**

**Cenário ainda é de baixa para os preços do açúcar e do álcool, afirma a Kingsman -**  
Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios - 25/10/2007

O cenário de preços para os mercados de açúcar e álcool no mercado internacional não é nada animador no curto e médio prazo. Mas, contrariando boa parte do discurso de analistas, os investimentos em novas usinas no Brasil deverão continuar firmes, de acordo com Jonathan Kingsman, presidente da corretora inglesa Kingsman, uma das maiores de açúcar no mundo.

Kingsman acredita que grandes grupos, considerados os principais "players" do mercado, deverão continuar os investimentos em novas unidades no país, aproveitando que os preços das commodities estão mais baixos. Ele cita como exemplo, a Cosan, Odebrecht e até a Petrobras - como uma grande companhia petrolífera -, além de grupos estrangeiros, entre elas a americana ADM, como possíveis investidoras, mesmo com o mercado sinalizando cotações mais baixas.

Segundo ele, grupos familiares de menor porte podem reduzir os aportes neste momento. "Observamos um movimento de consolidação no setor nos últimos anos", disse, referindo-se a essas mesmas companhias.

Apesar dos investimentos em usinas novas, Kingsman alerta que o Brasil terá como grande desafio manter elevada a exportação de álcool. Segundo ele, as exportações brasileira de etanol para os EUA não serão tão firmes nos próximos anos, uma vez que os americanos estão aumentando a produção local. Para aquele país, ele prevê embarques de até 1,5 bilhão de litros na safra 2007/08 e redução dos embarques para o próximo ciclo.

Na União Européia, a situação é mais emblemática. "A questão de sustentabilidade é levada em consideração", disse. Segundo ele, os ambientalistas europeus resistem ao etanol como combustível. Além disso, há uma resistência por parte do álcool produzido no Brasil porque os produtores europeus, além de protecionistas, associam a produção de cana ao desmatamento da região da Amazônia e às condições de trabalho degradantes. Mesmo assim, o bloco devem importar nesta safra cerca de 1 bilhão de litros.

Para ele, países considerados potenciais importadores, como o Japão, não deverão entrar no mercado no curto prazo.

Mas o cenário pessimista não deverá perdurar tanto, segundo Kingsman. De acordo com Kingsman, os preços do açúcar devem voltar a se recuperar em um prazo de três anos, ficando entre 12 a 14 centavos de dólar por libra-peso. A Índia, considerada vilã no mercado internacional por conta da super produção de açúcar, deverá reduzir a oferta nos próximos anos. "Os preços negociados estão abaixo dos custos de produção, o que deverá levar o país a reduzir a produção", disse. Kingsman afirmou que o país poderá se tornar, inclusive, importador de açúcar nos próximos cinco anos.

Para o centro-sul do Brasil, a corretora prevê uma produção entre 460 milhões a 480 milhões de toneladas na safra 2008/09, ante uma média de 420 milhões em 2007/08.

**UE negocia parceria para pesquisar biocombustível - Sergio Leo – Valor Econômico – Brasil - 26/10/2007**

A União Européia começa a negociar com o governo brasileiro um esforço conjunto de pesquisa em biocombustíveis e tecnologia da informação e já obteve do governo brasileiro a garantia de que orçamento não será problema. Em visita ao Brasil, o comissário europeu para Ciência e Tecnologia, Janez Potocnik, veio mostrar que a União Européia está levando a sério a "parceria estratégica" firmada em maio com o Brasil.

"Acreditamos que temos de aumentar o nível de nossa cooperação", afirma Potocnik. Ele acredita que já em 2008 os dois países começarão a desenvolver os projetos conjuntos, que serão definidos pelo comitê diretor do acordo bilateral para ciência e tecnologia. A Europa dispõe de ? 55 bilhões para seu programa básico de ciência e tecnologia de 2007 a 2013, 60% dos quais destinados à cooperação com parceiros internacionais (e mais 10% para "fortalecimento de capacidades", que inclui programas de cientistas visitantes).

O Brasil já é o quarto país com maior participação nos programas científico e tecnológico da UE, com 96 equipes ou indivíduos trabalhando em parceria com os europeus. Mas esse trabalho, até agora, se deu de acordo com as iniciativas individuais dos cientistas, sem orientação dos governos. A intenção do acordo científico e tecnológico entre UE e Brasil é garantir um "meio ambiente" favorável para desenvolver pesquisas comuns nas áreas consideradas prioritárias pelos brasileiros e europeus, como é o caso de biocombustíveis e nanotecnologia, diz o comissário.

Em reunião ontem com o ministro da Ciência e Tecnologia, Sérgio Rezende, Potocnik informou que a UE também tem interesse em incorporar o Brasil nas suas pesquisas conjuntas sobre fusão nuclear. "O comitê diretor pode apontar outras áreas de interesse, mas, nesse tipo de cooperação, é importante ter foco" ressalta o comissário.

Se Brasil e UE chegarem a acordo sobre tópicos específicos de importância estratégica em ciência e tecnologia e encontrarem potencial científico de ambos os lados, serão definidas avaliações conjuntas de programas e contratação de equipes de pesquisa financiadas com o orçamento dos dois parceiros, diz Potocnik.

**Interesses especiais e subsídios - Martin Wolf – Valor Econômico – Opinião - 31/10/2007**

Segurança energética e mudança climática são dois dos mais importantes desafios diante da humanidade. O que vemos, como resposta, é a familiar captura da formulação de políticas por interesses especiais bem organizados. Um exemplo maravilhoso é a enxurrada de subsídios para os biocombustíveis. São programas agrícolas disfarçados de respostas para a insegurança energética e a mudança climática. Não surpreende que tais programas tenham características deprimentes: alto nível de proteção, apoio ilimitado aos produtores e indiferença à racionalidade econômica.

O apoio em membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) já custa aproximadamente de US\$ 13 bilhões a US\$ 15 bilhões ao ano. Mas essa soma gera muito menos de 3% da oferta total de combustível líquido para transporte. Trazer a fatia do biocombustível para 30%, como alguns propõem, custará no mínimo US\$ 150 bilhões ao ano e provavelmente mais, já que os custos marginais cresceram.

Alguém precisaria verificar minuciosamente a racionalidade de todos esses apoios. Um excelente relatório do Global Subsidies Initiative, do Instituto Internacional para Desenvolvimento Sustentável, faz exatamente isso ("Biofuels: at What Cost?" - Global Subsidies Initiative, [www.globalsubsidies.org](http://www.globalsubsidies.org)). Ele não conta uma história bonita.

A política é extraordinariamente complexa. Ela também pode ser extremamente irracional. O Brasil é, por exemplo, o mais eficaz fornecedor do bioetanol, porém enfrenta tarifas de pelo menos 25% nos EUA e de 50% na União Européia. Um exemplo menor é a vantagem concedida à produção de "veículos biocombustíveis" pelas normas medianas de eficiência de combustíveis das empresas dos EUA. Considerando que o crédito em economia de combustível é maior para os modelos menos eficientes em energia, os produtores se concentram em veículos utilitários esportivos e caminhões leves. Quase todos os motoristas desses veículos, porém, usam gasolina comum. O resultado é maior, não menor consumo de gasolina.

O custo do apoio por litro de etanol varia de US\$ 0,29 a US\$ 0,36 por litro nos EUA e US\$ 1 na UE. O apoio ao biodiesel varia de US\$ 0,2 por litro no Canadá a US\$ 1 na Suíça. O custo da gasolina, por unidades de energia equivalente, é US\$ 0,34, e do diesel, US\$ 0,41. Portanto, o subsídio aos biocombustíveis é muitas vezes maior do que o custo do combustível fóssil equivalente. Não surpreende que os custos de produção dos biocombustíveis subsidiados também sejam geralmente muito maiores.

Será que essa passagem custosa para biocombustíveis ao menos produz reduções nas emissões líquidas de gases de efeito estufa? Não na medida em que se poderia supor. As emissões líquidas dos gases de efeito estufa do dispendioso diesel europeu baseado em óleo de colza são apenas 13% menores que as do diesel convencional. Igualmente, as emissões líquidas derivadas do etanol dos EUA baseado no milho são apenas 18% menores que as da gasolina convencional.

Esta altamente subsidiada produção também está produzindo um grande impacto sobre a demanda por gêneros alimentícios. Em 2007, por exemplo, o aumento na demanda por etanol baseado em milho nos EUA responderá por mais de metade do aumento global na demanda. Boa parte do mesmo argumento se aplica ao uso de soja e colza em biodiesel nos EUA e na UE. A alta crescente nos preços dos alimentos é benéfica para os produtores., mas ela é terrível para consumidores, especialmente os residentes nos países pobres importadores de alimentos. A produção crescente de biocombustíveis também acrescenta pressão sobre as terras existentes e sobre abastecimento de água.

É possível justificar esta abundância de subsídios complexos e onerosos, decretos e medidas protecionistas? Não. Isto, porém, não impede que as pessoas tentem. Na verdade, elas apontam para uma série de justificativas diferentes (e muitas vezes mutantes), tão familiares à história das políticas agrícolas. Eis apenas cinco delas.

---

### **Subsídios a biocombustíveis são programas agrícolas mascarados de respostas para a insegurança energética e para mudanças climáticas**

---

Racionalização número um: os subsídios de biocombustíveis reduzem as verbas de ajuda agrícola. Na verdade, porém, há fortes evidências nos EUA de que esses subsídios estão sendo acrescidos aos já existentes, não os substituindo.

Racionalização número dois: decretar o uso de biocombustíveis reduzirá os preços da gasolina. É obviamente insano, porém, reduzir o preço de uma commodity através do subsídio da produção de alternativas mais dispendiosas.

Racionalização número três: o subsídio do biocombustível é uma forma eficaz de reduzir a dependência de combustíveis fósseis perigosos. Pelas tecnologias atuais, porém, os biocombustíveis são complementos, em vez de substitutos dos combustíveis fósseis, e são também vulneráveis a riscos de clima e doenças.

Racionalização número quatro: o subsídio do biocombustível é uma forma eficaz para reduzir as emissões de gases-estufa. Segundo o relatório, o custo de eliminar uma tonelada de equivalente de dióxido de carbono por meio de biocombustíveis varia de um piso de aproximadamente US\$ 150 até US\$ 10 mil. Mesmo o menor desses números supera quase todas as estimativas do benefício marginal gerado pela redução de uma tonelada de emissões. Ele certamente supera em muito o custo de muitas formas alternativas de obtê-la.

Racionalização número cinco: subsídios são necessários apenas para criar a infraestrutura. Para os biocombustíveis serem competitivos, porém, não será necessário subsidiar a infraestrutura. Os investidores poderão fazer isso por si mesmos.

Trata-se então de um clássico programa agrícola: um caro sistema de transferências em busca de um fundamento lógico. Ou, como define o relatório: "uma desconcertante variedade de incentivos criados para biocombustíveis em resposta a múltiplos (e muitas vezes contraditórios) objetivos políticos, que ostenta todas as características inconfundíveis de um trem da alegria popular ajudado e favorecido por interesses velados regionais".

Então o que deve ser feito? Eis algumas sugestões negativas simples: eliminar os decretos cada vez mais populares (pois aparentemente seriam sem custo) para usar quantidades específicas de biocombustíveis, já que estes transferem todo o risco de flutuações na demanda e oferta de gêneros alimentícios para o seu uso como alimento; disciplinar o amontoamento de subsídios sobre subsídios; e eliminar todos os apoios irrestritos à produção antes que estes se tornem irreversíveis.

Neste caso também há algumas idéias positivas: definir precisamente os objetivos e instrumentos de políticas, em termos dos objetivos abrangentes de segurança energética e reduções nas emissões dos gases de efeito estufa; um único preço global de carbono que regulamente todas as atividades; fazer os produtores competirem por qualquer apoio que seja oferecido; deixar os mercados decidirem sobre a venda de veículos biocombustíveis (e, na verdade, sobre a eficiência energética dos veículos); e, acima de tudo, evoluir para o livre comércio em biocombustíveis.

Deveríamos ao menos tentar aprender com a experiência dolorosa de um século de políticas agrícolas. Eu sei que isso é ingênuo, mas será que é impossível oferecer respostas aos grandes desafios de política energética e de mudança climática usando um bocadinho de inteligência, para variar?

## RELAÇÕES INTERNACIONAIS

### **Biodiesel**

**UE ameaça impor sobretaxa a biodiesel dos Estados Unidos** - Assis Moreira – Valor Econômico – Agronegócios - 26/10/2007

A União Européia (UE) e os Estados Unidos estão em rota de colisão por causa de subsídios dados por Washington à produção de biodiesel. Bruxelas aumentou a pressão, ontem, num comitê da Organização Mundial do Comércio (OMC), reclamando que a exportação americana para a UE, impulsionada por subsídios, deprime os preços e leva produtores europeus a abandonarem a produção.

A UE ameaça impor sobretaxa ao biodiesel americano, a menos que Washington acabe com a ajuda e "evite uma fricção desnecessária". A representação americana respondeu que os programas denunciados pela UE podem ser alterados no Congresso.

Os EUA já exportaram 700 mil toneladas de biodiesel para a UE este ano, comparadas a apenas 90 mil em todo o ano passado. Para os europeus, essa brusca alta se explica pelas subvenções.

### **Etanol**

**Fischer Boel admite 'descongelar' negociações para acordo Mercosul/UE** - Fabíola Salvador – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 16/10/2007

A comissária agrícola da União Européia (UE), Mariann Fischer Boel, admitiu ontem que as negociações para uma área de livre comércio entre o Mercosul e a UE estão congeladas, mas há intenção de retomar as discussões. “Elas (as negociações) estão congeladas a 30 graus abaixo de zero”, completou o presidente da Comissão Nacional de Comércio Exterior da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Gilman Viana Rodrigues.

Em reunião realizada ontem, Fischer Boel reconheceu o papel fundamental da UE para destravar a Rodada Doha, da Organização Mundial do Comércio (OMC). “Estamos mandando mensagens claras para mostrar nossos desejos. Estar no Brasil é importante porque este é o maior mercado da União Européia. Estamos engajados e espero que consigamos chegar a uma solução para as diferenças”, afirmou a comissária, segundo informações da assessoria de imprensa da CNA.

Fischer Boel também afirmou que é favorável à extinção da tarifa de importação imposta pelo bloco ao etanol brasileiro, mas defendeu a produção sustentável de álcool combustível e a criação de modelos de certificação que garantam o processo. “A Amazônia é uma região extremamente crucial e a mensagem que o presidente Lula levou à Europa precisa ser seguida para termos boa base de cooperação”, afirmou a comissária, segundo a CNA.

O governo quer instituir um selo socioambiental para apoiar as exportações. A possibilidade de plantio de cana na Amazônia é um dos motivos de pressão contra o etanol brasileiro. Na viagem à Europa, em setembro, Lula descartou o cultivo de cana na Amazônia, mas o ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, em entrevista concedida algumas semanas depois, admitiu o plantio em áreas degradadas.

Ontem a comissária almoçou com Gilman Viana e integrantes do Fórum Permanente de Negociações Agrícolas Internacionais. Antes, reuniu-se com o ministro interino da Agricultura, Silas Brasileiro.

### **UE faz redução modesta do subsídio ao etanol - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 18/10/2007**

A União Européia (UE) reduz apenas de forma modesta os subsídios ao etanol. Ontem, em Bruxelas, a Comissão - o braço executivo do bloco - recebeu luz verde da entidade para cortar parte do pagamento que era feito aos produtores que comprovassem que estavam usando parte de suas terras para a produção de bens que seria usados para a fabricação do etanol. No total, a UE destinou 3,7 bilhões em subsídios aos biocombustíveis em 2006. O corte significaria redução de 90 milhões.

O mecanismo de apoio à produção foi criado em 2003 para incentivar os produtores a se dedicar ao etanol. Até 2 milhões de hectares, os fazendeiros ganhavam 45 por hectare. Em 2007, porém, a área usada para o etanol chegou a 2,84 milhões de hectares na Europa, o que acabou gerando custos extras ao orçamento da Comissão.

Com a alta nos preços do petróleo, Bruxelas acredita que não haveria mais motivo para manter os subsídios nos mesmos níveis. A partir de agora, irá subsidiar apenas 70% da área plantada por produtor para bens usados na fabricação do etanol.

“Esses pagamentos estimularam a produção européia”, disse Mariann Fischer Boel, comissária de Agricultura da UE. “Mas precisamos nos perguntar se ainda são necessários. Hoje temos um mercado de etanol que está emergindo.” Apesar da queda dos subsídios, as barreiras para que o etanol brasileiro entre na UE ainda são significativas. O produto enfrenta uma barreira equivalente a 70% de impostos.



**FMI quer liberalização do etanol** - Rolf Kuntz – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 18/10/2007

Com essa medida, produção do combustível seria amplamente dominada pelo Brasil em 2012

O Fundo Monetário Internacional (FMI) defende o livre comércio de biocombustíveis, com eliminação de barreiras à importação e subsídios à produção nos Estados Unidos e na União Européia. Se essa política fosse adotada agora, em 2012 a produção de etanol seria amplamente dominada pelo Brasil e por alguns países latino-americanos, enquanto o biodiesel seria produzido principalmente na Ásia.

No ano passado, os EUA superaram o Brasil na fabricação de etanol. A UE é hoje a maior fonte de biodiesel. Se o comércio for liberado e os subsídios eliminados, a produção de biocombustíveis por americanos e europeus deixará de ser lucrativa, segundo estudo incluído no Panorama Econômico Mundial distribuído ontem pelo FMI.

Estados Unidos e UE concedem os mais generosos incentivos à atividade, segundo o estudo. Os produtores americanos podem abater do imposto de renda US\$ 0,51 por galão de etanol e US\$ 1 por galão de diesel. São protegidos por uma tarifa de US\$ 0,54 sobre galão de etanol importado.

Na UE, vários países concedem isenção de impostos para biocombustíveis, “um grande benefício, considerando-se a alta tributação dos outros combustíveis”, segundo o relatório. Além disso, há uma tarifa média de US\$ 0,19 por litro de etanol importado.

Só o etanol brasileiro, extraído da cana, tem custo de produção menor que o da gasolina e do etanol de milho. Seu efeito ambiental também é superior, pois a emissão de gases causadores do efeito estufa é 91% menor que a da gasolina, por quilômetro rodado.

Se a produção e o comércio fossem liberalizados, em 2012 o preço da cana seria 15% maior que o de hoje, por causa da maior demanda. O do óleo de palma teria subido cerca de 20%. No mesmo período, os preços de milho, trigo e óleo de soja, hoje pressionados por causa do uso de grãos para produzir etanol, cairiam cerca de 10%, segundo a estimativa do FMI.

Além da liberalização do comércio e da produção, o FMI recomenda: 1) cobrança de um imposto ambiental sobre todos os combustíveis; 2) obrigação de mistura de etanol e biodiesel nos combustíveis tradicionais, por um período limitado, para facilitar a transição para a nova tecnologia; 3) apoio estatal à pesquisa, tendo em conta o caráter público dos benefícios dos biocombustíveis.

Etanol e biodiesel são tratados, no estudo, como suplementos adicionados em “pequenas porções” a combustíveis derivados de petróleo.

O Fundo Monetário Internacional (FMI) decidiu entrar no debate sobre os biocombustíveis e demonstrou maior competência e maior clareza, ao tratar do assunto, do que outras instituições multilaterais. Os autores do estudo resumido na última edição do Panorama Econômico Mundial, distribuída na quarta-feira, foram diretamente aos pontos importantes: etanol e biodiesel podem ser bons para o ambiente e vale a pena misturá-los com os combustíveis derivados de petróleo, se forem produzidos com eficiência. O melhor caminho para isso é liberalizar a produção e o comércio, abrindo espaço para os fabricantes mais competitivos, como o Brasil.

O trabalho mostra como os Estados Unidos e a União Européia subsidiam a produção de álcool e de biodiesel, protegem o mercado interno com elevadas barreiras tarifárias e distorcem as condições de comércio. Além dessa distorção, essas políticas provocam aumentos de preços de alimentos básicos, pelo uso ineficiente de matérias-primas - basicamente o milho, no caso dos Estados Unidos.

Os autores do estudo fizeram uma simulação, por eles classificada como politicamente improvável, de como estariam os mercados em 2012 se os governos americanos e europeus decidissem eliminar os subsídios à produção e as barreiras à importação de biocombustíveis. Sobrariam no mercado como grandes produtores o Brasil e alguns países em desenvolvimento. Latino-americanos dominariam o mercado de etanol, e o de biodiesel seria liderado por asiáticos, com destaque para a Índia.

A análise do cenário vale mais como ilustração do que como previsão, advertem os autores, mas os pontos principais do argumento são claros e bem fundados. O etanol de cana produzido no Brasil é muito mais barato que o álcool de milho fabricado nos Estados Unidos, mais eficiente como combustível e mais favorável ao ambiente.

Os técnicos do FMI são mais diretos também ao propor soluções práticas para os problemas associados à produção e à comercialização de biocombustíveis. A primeira e mais importante recomendação é a mudança radical das políticas seguidas nos Estados Unidos e na Europa. É preciso eliminar os subsídios à fabricação e derrubar as barreiras à importação do etanol e do biodiesel produzidos no Brasil e noutras economias em desenvolvimento.

Uma iniciativa desse tipo seria benéfica para todos. A adição de álcool e biodiesel aos combustíveis derivados de petróleo contribuiria para reduzir a poluição. A escolha de matérias-primas mais adequadas à produção dos biocombustíveis eliminaria ou reduziria a pressão sobre as cotações de alimentos importantes, como o milho, o trigo, a soja e as carnes. Isso favoreceria os consumidores de todo o mundo, principalmente os dos países pobres, porque a alimentação pesa muito em seu orçamento familiar. Haveria maiores oportunidades de emprego e de renda nos países produtores de biocombustíveis. Enfim, esses países poderiam ainda ganhar créditos de carbono de acordo com o mecanismo definido no Protocolo de Kyoto.

Vale a pena os governos apoiarem as pesquisas para o desenvolvimento de biocombustíveis, segundo o trabalho do FMI, porque nesse caso os benefícios produzidos são públicos. Vale a pena, igualmente, tornar obrigatória a mistura, durante um período limitado, para facilitar a adoção dos novos combustíveis.

A intervenção do FMI no debate pode ser surpreendente à primeira vista, mas é oportuna e plenamente justificável. A defesa do livre-comércio tem sido uma bandeira constante da instituição desde os primeiros tempos. Afinal, o primeiro objetivo do FMI, criado no final da 2ª Guerra, foi a restauração da disciplina cambial necessária à competição justa, abandonada nos anos 30. Além disso, é sua função trabalhar pela estabilidade de preços, e a produção eficiente e competitiva de combustíveis é uma condição importante para esse objetivo. Enfim, o assunto interessa de modo especial aos países em desenvolvimento, pois a exportação de biocombustíveis pode favorecer a criação de empregos e o combate à pobreza, temas importantes, agora, na agenda política do FMI e não só do Banco Mundial.

**Bird alerta países para riscos da produção de biocombustíveis** - Rolf Kuntz – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 20/10/2007

Para a instituição, poucos programas são viáveis e a maior parte pode ter efeitos sociais e ambientais nocivos

A produção de biocombustíveis pode ser um sucesso no Brasil, descrito como 'o produtor mais competitivo', mas, com a atual tecnologia, é um negócio duvidoso para a maior parte das outras economias em desenvolvimento, segundo o Banco Mundial (Bird). Poucos programas são economicamente viáveis, segundo o banco, e a maior parte pode ter efeitos sociais e ambientais indesejáveis: comida mais cara, maior competição por terra e água e, 'possivelmente', devastação de matas'.

O Brasil se diferencia também por algumas cooperativas produtoras de etanol terem assegurado a participação de pequenos proprietários, embora a fabricação de álcool geralmente envolva grandes economias de escala e integração vertical da produção.

Muita cautela com as políticas de biocombustíveis é a mensagem principal da análise incluída no Relatório do Desenvolvimento Mundial, divulgado ontem pelo Bird e apresentado por seu economista-chefe, François Bourguignon. A maior parte do relatório é dedicada a um tema central, desta vez Agricultura para o Desenvolvimento.

Um capítulo inteiro trata da reforma do comércio e das políticas de preços e subsídios. 'É preciso concluir, com urgência, a Rodada Doha de negociações comerciais, especialmente para eliminar distorções, tais como os subsídios americanos ao algodão, prejudiciais aos países mais pobres', diz o estudo.

A subvenção média aos produtores agrícolas do mundo rico diminuiu de 37% do valor bruto da receita em 1986-88 para 30% em 2003-2005, mas o dinheiro desembolsado pelos governos aumentou de US\$ 242 bilhões para US\$ 273 bilhões por ano. Os preços aumentaram, mas o montante de subsídios não foi congelado.

Segundo o documento, o crescimento da produção agrícola nos países em desenvolvimento poderia passar dos atuais 3,9% ao ano para 4,2%, em média, se houvesse uma completa liberalização. O ganho médio seria de 0,3 ponto porcentual, mas chegaria a 2 pontos para a América Latina, a principal beneficiária das mudanças.

Na hipótese de completa eliminação de subsídios e barreiras, os aumentos de preços ficariam entre o máximo de 20,8% para o algodão e o mínimo de 1,9% para óleos e gorduras vegetais. Mas sementes oleaginosas poderiam valorizar-se 15,1% e a carne processada, 4,3%.

O Brasil seria um dos principais beneficiários, por ser competitivo na produção de bens agrícolas sujeitos a elevada proteção nos principais mercados, como açúcar, sementes oleaginosas e carne.

Os ganhos efetivos, no entanto, serão menores que os estimados com base nessa hipótese, ressaltam os autores, porque um acordo na rodada produziria apenas a eliminação parcial dos subsídios e barreiras. 'A rodada enfatiza mais a eliminação de subsídios à exportação e o corte de subsídios internos do que a redução de tarifas aduaneiras tanto nos países desenvolvidos quanto nos em desenvolvimento.'

O trabalho é dedicado principalmente ao tema da redução da pobreza e capta mal certas características do Brasil. Há referências frequentes à modernização da agricultura e à posição singular do país no mundo em desenvolvimento, pela ênfase na pesquisa agropecuária.

Também se mencionam os efeitos ambientais da expansão da soja no cerrado, com a inclusão, entre 1999-2000 e 2004-2005, de uma área de 54 mil quilômetros quadrados, maior que a Costa Rica. Na Argentina, o ambiente 'altamente ameaçado' é o Chaco.

Apesar da modernização agrícola, ainda há pobreza no campo brasileiro, segundo o estudo, 'porque o emprego rural diminuiu e se orientou para trabalhadores de maior qualificação, porque a atividade se tornou mais intensiva em capital'.

O estudo, no entanto, não considera os ganhos sociais da produção mais eficiente. Mais de 80% dos brasileiros vivem nas cidades e hoje pagam pela comida muito menos do que há duas décadas, podendo gastar mais noutros itens. Confrontado com essa observação, o economista Alain de Janvry, um dos coordenadores do relatório, respondeu: 'O senhor está certo. Essa questão será examinada noutro estudo.'

Mais informações sobre a reunião na pág. B18

**Brasil é único país sem subsídio para o etanol, diz OCDE** - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 24/10/2007

Organização prevê crescimento de 161% na produção brasileira e acusa países ricos de ampliar apoio estatal

O Brasil vai aumentar em 161% sua produção de etanol até 2016, somando 44 bilhões de litros do combustível e quase 500 milhões de toneladas de cana. O País ainda é o único onde a produção de etanol não precisa hoje de subsídios governamentais para ser competitivo, mesmo que o barril do petróleo caia para US\$ 35. As projeções foram divulgadas ontem pela Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que acusa os países ricos de estarem transferindo os subsídios que o Brasil tanto combateu na agricultura para os biocombustíveis.

A OCDE não esconde que a demanda crescente pelo etanol - dentro e fora do Brasil - deve ser um dos principais fatores que influenciarão os demais mercados de commodities nos próximos dez anos. Segundo o levantamento, os subsídios dos demais países estão distorcendo o mercado mundial, e devem aumentar ainda mais. Apenas em 2006, entidades de pesquisa revelam que esse apoio teria sido de US\$ 7 bilhões.

Nos Estados Unidos, por exemplo, a produção de etanol deve crescer em 50% em 2007 e dobrará até 2016. Em dez anos, 110 milhões de toneladas de milho serão usados para o combustível e 46 bilhões de litros serão produzidos. Além dos subsídios, o que explica a alta, segundo a OCDE, são também as barreiras à importação para manter afastada a concorrência.

Na Europa, o crescimento do etanol será de 170% entre 2006 e 2010, mas a partir de uma base menor. Por isso, os europeus não conseguirão chegar à meta de produzir 5,75% do combustível que necessitam a partir do etanol até 2010. As projeções são de que chegarão a 3,3%, com 30 bilhões de litros.

Mesmo assim, países como Alemanha, França, Suécia e Reino Unido estão implementando esquemas fiscais para favorecer a produção e consumo.

Mas o avanço do etanol nos países ricos teria um custo. 'O Brasil é o único país onde a produção de etanol é viável e pode ocorrer sem apoio do governo. Nos demais países, a produção é amplamente subsidiada e distorcida. O milho nos Estados Unidos, por exemplo, claramente é inviável', disse o chefe da divisão de Comércio da entidade, Stephan Tangermann.

Um dos efeitos do etanol é a pressão nos preços de alimentos, já que haveria uma competição por terras entre os usineiros e os demais produtores. Projeções feitas em 2006 apontam que óleos vegetais ficariam 15% mais caros até 2016 por causa do etanol, com alta de 7,5% no milho e 5% no trigo.

'Essa alta poderá ser ainda maior', disse Tangermann. Ele destacou ainda as preocupações ambientais e o fato de não haver clareza sobre os efeitos do etanol nas economias. Na Europa, 55% da produção de sementes vegetais irão para os biocombustíveis, ante 30% do milho nos Estados Unidos.

**BRASIL** - Pelas estimativas da OCDE, 60% do açúcar produzido no Brasil será destinado ao etanol até 2016, ante 51% em 2006. Mas a entidade garante que isso não significa que faltará açúcar. Pelo contrário, o País dominará 50% das exportações mundiais de açúcar em dez anos, ante 40% hoje. Atualmente, o País já é o maior produtor mundial de açúcar e etanol. Mas o domínio será ampliado graças a um aumento de produtividade e queda nos custos de produção, e o País continuará a ser o principal fator de influência no preço internacional do produto.

**Cana-de-açúcar lá** – Folha de São Paulo – Brasil – Toda a mídia – Nelso de Sá – 19/10/2007

Saiu o relatório do FMI sobre o futuro da economia mundial e, no "[Wall Street Journal](#)", o enunciado foi "Etanol de cana do Brasil recebe impulso do Fundo". É "[o único mais barato](#)" em produção que a gasolina, o que expõe o milho dos EUA à "exacerbação do debate comida vs. combustível".

E ontem mesmo o "[New York Times](#)" deu que, na Flórida e em Louisiana, produtores de açúcar de cana vêem seu "futuro" no etanol -e bancam legislação por subsídios. De volta ao "[WSJ](#)", também a China busca opções ao milho. Nada de cana; a aposta é a mandioca.

**O "SUPERCICLO"** Não, não foi a Turquia que elevou o petróleo até [US\\$ 90](#), arrisca a "[Economist](#)". Levada pelos Brics, a economia global poderia estar abrindo "superciclo" -e o céu é o limite para as commodities, dos metais à soja, do gado ao cacau. E, na foto, uma bomba de etanol.

**Só Brasil pode ter álcool sem subsídios, afirma OCDE** – Marcelo Ninio – Folha de São Paulo – Dinheiro – 24/10/2007

**Órgão vê queda de ajuda governamental de países ricos à agricultura em 2006 - OCDE, no entanto, atribui recuo à alta dos preços agrícolas, e não a uma mudança na política das nações desenvolvidas**

**MARCELO NINIO**

DE GENEBRA - O Brasil é o único país do mundo com capacidade para produzir biocombustíveis sem depender de subsídios governamentais. A avaliação é do diretor de

Comércio e Agricultura da OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico), Stefan Tangermann, que apresentou ontem em Genebra estudo sobre as políticas agrícolas do clube dos países ricos.

Uma das conclusões do relatório, que indica queda pouco significativa nos subsídios agrícolas concedidos pelos membros da OCDE, é que as políticas de biocombustíveis adotadas pelas principais economias do planeta são um dos fatores que atualmente causam distorções no comércio mundial.

"Os biocombustíveis não poderiam ser produzidos em país nenhum do mundo, com exceção do Brasil, se não fossem os subsídios do governo", disse Tangermann. "O álcool brasileiro é o único caso em que a produção é viável sem a ajuda governamental."

Tangermann acrescentou que a OCDE está preparando um novo estudo sobre o impacto dos biocombustíveis no preço das commodities e no protecionismo adotado pelos países que os produzem, que deve ser divulgado em maio de 2008. O último estudo da OCDE sobre o tema, lançado em fevereiro, mostrou que o Brasil era o único país com capacidade econômica para produzir álcool de forma competitiva, caso o preço do barril de petróleo se mantivesse abaixo de US\$ 145.

Mas, mesmo com os atuais preços do petróleo já acima de US\$ 80 o barril, afirma a OCDE, os principais produtores de biocombustíveis entre os países industrializados, EUA, Canadá e UE, continuam dependendo de subsídios para que o combustível mantenha-se "economicamente viável".

O relatório da OCDE divulgado ontem indica que os subsídios agrícolas nos países do grupo corresponderam, em média, em 2006, a 27% do total da receita dos produtores, ou US\$ 268 milhões, leve queda em relação aos 29% registrados no ano anterior.

A organização ressaltou, entretanto, que essa queda não foi resultado de mudança nas políticas econômicas dos países ricos, que continuam num nível de protecionismo indesejável e distorcivo, mas da alta nos preços das commodities agrícolas.

Os subsídios agrícolas estão no centro das divergências que impedem um desfecho para a Rodada Doha de liberalização comercial. Países em desenvolvimento como o Brasil exigem que os ricos reduzam a ajuda aos produtores agrícolas. Os países ricos, por sua vez, pedem a redução das tarifas industriais dos países mais pobres.

**Estudo da OCDE indica corte ínfimo de subsídios agrícolas nos países ricos, principal obstáculo para negociações comerciais**

O RELATÓRIO mais recente sobre subsídios agrícolas da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico, clube de 30 países ricos, pouco tem de animador. Embora registre progresso infinitesimal na redução de subsídios que sustentam a agricultura dos países mais desenvolvidos, o documento se encarrega de solapá-lo ao mostrar que pesaram mais fatores conjunturais do que um recuo palpável nos mecanismos que distorcem o comércio mundial.

O montante das vantagens garantidas por governos da OCDE a produtores rurais, em 2006, alcançou US\$ 268 bilhões (isso equivale a cerca de um quarto do PIB brasileiro). Nada menos que 27% da receita auferida pelos agricultores nessas 30 nações provêm de ajuda governamental. Em geral, subsídios para manter os preços internos elevados -21% acima dos vigentes no mercado mundial, em média.

Houve alguma melhora, é fato. Em 2005, chegava a 29% a fatia do apoio estatal aos agricultores da OCDE. Ela só diminuiu dois pontos percentuais porque a maioria das commodities se encontra em alta. Muitos subsídios diminuem quando o preço do bem aumenta.

Os mais prejudicados são países com setor agrícola competitivo, como o Brasil. Basta mencionar o que ocorre com o produto da hora, álcool combustível (etanol): os EUA subvencionam com 13 centavos de dólar por litro o ineficiente etanol produzido a partir do milho. O documento da OCDE conclui que, sem tal gênero de proteção, só o etanol do Brasil seria competitivo.

O relatório aponta ligeira melhora no perfil das políticas de subsídios entre os países da OCDE. Estão diminuindo as formas de apoio que mais distorcem o comércio global, como os programas para sustentar preços mínimos ou quantidades predeterminadas de produção. Cresce a ajuda baseada por exemplo na área que o produtor ocupa ou na quantidade de animais que possui, considerada menos nociva. Mas é um avanço modesto, que caminha em passo de tartaruga.

O reconhecimento do ritmo insatisfatório dessa aproximação entre a prática e a doutrina liberal sobre comércio está na raiz da Rodada Doha de negociações, iniciada no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC) em 2001. Não por acaso o tema dos subsídios agrícolas dos países ricos se encontra no cerne do impasse com que os negociadores se defrontaram neste ano.

O G20, grupo de países "emergentes", reivindicava dos EUA um teto de US\$ 15 bilhões anuais para subsídios. George W. Bush teria oferecido algo da ordem de US\$ 16 bilhões, mas exigindo como contrapartida da associação liderada por brasileiros e indianos tarifas menores de importação de bens industriais.



Mesmo que o Brasil se incline nessa direção -e deveria fazê-lo-, a resistência de parceiros de G20 (como Índia e África do Sul) e condições políticas adversas para novas concessões (como eleições presidenciais na Argentina e início da campanha eleitoral americana) tornam pouco plausível algum avanço significativo da tartaruga de Doha nos próximos meses.

**Membro da ONU pede moratória de biocombustível** – Folha de São Paulo – Dinheiro – 27/10/2007

DA REDAÇÃO - O relator especial das Nações Unidas para o Direito à Alimentação, Jean Ziegler, voltou a sugerir moratória de cinco anos na produção de biocombustíveis, como o álcool. Ele tinha feito a mesma proposta em setembro, na Assembléia Geral da ONU.

De acordo com ele, esse período seria usado para que os cientistas criassem alternativas para que culturas como o milho e a cana-de-açúcar não fossem usadas como combustível.

Ziegler, que é especialista independente da ONU, afirmou que é um crime contra a humanidade usar terras produtivas para a agricultura em solo para produzir alimento que virará biocombustível.

**Comissão sinaliza que a área de cana pode dobrar nas Américas** – Mônica Scarmuzzo – Valor Econômico – Agroengócios - 19/10/2007

A Comissão Internacional do Etanol, organização criada em 2006 com a missão de desenvolver mercado de álcool nos países das Américas e no mundo, deu novos passos para consolidar o programa de adoção do combustível em outros países, fora do eixo Brasil-Estados Unidos.

O Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) concluiu mapeamento do potencial de área que pode ser utilizada para o plantio de cana para a produção de álcool combustível. O estudo mostra que o total de área plantada com cana em todos países das Américas ocupa 8,744 milhões de hectares, incluindo Brasil, com 5,8 milhões de hectares). A área para cana-de-açúcar nesses países pode quase dobrar, para 15,022 milhões de hectares. Foram analisados 22 países das Américas.

De acordo com Roberto Rodrigues, co-presidente da CIE, a disponibilidade de área já é um passo para que o programa possa ser implementado. "Agora, depende de mudanças na legislação de cada país para implementar o programa", disse. Poucos países, como Chile, Bolívia, Peru e Barbados, devem ficar de fora deste programa.(MS)

## **Países da América Central de olho no álcool combustível – Mônica Scaramuzzo**

- Valor Econômico – Agronegócios - 22/10/2007

O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) já deu início ao programa de produção de álcool nas Américas. O economista Júlio Maria Martins Borges, presidente da consultoria sucroalcooleira Job Economia e Planejamento, foi contratado em julho pela instituição para criar um modelo de preços para o combustível nos países da América Central.

O primeiro passo, em curso, foi o financiamento de pesquisas para levantar o potencial de produção de álcool nesses países e também no Caribe. "Neste primeiro momento, o BID tem fomentado os governos desses países a fazer estudos para levantar o potencial de produção, barreiras à introdução do programa e a viabilidade industrial", diz Martins Borges. "O próximo passo é o BID ajudar no financiamento de usinas."

Os países em foco - Panamá, Honduras, El Salvador, Guatemala, Costa Rica, República Dominicana e Nicarágua - somam uma área de 700 mil hectares com cana plantada, boa parte processada para a produção de açúcar (cerca de 5 milhões de toneladas no total). A área nesses países deve saltar para 1,05 milhão de hectares, crescimento de 50%. A Guatemala é o maior produtor de açúcar entre os sete países, com 45% da oferta total.

O economista aponta dois componentes importantes para a implantação do álcool combustível no mercado internacional: a elevação dos preços do petróleo, com a forte dependência de importantes países consumidores pelo combustível, e a limitação para o mercado de açúcar. Os atuais preços do petróleo dão suporte à produção de álcool combustível no mercado internacional. "Os preços do petróleo em US\$ 50 (o barril) já viabilizam os projetos."

Segundo ele, a oferta de álcool nesses países poderá atingir de 2 bilhões a 3 bilhões de litros de álcool anuais, somente considerando o incremento da área plantada (de 350 mil hectares) e com o produção do combustível também a partir do melaço da cana. A expectativa é de que os investimentos sejam realizados a partir de 2008, com aportes feitos por investidores locais e também estrangeiros, o que inclui grupos brasileiros. "Os projetos das novas usinas poderiam entrar em operação a partir de 2010."

Segundo Martins Borges, os produtores de cana desses países ainda têm um forte vínculo com a produção de açúcar. "Os produtores ainda resistem à idéia de vincular o preço do álcool ao do petróleo e ao da gasolina. O trabalho do consultor consiste em propor um modelo de preço baseado na cotação dos combustíveis, desvinculado do açúcar. "Nenhum desses países vai ser subsidiado", diz, lembrando que esse mercado é muito protegido. Ele trabalha em um modelo de preços para El Salvador, que poderá servir de padrão para os outros países.

No mercado internacional, os preços do álcool começam a ser desvinculados das cotações do açúcar. "No Brasil, houve essa relação por muito tempo, mas isso está mudando", afirma Martins Borges.

Os países centro-americanos têm uma grande oportunidade ao investir no álcool. "Esses países fazem parte do Cafta-RD (Tratado de Livre Comércio entre a América Central, República Dominicana e EUA) e podem exportar álcool com isenção de tarifas para o mercado americano, sem a limitação de oferta", observa. Esse acordo é diferente do CBI (Caribbean Basin Initiative). Por meio desse tratado, o álcool da região do Caribe entra nos EUA com isenção de impostos, mas limitado a 7% da produção anual de álcool dos EUA.

"O acordo do Cafta-RD não abre uma janela, mas uma porta de oportunidade para esses países para a exportação de álcool. O BID prevê que a demanda americana por álcool deverá crescer", afirma o economista. Segundo ele, os EUA têm condições de absorver toda produção doméstica de álcool e terá demanda para importar o combustível desses países.

**Brasil deixa de ser o mais competitivo na produção de açúcar - Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios - 23/10/2007**

O Brasil perdeu o posto de país mais competitivo no mundo na produção de açúcar. Os custos de produção das usinas do centro-sul do país estão em torno de US\$ 250 por tonelada (Fob), segundo levantamento da JOB Economia e Planejamento. "Países como Guatemala e Austrália estão com os mesmos custos que o Brasil", afirma Júlio Maria Martins Borges, presidente da Job.

O levantamento feito pela Job leva em conta apenas os novos projetos de usinas de açúcar em construção, cerca de 100 plantas em todo o país. Esses custos incluem despesas com a produção e depreciação de equipamentos.

Os custos de produção para o açúcar SIF (isto é, colocado no destino final) chegam a US\$ 300 por tonelada no caso de sudeste asiático e Rússia, principais importadores do açúcar brasileiro. "Com esses valores (SIF), o Brasil concorre com a Tailândia, que atua naquela mesma região", diz Martins Borges.

Segundo ele, a alta dos preços dos equipamentos para usinas de açúcar e álcool e a desvalorização do dólar ante o real reduziram a competitividade do Brasil frente a outros importantes países produtores. "Os investimentos em usinas ficaram mais caros por conta da crescente demanda por novos projetos. Outro fator é a queda do dólar. Há dois anos, o dólar estava em torno de R\$ 3. Hoje está em média R\$ 1,85."

Mesmo com essa perda de competitividade, o Brasil continuará como principal foco dos investimentos, uma vez que tem terras disponíveis para expansão, sem afetar as outras culturas agrícolas. "Somente o Brasil tem condições de crescer em cana sem competir com os alimentos", diz.

A área plantada com cana no Brasil está em torno de 6,2 milhões de hectares e pode chegar a 14 milhões de hectares em 2030, segundo projeções do Ministério de Minas e Energia. A produção de cana no país deve ser de 470 milhões de toneladas nesta safra e deverá alcançar 1,14 bilhão de toneladas em 2030, segundo o ministério.

Dados atualizados da Datagro mostram que o preço ideal do açúcar para que as usinas não percam rentabilidade deveria ficar em 11,8 centavos de dólar por libra-peso. As cotações atuais na bolsa de Nova York estão entre 9,5 centavos a 10 centavos de dólar por libra-peso.

Segundo Plínio Nastari, presidente da Datagro - que promove a 7ª Conferência Internacional sobre Açúcar e Álcool, em São Paulo - os custos atuais de produção do álcool hidratado (usado como combustível) giram em torno de R\$ 0,67 a R\$ 0,72 por litro. Os preços no mercado hoje estão ao redor de R\$ 0,58 por litro.

A expectativa do mercado é de que os preços do álcool combustível subam entre 25% e 30% na entressafra 2007/08. A elevação dos preços deve começar a partir da segunda quinzena de novembro, quando a colheita da cana entra em sua reta final, e vai até

abril. Esse aumento de preços, diz Nastari, poderá reduzir o consumo de álcool no mercado interno. O consumo mensal no final da safra deve atingir 1,42 bilhão de litros, ante 1,1 bilhão no mesmo período do ano anterior.

Segundo a Datagro, a produção de álcool nesta safra, a 2007/08, deverá ficar em 20,4 bilhões de litros. O estoque de passagem para a safra 2008/09, a partir de maio, está estimado em 254 milhões de litros.

#### **Para OCDE, quebra de safra explica alta de preço de grãos – Assis Moreira – Valor Econômico – Especial - 24/10/2007**

A alta dos preços agrícolas é consequência da quebra de safras e não da expansão de etanol, avalia a OCDE, contrariando opiniões que se propagam. O economista Martin von Lampe, especialista em biocombustível na OCDE, observa que no último ano a demanda suplementar para produzir etanol e biodiesel foi de apenas 15 milhões de toneladas de cereais. Só que, ao mesmo tempo, a má colheita nos Estados Unidos, Austrália e União Européia cortou a produção em 60 milhões de toneladas de milho e trigo, principalmente.

A agência das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) tem sido uma das mais ativas em acusar a expansão do etanol de ameaça à segurança alimentar nos países pobres. Um relator da ONU, Jean Ziegler, também sugeriu moratória de cinco anos na produção de etanol, sendo ignorado pelos produtores.

Martin von Lampe disse que a situação de alta vai se repetir, porque a colheita continua ruim na Austrália e na UE. A Nestlé, líder mundial em alimentos, previu que no segundo semestre do ano que vem os preços de algumas commodities poderão se estabilizar, mas na alta.

O economista da OCDE fez um novo relatório sobre o impacto do etanol, e disse que as conclusões de documento de 2006 eram "preliminares". Uma delas indicava que os maiores produtores de biocombustíveis - Brasil, EUA, UE e Canadá - reduziam suas exportações, e que os preços subiriam entre 2% para óleos vegetais a 60% para o açúcar. (AM)

#### **Nos EUA, estímulo à produção de álcool custará US\$ 11 bi - Ricardo Balthazar – Valor Econômico – Especial - 24/10/2007**

Os investimentos feitos pelos Estados Unidos para estimular a produção doméstica de etanol vão superar os gastos do governo com subsídios agrícolas a partir do próximo ano, num reflexo da enorme importância política que a indústria alcançou nos EUA nos últimos anos.

De acordo com um estudo divulgado ontem em Washington, os EUA deverão gastar neste ano US\$ 8,4 bilhões com subsídios à produção de etanol e US\$ 11 bilhões no ano que vem, quando se espera um aumento na produção americana com a entrada de novas usinas em operação.

Os programas de subsídio à produção agrícola deverão custar no ano que vem US\$ 11,5 bilhões. Mas grande parte dos subsídios agrícolas é destinada a produtores de milho, a matéria-prima usada para fazer etanol nos EUA, e uma fatia crescente da produção americana de milho tem sido vendida às usinas.



O principal subsídio que os produtores de etanol recebem nos EUA é um crédito tributário equivalente a US\$ 0,51 por galão, que é pago às refinarias que misturam o álcool à gasolina. O incentivo deverá custar US\$ 6,3 bilhões no ano que vem. O estudo estima em US\$ 740 milhões a parcela dos subsídios do milho cujos benefícios serão apropriados pelas destilarias em 2008.

O trabalho foi feito pela Earth Track, uma consultoria que monitora os subsídios americanos há muitos anos e fez o estudo por encomenda do Instituto Internacional para o Desenvolvimento Sustentável (IISD), uma organização canadense. O IISD também financiou um estudo sobre subsídios à produção de biodiesel na Europa e tem outro sobre o Brasil em andamento.

O estudo mostra que a produção de etanol nos EUA seria inviável economicamente sem a ajuda do governo. De acordo com os cálculos da Earth Track, cada galão de etanol produzido nos EUA receberá neste ano pouco mais de US\$ 1 em subsídios, o equivalente a 56% do preço médio do produto no varejo.

"Subsidiar o etanol como os EUA têm feito é uma forma ineficiente de buscar segurança energética", disse o presidente da Earth Track, Doug Koplow. Praticamente todos os Estados americanos têm incentivos locais que ampliam os efeitos dos subsídios federais e alguns têm mais de vinte programas diferentes para apoiar a indústria.

Projetos atualmente em discussão no Congresso podem aumentar ainda mais os custos dos subsídios, ao obrigar as refinarias americanas a consumir um volume de etanol até cinco vezes maior do que o atual. Há também várias propostas que criam subsídios novos, especialmente para incentivar o desenvolvimento do etanol celulósico, feito de diversos resíduos vegetais.

Koplow acha que o melhor seria mudar a atual estrutura de subsídios para eliminar as diferenças entre as várias alternativas disponíveis, incluindo o etanol de milho, o celulósico e o importado de países mais competitivos como o Brasil, onde o combustível é feito de cana-de-açúcar. Koplow também sugere que os incentivos sejam reduzidos sempre que os preços internacionais do petróleo caírem. A íntegra do estudo está disponível em [www.globalsubsidies.org](http://www.globalsubsidies.org)

**Sem apoio, Brasil é o único competitivo em etanol** – Assis Moreira - Valor Econômico – Especial - 24/10/2007

A produção de etanol no Brasil deve alcançar 44 bilhões de litros em 2016, um volume 145% maior mais que as quantidades produzidas em 2006, segundo projeções da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). A entidade dos países ricos considera que o Brasil é o único capaz de produzir etanol de maneira economicamente viável.

A entidade estima que, como a rentabilidade deverá aumentar, o crescimento da quantidade de cana-de-açúcar para etanol deve ser mais modesta em termos relativos no Brasil, mas aumentando em todo caso 120% nos próximos nove anos. A cana para etanol deverá representar 60% da produção total.

Nos Estados Unidos, a produção de etanol, que é feito a partir do milho, deve crescer 50% este ano e dobrar até 2016. O volume de milho utilizado para o biocombustível chegará a 110 milhões de toneladas, 32% a mais. Na União Européia, o consumo de biocarburante (etanol e diesel) pode aumentar até 170%, com ligeiro aumento de importações e forte demanda por matérias-primas.

A OCDE considera que, enquanto o Brasil não precisa de subsídios, os Estados Unidos, União Européia e outros países ricos, sem a mesma competitividade, estão é transferindo vários tipos de subsídios agrícolas distorcivos para etanol e biodiesel.

A constatação é de Stefan Tangermann, diretor de comércio e agricultura da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

A entidade Global Subsidies Initiative (GSI) calculou recentemente que o montante de subvenções dos países ricos para produção de biocombustíveis varia de ? 10 bilhões a ? 15 bilhões por ano, e tende a aumentar para os governos respeitarem suas metas de substituir gasolina por etanol e biodiesel.

"Está havendo uma mudança da direção de certos subsídios, sem dúvida", disse Tangermann. Estudo da OCDE do ano passado, e que está sendo reatualizado a pedido da Suécia e Holanda, mostra que o etanol brasileiro é viável economicamente a partir de US\$ 39 o barril de petróleo. Já a produção só teria sentido econômico nos Estados Unidos, Canadá e União Européia com o barril de petróleo variando de US\$ 44 a US\$ 145.

Enquanto deflagra o sinal de alarme sobre as subvenções para etanol nos países ricos, a OCDE não esconde sua impotência em relação ao algodão. A briga entre o Brasil e os EUA continua no centro dos debates. Mas a entidade até hoje não pode publicar o volume dos subsídios americanos ao produto, com base em suas estimativas, por causa do bloqueio de Washington.

Tangermann não escondeu que a questão "é politicamente sensível. Os Estados Unidos argumentam que algodão não faz parte das principais commodities nas estatísticas da OCDE, e portanto não deve ter a ajuda calculada. "Esperamos convencer os EUA...um dia", disse outro técnico da entidade. (AM)

**Coordenador**  
Sergio Leite

**Pesquisadores**

Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf e Lauro Mattei

**Assistentes de Pesquisa**  
Karina Kato e Silvia Zimmermann

**Secretária**  
Diva de Faria

**op  
pa** **Observatório de Políticas  
Públicas para a Agricultura**

**cpda** Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais  
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade  
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar  
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214  
Fax: 21 2224 8577 – r. 217  
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br  
Site eletrônico: www.ufrj.br/cpda

**Apoio**



**actionaid**



Ministério do  
Desenvolvimento Agrário

